



*Extensão Universitária na UFRB*

---

**VOLUME 02**

# Extensão Universitária na UFRB

---

## VOLUME 02

### FICHA CATALOGRÁFICA

E96 Extensão universitária na UFRB / Sérgio Luiz Bragatto Boss [et. al.]... (Organizadores).\_ Cruz das Almas: UFRB, 2018.

232p. 40; il.; Vol.2.

ISBN: 978-85-5971-082-3

1.Educação – Ensino superior. 2.Educação – Extensão universitária. 3.Pesquisa e desenvolvimento – Avaliação. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão. II.Boss, Sérgio Luiz Bragatto. III.Dourado, Tábata Figueiredo. IV.Velloso, Tatiana Ribeiro. V.Título.

CDD: 378

# FICHA TÉCNICA

## REITOR

Sílvio Luiz Oliveira Soglia

## VICE-REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos

## PRESIDENTE DA CÂMARA DE EXTENSÃO (2017 - 2019)

Frederik Moreira dos Santos

### ORGANIZADORES

Sérgio Luiz Bragatto Boss, Tábata Figueiredo  
Dourado, Tatiana Ribeiro Velloso

### REVISÃO E NORMATIZAÇÃO TÉCNICA

Sarah Roberta de Oliveira Carneiro, Sérgio Luiz  
Bragatto Boss, Tábata Figueiredo Dourado,  
Tatiana Ribeiro Velloso

## GESTÃO 2015-2019

### PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Tatiana Ribeiro Velloso

### SECRETARIA EXECUTIVA

Marluci Barboza Moreira

### NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

Sandrine Souza (2015-2017)  
Mauricio de Oliveira Miranda (2017-2019)

### COORDENADORIA DE CULTURA E UNIVERSIDADE

Valdéria Oliveira Rocha (2015-2017)  
Sarah Roberta de Oliveira Carneiro (2017-2018)

### PROGRAMA CANTO CORAL

José Alípio de Oliveira Martins

### NÚCLEO DE AVALIAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Antonia Viviane Martins Oliveira (2015-2016)

### NÚCLEO DE CULTURA E TERRITÓRIOS

Luciano Simões de Souza

### NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS

Sérgio Luiz Bragatto Boss  
Tábata Figueiredo Dourado  
Adrielle de Jesus Sousa

### PROJETO GRÁFICO, CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Valeria Exalta Gonzaga

### ILUSTRAÇÃO

José Alípio de Oliveira Martins

### NÚCLEO DE GESTÃO DO MEMORIAL

Maitê dos Santos Rangel (2015-2017)  
Joana Angélica Flores Silva (2017-2019)  
Carlos José da Silva  
Paulo Cesar Dultra Abdalla

### COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Alessandro Rodrigues Correia (2015-2017)  
Ana Paula Inácio Diório (2017-2019)

### NÚCLEO DE GESTÃO DE ARTICULAÇÃO E EVENTOS DE EXTENSÃO

Gilene Borges Souza (2015-2016)

### NÚCLEO DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Tércio da Silva Menezes  
Felipe Cardoso Santos

### NÚCLEO DE GESTÃO DE RECURSOS

Robson dos Santos Oliveira  
Alana Sampaio Sá Magalhães

### NÚCLEO DE PROJETOS E PROGRAMAS

Sinvaldo Barbosa Melo  
Fábio Ressurreição Correia

## AGRADECIMENTOS

À comunidade acadêmica da UFRB pelo empenho na realização das atividades de extensão universitária no decênio da PROEXT - estudantes, professores, servidores técnicos administrativos e servidores terceirizados - na sua construção e consolidação, enquanto espaço de formação e de produção de conhecimentos, com perspectiva crítica e transformadora.

Aos gestores e às gestoras da UFRB na representação dos Centros de Ensino, das Pró-Reitorias e suas unidades e da Reitoria pela integração e colaboração na realização das atividades administrativas implicadas no fazer da universidade pautada na busca pela excelência acadêmica e inclusão social, de maneira articulada e indissociável da extensão, do ensino, da pesquisa universitária e das políticas afirmativas.

À comunidade territorial representada por segmentos sociais diversos que possibilitaram a realização das atividades de extensão universitária, através de espaços de diálogos e de aprendizados, implicados com a formação de cidadãos na condição de sujeitos de transformação.

## SUMÁRIO

Introdução 1

Apresentação 3

### EDUCAÇÃO

Trajетória da Extensão Universitária na UFRB: da Concepção às Principais Políticas Acadêmicas 10

Relato de uma Experiência Extensionista a Partir do Projeto Mulheres de Fibra: Formação em Agroecologia para Mulheres Rurais do Estado da Bahia 25

Estratégias para a Educomunicação Radiofônica no Recôncavo da Bahia 38

Programa Balaio De Gato: Desafios da Extensão no Processo de Educação Inclusiva 51

Projeto Construindo pelo Esporte: Impactos e Repercussões na Formação Discente, Docente e na Cultura Esportiva Local 64

### CULTURA

Telas da Psique: Cinema e Psicanálise 82

Cine Maniçoba: Uma Ponte para a Socialização de Percepções 95

Extensão Universitária e Cineclubismo: a Experiência do Cineclubes Mário Gusmão e os Lampejos da História 104

Projeto Envolver: Esporte, Arte e Cultura como Ferramenta de Transformação Social 121

### SAÚDE

Metodologia Emancipatórias para Boas Práticas de Fabricação: Alternativas para Transformação Social de Empreendimentos Solidários 136

### MEIO AMBIENTE

O Projeto Mais Mercado: Uma Proposta Inovadora de Extensão Universitária 152

Cooperar para Desenvolver - Associação Cata Renda - Gestão Coletiva das Ações de Coleta dos Resíduos Recicláveis na Cidade de Cruz das Almas, Bahia - Ressocialização do Grupo Marginalizado 168

### TRABALHO

Estratégias de Comercialização para a Agricultura Familiar: a Experiência do Grupo de Consumo do Recôncavo 184

O processo de Fortalecimento do Grupo de Mulheres Costurando Sonhos: uma Ação Extensionista na Comunidade Quilombola em Cruz das Almas – Bahia 197

Cantinas Solidárias: a Experiência de Empreendimentos Econômicos Solidários no Ambiente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 207

## APRESENTAÇÃO

Este livro é uma edição comemorativa dos 10 Anos da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). História que se entrelaça com a edificação e o enraizamento da própria Universidade nos Territórios de Identidade onde esta se localiza, a partir de uma estrutura multicampi.

A conquista da UFRB é resultado, primordialmente, da mobilização dos sujeitos sociais do Recôncavo Baiano, do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá, no contexto de implantação do Programa de Expansão do Ensino Superior, do Governo Federal, no início dos anos 2000. Criada em 2005, pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a UFRB se constitui numa das maiores conquistas da cidadania baiana, surgida de um contexto sociohistórico que permitiu e determinou sua concepção como uma universidade popular, aberta, permeada pela cultura e pelos valores dos povos e Territórios, considerados berço da nação brasileira.

Comprometida com a história e com a identidade sociocultural do lugar, a UFRB tem o compromisso com a defesa da universidade pública e de qualidade, com a interiorização e a inclusão social, e está pautada na busca pela excelência acadêmica. Nesse sentido, a política de extensão universitária, na medida em que foi implantada a partir de uma perspectiva pedagógica crítica, permite que o campo da extensão seja vivido como um espaço de formação pedagógica, política e social.

O conceito de extensão evoluiu ao longo dos dez anos, indo da concepção sociointeracionista para a concepção da complexidade, da ecologia dos saberes, acreditando, portanto, no potencial transformador do encontro de saberes, produzidos tanto na academia como pela tradição das culturas populares. Nessa perspectiva, o saber acadêmico é mais um saber na multifacetada trama do exercício de compreender e de explicar os fenômenos do mundo, da vida.

Apresentamos aqui a trajetória de algumas experiências de ações de extensão universitária no decênio da PROEXT, que foram enraizando a UFRB junto às co-

munidades urbanas, rurais, tradicionais, a partir de ações, projetos, programas e eventos que discutem as demandas, as potencialidades e as perspectivas locais, buscando auxiliar na compreensão e na intervenção dos desafios socioambientais e culturais. São experiências nas áreas temáticas de Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente e Trabalho e Produção, as quais refletem um conjunto de práticas que promovem a convivência e a interatividade ativa entre os saberes.

A Extensão na UFRB cria, portanto, as condições para o exercício teórico e prático, vivencial da construção do conhecimento, oportunizando uma formação humanista, crítica, cidadã, com respeito à diversidade das identidades e culturas, amparada nas concepções pedagógicas de Paulo Freire, o qual resume muito bem o compromisso extensionista, ao afirmar que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”.

Agradecemos, por fim, aos sujeitos acadêmicos e territoriais envolvidos nas experiências da extensão universitária, principalmente, por possibilitarem a interação e a relação dos espaços de formação que contribuem cotidianamente na construção e na consolidação da nossa UFRB!

**Silvio Luiz de Oliveira Soglia** – Reitor

**Tatiana Ribeiro Velloso** – Pró-Reitora de Extensão

## INTRODUÇÃO

O segundo volume do Livro 10 anos da extensão complementa a apresentação de trabalhos extensionistas desenvolvidos ao longo destes dez anos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pelos próprios sujeitos que os fazem: professores, estudantes e servidores técnicos. Segue-se em mais uma edição, mas certamente longe de esgotar a expressão de tudo que fora e vem sendo desenvolvido por esta Universidade que se fortalece nesta relação pulsante com os territórios em que se insere e cada vez mais se expandindo às regiões mais distantes. Assim, esta publicação segue colorida por uma diversidade imensa de fazeres e conhecimentos que se constroem nestas relações.

O livro inicia com o trabalho “Trajetória da Extensão Universitária da UFRB: da concepção às principias políticas acadêmicas”, que trata da gênese de construção da concepção da extensão universitária na UFRB como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, com princípios dialógicos e de bases democráticas e transformadoras na relação universidade e sociedade, com as suas principais políticas acadêmicas de extensão universitária.

O Grupo de Estudos e Pesquisa “Psicanálise, Subjetividade e Cultura”, do Centro de Ciências da Saúde, articula suas ações de ensino e pesquisa com a extensão, inserindo as comunidades acadêmica e local em ações que se propõem a uma reflexão crítica sobre temas diversos no campo da psicanálise, subjetividade e cultura, com o projeto de extensão “Telas da Psique: cinema e psicanálise”.

Discutindo a experiência de circuitos curtos de comercialização no Território do Recôncavo, no estado da Bahia, o trabalho “Estratégias de comercialização para a agricultura familiar: a experiência do Grupo de Consumo do Recôncavo” ao tempo que apresenta a experiência como uma estratégia de fortalecimento da produção de base familiar no campo e o estreitamento da relação urbano e rural, propõe uma reflexão sobre os potenciais e os desafios deste formato de comercialização e a sua capacidade de gerar novas dinâmicas nos territórios rurais.

O projeto Enciclopédia Ambiental vem trazendo, na perspectiva da educomunicação, diferentes temas, para diferentes demandas regionais no Recôncavo da Bahia, incluindo o apoio à educação formal e compartilhando as diversas possibilidades de intervenção a partir do rádio. Inúmeros são os desafios diante dos interesses comerciais das emissoras, entretanto o trabalho traz da necessidade de aproximar os programas radiofônicos aos objetivos educativos.

As ações para a consolidação de um grupo produtivo, formado pelas mulheres quilombolas da Comunidade da Baixa da Linha, em Cruz das Almas, no Território do Recôncavo da Bahia são relatadas no artigo “O processo de fortalecimento do Grupo de Mulheres Costurando Sonhos: uma ação extensionista na Comunidade Quilombola em Cruz das Almas – Bahia” que trata da formação em Corte e Costura fornecida em parceria com a INCUBA/UFRB e a Associação Comunitária. Além de atender às necessidades de geração de trabalho e renda das cursistas, o projeto intentou fomentar o empoderamento destas mulheres também através da participação em atividades de formação política.

Na perspectiva de trabalho com grupos produtivos situados no Território do Recôncavo da Bahia, o artigo Cooperar para Desenvolver - Associação Cata Renda - Gestão Coletiva das Ações de Coleta dos Resíduos Recicláveis na Cidade de Cruz das Almas, Bahia - Ressocialização do Grupo Marginalizado trata de ações direcionadas aos catadores do município de Cruz das Almas, tendo como objetivo problematizar a questão e propor estratégias e alternativas à realidade de miséria e exclusão que permeia a vida desses trabalhadores.

No trabalho sobre “Metodologias Emancipatórias para Boas Práticas de Fabricação: Alternativas para Transformação Social de Empreendimentos Solidários” está descrito o processo formativo de manipuladores de alimentos, voltado para a melhoria da qualidade de vida, a partir da geração de trabalho, renda e cidadania, com enfoque no desenvolvimento sustentável de base coletiva e solidária. Neste, seus autores relatam que as metodologias se constituíram alternativas de transformação social, uma vez que a melhoria do processo produtivo se deu a partir das práticas aliadas ao saber científico na área de segurança alimentar e nutricional construído por estes sujeitos.

O Cine Maniçoba, projeto também apresentado neste volume, nasce a partir de uma iniciativa estudantil, posteriormente acolhida por um professor, em 2010. Programado no intuito de permitir o debate de idéias entre os membros da comunidade acadêmica, baseadas em produções fílmicas e documentares, nacionais ou não. Converteu-se em mais que uma opção de entretenimento, configurando-se também enquanto um propiciador de momentos em que, de porta aberta, se debateriam intensamente os assuntos relevantes aos estudantes, participantes externos e organizadores. Com temáticas quase sempre profundas e polêmicas, o Cine passou a ser pensado para a comunidade externa e, por vezes com mobilização de grupos sociais específicos, especialmente rurais.

O desenvolvimento de uma pedagogia inclusiva na educação, focando, em particular, os limites e possibilidades da atividade física como estratégia metodoló-

gica para inclusão é a temática apresentada pelo Programa de Extensão Balai de Gato em um artigo deste segundo volume. Considera o desenvolvimento de ações vinculadas a cultura afro-brasileira e estabelece como objeto de estudo as práticas pedagógicas de matriz africana, analisando as perspectivas da ação pedagógica no campo da Educação Inclusiva e refletindo sobre os desafios para implementação de uma nova perspectiva de trato com a diversidade.

Compondo o Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Pró-Reitora de Extensão, o Projeto Mulheres de Fibra descreve em seu texto as ações de formação em agroecologia e feminismo para mulheres rurais do estado da Bahia. Além do fortalecimento de grupos produtivos de mulheres rurais da agricultura familiar, trata-se de um trabalho que visa à autonomia, a segurança alimentar e nutricional e a conservação da biodiversidade com o envolvimento de agentes de assistência técnica e extensão rural através de ações de capacitação.

O Projeto Mais Mercado constitui uma proposta inovadora de extensão universitária que visa ampliar as compras dos produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), numa articulação entre os atores locais da agricultura familiar e as gestões públicas municipais. O texto traz o percurso trilhado na primeira etapa do projeto como o levantamento de informações de produção, de organização e de mercados em escala municipal e a atuação de uma equipe interdisciplinar de professores e de profissionais, a elaboração de métodos de intervenção.

Desde 2007 a INCUBA/UFRB promove ações articuladas no Território do Recôncavo da Bahia, com a integração entre empreendimentos econômicos solidários, formados por agricultores familiares e mulheres urbanas, e a universidade pública. Com o intuito de propiciar geração de trabalho, renda e cidadania aos grupos de trabalhadoras e, ainda, gerar conhecimento a partir da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, foram realizadas formações na área de higiene e manipulação de alimentos, estudo de viabilidade econômica e gestão associativa; além do acompanhamento e de assessoria técnica aos empreendimentos. Este processo segue discutido também em um dos trabalhos.

Por meio das linhas do artigo Trajetória da Extensão Universitária da UFRB: da concepção às principais políticas acadêmicas, podemos conhecer o processo de criação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), em 2006, destacando-se o processo de construção das políticas de extensão universitária da UFRB, desde a sua concepção até as principais políticas acadêmicas implicadas com o princípio educativo de bases democráticas, enquanto espaços formativos de emancipação entre os sujeitos acadêmicos na relação com a sociedade.

A relação de proximidade com a comunidade também é abordada em Projeto construindo pelo esporte: impactos e repercussões na formação discente, docente e na cultura esportiva local. Este texto apresenta a investigação sobre as possíveis repercussões de um projeto de extensão que ofereceu o ensino do judô para crianças e jovens da cidade de Amargosa, na Bahia, bem como a repercussão positiva da ação no município.

Compreendendo que o envolvimento no esporte, arte ou cultura pode figurar como uma ferramenta para a transformação social e integração, o Projeto ENVOLVER desenvolve desde 2014 atividades relacionadas ao esporte, cultura e profissionalização para crianças e adolescentes visando contribuir com o desenvolvimento social na cidade de Sapeaçu.

Já o Projeto de extensão Cineclube Mário Gusmão busca construir passados-presentes por meio de imagens. Para tanto, existem dois eixos os quais embasam o trabalho desenvolvido a partir de 2010, quais sejam: o espaço de formação e interação com o território, bem como o compromisso com a memória do ator Mário Gusmão e a constituição de um espaço de acolhimento, formação e atuação de jovens críticos e cineastas negros (as), que vem disputando protagonismo na construção de um cinema negro (a) brasileiro a partir do Recôncavo.



# EDUCAÇÃO

# TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFRB: DA CONCEPÇÃO ÀS PRINCIPAIS POLÍTICAS ACADÊMICAS

## TRAJECTORY OF UNIVERSITY EXTENSION AT UFRB: FROM CONCEPTION TO THE MAIN ACADEMIC POLICIES

**Tatiana Ribeiro Velloso**

Doutora, Docente do CETENS  
tatiana@ufrb.edu.br

**Aelson S. de Almeida**

Mestre, Docente do CCAAB  
aelson@ufrb.edu.br

### RESUMO

Este trabalho apresenta a trajetória da Extensão Universitária na UFRB, desde a criação da Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, em 2006, na sua gênese de construção da concepção de processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, com princípios dialógicos e de bases democráticas e transformadoras na relação universidade e sociedade. Portanto, uma concepção dialética entre teoria e prática de integração e respeito à diversidade e aos saberes existentes no território. Para tanto, esta concepção se confronta com outros paradigmas e assume o desafio de desconstrução a partir da promoção de processos educativos emancipatórios. Assim, destaca o processo de construção das políticas de extensão universitária da UFRB, da sua concepção às principais políticas acadêmicas implicadas com o princípio educativo de bases democráticas, enquanto espaços formativos de emancipação entre os sujeitos acadêmicos na relação com a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão Universitária; Educação; Transformação; Políticas.

### ABSTRACT

This work presents the trajectory of the University Extension at UFRB, since the creation of Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, in 2006, in its genesis of construction of the conception of educational, cultural and scientific process that articulates teaching and research, with principles dialogues and democratic and transforming bases in the relation between university and society. Therefore, a dialectical conception between theory and practice of integration and respect for the diversity and the knowledge existing in the territory. To do so, this conception confronts other paradigms and assumes the challenge of deconstruction through the promotion of emancipatory educational processes. Thus, it highlights the process of building UFRB university extension policies, from its conception to the main academic policies implied with the educational principle of democratic bases, as formative spaces of emancipation between the academic subjects in the relation with the society.

**KEYWORDS:** University Extension; Education; Transformation; Policies.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Boaventura de Souza Santos

A expansão e a interiorização do ensino superior federal foi uma política instituída que buscou garantir as condições estruturais para a promoção de um desenvolvimento econômico e social no Brasil. Esta ação foi decorrente da proposta do Governo Federal através do Programa Expansão, em 2003, que buscou contribuir com a formação científica, técnica, política, cultural, social, de qualidade e inclusiva, a partir do contexto das realidades territoriais.

Nesta dinâmica, surge a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro no município de Cruz das Almas - BA. Esta criação surgiu de um amplo processo de mobilização da sociedade, como a segunda universidade federal do estado da Bahia.

A constituição da UFRB foi voltada para a prevalência de programas transdisciplinares que assegurem a participação das diversas unidades administrativas, com um funcionamento sustentado em uma estrutura multinível, multiescalar, matricial, nodular ou celular para que a multiconectividade entre as unidades administrativas. Neste contexto, a estrutura da UFRB foi constituída em sete Centros de Ensino localizados em seis *Campi* de três Territórios de Identidade: no Território

do Recôncavo da Bahia, em Cruz das Almas com os Centros de Ensino de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB e de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC; em Santo Antônio de Jesus, com o Centro de Ciência da Saúde - CCS; em Cachoeira/São Félix, com o Centro de Humanidades, Letras e Artes - CAHL; em Santo Amaro, com o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT; no Território do Vale do Jiquiriçá, em Amargosa com o Centro de Formação de Professores - CFP; e no Território do Portal do Sertão, em Feira de Santana, com o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS.

A criação da UFRB surge com um dos desafios de superação da lógica mercadológica de formação de profissionais em áreas restritas e levando em consideração a realidade territorial. Assim, assume-se que o ensino superior deve ser voltado para contribuir na educação básica e áreas estratégicas de construção de conhecimentos voltados para a promoção do desenvolvimento territorial (UFRB, 2015).

Em 2006, foi constituída a Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT como estrutura responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e avaliação, e, portanto, pela elaboração da política de extensão universitária da UFRB. Nos Centros de Ensino, a PROEXT conta com a contribuição dos gestores de extensão que assessoram a comunidade acadêmica na operacionalização das atividades de extensão, de acordo com as diretrizes da extensão universitária da UFRB.

Estas diretrizes foram construídas a partir da concepção da extensão universitária como

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2000).

A conceituação da Extensão Universitária explicita a relação dialógica entre a universidade e a sociedade e de reafirmar o seu compromisso social de promoção e garantia dos valores democráticos, através da integração com as atividades acadêmicas do ensino e da pesquisa (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000). Esta posição contrapõe os paradigmas históricos que foram construídos na perspectiva da Extensão Universitária seja do caráter difusionista que preconiza que após a realização das pesquisas, a extensão deveria difundir este conhecimento.

No caráter difusionista predominou as bases da educação bancária, em que Freire (2005) aborda como reprodutora do saber e nega o diálogo, traz características pa-

dronizadas para massificar mulheres e homens de modo alienante, fundamental para manutenção do sistema hierárquico e opressor, em que reforça e perpetua a relação vertical e autoritária entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem. E o paradigma assistencialista, que prever a extensão como prestadora de serviço, que tem como característica a substituição do papel do Estado, especialmente dos órgãos executivos, por uma ação pontual, descontínua e domesticadora.

Estes paradigmas da Extensão Universitária trazem concepções de que o conhecimento é transmitido e não construído e assumem um processo verticalizado de “coisificar” a mulher e o homem, tornando-os sujeitos passivos e alienados. Esta relação parte da suposição que existe superioridade e messianismo por parte da Universidade, em que “todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa” o negam como um ser de transformação do mundo” (FREIRE, 1985).

Dagnino (2004) evidencia que na estrutura da universidade predomina uma visão linear de produção e utilização de conhecimentos e tecnologias, que não possibilita aproximação das comunidades por não dispor de conhecimento adequado para esta interação. Na maioria das vezes, esta aproximação ocorre com a oferta pontual de cursos, prestação de serviços e outras modalidades tipicamente assistencialistas, com a concepção de que a universidade é a única detentora do saber, verdadeiro, iluminado, herdado pelos modelos Europeus e Americanos, que não estão adequados à nossa realidade.

Neste contexto, a construção das bases epistemológicas da Extensão Universitária da UFRB parte da função social inerente à universidade, na busca de construir bases epistemológicas no contexto da descolonização do conhecimento e da cultura. Este contexto retrata a libertação de uma colonização epistêmica, de ruptura de um processo histórico de implantação de poder e de colonialidade do saber e da cultura, a partir da crença de superioridade da ciência e do saber ocidentais, forjada nas línguas maternas da Europa (PIZA e PANSARELLI, 2012).

É um processo em desconstrução e construção que deve ser articulado entre a extensão, pesquisa e ensino, e que a institucionalização das diretrizes da extensão universitária, conforme Resolução CONAC 38/2017, buscam estabelecer bases para este processo:

I – caráter educativo, no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias situações de vida, sem, contudo, transformá-lo em atividades que substituam aquelas que deveriam ser feitas por outras agências sociais; II – promoção do desenvolvimento do saber por meio de ações que tenham como objetivo produzir, sistematizar, criticar, atualizar, proteger, integrar, divulgar e difundir o conhecimento; III – articulação da atividade extensionista com o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa; IV – abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, pressupondo interação entre as diversas áreas do conhecimento; V – enfoque na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades locais, regionais e nacionais, nesta ordem; VI – articulação com a comunidade e seus segmentos signi-

ficativos, inclusive órgãos públicos; VII – valorização e reconhecimento de conhecimentos produzidos fora do âmbito acadêmico.

Estas diretrizes estão em consonância com os objetivos da Extensão Universitária, explicitados no Art. 114 do Regimento Geral da UFRB,

I – promover a socialização e o compartilhamento entre as comunidades acadêmica e não-acadêmica do conhecimento produzido pela Universidade e pelos demais grupos sociais; II – incentivar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Universidade; III – colaborar para a resolução dos problemas sociais, o desenvolvimento regional, sócio-cultural e melhoria da qualidade de vida da população; IV – contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade, bem como a sistematização do conhecimento produzido; V – incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento das habilidades, competência e da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos; VI – contribuir para o desenvolvimento artístico-cultural da comunidade acadêmica e doutros espaços culturais da sociedade em geral; VII – promover a socialização/ troca de tecnologia na forma de inovação de processos e produtos.

Portanto, as diretrizes e os objetivos da Extensão Universitária da UFRB assumem princípios de compromissos sociais, implicados com a transformação da realidade, a partir de uma relação dialógica e de bases democráticas. Importante contextualizar que a intervenção na realidade deve ser a partir da produção de saberes que compreendam a natureza pública da universidade, em diferentes setores, que possam traduzir uma concepção de universidade pública, gratuita, de qualidade e referendada socialmente na excelência acadêmica da produção de conhecimentos para o acesso e a promoção de modelos de desenvolvimento implicados com a emancipação humana.

Assume, portanto, o desafio de construção de uma universidade mais inclusiva e mais próxima da sociedade, implicada e compromissada com a transformação das condições históricas de desigualdades do povo brasileiro, e, especialmente, da região do Recôncavo. Passa, portanto, pela promoção do acesso dos sujeitos vulnerabilizados às políticas públicas, de maneira material e de contribuição de construção de conhecimentos que propiciem a visibilização de saberes, expressado por uma concepção de educação que respeite à diversidade e ao pluralismo cultural.

## **TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFRB: DA SUA CONCEPÇÃO ÀS PRINCIPAIS AÇÕES ACADÊMICAS**

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu artigo 207, traz o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão nas instituições de ensino superior públicas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 43, que estabelece a concepção de currículo em que a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade,

importantes marcos legais que asseguram a Extensão Universitária como um instrumento de mudança social e da própria estrutura universitária, como conquista de direitos e de defesa da democracia.

É importante destacar que a dificuldade da implementação da Extensão Universitária reside nas concepções que lhe deram origem, bem como das concepções inerentes ao ensino e à pesquisa. Destaca-se também que a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX que institucionaliza a concepção de extensão universitária de princípios dialógicos e de bases democráticas, implicados com a transformação que pode ser gerada na relação entre universidade e sociedade, através da construção do Plano Nacional de Extensão Universitária.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2000) é referência para a formulação de políticas de Extensão nas universidades públicas brasileiras e salienta a necessidade de superação da extensão assistencialista e difusionista, bem como de instituir os princípios que determinam a extensão universitária brasileira, de base dialógica e democrática e de afirmação de seus compromissos emancipatórios.

A Extensão Universitária engloba experiências de popularização da ciência e realiza atividades que favorecem a construção de caminhos que podem contribuir no enfrentamento das desigualdades sociais. As práticas extensionistas primam pelo respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, têm como eixo o encontro entre os saberes e devem ser exercidas como direito social.

As ações de extensão em suas diversas modalidades (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço e consultoria, publicações e outros produtos acadêmicos) podem ser coordenadas na UFRB por docentes, discentes, técnicos administrativos e por servidores aposentados. Estes últimos são assegurados pela Resolução CONAC 11/2014 que institui o Extensionista Sênior que garante que servidores aposentados coordenem atividades de extensão, sendo pioneiro e referência no Brasil por regulamentar a prática extensionista pelos servidores aposentados.

Assim, a Extensão Universitária deve promover a relação da comunidade acadêmica com a sociedade, na perspectiva da formação e da construção de conhecimentos voltados para a transformação das condições históricas de desigualdades, na perspectiva do desenvolvimento territorial.

## **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

A política de desenvolvimento territorial inicia com os Territórios Rurais no Brasil, em 2003, fomentado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No estado da Bahia, em 2007 são fomentados os Territórios de Identidade enquanto espaço marcado por uma identidade constituído “por vários municípios que possuem características (sociocultural, ambiental e econômica) semelhantes, cuja população demonstra um sentimento de pertencimento ao local” (CGU, 2008, p. 24).

No estado da Bahia, os Territórios de Identidade se constituem como unidade de planejamento das políticas públicas, através da Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituindo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os 27 (vinte e sete) Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs. A abordagem territorial considera a diversidade existente no estado, e institui a participação social de planejamento e gestão das políticas públicas em espaços de governanças que incluem representações de organizações públicas e da sociedade civil.

A UFRB participa dos Colegiados Territoriais do Recôncavo, do Portal do Sertão e do Vale do Jiquiriçá, em que possui unidades acadêmicas e administrativas nestes respectivos Territórios, e colabora com o desenvolvimento de atividades de extensão universitária com Colegiados Territoriais, como do Baixo Sul, Sisal e Litoral Norte/ Agreste Baiano.

Desde 2010, a sede do Colegiado Territorial do Recôncavo fica no Campus de Cruz das Almas da UFRB, integrado com o espaço do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA, e especialmente com a integração do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, apoiado pelo CNPq e MDA, através de edital público, que oportunizou a realização de atividades formativas e de construção/ sistematização dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS.

Em 2016 foi possível promover um Curso de Extensão, em parceria com o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT da UFRB e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com o objetivo de promover uma formação para contribuir com a qualificação dos gestores públicos municipais e lideranças para qualificação do campo da cultura. Este curso foi promovido com a integração dos Colegiados Territoriais, especificamente com as Câmaras Setoriais de Cultura, do Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão.

A participação da UFRB nos espaços dos Colegiados Territoriais é estratégica para contribuir e ter contribuições na construção de conhecimentos, a partir da extensão universitária na sua relação indissociável entre o ensino e a pesquisa. São espaços de governança e de interação institucional entre diversas organizações que atuam em determinados territórios, buscando promover rupturas do contexto histórico das desigualdades sociais e da concentração de riquezas.

## **PROEXT/MEC - SESU**

O Programa de Extensão Universitária - PROEXT tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Foi instituído pelo Ministério da Educação, através da Secretária de Ensino Superior – SESu, em 2003, e abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

O PROEXT/MEC – SESu teve como referência os editais entre 2008 a 2015, como a única política pública instituída para o desenvolvimento das ações de exten-

são universitária, através de programas e projetos. Envolveu parceria com 15 instituições do Governo Federal, que visou à integração da universidade na colaboração relacionada com as políticas públicas, principalmente nas seguintes temáticas: atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; direitos humanos; educação de jovens e adultos; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas; atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado; educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; inclusão étnica; apoio à organização e desenvolvimento comunitário; inclusão social dos usuários de drogas; inclusão digital; apoio às atividades de escolas públicas; ensino de ciências; educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento (MEC, 2016).

O último edital do PROEXT/MEC – SESu foi em 2015 e a não continuidade deste programa expressa outra dificuldade para o financiamento da extensão universitária. Este programa é a única política pública institucionalizada no âmbito do Governo Federal para a extensão universitária e representa uma referência importante para o desenvolvimento de ações através de programas e projetos vinculados às políticas públicas, enquanto espaço de formação e de contribuição para a promoção da transformação social, econômica, cultural, ambiental e política.

### **PROGRAMA PIBEX**

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária - PIBEX destina bolsas para estudantes de graduação por meio de Edital lançado anualmente. Foi iniciado em 2009, e o bolsista PIBEX tem acompanhamento e orientação de um docente da carreira do magistério da UFRB, no efetivo exercício de suas funções.

O PIBEX tem os objetivos de viabilizar e estimular a interação de estudantes da universidade com outros setores da sociedade, através de atividades que contribuam para a sua formação acadêmica, profissional e para o exercício da cidadania; incentivar processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, na articulação com o ensino e a pesquisa; e fomentar o interesse por extensão universitária, assim como contribuir para a formação e a qualificação de cidadãos socialmente comprometidos (Resolução CONAC 06/2016).

### **UNIVERSIDADE ABERTA À MATURIDADE**

O Programa da Universidade Aberta à Maturidade – PROMAT foi iniciado em 2016, com a promoção de possibilidades de vivência do público da maturidade no universo acadêmico, a partir de integração de adultos e idosos como discentes de extensão no espaço do ensino da graduação da UFRB.

O PROMAT adota a metodologia de inserir pessoas com idade superior a 45 (quarenta e cinco) anos que não tiveram oportunidade de ingressar em curso supe-

rior ao longo de sua vida, de vivenciar componentes curriculares de cursos de graduação. O vínculo com a universidade é de caráter extensionista, na medida em que este programa se configura uma ação de extensão na relação com o ensino dentro da dinâmica de sala de aula dos cursos de graduação da UFRB.

Esta experiência proporciona o conhecimento, a integração e a vivência do universo acadêmico, a partir das concepções da educação permanente e do acesso ao conhecimento a qualquer tempo da vida, enquanto direito humano; e traz a relação entre o ensino e a extensão universitária, enquanto espaços acadêmicos indissociáveis, para a formação e a construção de conhecimentos, a partir de diferentes saberes e experiências acadêmicas e de vida.

### **CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO**

A Curricularização da Extensão na UFRB foi instituído a partir de 2015, a partir do marco legal do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme artigo 207 da Constituição Federal de 1988; à concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; ao Plano Nacional de Educação 2001-2020, aprovado pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001; ao Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, na Meta 12.7 que define o percentual de créditos curriculares exigidos para os cursos de graduação em Programas e Projetos de Extensão Universitária; e ao conceito de Extensão Universitária, instituído pela Resolução CONAC/UFRB nº 38 de 9 de agosto de 2017.

A regulamentação da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação deve assegurar que, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos em Programas e, ou Projetos de Extensão Universitária, com orientação da sua ação, prioritariamente, para áreas de pertinência social.

A dinâmica foi instituída sob coordenação do Núcleo de Educação e Ações Comunitárias da Coordenação de Cultura e Universidade, inicialmente em 2016, com reuniões nos Colegiados dos Cursos de Graduação e Núcleos Docentes Estruturantes e Centro de Ensino, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação para discutir as possibilidades e os desafios da curricularização da extensão. Este Núcleo estudou os Projetos Pedagógicos dos Cursos para compreender as dinâmicas específicas de cada curso de graduação.

Em 2017 foi formada uma comissão com o objetivo de construir uma minuta de Resolução de Curricularização da Extensão para os cursos de graduação da UFRB. Esta comissão foi formada a partir de representações dos Centros de Ensino; das Pró-Reitorias de Extensão, de Graduação, de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e de Pesquisa e Pós-Graduação, Criação e Inovação; das Câmaras de Graduação e de Extensão; e da Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos – SURRAC.

Após a construção da minuta de Curricularização da Extensão para os cursos de Graduação da UFRB, a comissão apresentou e discutiu no Fórum dos Diretores dos Centros de Ensino da UFRB, junto com os respectivos gestores de extensão; e em seguida, a partir de calendário e de forma instituída por cada Centro de En-

sino, a minuta foi apresentada e debatida com a comunidade acadêmica destes Centros de Ensino. Está na fase de discussão na Câmara de Graduação do Conselho Acadêmico para sua apreciação, e em seguida, sua implementação nos cursos de graduação da UFRB.

Em paralelo ao trabalho da comissão, foram realizadas reuniões com o comitê do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas – SIGAA, que informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos. Para a operacionalização da curricularização da extensão nos cursos de graduação, as discussões foram no sentido de garantir a implantação e customização do módulo de extensão, sob responsabilidade da PROEXT, que possibilitará a integração com o módulo de graduação.

Importante destacar que a curricularização da Extensão está no contexto da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade, mas também como “necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa” (GADOTTI, 2017, p. 4).

### **ENCONTRO DE SABERES**

O Encontro de Saberes tem parceria entre a PROEXT com o Observatório da Inclusão e Diversidade na Educação Brasileira – DIVERSIFICA da UFRB e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), sediado na Universidade de Brasília (UnB), que faz parte do programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O Encontro de Saberes é uma ação interdisciplinar que busca promover a inclusão dos saberes e práticas tradicionais no ensino superior, na relação entre mestres e mestras das culturas tradicionais e docentes das universidades.

Em 2018, os Colegiados dos Cursos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e da Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Matemática (LEDOC) implementaram componentes curriculares optativos Encontro de Saberes: Plantas Medicinais. Estes componentes contam com a colaboração das mestras populares, respectivamente, Nilza Nascimento e Juvani Nery Viana. Após a realização do piloto, tem o encaminhamento de institucionalizar o Programa Encontro de Saberes na relação com a PROGRAD e os Colegiados dos Cursos da UFRB.

### **MEASB**

O Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia – MEASB, criado em 2004, tem o objetivo de preservar a memória e o patrimônio herdados da Imperial Escola Agrícola da Bahia, primeira instituição de ensino superior agrícola da América Latina, fundada em Santo Bento das Lages, em São Francisco do Conde, em 1877.

O MEASB é um equipamento cultural disponível para visita no campus de Cruz das Almas, que abriga o diversificado conjunto de documentos e equipamentos científicos.

### **CANTO CORAL DA UFRB E CANTO DE RODA**

O Programa Canto Coral da UFRB promove a formação continuada de coristas e desenvolve atividades artísticas e culturais permanentes, voltadas à democratização de bens simbólicos e à formação humana, social e estética. Este programa busca a aproximação da comunidade acadêmica com as comunidades territoriais, ampliando a formação artística e cultural e favorecendo o contato com a diversidade brasileira.

O Programa Canto Coral desenvolve, ainda, o Projeto Canto de Roda que busca o diálogo entre a música e a educação infantil, com o objetivo de promover musicalização com crianças das séries iniciais em escola pública municipal. A estratégia política e pedagógica adota a roda como movimento dialógico e vivencial, a partir de expressões da cultura popular.

### **APOIO A EVENTOS**

Anualmente é lançado Edital de Apoio à Realização de Eventos Acadêmicos com o objetivo de estimular e visibilizar a produção acadêmica da UFRB. São apoiadas propostas de eventos acadêmicos coordenadas por docentes, discentes e técnicos administrativos da UFRB.

### **PUBLICAÇÕES**

A Revista Extensão, publicação eletrônica da PROEXT, publicada semestralmente, é um importante instrumento de reconhecimento, divulgação e valorização dos conhecimentos gerados a partir das atividades e metodologias extensionistas, associadas à pesquisa e ao ensino. Este periódico publica trabalhos em forma de artigos, relatos de experiências e resenhas em âmbito nacional.

Foi publicado o Catálogo PIBEX 2009 – 2014 – volume 1, com a apresentação de resumos e informações dos 223 projetos e programas desenvolvidos por docentes e discentes dos Centros de Ensino da UFRB, entre 2009 e 2014, apoiados pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PIBEX. Está em fase de construção o volume 2, a partir do período de 2015 a 2018.

Em comemoração aos 10 anos da PROEXT, foi lançado o livro Extensão Universitária na UFRB – 1º volume, que apresenta a trajetória de algumas experiências de ações de extensão universitária, que foram enraizando a UFRB junto às comunidades urbanas, rurais, tradicionais, a partir de ações, projetos, programas e eventos que discutem as demandas, as potencialidades e as perspectivas locais, buscando auxiliar na compreensão e na intervenção dos desafios socioambientais e culturais. São experiências nas áreas temáticas de Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente e Trabalho e Produção, as quais refletem um conjunto de práticas que promovem a convivência e a interatividade ativa entre os saberes. E em 2018, este livro faz parte desta dinâmica como 2º volume.

E na Campanha em que PROEXT participa compondo um grupo de trabalho da Universidade, é financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetiza-

ção, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi) do Ministério da Educação um kit pedagógico de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*: prevenção e controle da Dengue, Chikungunya e Zika - um conjunto de materiais composto por revista em quadrinhos, atividades lúdicas, cartazes e adesivos, voltados ao público infantil. De forma lúdica e utilizando da linguagem dos gêneros de aventura, os personagens Bia e Vítor vão se prevenir com roupas apropriadas, raquete, repelente e ainda com a ajuda dos superamigos da natureza, o sapo e a libélula, lembrando da importância do controle biológico e natural das pragas urbanas. Também ensinam como combater os focos e impedir que o mosquito se prolifere. Ao final, convidam o leitor a também fazer parte da “turma mosquitodestruidora”.

### **INTEGRAÇÃO DE PROJETOS**

O Programa Mais Cultura foi instituído em 2007, em que o Governo Federal através da relação entre os Ministérios da Cultura e da Educação, incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, oportunizando as universidades desenvolver projetos de extensão na temática da cultura, como política estratégica para atuar na redução da pobreza e da desigualdade social.

Em 2015, a partir de uma comissão instituída por docentes do CECULT e do CAHL, foi construída uma proposta para o Programa Mais Cultura, com a articulação de 37 (trinta e sete) projetos com envolvimento de todos os Centros de Ensino. Esta proposta foi aprovada em edital público deste programa, mas, entretanto, os recursos não foram repassados para a sua execução. Em 2018, a partir desta dinâmica, o Núcleo de Cultura e Territórios da Coordenação de Cultura e Universidade institui uma dinâmica de resgate desta mobilização para a construção de um Plano de Cultura da UFRB. Este plano tem o objetivo de sistematizar e visibilizar a política institucional para a cultura da UFRB, por meio de um conjunto de estratégias e metas, sob acompanhamento de um Fórum de Cultura formado por diferentes sujeitos acadêmicos.

Foi constituído o Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PAFAF, a partir de projetos de extensão de acesso ao mercado institucional – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de fomento à agroecologia e à cooperação nas práticas extensionistas e de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Estão vinculados os projetos: Mais Mercado; Mulheres de Fibras, Terra de Direitos; e Recôncavo. Além dos projetos, o programa contribui com ações para as compras públicas de produtos da agricultura familiar pela UFRB, junto à PROPAAE, PROAD e PROPLAN.

Outros programas foram fomentados nas áreas temáticas de Educação e de Saúde na relação com os Centros de Ensino, respectivamente o CFP e o CCS. Além da relação com os Centros de Ensino, foi constituído o Projeto Sem Fronteiras em parceria com a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas e a Superintendência de Assuntos Internacionais – SUPAI da UFRB, com disponibilização de Curso de Idiomas para a juventude. O objetivo principal é o de formar seus participantes para realizar atividades que envolvam o idioma Espanhol e Inglês como instrumento de inclusão

social, especialmente no que diz respeito a trabalho, emprego e renda, com aulas ministradas de forma gratuita. Para participar é preciso ter de 15 a 29 anos; ser cadastrado no CAD ÚNICO; ser estudante ou ter estudado em Escola Pública.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória da Extensão Universitária da UFRB traduz a sua concepção implicada com a transformação social a partir da relação da universidade com a sociedade. Nas considerações iniciais foi abordada uma afirmação de Boaventura de Souza Santos, em que de fato a legitimidade da universidade só será cumprida, dentro das configurações complexas de saberes, quando as atividades de extensão universitária sejam incorporadas como partes integrantes nas atividades de ensino e de pesquisa.

Esta é a configuração que se busca no horizonte com as políticas de extensão universitária, que a indissociabilidade esteja inerente na formação a partir do ensino como da pesquisa. Portanto, as atividades de extensão necessitam ser garantidas na sua institucionalidade na função social da universidade, no respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, no contexto da abordagem territorial.

Ainda existem desafios de rever pressupostos paradigmáticos no ambiente acadêmico, em defesa da construção de conhecimentos implicados para a transformação das estruturas que privilegiam poucos em detrimento de muitos, ao mesmo tempo de garantir práticas emancipatórias, a partir dos princípios da democracia e do Estado de Direito Democrático.

## REFERÊNCIAS

CGU. Controladoria Geral da União. **Orientações para o acompanhamento de Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA**: um guia para o cidadão exercer o controle social. Brasília – DF: CGU, 2008.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 187-209.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: FORPROEX, 2000. Disponível em: < <https://coec.jatai.ufg.br/up/431/o/PNEX.pdf> >. Acesso em: out 2015.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em:< <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>>. Acesso em: agosto 2018.

MEC. Ministério da Educação. **PROEXT – Temas**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12242&ativo=488&Itemid=30881](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12242&ativo=488&Itemid=30881)>. Acesso em: out 2015.

PIZA, S. de O.; PANSARELLI, D. Sobre a descolonização do conhecimento – a invenção de outras epistemologias. Estudos de Religião, v. 26, n. 43, p. 25-35, 2012. Disponível em:< <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/3366-10321-4-PB.pdf>>. Acesso em: out 2015.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2015 – 2019**. Cruz das Almas – BA: UFRB, 2015. Disponível em:< [/www.ufrb.edu.br/soc/images/PDI/PDI\\_2\\_ETAPA\\_28\\_07\\_2016.pdf](http://www.ufrb.edu.br/soc/images/PDI/PDI_2_ETAPA_28_07_2016.pdf)>. Acesso em: agosto 2018.

## RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA A PARTIR DO PROJETO MULHERES DE FIBRA: FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA PARA MULHERES RURAIS DO ESTADO DA BAHIA

### REPORT OF AN EXTENSIONIST EXPERIENCE FROM THE PROJETO MULHERES DE FIBRA: TRAINING IN AGROECOLOGY FOR RURAL WOMEN OF THE STATE OF BAHIA

#### Ana Paula Inacio Diório

Professora do CETENS/UFRB  
anapaula.diorio@ufrb.edu.br

#### Tatiana Ribeiro Velloso

Professora do CETENS/UFRB  
tatiana@ufrb.edu.br

#### Tatiana Cristina Rocha

Professora do CCAAB/UFRB  
tatianarocha@ufrb.edu.br

#### Liz Oliveira dos Santos

Professora do CETENS/UFRB  
liz@ufrb.edu.br

#### Flávia Barbosa da Silva

Professora do CCAAB/UFRB  
barbosasilva\_f@ufrb.edu.br

## RESUMO

Esse artigo pretende apresentar o caminho que tem sido trilhado para a execução de um projeto cujo objetivo é a promoção de ações de formação em agroecologia e feminismo para mulheres rurais do estado da Bahia, além do fortalecimento de grupos produtivos de mulheres rurais da agricultura familiar, visando a autonomia, a segurança alimentar e nutricional e a conservação da biodiversidade com o envolvimento de agentes de assistência técnica e extensão rural através de ações de capacitação. O projeto faz parte do Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e envolve os Territórios de Identidade do Vale do Jiquiriçá, Litoral Norte/ Agreste Baiano, Recôncavo da Bahia e Portal do Sertão. As ações com os grupos de mulheres iniciaram a partir do diálogo com os Movimentos de Mulheres Rurais das localidades e a Câmara Técnica de Mulheres dos Colegiados Territoriais.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Feminismo. Soberania alimentar.

## ABSTRACT

This article intends to present the path that has been taken for the execution of a project whose objective is the promotion of training actions in agroecology and feminism for rural women in the state of Bahia, as well as the strengthening of productive groups of rural women in family agriculture, aiming at autonomy, food and nutritional security and biodiversity conservation with the involvement of technical assistance agents and rural extension through capacity building actions. The project, which is registered with the Pro-Rector of Extension of the Federal University of the Recôncavo of Bahia, involves four territories of identity of the state. The actions with the women's groups began from the dialogue with the rural women's movements of the localities and the women's technical chamber of the territories of identity.

**Keywords:** Agroecology. Feminism. Food sovereignty.

## INTRODUÇÃO

O projeto “Mulheres de Fibra: formação em agroecologia para mulheres rurais do estado da Bahia! visa promover ações de formação em agroecologia para mulheres agricultoras do interior de quatro territórios de identidade, no sentido de visibilizar o trabalho desenvolvido na agricultura familiar, em que os processos de transição agroecológica proporcionam, por um lado, o empoderamento e o fortalecimento da autonomia das mulheres rurais, e por outro, a geração de renda e de segurança alimentar e nutricional das famílias.

A agroecologia integra saberes científicos e populares enquanto experiência concreta de construção de relações sustentáveis e equitativas, voltadas para o desenvolvimento territorial. Estas práticas são exercidas pelas mulheres rurais nas propriedades da agricultura familiar que necessitam de estruturação e fortalecimento, assim como os sujeitos que praticam a construção de conhecimentos pautados na agroecologia e num movimento de transformação social a partir da produção sustentável dos alimentos e reprodução da vida e do trabalho.

Um dos objetivos do projeto é fomentar a agroecologia no apoio a transição dos modelos de agricultura e de desenvolvimento rural de maneira sustentáveis. A partir da ideia de sustentabilidade, como a capacidade desses processos perdurarem no tempo, agregando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas (SILIPRAND, 2015).

Os sistemas agroecológicos de produção são biodiversos, socialmente justos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético e estão associados a uma estratégia produtiva e intimamente ligadas à noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012). Assim, acredita-se que o fortalecimento dessas ações junto às mulheres rurais contribuirá para o empoderamento e para a soberania alimentar delas e fortalecimento das suas comunidades.

O debate acerca das questões de gênero e feminismo aflora junto das práticas agroecológicas, pois potencializam a participação das mulheres na unidade produtiva familiar, propondo relações mais igualitárias e permitindo que o trabalho das agricultoras fortaleça e dê visibilidade ao debate da soberania alimentar, da preservação e armazenamento das sementes crioulas, da biodiversidade e da cultura a partir do protagonismo das mulheres nos sistemas produtivos da agricultura familiar.

As ações do projeto contemplam a necessidade de mapeamento e sistematização de experiências de grupos de mulheres em quatro territórios rurais da Bahia: Portal do Sertão, Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Litoral Norte, contemplando diferentes biomas. Após o mapeamento e a sistematização, a coordenação pedagógica do projeto, composto por dez pessoas com representação da universidade e do movimento de mulheres, fará a construção da capacitação em feminismo e agroecologia, a partir de estruturação de unidades demonstrativas e do envolvimento de técnicas/os da assistência técnica.

O projeto é financiado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), e executado por uma equipe da UFRB, a partir do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB, do Centro de Formação de Professores – CFP e do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, iniciado em 2016 e está em execução.

## **AGRICULTURA, AGROECOLOGIA, FEMINISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO**

Na agricultura brasileira, seja a familiar ou a patronal, a ideologia predominante entende o pai de família como aquele mais preparado para participar de todo o processo de (re) produção trabalho (Woortmann, 1997). O que muitas vezes, mesmo dentro a agricultura familiar, coloca a mulher num papel secundário do ponto de vista da produção e principalmente o da negação da existência de famílias monoparentais femininas. Grupos esses, formados por mães e filhos, sob a chefia familiar da mulher, têm presença marcada nas áreas da região semiárida nordestina, em decorrência, por exemplo, da migração masculina em épocas das secas provocadas pelas irregularidades das chuvas. O reconhecimento do pai como o vetor central da unidade agrícola familiar reforça ainda mais a desigualdade de gênero e de geração, porque filhos e esposas também conhecem e participam das várias etapas do processo produtivo (MELO, 2002).

E por isso se faz necessário, para o debate atual, estabelecer uma análise sobre a problemática da desigualdade de gênero existente no campo considerando a origem da opressão da mulher nas transformações ocorridas nas relações humanas, especialmente, nas relações econômicas (TOLEDO, 2008).

Sendo assim, é importante destacar que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser naturalizadas, a partir das características biológicas ligadas ao

sexo, mas serem compreendidas como os papéis de gênero que vão mudando ao longo da história e a partir da cultura dos diferentes grupos.

Para Costa e Nunes (2014, p. 4) uma das causas responsáveis por reforçar a opressão da mulher foi

a divisão sexual do trabalho no campo, pois nas famílias que trabalham em regime de economia familiar, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, também se responsabilizam pela criação de pequenos animais e da horta de hortaliças, além de participarem ativamente nos trabalhos agrícolas, todavia, suas atividades não são consideradas como trabalho por não terem um retorno econômico. Suas atividades não são consideradas trabalho, e, portanto, não fazem parte da composição da renda familiar, sendo consideradas apenas uma extensão das suas atividades domésticas, não remuneradas. O que torna invisível o papel da mulher na agricultura familiar.

Nesse sentido, Heredia e Cintrão (2006) afirmam que as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres concentram-se nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não remunerado”, que em 2002 absorviam respectivamente 42% e 39% das mulheres ocupadas na agricultura. Esse dado mostra como a divisão criada pelo sistema capitalista ainda reforça a valorização do trabalho “produtivo” em detrimento do trabalho “reprodutivo” delegado as mulheres com advento desse sistema econômico como uma extensão do trabalho doméstico que não gera lucros.

Diante do exposto, torna-se relevante pensar maneiras de valorização e reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, como agricultoras. Além disso, a sensibilização quanto à importância de se pensar os rumos que a agricultura, a produção de alimentos e a participação dos agricultores familiares vêm tomando desde a Revolução Verde e do advento massivo da biotecnologia. Para com isso, contribuir via promoção da inclusão produtiva dessas mulheres seja através do trabalho na produção familiar, associações, cooperativas e/ou nos grupos produtivos.

A Revolução Verde, metodologia elaborada no pós-guerra (1945) pela Fundação Rockfeller, difundia que o aumento da produção só seria possível se os sistemas agrícolas tradicionais passassem por uma integração econômica e tecnológica ao sistema global, assim como pregava que o desenvolvimento e o progresso, obrigatoriamente, levariam a substituição de variedades locais pelas melhoradas. Mas essa integração gerou uma série de impactos negativos, inclusive, para as mulheres trabalhadoras do campo (ALTIERI, 2012).

Aliado a tudo isso, não se pode descolar o feminismo como um movimento de mulheres que dialoga diretamente com a agroecologia devido à natureza dessa ciência, a qual propõe uma relação respeitosa com o meio ambiente e com as pessoas a preocupação com a produção de alimentos diversificados, sem agrotóxicos e com a qualidade de vida das famílias agricultoras e dos envolvidos na produção, seja consumidores ou beneficiados (SILIPRAND, 2015). Ou seja, o movimento agro-

ecológico assim como o feminismo propõe uma mudança radical na sociedade e no modelo produtivo vigente que cria hierarquias e opressões para um modelo de desenvolvimento pautado na equidade de gênero, geração, raça e classe.

Sendo assim, o debate acerca dessa tríade: agricultura, agroecologia e feminismo são relevantes para avançarmos no fortalecimento de grupos produtivos de mulheres e, conseqüentemente, na agricultura familiar e na construção de políticas públicas que considere que há mulheres agricultoras agroecológicas movimentando a economia no campo e produzindo a subsistência das famílias camponesas e alimentando as cidades brasileiras.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DE FIBRA

Previsto para acontecer em quatro etapas, as quais estão divididas por metas, o projeto se assenta numa metodologia qualitativa cuja extensão e a pesquisa se integram de maneira indissociável. A primeira meta diz respeito ao mapeamento e a sistematização de experiências de grupos de mulheres rurais em processo de transição agroecológica; a segunda, com a implantação de unidades demonstrativas de quintais agroecológicos em diversos biomas; a terceira, com a realização de atividades de formação/capacitação sobre feminismo e agroecologia para técnicas/os das entidades e empresas que desenvolvem atividades nos programas de organização produtiva e ATER; e quarta, com a realização de atividades de formação/capacitação sobre feminismo e agroecologia para mulheres rurais.

**Quadro 1.**  
Distribuição dos grupos por comunidades distribuídos por Território de Identidade e Município do estado da Bahia

Território	Municípios	Comunidades/Grupos
Portal do Sertão	Antônio Cardoso	Paus Altos
	Feira de Santana	Matinha dos Pretos
	Irará	Baixinha
Recôncavo da Bahia	Cruz das Almas	Lagoa do Cedro, Baixa da Linha e Vila Guaxinim
	Santo Antônio de Jesus	Sapucaia
	São Felipe	Copioba Mirim e Bom Gosto
Vale do Jiquiriçá	Lage	Mulheres na Luta do Km 17
	Mutuípe	Riacho da Cruz/Mulheres Guerreiras
	São Miguel das Matas	Moenda Seca/ Vida Digna
	Maracás	Candeal, Pindobeira, Covas, Gavião, Cachoeirinha, Assentamento Cumbe, Boa Vista, Xamdu e Camulengue
Litoral Norte	Alagoinhas	Rio Branco e Boa União
	Catu	Riachão Pereira, Flechas, Rio Negro e Panelas

Fonte: Arquivo do Projeto

O projeto abrange cerca de 400 mulheres entre os quatro Territórios de Identidade envolvidos. Sendo assim, cada grupo (Quadro 1) é composto por, aproximadamente, vinte e cinco mulheres, os quais foram selecionados a partir da relação com as câmaras técnicas de mulheres de cada território.

Portanto, o Quadro 1 apresenta os grupos de mulheres que participam do projeto. Todos esses grupos foram visitados para apresentação da proposta e o início das atividades através do diálogo acerca das possibilidades de sua execução, além de conhecer o trabalho de cada grupo e iniciarmos o debate acerca da Agroecologia e do Feminismo (Figuras 1, 2 e 3).



**Figura 1.** Mulheres da Associação de Bom Gosto, São Felipe - BA

Fonte: Arquivo do Projeto



**Figura 2.** Grupo de Mulheres da Associação Comunitária de Lagoa do Cedro, em Cruz das Almas - BA

Fonte: Arquivo do Projeto

**Figura 3.** Dia do encontro com o grupo de mulheres da Associação Do Bom Gosto, em São Felipe – BA



Fonte: Arquivo do Projeto

A metodologia utilizada no projeto é a participativa, a qual tem permite desenvolver a pesquisa e a extensão de forma dialogada com os conhecimentos científicos e com os conhecimentos populares. Como instrumento de coleta de dados para condições de compreender os estágios de cada grupo quanto à produção e a comercialização dos produtos, tem sido realizado o Diagnóstico Rural Participativo – DRP. A escolha pela metodologia participativa é por acreditar em sua capacidade de estimular o empoderamento das agricultoras familiares, contribuindo para o seu crescimento econômico, social e cultural (KRUMMER, 2007).

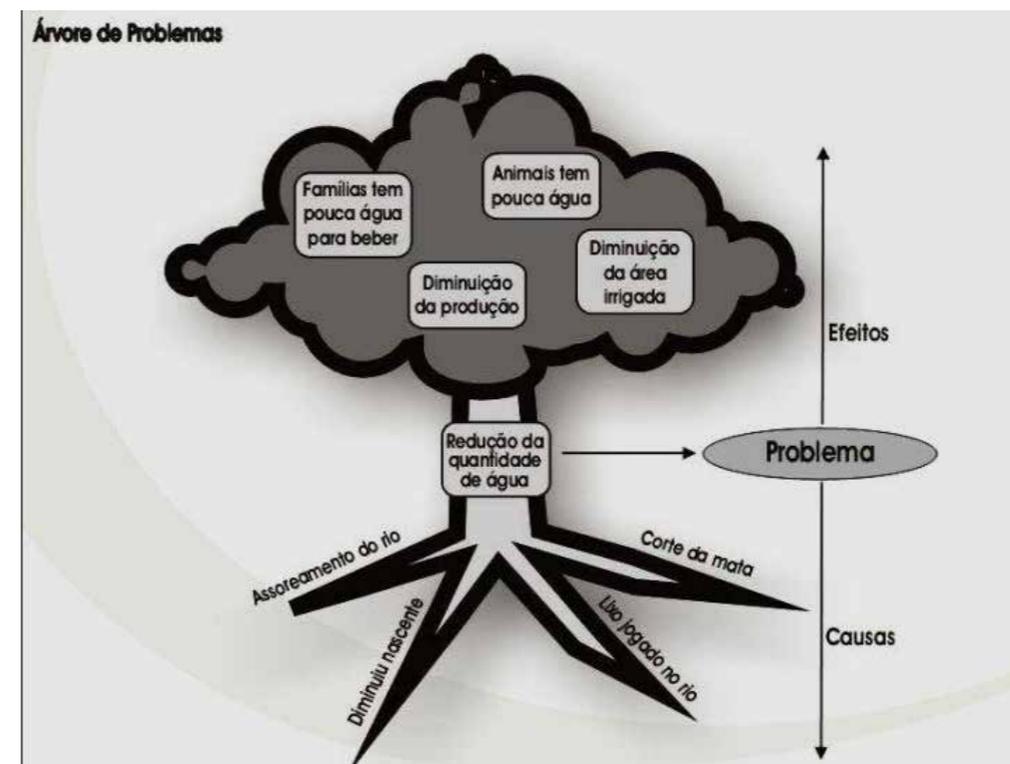
Apesar do caráter extensionista dessa ação, entende-se que o fazer da extensão universitária não se dissocia da pesquisa e do ensino, os quais compõem um tripé de sustentação da própria universidade, a partir de sua função como uma instituição pública de educação de qualidade e socialmente referenciada. Sendo assim, esse projeto também possui uma fase de pesquisa importante para seu desenvolvimento, no que diz respeito ao conhecimento dos espaços e dos fazeres dos grupos produtivos. Essa dinâmica permite uma qualificação das ações extensionistas de formação, como a implantação de quintais agroecológicos e o incentivo a criação e o fortalecimento dos bancos de sementes crioulas.

### **DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES: APRENDIZADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Foi possível identificar os diversos estágios de organização e de transição agroecológicas dos grupos de mulheres que participam do projeto. Há aqueles que estão mais organizados quanto um coletivo de mulheres, assim como há aqueles que já desenvolvem práticas agroecológicas ou estão em transição agroecológica, seja de forma mais individualizada ou a partir da relação com as atividades do grupo produtivo.

Na segunda etapa do projeto, na qual tem foi desenvolvida a pesquisa participativa, foram realizados os diagnósticos rurais participativos (DRP) em todos grupos. A partir dessa metodologia, foram empregadas três ferramentas que possibilitaram os objetivos das ações de formação, a partir da compreensão das

realidades locais: árvore de problemas, o calendário agrícola e o mapa da comunidade. A Figura 4 ilustra a ferramenta da árvore de problemas.



Fonte: Verdejo (2010).

Esses instrumentos têm permitido levantar informações, a partir da participação e protagonismo das mulheres das comunidades. Essa participação se torna essencial na prática de ações extensionistas que desejam construir conhecimentos a partir do diálogo e da necessidade dos grupos quanto à formação.

A árvore de problemas permite compreender qual o principal problema que afeta a vida na comunidade, suas causas e efeitos. Uma questão que tem aparecido com frequência, é a falta de acesso a água potável. Esse tem sido um fator recorrente, entre outros, que aparece como principal problema apontado pelas mulheres de diferentes territórios, seja pela diminuição do regime de chuvas, retirada da cobertura vegetal e desaparecimento de nascentes, o assoreamento dos rios e até o impedimento do acesso as nascentes por latifundiários que compram as terras e junto delas o bem hídrico de algumas regiões.

O mapa da comunidade também tem sido um instrumento importante no levantamento de informações sobre as condições de vida, o acesso à água potável, energia elétrica, qualidade de moradia e na visualização da estrutura social da comunidade como: o número de lares, o tipo de ocupação de seus habitantes, entre outros (VERDEJO, 2010).

O calendário agrícola tem uma função especial para esse projeto, voltada para a construção de um quintal agroecológico nas comunidades. Com a função de informar so-

**Figura 4.** O instrumento da Árvore de Problemas do Diagnóstico Rural Participativo

bre as estações agrícolas e as atividades produtivas da comunidade como o tipo de cultivo, o tipo de criação e ao tempo adequado para cultivá-lo e às atividades agrícolas realizadas (VERDEJO, 2010). Esse instrumento tem permitido dialogar com as mulheres acerca dessa possibilidade do quintal agroecológico a partir da demanda e interesse do grupo, além de um potencial gerador de renda para as famílias envolvidas.

Nesse sentido, esse projeto além do mapeamento, garante a formação em agroecologia e feminismo para contribuir no fortalecimento dos grupos como um espaço coletivo de desenvolvimento de práticas agroecológicas, empoderamento feminino, soberania alimentar e renda através da comercialização de seus produtos.

Na maioria das comunidades, de alguma forma, as mulheres são envolvidas com experiências agroecológicas, seja através do grupo produtivo ou em espaços cultivados em suas casas. E por isso, reafirma-se que elas devem participar ativamente nas diversas instâncias do movimento agroecológico (ANA, 2008). Porém, na prática, a realidade é que as mulheres têm ocupado ao longo da história, principalmente, o espaço privado enquanto os homens têm estado à frente das experiências agroecológicas quanto elas quando destaque, principalmente, no mercado da comercialização. O que reforça a invisibilidade do trabalho da mulher no campo, e em especial, nas experiências agroecológicas.

Outras ações desenvolvidas através do projeto foram a viabilização da participação das mulheres em espaços de comercialização como: VIII Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), que aconteceu em Salvador, no período de 26 de novembro a 3 de dezembro de 2017. Cerca de quinze mulheres participaram representando os territórios de identidade que compõe o projeto e expuseram seus produtos para comercialização durante toda feira. No período de 08 a 10 agosto de 2008 elas participaram como expositoras, na integração com a FAESOL, da I Feira do Projeto Mulheres de Fibras e realizaram a I Feira de Troca de Sementes Crioulas entre mulheres, envolvendo os grupos de mulheres produtivas e os bancos de sementes do projeto.

Tanto a FEBAFES como a FAESOL possuem o objetivo de visibilizar os grupos da agricultura familiar e da economia solidária, com interação e participação das universidades, dos institutos federais, das organizações e dos movimentos sociais. São espaços de diálogo, socialização e comercialização entre os produtores e consumidores, estimulando a prática do consumo consciente e solidário. Ainda no planejamento de 2018, está confirmada a participação das mulheres na IX Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), no período de 25 de novembro a 2 de dezembro de 2018, organizadas por território para participar da feira expondo seus produtos e fazendo o intercâmbio entre os grupos.

Em relação aos bancos de sementes, foi implantado na Comunidade de Lagoa do Cedro, em Cruz das Almas e com apoio nas comunidades de Maracás e de Catu, e em implantação na Comunidade da Matinha dos Pretos, em Feira de Santana.

É preciso buscar formas de valorizar as práticas das mulheres, tornar visível este trabalho e incentivar a participação delas nos espaços de formação, de luta, de-

bate e gestão de programas e políticas voltadas para a agricultura familiar agroecológica (LADEIRA et al, 2013).

Freire (1983) lembra o quanto é difícil compreender e praticar a “extensão” no campo, já que é comum uma visão ingênua da realidade, cuja superioridade e dominação de muitos que se propõem a fazer extensão acaba por se sobrepor ao conhecimento frente ao mundo dos sujeitos, os tratando como objetos receptores de informações.

Por isso, torna-se importante a pesquisa e a extensão que valorize os sujeitos e seus modos de vida e estar no mundo e as suas práticas aprendidas através do conhecimento transmitido de geração a geração.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 1983, p.16).

Para além da formação dos grupos de mulheres rurais, o projeto conta com ações de formação de agentes de assistência técnica e extensão rural nos territórios, o fortalecimento do acesso ao mercado pelos grupos, a implantação de um quintal agroecológico, a partir da demanda de cada grupo e um banco de sementes crioulas em cada um dos territórios de identidade. E com isso, contribuir para um legado que ajude na construção e fortalecimento da cultura agroecológica entre as mulheres desses territórios, certas de que elas serão multiplicadoras desses conhecimentos e dessas ações. Além de cooperar para a soberania alimentar e nutricional das comunidades envolvidas, para a agricultura familiar e na busca das mulheres pela equidade de gênero e reconhecimento do seu trabalho.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante da experiência apresentada a partir do projeto de formação Mulheres de Fibras, o qual está em andamento desde o ano de 2016, pode-se observar algumas questões importantes e frentes que precisam ser trabalhadas e debatidas, para além da temática principal do projeto cujo foco é tríade: agroecologia, agricultura familiar e feminismo.

A partir dos Diagnósticos Rurais Participativos (DRP), que foram realizados com os grupos de mulheres, alguns problemas apontados precisam de uma abordagem especial, como a dificuldade de acesso a água potável. O qual tem aparecido de forma recorrente em todos os territórios, mesmo aqueles com um regime de chuvas regular. O que nos aponta que o acesso ao recurso hídrico envolve outras questões que precisam ser refletidas, como a questão agrária no que diz respeito ao acesso à terra pelas mulheres, uma pauta antiga nos movimentos de mulheres, especialmente, do nordeste brasileiro.

As atividades formativas têm sido espaços importantes na construção e na interação entre saberes das comunidades e dos grupos de mulheres na relação com a universidade. São espaços de diálogos essenciais para a construção de referenciais de práticas e de sistematização de conhecimentos nos temas da agroecologia e feminismo.

A construção de quintais agroecológicos tem sido essencial desde o processo de seu planejamento até a sua execução. Portanto, a construção dos quintais junto dos grupos de mulheres estabelece uma forma de fortalecer a coletividade e, conseqüentemente, os grupos produtivos e a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Esta construção a partir da unidade de aprendizado, além de deixar um legado de formação para que essas mulheres sejam multiplicadoras de práticas agroecológicas em suas comunidades e em seus territórios de identidade, tem o propósito de proporcionar o reconhecimento e a visibilidade de um trabalho realizado por estas mulheres.

A capacitação dos agentes de ATER dos territórios, a partir do debate da questão de gênero, tem contribuído para reflexão acerca de prática de assistência técnica que considere as mulheres e seu importante papel na agricultura familiar e, especialmente, no desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Acredita-se que as ações de formação junto aos grupos de mulheres rurais permite, por um lado, o seu empoderamento como agriculturas familiares e (re) produtoras de suas subsistências e de suas famílias, função muitas vezes reconhecida apenas nos homens, e por outro, do processo de formação com os sujeitos da universidade, a partir da relação entre extensão e pesquisa, com contribuições para o ensino e para formação acadêmica implicada com modelos de desenvolvimento a partir da agroecologia e do feminismo no fortalecimento da agricultura familiar.

## AGRADECIMENTOS

À Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) pelo financiamento do Projeto Mulheres de Fibras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres construindo a agroecologia. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2008.
- COSTA, M, M.; NUNES, J.B.A. **Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania**. Anais XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp>. Consultado em 27 de abril de 2015.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera Presidente Prudente** – Ano 9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006 – pp. 1-28 - ISSN 1806-6755
- KRUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar: conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador – BA: GTZ/EBDA/PRORENDA, 2007.
- LADEIRA, P. D.; FEITAL, A. A.; CARDOSO. **Gênero e Agroecologia: resignificando o papel da mulher agricultora e nos espaços públicos e privados**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS, 2013.
- MELO, L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, novembro de 2002.
- SILIPRAND, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos no Sul e sitiantes no Nordeste**. Ed. Hucitec/ Ednub, 1997.

# ESTRATÉGIAS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO RADIOFÔNICA NO RECÔNCAVO DA BAHIA

## STRATEGIES FOR RADIO EDUCATION IN THE BAHIA RECONCAVO

### Jesus Manuel Delgado Mendez

Doutor, Laboratório de Intervenção Socioambiental/UFRB  
jesusd@uol.com.br

### Renato de Almeida

Doutor, PET Mata Atlântica/UFRB e Instituto BiomaBrasil  
renato.almeida@ufrb.edu.br

### RESUMO

A educomunicação compartilha possibilidades infinitas de intervenção social, principalmente se conjugada com a potencialidade do rádio, que apresenta longa trajetória de experiências e reflexões. O projeto Enciclopédia Ambiental abordou diferentes temas, para diferentes demandas regionais no Recôncavo da Bahia, incluindo o apoio à educação formal. Foram produzidos 64 programas e dois encartes distribuídos entre 2012 e 2016. O projeto completou 12 horas de gravação e 150 horas de difusão em três diferentes cidades. O interesse mercadológico das emissoras e a necessidade de aproximar os programas radiofônicos aos objetivos educativos foram os dois principais desafios. Contudo, foi possível refletir sobre as estratégias adotadas e fazer apontamentos ao aprimoramento do trabalho.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental. Rádio. Educação.

### ABSTRACT

Educational Communication shares endless possibilities of social intervention, especially if coupled with the potential of radio, which has a long trajectory of experiences and reflections. The Environmental Encyclopedia project addressed different themes for different regional demands in the Bahia Recôncavo, including support for formal education. There were 64 programs and two inserts, distributed between 2012 and 2016. The project completed 12 hours of recording and 150 hours of diffusion in three different cities. The marketing interest of broadcasters and the need to bring radio programs closer to educational objectives were the two main challenges. However, it was possible to reflect on the strategies adopted and make notes on the improvement of the work.

**Keywords:** Environmental Education. Radio. Education.

## INTRODUÇÃO

Consolidado internacionalmente pela UNESCO como “mídia-educação”, a Educomunicação sofre com a falta de projetos e incentivos que melhorem a educação e a capacidade reflexiva em nosso país, se constituindo em uma das principais barreiras ao seu desenvolvimento (FRANÇA & LIMA, 2016). Impulsionado por movimentos populares latino-americanos, que integraram a Comunicação e a Educação, a educomunicação surgiu como campo de atuação crítica e transformadora endereçada à intervenção social, ao fortalecimento dos espaços de expressão na sociedade e à promoção da justiça social. Isso ampliou o debate político vinculado à cidadania, à liberdade de expressão e à interculturalidade, auxiliada por recursos tecnológicos e linguagens do cotidiano (TOTH *et al*, 2012).

No Brasil, experiências em educomunicação ocorreram pelo associativismo entre ONGs, instituições de ensino e movimentos populares, sobretudo em espaços não escolares, posto o tímido apoio governamental à sua implantação, especialmente no contexto da educação formal (DELIBERADOR & LOPES, 2011). Desde sempre, a mídia radiofônica se destacou enquanto importante recurso tecnológico de auxílio à educomunicação.

O rádio sempre foi valorizado como inclusivo, democrático, interativo, com baixo custo de aquisição e manutenção de receptores, superação de distâncias e dificuldades de acesso, familiaridade do seu público com o veículo; mas também por abraçar princípios da pluralidade, participação, valorização da cultura local e da sua lógica de produção/recepção, além do exercício da cidadania (VENTURA, 2007; OLIVEIRA, 2008; ANDRELO & KERBAUY, 2009). São, também, características complementares que reforçam seu poder de uso e capilaridade social: a abrangência e o regionalismo, a portabilidade, o imediatismo e instantaneidade, autonomia do ouvinte, interatividade, personalização/customização, oralidade, linguagem simples, e o baixo custo (RAMOS & FARIA, 2014). Apesar disso, o uso do rádio para fins educativos segue sendo um desafio.

O presente estudo discute estratégias adotadas pelo projeto “Enciclopédia Ambiental” e aponta caminhos prioritários ao seu desenvolvimento, com base em reflexões epistemológicas das potencialidades da interface entre comunicação e educação, além de ampliar as possibilidades de expressão comunicativa. Em última análise, trata-se de uma experiência de produção e difusão radiofônica desenvolvida entre 2012 e 2016, com o propósito de atender diferentes demandas do contexto socioambiental no Recôncavo da Bahia, especialmente nos municípios de Maragogipe, Cruz das Almas e Sapeaçu.

## A TEORIA DO RÁDIO E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS

As primeiras experiências em transmissão falada, sem fios, por ondas eletromagnéticas foram conduzidas no Brasil, em 1893, pelo padre e cientista Roberto Landell de Moura (PIMENTEL, 2004), mas a primeira transmissão radiofônica oficial ocorreu em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil.

Em 1923, foi inaugurada a Rádio Sociedade, que superou os muros da escola e levou o ensino formal aos brasileiros. Por isso, se afirma que o rádio começou educativo e cultural, sendo possível distinguir pelo menos seis diferentes fases da evolução do rádio em nosso país (BLOIS, 2003). Estas fases são marcadas pela oscilação do papel do Estado, intercalando momentos de aproximação e afastamento até 1995, quando abdicou do seu papel controlador (e até mesmo fomentador da educação e cultura) e abriu espaço à atuação das associações e demais grupos da sociedade civil organizada. Esses fatos históricos sugerem a existência de forças que disputam esse domínio ideológico do rádio entre a perspectiva educativa e aquela de cunho popular/comercial.

Ao se analisar a produção científica brasileira entre 1991 e 2001 denota-se preponderante esforço de resgate histórico do rádio em nosso país, mas com uma lacuna epistemológica relativa à Teoria do Rádio (HAUSSEN, 2004).

Entre 1927 e 1932 Bertolt Brecht escreveu cinco artigos curtos, compondo o que chamamos de “Teoria do Rádio”. Naquele momento o grande meio de comunicação de massa era o cinema, enquanto o rádio surgia como substituto ao telégrafo, daí ser conhecido como “sem fio”. A radiofonia já existia há pelo menos duas décadas, mas sem despertar o interesse comercial. Inicialmente fora usada em 1916 por rebeldes irlandeses para divulgar suas conquistas; mas também em 1917 na mobilização política durante o regime revolucionário russo; ou mesmo em 1918-1919 na revolução operária alemã (FREDERICO, 2007). Entusiasmado com o progresso técnico do rádio, Brecht faz apontamentos que se mostram proféticos ainda hoje. Destaca-se o monopólio do “comércio acústico” e aquilo que Frederico (2007) chamou de “vampirismo”.

Brecht criticou o crescente monopólio do “comércio acústico”, conduzido por grupos econômicos que se apossaram da transmissão e transformaram o público

em mero receptor, transformando esse invento revolucionário (o rádio) *numa velharia (um descobrimento antediluviano)*.

Aqueles que valorizam a rádio, o fazem porque veem nela uma coisa para a qual se pode inventar algo. Já não teria razão se no momento que fosse inventado algo tivesse que inventar a rádio... Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes, está em uma situação ruim. Mas pior ainda são os ouvintes que não encontram qualquer pessoa com algo a dizer (BRECHT, 2003).

Ele também complementa:

Não era o público que esperava o rádio, senão o rádio que esperava o público; e para caracterizar com mais exatidão ainda a situação da radio-difusão, digamos que não era a matéria-prima que, em virtude de uma necessidade pública, esperava métodos de fabricação, mas os métodos de fabricação que esperavam angustiosamente uma matéria-prima (BRECHT, 2003).

Segundo Frederico (2007), *o rádio foi atrás do público “alheio” e passou a transmitir notícias para atrair os leitores de jornal; esporte, para concorrer com os estádios esportivos; entre outros*. E assim, parece que o rádio não criou nada de novo, mas apenas reproduziu procedimentos próprios dos meios anteriores. O surgimento de um novo meio de comunicação parece condenado a representar o papel de vampiro que se alimenta das invenções anteriores. A visão de Brecht é tão profética que agora observamos o serviço de streaming, por exemplo, tomando o público da televisão; ou aplicativos tomando o público da telefonia móvel.

O próprio Brecht reivindica a transformação desse aparelho de distribuição num verdadeiro instrumento de comunicação ao afirmar que:

Mas não é absolutamente a nossa missão renovar as instituições ideológicas, com base na ordem social estabelecida, por meio de inovações, mas com nossas inovações teremos que impulsionar a sua missão básica. Portanto, em prol das inovações, contra a renovação! Mediante sugestões contínuas, incessantes, para a melhor utilização dos aparatos aos interesses da comunidade, teremos que estremecer a base social desses aparatos, discutir seu emprego ao interesse de poucos (BRECHT, 2003).

A Teoria do Rádio influenciou Walter Benjamin que criou modelos de audição de música no rádio e escreveu sobre as possibilidades abertas por esse aparato, causando profundo impacto sobre a importância da estética. Esses modelos foram, mais tarde, retomados outros expoentes da Escola de Frankfurt. A Escola de Frankfurt é, simultaneamente, um grupo de intelectuais e o desenvolvimento de uma teoria social que se desdobra em quatro fases entre 1920 e 1980; e que apesar de sugerir uma unidade geográfica teve produção expressiva fora da Alemanha. A perseguição nazista e a emigração destes intelectuais aos Estados Unidos provocaram rupturas paradigmáticas com o materialismo histórico e a dialética da razão iluminista, criando a dialética do esclarecimento (FREITAG, 1990).

Se antes, acreditava-se que a razão se realizaria concomitantemente com a liberdade, a autonomia e o fim do reino da necessidade (visão kantiana); o novo paradigma reconhece a *onipotência do sistema capitalista, capaz de deturpar as consciências individuais, narcotizar a racionalidade e assimilar os indivíduos ao sistema estabelecido* (FREITAG, 1990). Em linhas gerais, a superabundância das sociedades capitalistas tornaria impotente a classe trabalhadora pela produção de “necessidades falsas”, por ação das mídias (propagandas) e pelos produtos comercializados que doutrina e manipulam, transformando o indivíduo em ser padronizado, mecanizado, dominado e privado de suas escolhas.

Essa sociedade do consumo, *mediada por um ambiente tecnológico* que impõe padrões e ideologias ao indivíduo foi chamada por Marcuse (1973) de “Sociedade Unidimensional”, caracterizada pela grande quantidade de produtos, mas sem liberdade de pensar, agir e viver. Nessa sociedade, a racionalidade tecnológica converte-se em racionalidade política, pois o indivíduo absorve ou consome as reações, ideias e hábitos intrinsecamente ligados aos produtos, identificando-se com os produtores (indústria).

É válido destacar que o apogeu da civilização industrial é marcado pela intensa unidimensionalização da cultura mundial. Uma vez que as mídias e as mercadorias são generalizadas pela propaganda, a doutrina que transportam torna-se realidade e nenhum esforço é exigido ao consumidor, que se torna objeto da indústria. E assim, o Homem Unidimensional passa a ser detentor de uma “Consciência Feliz” ou uma “Euforia na Infelicidade” de grande conformismo, resultante da extrapolação do racionalismo tecnológico para a esfera social.

Neste cenário talvez não exista espaço para uma aproximação entre a mídia radiofônica e a escola (ou qualquer outro espaço educativo) por meio de programas empenhados em resgatar cidadania, promover discussão crítica das realidades regionais e impulsionar transformação social.

## A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ENCICLOPÉDIA AMBIENTAL

A “Enciclopédia Ambiental” produziu material didático diversificado, incluindo 64 arquivos de áudio digitalizados, 02 encartes (brochura) e 01 vídeo. Foram valorizadas 16 temáticas semanais de importância regional. Cada tema, semanal, estava composto por quatro tópicos destinados a apresentar um conceito, um problema, uma curiosidade, e uma ecotática (Tabela 1).

**Tabela 1.** Exemplo de cronograma com quatro temas da Enciclopédia Ambiental

SEMANA TEMA/ TÓPICO	2ª Feira Conceitos	3ª Feira Problemas	4ª Feira Curiosidades	5ª Feira Ecotática	6ª Feira Repetem
<b>Semana 01 Resex</b>	Reserva Extrativista: Um pacto com a natureza A1 16/jul	A Tragédia dos Comuns B1 17/jul	Conhecendo uma Resex C1 18/jul	Como conservar a Resex da Baía do Iguape D1 19/jul	20/jul A1 C1 D1
<b>Semana 02 Conselho Gestor</b>	Conselho Gestor. Com as Mãos na Massa A2 30/jul	Coletivismo versus Individualismo B2 31/jul	Quem forma nosso Conselho? C2 01/ago	Do Indivíduo para o Mundo D2 02/ago	03/ago B2 C2 D2
<b>Semana 03 Bacias Hidrográficas</b>	Mais que um nome bonito: B.H A3 06/ago	Usando e Abusando sem cuidados! B3 07/ago	Conhecendo um Rio Amigo C3 08/ago	A Bacia como Unidade Territorial D3 09/ago	10/ago A3 B3 D3
<b>Semana 04 Manguezais</b>	Manguezais: onde a vida explode A4 13/ago	Destruindo a Galinha dos Ovos de Ouro B4 14/ago	Ah, Isso! São coisas de Mangue! C4 15/ago	Cuidando dos Cílios do Mar D4 16/ago	17/ago A4 B4 D4

O passo inicial compreende a definição de temas semanais, conforme o interesse das instituições governamentais e demais parceiros, complementados por pesquisa de gabinete. Assim, um roteiro (texto dissertativo, diário, com cerca de 500 palavras) consolidava a base dos conteúdos a serem abordados sobre um determinado tópico. A reunião de 32 roteiros configurava a formação de um encarte tipo brochura. O segundo passo ocorria em estúdio, com uso do software Sony Sound Forge Audio Studio para gravação dos programas (arquivos em formato MP3, com aproximadamente 5 minutos) mediante leitura interpretada dos roteiros, além da edição com inserção de jingle, créditos autorais, entre outros.

Em seguida, os programas foram compartilhados com as emissoras, usando um pendrive com todos os arquivos MP3. Ressalta-se que o programa Enciclopédia Ambiental se desenvolveu mediante demandas específicas, ora no contexto da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape (Maragogipe-BA), ora no contexto de um projeto de gestão de resíduos sólidos urbanos (Sapeaçu-BA). Então, a escolha e a sequência de temas passaram por variações em cada cidade. De qualquer forma, observou-se crescente acúmulo de roteiros e arquivos. Cruz das Almas (BA) teve longo tempo de difusão (24 meses) (Tabela 2). O número de repetições e os horários de difusão dependeram de acordos prévios com cada emissora.

**Tabela 2.** Indicadores de resultados do Programa Enciclopédia Ambiental em municípios do Recôncavo da Bahia

	Maragogipe	Sapeaçu	Cruz das Almas
População estimada <sup>1</sup>	46.106	18.083	64.552
IDH-M <sup>2</sup>	0,621	0,614	0,699
Tipo de Emissora	Comercial (AM)	Comunitária (FM)	Comunitária (FM)
Período	07 meses	04 meses	24 meses
Número de arquivos	64	32	64
Tempo gravação (h)	4,9	2,5	4,9
Tempo difusão (h)	35,0	13,3	108,3

É importante destacar que se tentou alguma aproximação com as escolas da educação básica. Assim, junto com os arquivos MP3, as emissoras receberam orientações e um cronograma de difusão, igualmente distribuído entre os professores da educação básica do município atendido, de modo que o professor tinha total ciência prévia do programa a ser discutido naquele respectivo dia. Sempre que possível, a emissora também repetia um mesmo tópico 2 ou 3 vezes/dia, sempre em horários previamente definidos. Então, mediante qualquer impossibilidade de aproveitar o programa em sala de aula seria possível ouvi-lo no contra-turno escolar, enquanto reforço ou atividade complementar.

Também foram distribuídos 1000 exemplares do encarte brochura (500 em Maragogipe e 500 em Sapeaçu) aos professores da educação básica durante a Jornada Pedagógica Municipal. Experiência complementar também foi conduzida com a adaptação de um dos roteiros para a produção de audiovisual.

## REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS

O projeto Enciclopédia Ambiental encontra-se em momento reflexivo sobre as estratégias adotadas até o presente. Acreditamos que diferentes enfoques possíveis concorrem entre si e dificultam uma discussão mais objetiva. O próprio interesse na difusão radiofônica para o desenvolvimento da educomunicação, a produção de materiais didáticos, a interface com a educação básica e perspectivas da educação ambiental (tanto no contexto da educação formal, não formal e informal) representam alguns desses enfoques, mas cada um exigindo metas e indicadores específicos, difíceis de serem analisados em um mesmo corpo textual.

Em linhas gerais, destacam-se dois desafios interligados enfrentados pelo projeto “Enciclopédia Ambiental” para operacionalizarmos a educomunicação pelas rádios: o interesse mercadológico das emissoras e a necessidade de aproximar os programas radiofônicos aos objetivos educativos.

Sobre o interesse mercadológico, afirma-se que a experiência no recôncavo baiano valorizou o diálogo prévio com as rádios da região (comerciais ou comunitárias), mas a escolha da emissora considerou a localização geográfica, a abran-

<sup>1</sup> IBGE (2016)

<sup>2</sup> PNUD (2010)

gência e a negociação financeira. Nenhuma das rádios cobrou valores ou taxas, embora o diálogo com rádios comunitárias tenha sido mais frutífero. Foi difícil promover a inserção dos programas na grade semanal das rádios comerciais, pois isso implicava em prejuízos comerciais previamente estabelecidos com instituições, locutores e outros profissionais que já haviam adquirido o direito de uso de determinado horário comercial.

Vale salientar que embora seja um serviço público, a radiodifusão se apresenta quase que totalmente voltada ao entretenimento e ao gênero informativo (em menor escala), de modo que a comercialização de espaços publicitários tornou-se a principal finalidade. Não raramente se constatou algum “loteamento” de horários nobres a lideranças religiosas e partidárias.

Ainda sobre o interesse do mercado, ressalta-se que, recentemente, a Lei Federal 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 promoveu reformas no Ensino Médio. O Art. 10, por exemplo, inseriu parágrafos autorizando o MEC a celebrar convênios com o setor de radiodifusão para divulgação gratuita de programas e ações educacionais relativos à educação básica, profissional, tecnológica e superior; sempre com exclusiva veiculação de mensagens mediante o caráter de utilidade pública. Ainda que esses ajustes possam representar uma superação do Decreto-Lei nº 236/1967, editado sob a égide do AI-4 para regulamentar a radiodifusão, nos preocupa a suposta “imparcialidade” do Estado legislador impregnado de interesses próprios que, definitivamente, abdicou do controle estatal. Tanto que a Lei Federal 13.424 de 28 de março de 2017 (50 dias após aquela) passou a permitir que estrangeiros detenham até 30% do capital total e do capital volante de uma emissora, podendo exercer a gestão das atividades e até mesmo o estabelecimento do conteúdo programático.

Essa força do mercado, por consequência, acaba interferindo em outro desafio que retrata a dificuldade para conceber um programa radiofônico concatenado aos objetivos educativos e passíveis de monitoramento. Em linhas gerais, a programação radiofônica é balizada por pesquisas de audiência, especialmente nas rádios comerciais. Esse panorama torna difícil projetar iniciativas que se aproximem da educação formal, por exemplo, embora seja um importante critério das outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão (ANDRELO & KERBAUY, 2009).

Não menos importante, se observa uma supervalorização do potencial de replicação de programas em outras cidades ou finalidades diversas. Mas é exatamente nesse potencial de replicação que reside o perigo conservador da renovação sem inovação! Como destacado por Gambaro (2009), é preciso considerar que o rádio é um veículo em que pesa a regionalização, então o conteúdo não pode ser amplamente generalizado. Ainda que estivesse apoiada em novas tecnologias (internet), a radiodifusão seria obrigada a considerar o público e a comunidade a que se destina a programação.

Em certa medida isso aponta para a necessidade de maior criticidade com a produção dos roteiros. Trata-se de uma necessidade permanente e endossada pelo

arcabouço legal da Educação Ambiental no Brasil. Segundo Ventura (2007), quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e se desenvolve a “curiosidade epistemológica”, não podendo haver criatividade sem curiosidade. Além do mais, a ausência de socialização de problemas enfrentados por educadores em sala de aula segue enquanto desafio, mas o rádio pode criar uma sala mais ampla, com maior troca de informações (BURINI & MOURA, 2015). É preciso maximizar e objetivar o trabalho docente, inserindo o rádio no processo pedagógico num movimento teórico e reflexivo das potencialidades e limitações desse recurso (ARAÚJO, 2003).

Outra situação vivenciada e que merece destaque é o compartilhamento de arquivos MP3 diretamente com os professores da educação básica. Essa é uma estratégia alternativa a qualquer tipo de monopólio ou dificuldade de acesso às emissoras. A entrega de um pendrive com a coletânea de arquivos MP3 favorece a autonomia dos educadores, que podem escolher a temática de seu interesse conforme suas demandas e planejamentos. O “podcast” e/ou seu depósito em site específico não parece ser uma opção vantajosa ao atual contexto do recôncavo baiano, pois pressupõe um método de transmissão/distribuição de dados (broadcast) via internet. Caso contrário, isso tornaria o acesso restrito apenas a quem possui um computador e conexão à internet. Em 2015, por exemplo, 42% dos 68 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil estavam alijados do uso da internet; e na Bahia, apenas 32,5% das residências tinham computadores (IBGE, 2016).

Por fim, deve-se considerar que a linguagem radiofônica adotada tem “potencial educativo”, mas precisa se configurar em estratégia educativa para construir conhecimento. A produção dos roteiros deve considerar os três domínios epistêmicos interconectados, sem qualquer hierarquia preestabelecida, mas necessários à construção do conhecimento (BRANDO DA ROCHA et al., 2009). Em certa medida, os tópicos semanais tentam contemplar o desenvolvimento de capacidades afetivas, cognitivas e comportamentais (conceito, problema, curiosidade e ecotática) dos estudantes, mas cabe refletir se o tópico “curiosidade” deve ser deslocado enquanto primeiro elemento (afetivo) semanal, avançando ao cognitivo e ao comportamental propositivo (ecotática). Está claro que o conteúdo não pode ser o único parâmetro para a definição do gênero educativo, sendo necessário pensar a finalidade e os meios adotados para diferenciar a informação e a instrução (ANDRELO & KERBAUY, 2009). Sugere-se o uso do encarte brochura com os roteiros de cada programa para leitura ou atividades complementares, dando sequência ao processo de aprendizagem.

A avaliação segue sendo um desafio. Neste momento, mais interessa criar indicadores que permitam avaliar o contexto da educação formal. É importante pensar ações articuladas possíveis entre a escola e sua prática da educação ambiental. Siluk et al (2017) brilhantemente abordaram a educomunicação enquanto política pública, demonstrando que ela já se destaca enquanto um macrocampo destinado ao fortalecimento da capacidade de expressão dos estudantes dentro

do Programa Mais Educação. Portanto, a própria escola pode sugerir temáticas específicas de seu interesse ou ajudar na redação de roteiros (produção textual) dentro de um trabalho autoral, fomentando a educomunicação na escola.

Essa produção de roteiros e a gravação de programas também se mostram promissora enquanto atividades pedagógicas universitárias, especialmente dentro de componentes curriculares; mas também como produto dos mestrados profissionais; objetivo de programas acadêmicos (PET e PIBID) ou objeto de estudo nos trabalhos de conclusão de curso. Por fim, deve-se considerar a possibilidade de difusão dos programas gravados MP3 por meio da telefonia móvel (principal meio de acesso à internet no Brasil), sobretudo se conjugado com aplicativos tipo whatsapp, especialmente em grupos que agreguem lideranças comunitárias, fóruns territoriais, conselhos gestores, entre outros.

## CONCLUSÃO

É curioso que após tanto tempo desde a sua criação, o rádio continue representando uma importante alternativa educativa, característica que nunca se perdeu ao longo da história. Apesar dos avanços tecnológicos que facilitam o armazenamento e o compartilhamento de mensagens, ainda se observa enorme dificuldade para estruturar programas compatíveis aos interesses da educação formal. Também é surpreendente a força que esses programas alcançam no contexto da educação não formal, embora sejam ainda mais difíceis de medir e avaliar. O projeto Enciclopédia Ambiental teve grande aceitabilidade entre os ouvintes e continua despertando o interesse de instituições públicas e privadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRELO, R.; KERBAUY, M.T. Gênero educativo no rádio: parâmetros para a elaboração de programas voltados à educação. **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.32, n.2, 2009, p.147-164.

ARAÚJO, S. K. Escolas no ar: uma ação educacional para a prática de educação ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVI, 2003. Belo Horizonte, MG. [Anais...]. Belo Horizonte, MG: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP11\\_araujo.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP11_araujo.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BLOIS, M. 2003. Rádio educativo no Brasil: uma história em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVI, 2003. Belo Horizonte, MG. [Anais...]. Belo Horizonte, MG: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP06\\_blois.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_blois.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BRANDO DA ROCHA, F.; PLÁCIDO, T.P.; CALDEIRA, A. Proposta didática para o ensino de ecologia. **Enseñanza de las Ciencias**, n. 8, 2009, p.1789 - 1794.

BRECHT, B. Teorias de la Radio (1927-1932). **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 5, n.2, 2003. Disponível em: <[http://www.vivalaradio.org/medios-comunicacion/PDFs/MEDIOS\\_reflex2\\_brecht.pdf](http://www.vivalaradio.org/medios-comunicacion/PDFs/MEDIOS_reflex2_brecht.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2017.

BURINI, D.; MOURA, J.J.R. O rádio como mediador na educomunicação. **ECCOM**, v.6, n.11, 2015, p.73-82.

DELIBERADOR, L.M.Y.; LOPES, M. F. Mídia Educação e a formação cidadã: análise das oficinas de rádio da escola municipal Olavo Soares Barros de Cambé – PR. **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.34, n.1, 2011, p. 85-103.

FRANÇA, J.C.L.; LIMA, L. G. Como a Educomunicação ajuda a formar um público mais crítico. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2016, Goiânia, GO, [Anais...]. Goiânia, GO: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2016/resumos/R51-0870-1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FREDERICO, C. Brecht e a Teoria do Rádio. **Estudos Avançados**, v.21, n.60, 2007, p.217-226.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

GAMBARO, Daniel. O uso das novas TICs pelas emissoras de rádio: uma análise dos casos paulistanos e o referencial de Bernard Miège. In: XXXII CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba, PR, [Anais...] Curitiba, PR: INTERCOM - **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2911-1.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

HAUSSEN, D.F. A produção científica sobre o rádio no Brasil: livros, artigos, dissertações e teses (1991-2001). **Revista FAMECOS**, n.25, 2004, p.119-126.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, 2016. Rio de Janeiro, 87p.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

OLIVEIRA, K. F. O Potencial Educativo do Rádio e da Comunicação Popular. **Cad. Cult. Ciênc.**, v.2, n.1, 2008, p.22-35.

PIMENTEL, F. P. 2004. **O rádio educativo no Brasil**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 2004.

RAMOS, P.; FARIA, M. A. Educomunicação: O rádio como ferramenta da cidadania. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.5, n.1, 2014. Disponível em: <[http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Peterson.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Peterson.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2017.

SILUK, A. C. P.; SACCOL, L. R. I.; PICADA, A. B. N. A Educomunicação como política pública de promoção ao trabalho autoral na escola. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, n. 116, 2017.

TOTH, M.; MERTENS, F.; MAKIUCHI, M.F.R. 2012. Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável – as contribuições da educomunicação. **Ambiente & Sociedade**, v.xv, n. 2, 2012, p.113-132.

VENTURA, G.C. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 32, n.63, 2007, p.167-185.

## PROGRAMA BALAIO DE GATO: DESAFIOS DA EXTENSÃO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### BALAIO DE GATO PROGRAM: CHALLENGES OF EXTENSION IN INCLUSIVE EDUCATION PROCESS

#### Jean Adriano Barros da Silva

Doutor em Educação/UFRB  
jeanadriano@ufrb.edu.br

#### Carolina Gusmão Magalhães

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social/UFRB  
carol.magalhaes@ufrb.edu.br

#### Anália de Jesus Moreira

Doutora em Educação/UFRB  
nanamoreiraam@ufrb.edu.br

## RESUMO

O presente trabalho se articula com a temática que envolve as ações do Programa de Extensão Balaio de Gato e o desenvolvimento de uma pedagogia inclusiva na educação, focando, em particular, os limites e possibilidades da atividade física como estratégia metodológica para inclusão, considerando o desenvolvimento de ações vinculadas a cultura afro-brasileira. Desta forma, estabelecemos como objeto de estudo as práticas pedagógicas de matriz africana, tendo como objetivo geral a proposição de analisar as perspectivas da ação pedagógica no campo da Educação inclusiva, bem como, refletir sobre os desafios para implementação de uma nova perspectiva de trato com a diversidade. Neste sentido, buscaremos apresentar um painel das atividades desenvolvidas, focando nos referenciais teóricos, procedimentos pedagógicos adotados e impactos sociais já alcançados, considerando a função social da universidade pública brasileira, no que se refere a ampliação do diálogo com a comunidade do seu entorno, problematizando e contextualizando a formação, a partir de uma relação mais orgânica entre pesquisa, ensino e extensão.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura. Inclusão. Direitos Humanos.

## ABSTRACT

The present work is articulated with the theme that involves the actions of the Balaio de Gato Extension Program and the development of an inclusive pedagogy in education, focusing in particular on the limits and possibilities of physical activity as a methodological strategy for inclusion, considering the development of actions linked to Afro-Brazilian culture. In this way, we establish as object of study the pedagogical practices of African matrix, with the general aim of proposing to analyze the perspectives of pedagogical action in the field of Inclusive Education, as well as, to reflect on the challenges to implement a new perspective of deal with Diversity. In this sense, we will try to present a panel of activities developed, focusing on the theoretical references, pedagogical procedures adopted and social impacts already achieved, considering the social function of the Brazilian public university, regarding the broadening of the dialogue with the surrounding community, problematizing and contextualizing the formation, from a more organic relationship between research, teaching and extension.

**Keywords:** Education. Culture. Inclusion. Rights Human.

## INTRODUÇÃO

O programa de extensão Balaio de Gato é fruto de uma ação continuada desde 2010, mesclando acompanhamento nutricional, atividade física acompanhada individualmente, formação profissional, vivências com práticas culturais, seminários itinerantes, mostras de vídeo, construção de instrumentos e aulas com musicalidade.

Nossa proposta esta relacionada a atividades vinculadas ao estudo da Cultura corporal na formação de pessoas com deficiência, considerando as dificuldades e perspectivas da ação pedagógica. Neste sentido, o tema sugestiona um aprofundamento dos estudos, reconhecendo os desafios pedagógicos de uma educação inclusiva para exercício dos direitos humanos, isso a partir da reflexão sobre alternativas no trato com a capoeira, samba, maculelê, dentre outras, para melhoria de questões que variam desde a mobilidade até as relações interpessoais.

Estabelecemos como foco de trabalho as práticas pedagógicas na cultura corporal para as pessoas com deficiência, doença mental e/ou em situação de risco pessoal ou social. Neste sentido, temos como metas do trabalho os seguintes objetivos: i. Implementar um programa de colaboração com a graduação e pesquisa, centrado no processo de formação de Professores de Educação Física, a partir de ações pedagógicas envolvendo a pessoa com deficiência; ii. Favorecer uma maior articulação entre pesquisa, ensino e extensão, nas áreas de Cultura e Educação Inclusiva; iii. Criar um espaço de experimentação de ensino-aprendizagem envolvendo estudantes de Educação Física e pessoas com deficiência e doença mental; iv. Sistematizar dados da realidade, a partir da extensão acadêmica.

Após esta apresentação preliminar, seguiremos ampliando a reflexão sobre a educação inclusiva e suas perspectivas no trato com a diversidade, considerando o diálogo com autores da área e os desafios da ação pedagógica.

## CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No intuito de garantirmos uma aproximação preliminar com o universo da educação inclusiva, iniciaremos considerando alguns aspectos relevantes para a compreensão dos desafios sociais para a pessoa com deficiência e/ou doença mental, e em seguida discutiremos as perspectivas para uma educação inclusiva.

A palavra “deficiente”, termo mais utilizado pelo senso comum para designar uma pessoa com necessidades educacionais especiais, por si só já nos remete a uma ideia de ineficiência ou incapacidade, visto que as pessoas rotuladas por este vocábulo já são prejudicadas como “diferentes” no pior dos sentidos, porque isso? Quem construiu estes conceitos? Em que medida correspondem à realidade desses indivíduos “diferentes”? O que é ser “diferente”? Estas questões são fundamentais para mergulharmos no universo da pessoa com necessidades especiais.

Em qualquer sociedade existem padrões de comportamento, regras de convivência e interpretações simbólicas que expressam os conflitos, disputa de poder, compreensões de mundo, dentre outros, contudo, não podemos perder de vista que estas são construções dos homens, compostas por reflexos de imagens no e do pensamento humano. Sendo assim, as verdades são construídas por estas relações humanas. Neste sentido, os vocábulos “deficiente ou doente mental” são adjetivos que, como tal, ganham valor cultural a partir de regras, padrões e normas estabelecidas nas relações sociais, construindo uma categoria capaz de agrupar, numa identidade comum, diferentes tipos de pessoas.

Oficialmente, a Assembléia Geral da ONU, em 1975, proclamou no artigo I que: O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Penso que, para responder as questões já referidas, precisamos reconhecer as diversas possibilidades para construção dos significados sociais dos adjetivos. Dessa forma, precisamos levar em consideração definições por influência médica, religiosa e, principalmente, as ditadas pelo modo de produção capitalista, haja vista que a lógica da “deficiência” pode facilmente ser associada à deficiência produtiva no mundo do trabalho, que tem com foco principal o lucro, logo, os “diferentes” seriam incapazes, pois teriam sequelas corporais ou mentais, que diminuem ou os incapacitam produtivamente, diminuindo o lucro que alimenta o sistema.

Assim, a pessoa com deficiência deveria encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade que deveria adaptar-se às suas limitações, contudo, não é o que observamos na maioria dos casos. Em relação a esta questão, Sassaki (1997, p. 42) diz:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.

Outro aspecto relevante dessa sociedade, centrada no lucro, é o fato da mesma nos bombardear de todas as formas com padrões estéticos e comportamentais para facilitar a venda de seus produtos. Neste sentido, queremos o carro da moda, a calça da loja da esquina, a casa da novela ou até mesmo o nariz do ator famoso da Rede Globo, tudo isso por um padrão estético de consumo para alimentar a necessidade de lucro das grandes empresas.

Nessa lógica, referida acima, “deficientes e doentes mentais” são todos que de alguma forma não sirvam para alimentar o sistema, contudo, aqueles estigmatizados, diferentes visualmente, são os mais atingidos pelo preconceito, pois fogem dos padrões sociais físicos e de comportamento.

Como já foi dito antes, para o senso comum, deficiente é toda pessoa que apresente algum problema visível no corpo, na maioria das vezes no aparelho locomotor. Um membro torto, paralisia, cegueira, amputações são vistas como ‘imperfeições’ e seus portadores classificados como deficientes. Digo defeito visível, porque o encontro visual entre o deficiente e o ‘outro’, normal, é muito importante, já que é na relação de alteridade, basicamente, que se estabelece a identidade dos indivíduos e, dessa identidade, sua “carreira moral” (GOFFMAN, 1982).

A religião dizia que os nascidos com alguma diferença física eram castigados por Deus, até mesmo a medicina classificava como doentes esses indivíduos, e aí me pergunto: quem é doente? Uma pessoa cega ou um indivíduo que apresente um quadro clínico que não pode ser detectado num simples olhar? Pois a depender do estágio da enfermidade, seus sintomas não são visíveis, logo ficando muito difícil a identificação da pessoa doente nas relações cotidianas. Desta forma, se não bastasse esse exemplo, poderíamos trazer a questão dos desvios de caráter moral, corrupção, inveja, ganância, dentre outros, que com certeza, se configuram em um mal significativo para a sociedade, mas, pela falta de estigmas visíveis, passam despercebidos no cotidiano do senso comum.

Percebemos que nossas ações, crenças e comportamentos, na maioria das vezes, estão regidos por costumes sociais dogmatizados, portanto necessitamos investigar as possibilidades e significados das “verdades sociais” à luz da compreensão de teorias críticas da sociedade, que nos permitam ampliar as percepções da conjuntura e suas interlocuções com o mundo real. Desta forma, a Educação Inclusiva apresenta-se como uma necessidade urgente para dar conta das demandas conflituosas de uma sociedade excludente e preconceituosa.

Hoje, os alunos com deficiência ainda são inseridos nas instituições com algumas restrições, contudo, os estudos têm apontado no sentido de que as barreiras existentes venham a ser desfeitas, pois não é possível que uma sociedade que

fale tanto em justiça e em direitos humanos continue a marginalizar aqueles que fazem parte de seu contexto.

Quando não existe um inter-relacionamento, entre crianças deficientes ou não, um individualismo poderá ser gerado em todas as crianças. Ao contrário, quando os relacionamentos acontecem com tranquilidade, há um crescimento de ambas as partes, abrindo espaços para novos relacionamentos e troca de experiências que resultam em uma nova aprendizagem.

O objetivo da inclusão é dar oportunidade para desenvolver a auto-identidade, não apagando as diferenças, mas ressignificando as mesmas como catalisadoras das relações, que proporcionam parcerias e levam os alunos a um contexto de autonomia e auto-organização. Quando as escolas incluem todos os alunos, a igualdade na diversidade é respeitada e promovida como um valor social, com os resultados visíveis da paz e da cooperação.

Para a inclusão ocorrer, de fato, é preciso que todos os sistemas sociais se adequem, de forma que sejam eliminados os fatores que excluem certas pessoas do seu ambiente. Além disso, todas as formas de discriminação devem ser combatidas, o esforço da sociedade deve ser no sentido de acolher as pessoas. No entanto, essa inclusão reivindicada só irá ocorrer quando a sociedade for capaz de entender que ela própria precisa ser modificada.

A luta pelos direitos, respeito e valorização das diferenças têm levado a sociedade a acolher as pessoas. Desta forma, atualmente é bastante visível e crescente o movimento inclusivista, alimentado pela adesão dos setores da sociedade que não podem omitir-se ou fugir dessa realidade que há muito tempo saiu da teoria e começou a ser colocada em prática no meio social.

A inclusão, tão almejada pelos deficientes, doentes mentais e outros grupos sociais marginalizados, não pode significar algo a ser vivido no futuro, mas expressa uma necessidade urgente de ser trazida para o presente. Pois, como evidenciam claramente os autores Gaio e Rosa:

A pior deficiência ou doença, é a deficiência da alienação, que leva os membros de uma sociedade que têm olhos, ouvidos, cérebros em perfeitas condições, enfim, corpos biologicamente perfeitos, a verem, a não ouvirem, a não entenderem e nem pensarem nas necessidades dos seres humanos. Estes que nascem ou se tornam diferentes em sua estrutura corporal, são igualmente capazes e gritam por liberdade moral e social. (GAIO; ROSA, 2004, p. 172).

As instituições educativas, quando analisadas no seu caráter formador, devem usar o ensino diversificado para criar oportunidades individuais para os educandos, atendendo às diferenças e às necessidades de cada um, e também visando à igualdade, equidade. Assim, há de se preparar todos os alunos para que sejam capazes de conhecer a realidade, atuando com todos em transformação da sociedade. Neste sentido, as ações do Programa Balaio de Gato propõem um diálogo entre pessoas com deficiência, doença mental e /ou em risco social e pessoal, considerando que estes possuem em comum o fator da exclusão social.



Fonte: Arquivo pessoal

Acredita-se que para dar conta das transformações sociais necessárias, precisamos articular os processos de formação a perspectiva de um projeto de educação inclusiva, capaz de dialogar com as diferenças e que seja potencializadora de um mundo mais justo e com pessoas mais críticas, autônomas e criativas.

## METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O trabalho consiste em um conjunto de atividades pedagógicas e seminários temáticos itinerantes em comunidades rurais e/ou quilombolas, sendo as vivências desenvolvidas com acompanhamento nutricional, junto a população alvo no ginásio de esportes, no CFP, no CAPS e no espaço cultural Rodoviária em Amar-gosa, em parceria com a prefeitura local, promovendo o acesso às diferentes manifestações da cultura popular do Recôncavo Baiano, mostras de vídeos, oficinas profissionalizantes e confecção de instrumentos.

A metodologia aplicada para desenvolvimento das ações no Programa Balaio de Gato mescla a possibilidade de uma pesquisa imbricada na atividade extensionista, tendo como referencial estruturante a pesquisa-ação. Nesta perspectiva, conforme Thiollent (1994) pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um trabalho comum, embora com situações e tarefas diferentes.

A pesquisa-ação possui três objetivos principais: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimentos. Neste sentido, o Programa Balaio de Gato se propôs a desenvolver ações para dar conta da ampliação de técnicas e métodos para a atividade física da pessoa com deficiência, ampliando o diálogo sobre o exercício da cidadania a partir da educação inclusiva, em colaboração com a produção de conhecimento na área pela sistematização dos resultados da extensão.

Nossa proposta acontece sempre em duas etapas, envolvendo os acadêmicos de Educação Física, sendo a primeira delas no primeiro semestre de cada ano e a segunda no segundo semestre do mesmo ano. Neste sentido, as ações estão sempre focadas a partir das relações com os componentes curriculares de cada

**Figura 1.** Logomarca do Programa, criada em 2010.

semestre, desenvolvendo as atividades, prioritariamente, com os estudantes da graduação em Educação Física.

Para dar consequência prática às intenções expostas, realizamos o Programa subdividindo cada etapa sugerida em três fases: a exploratória, a vivencial e a de elaboração. As duas primeiras fases referem-se ao método investigativo e a terceira fase ao método expositivo.

Na primeira fase: Exploratória - São levantados dados que permitam caracterizar a prática pedagógica, limites e possibilidades, no âmbito educacional de Amargosa, considerando a pessoa com deficiência e/ou em risco social e pessoal Assim nos valemos de três procedimentos para tal, sendo estes: a) Análise de materiais e referências bibliográficas sobre o tema; b) Observações e registros em locais de educação formal que desenvolvam ações para pessoas com deficiência; c) Entrevistas com professores, coordenadores e comunidade institucional em geral.

A fase de Análise Vivencial é constituída de vivências lúdicas com um grupo focal predeterminado, experimentando o potencial da capoeira / expressões culturais e sua dinâmica procedimental de jogo, roda e filosofia, considerando as perspectivas para construção da ação pedagógica envolvendo as pessoas com deficiência e/ou em risco social e pessoal.

Na fase de Elaboração estamos privilegiando a teorização, a partir do destaque de categorias específicas / empíricas, que possibilitam a análise e sistematização dos dados, no intuito de contribuir com a reflexão sobre as teorias pedagógicas emergentes do cotidiano da prática de ensino-aprendizagem da capoeira para pessoas com deficiência e/ou em risco social e pessoal.

A avaliação ocorre de forma qualitativa e continuada durante todo o processo de ensino-aprendizagem, com fundamento nas técnicas apresentadas na metodologia. Neste sentido, são construídos relatórios quinzenais, de acordo com o cronograma de atividades, e ao final, os relatórios dos grupos são analisados, tendendo-se a verificar a possibilidade de mudança de valores dos indivíduos envolvidos no processo pedagógico quanto aos aspectos da cultura corporal e da educação inclusiva.

São utilizados como instrumentos de avaliação e acompanhamento os seguintes procedimentos: a) Análise de materiais e referências bibliográficas sobre o tema; b) Observações e registros no local; c) Entrevistas com pessoas que participam das atividades, coordenador, co-orientadores e comunidade institucional em geral.

Servem também como componentes da avaliação os impactos sociais da extensão na comunidade de Amargosa e microregião, considerando a repercussão dos seminários temáticos, a sensibilização da comunidade acadêmica em relação à temática central e ainda o nível de produção e sistematização dos conhecimentos gerados a partir da extensão, em artigos, apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos e outros.

Sobre indicadores do processo avaliativo, acreditamos que para além dos já apresentados no corpo desta proposta, destacamos adicionais indiretos como

parâmetros/metras de avaliação, são estes:

- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais;
- Participar criticamente das propostas que busquem o desenvolvimento econômico pela profissionalização, social e cultural;
- Verificar o impacto da atividade de extensão no desenvolvimento de políticas públicas para as pessoas com deficiência e/ou doença mental;
- Verificar o impacto das ações no cotidiano dos envolvidos na ação.

Dando continuidade, em seguida apresentaremos alguns dos resultados já alcançados pelo Programa Balaio de Gato ao longo dos últimos anos de trabalho, considerando como referencial os indicadores avaliativos já supracitados.



**Figura 2.** Desfile dos usuários do CAPS Pássaro Livre

No ano de 2010, ano de registro do Programa, foram estabelecidas parcerias com a Prefeitura Municipal de Amargosa, atendendo as demandas do: i. Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Pássaro Livre; ii. Salão cultural da Rodoviária municipal; iii. Projeto Agita Amargosa; iv. Secretaria Municipal de Educação e escolas da Rede municipal, e com o Lar dos Idosos e a ONG Oásis. O Programa atuou ainda nas dependências da Lira Carlos Gomes, na Igreja de São Roque, no Centro de Formação de Professores, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e em casa alugada para o Programa no bairro da Catiara, em Amargosa.

Durante todo o período de execução do Programa de Extensão Balaio de Gato

já foram ofertadas as seguintes oficinas: i. capoeira; ii. Canto; iii. Toque de instrumentos de capoeira; iv. Samba de roda; v. Maculelê; vi. Atividades lúdicas; vii. Massoterapia; viii. Judô; ix. Toque de violão; x. Judô; Ginástica para terceira idade; xi. Escrita e leitura; xii. Reforço escolar; xiii. Contos e recontos; xiv. Ginástica laboral; e xiv. Dança; xv. Música com Libras; xvi. Cuidados e saúde; xvii. Jogos e Brincadeiras, todas ministradas por docentes, técnicos ou discentes (bolsistas e voluntários) da UFRB, alguns destes contaram com bolsa de incentivo financeiro pelos editais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária - *PI-BEX da UFRB*, e do Proext/MEC/SESu da Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC).

**Figura 3.** Oficina de Toque de Instrumentos de Capoeira



Fonte: Arquivo pessoal

O público atendido ao longo dos anos de execução do Programa já somam um total de 1570 pessoas da comunidade interna e externa da UFRB, em atividade contínua por semestre letivo, sendo configurado por discentes, terceirizados, docentes e servidores da UFRB, servidores da Prefeitura Municipal de Amargosa e comunidade de Amargosa e cidades circunvizinhas, sendo 56% do sexo masculino e 44% do sexo feminino, sendo a faixa etária atendida configurada entre 11,8 % de crianças entre 02 e 12 anos, 13,49% de adolescentes entre 13 a 17 anos, 20,59% de jovens entre 18 e 24 anos, 41,98 % de adultos entre 24 a 60 anos e 12,14% de idosos maiores de 60 anos, apresentando uma abrangência de públicos diversificada, porém com maior atendimento de adultos entre 24 e 60 anos.

O Programa organizou, ainda, diversos eventos de extensão que mobilizou comunidade interna e externa da UFRB, nas áreas da Cultura, Educação e Direitos Humanos, cada um com edição anual e execução permanente, são eles: i. “Congresso

Mundial Universitário de Cultura GUETO - CAMARÁ”, na sua 7ª edição; ii. “Encontro de Cultura, Artes e Diversidade - ECAD”, na sua 4ª edição; iii. “N’África: Valores civilizatórios africanos no Brasil”, em sua 3ª edição; iv. “ABRIL PESQUISA: dialogando com as potencialidades da Pesquisa Científica”, em 1ª edição; além de outros pequenos cursos e oficinas ofertadas à comunidade interna e externa da UFRB.



**Figura 4.** Oficina de Maculelê

Fonte: Arquivo pessoal

O Programa projetou também atividades fora do município de Amargosa, com perfil extensionista, para contextualizar os diversos conhecimentos abordados nas oficinas ofertadas, tais como: i. Caravana Ensino/Pesquisa/extensão para as festas populares da Bahia: Lavagem do Senhor do Bonfim e de Iemanjá – cursando com a pesquisa e vivência nas manifestações de matriz afrobrasileira; ii. Oficina de confecção de berimbau; iii. Rodas Semanais de Capoeira, Maculelê e Samba de roda; iv. Seminários de Aiki Do – contribuições da tradição cultural oriental; v. Ciclo de Seminários sobre fundamentos da Capoeira, Maculelê e Samba de roda; vi. Batizado e Troca de Graduações dos alunos do núcleo do Terminal Rodoviário de Amargosa; vii. 02 edições do Projeto Sexta do Mestre: ciclo de palestras e vivências com mestres da cultura popular; viii. Apresentações Culturais: II Fórum das Licenciaturas UFRB, Março Mulher - CFP - UFRB, Evento de Química, etc.; ix. Viagens internacionais para eventos das filiais da Associação Cultural GUETO e eventos universitários: Quito e Guayaquil - Equador; Bogotá - Colômbia; Porto e Minho - Portugal; Tokyo, Komatsu, Nagoya, Osaka, Takaoka, Joetsu, Nigata e Fukui no Japão; x. Forroda 2013 – Roda de Capoeira dentro do circuito do São João amargosense.

O Programa recebeu também, por dois anos seguidos - 2016 e 2017, homenagem, no Japão, reconhecendo serviços prestados no campo da inclusão de pessoas

com deficiência, uma iniciativa do governo Japonês, a partir da Prefeitura de Kazanawa, Escola Hinagushi e da Kinjo University. Esta homenagem prestada à UFRB, sintetizou a respeitabilidade institucional construída, a partir do suporte científico desta Universidade, em significativos serviços prestados no campo da Educação Inclusiva em terras japonesas e demonstra a relevância do trabalho de pesquisa em inclusão e os serviços prestados naquele país, via experiência extensionista do Programa Balaio de Gato da UFRB.

**Figura 5.**  
Congresso Mundial  
Universitário de  
Cultura 2012



Fonte: Arquivo pessoal

À guisa de conclusão, o Programa de Extensão Balaio de Gato apresenta e ratifica sua perspectiva extensionista universitária quando torna evidente, em suas ações ligadas a Cultura, Educação e Direitos Humanos: o seu caráter educativo, tornando as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias situações de vida; promovem o desenvolvimento do saber por meio de ações que tenham como objetivo produzir, sistematizar, criticar, atualizar, proteger, integrar, divulgar e difundir o conhecimento; articulam suas atividades junto ao ensino e a pesquisa universitária; abordam de maneira interdisciplinar seus conhecimentos, pressupondo interação entre as diversas áreas de conhecimento; dão enfoque na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades locais, regionais e nacionais, nesta ordem; bem como, articulam com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos.

A missão da extensão universitária e suas diretrizes estão alinhadas com a proposta do Programa, que acredita que para dar conta das transformações sociais necessárias, precisa articular os processos de formação à perspectiva de um projeto de educação inclusiva, capaz de dialogar com as diferenças e que seja potencializadora de um mundo mais justo e com pessoas mais críticas, autônomas e criativas.

## REFERÊNCIAS

ABIB, P. **Capoeira Angola: Cultura popular e o jogo dos saberes na roda**. Campinas: UNICAMP / CMU; Salvador: EDUFBA, 2005.

CRUZ, A. M. L. **A capoeira e o seu jogo de significados**. Tese de Mestrado de Sociologia / UFMG. Agosto / 1996.

DECÂNIO FILHO, A. **Informações gerais sobre capoeira**. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/esporte/capoeiradabahia/>>. Acesso em: 30 maio 2007.

GAIO, R. M.; ROSA, G. K. (Orgs.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

THIOLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**, São Paulo: Cortez, 1986.

# PROJETO CONSTRUINDO PELO ESPORTE: IMPACTOS E REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO DISCENTE, DOCENTE E NA CULTURA ESPORTIVA LOCAL<sup>1</sup>

## PROJECT BUILDING FOR SPORT: IMPACTS AND REPERCUSSIONS ON STUDENT, TEACHER AND LOCAL SPORTS CULTURE

### Diego Alves Ribeiro Queiroz

Graduado em Educação Física, UFRB  
diegoribeiro577@gmail.com

### José Arlen Beltrão

Mestre em Educação Física, UFRB  
arleneducacaofisica@hotmail.com

### Leopoldo Katsuki Hirama

Mestre em Educação Física, UFRB  
leopoldohirama@yahoo.com.br

<sup>1</sup> O presente artigo é parte do estudo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Graduação em Educação Física de autoria do primeiro autor, sendo orientado e acompanhado pelos outros dois autores.

## RESUMO

A extensão universitária pode ter por característica proporcionar a aproximação da comunidade de seu entorno aos conhecimentos acadêmicos-científicos. Este artigo trata da investigação sobre as possíveis repercussões de um projeto de extensão que ofereceu o ensino do judô para crianças e jovens da cidade de Amargosa, BA. Por meio da entrevista semi-estruturada levantou-se depoimentos de ex-alunos e responsáveis, graduandos ex-bolsistas e de outros personagens envolvidos com outras ações esportivas no trato com a mesma modalidade. Como resultado percebeu-se que os alunos atribuem à vivência no projeto mudanças na conduta em geral. Os graduandos bolsistas relacionam a participação à experimentação docente, o incentivo à pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos relacionados ao trato pedagógico. Finalmente, os personagens responsáveis por outras ações envolvendo o judô na cidade afirmam que o projeto influenciou na formação e manutenção de tais iniciativas. Desta forma, o mosaico composto pela variedade de personagens entrevistados confirmou que o projeto de extensão representou repercussões positivas no município.

**Palavras-chave:** ações multiplicadoras, formação moral, formação docente.

## ABSTRACT

The university extension can have as a characteristic to provide the approximation of the academic knowledge with the community of its surroundings. This article deals with the research on the possible repercussions of an extension project that offered the teaching of judo to children and young people of the city of Amargosa, BA. Through the semi-structured interview, statements were collected by participants, students for physics education and other characters involved in other sports activities in the same modality. As a result it was noticed that the students attribute to the experience in the project changes in the conduct in general. The students for physics education relate participation with the teaching experimentation, the incentive to research and development of knowledge related to pedagogical treatment. Finally, the characters responsible for other actions involving judo in the city state that the project influenced the formation and maintenance of such initiatives. In this way, the mosaic composed by the variety of characters interviewed confirm that the extension project represented positive repercussions in the municipality.

**Key words:** multiplier actions, moral formation, teacher training.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto de estudo as ações de extensão universitária no trato com o esporte e que possuem características de um projeto socioeducativo, devido ao perfil do público atendido e da proposta pedagógica adotada. E como tal, se insere em um universo ainda pouco investigado, apesar do crescimento e avanços nas intervenções destacadas constantemente na mídia. Maior exemplo deste fato são atletas de alto rendimento, alguns inclusive medalhistas brasileiros nas Olimpíadas do Rio 2016, oriundos de projetos socioesportivos<sup>2</sup>.

Surgidos em meados do século XX, os projetos sociais nasceram com o objetivo de minimizar as carências em serviços, especialmente voltados à educação (YSAYAMA e LINHARES, 2008; MELO, 2008). Nesta trajetória, bons e maus exemplos de atuação foram surgindo, ora representando tecnologias educacionais flexíveis, inclusivas e com resultados destacados em diversas áreas, como no esporte, ora sendo manipuladas ou mal gerenciadas por setores políticos ou comerciais, objetivando a exploração do marketing atrelado ao apelo social (MACHADO, GALATTI e PAES, 2015; CORREIA, 2008; HIRAMA e MONTAGNER, 2012; ZALUAR, 1994; SQUARCINI ET AL, 2015; RUFINO e MARTINS, 2011; REVERDITO, 2016; VIERA, 2010; CASTRO e SILVA, 2011).

Em meio a este cenário, este estudo investiga o Projeto de extensão Construindo pelo Esporte, que é parte do Programa Esporte e Lazer: cidadania na cidade e no campo, coordenado por docentes do curso de Educação Física do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, devidamente detalhado no tópico da metodologia. Machado, Galatti e Paes (2015) afirmam que são necessários novos estudos na área de projetos esportivos, tendo em vista a necessidade de mais subsídios teóricos práticos que sustentam

<sup>2</sup> Rafaela Silva, medalha de ouro no Judô e Isaquias Queirós, maior medalhista nacional na mesma edição dos Jogos, no remo.

as ações educativas desenvolvidas dentro desses espaços. Aguilar e Ander-Egg, (1994) citado por Machado et al (2007), dizem que avaliar programas sociais contribui para a regulação de ações políticas e sociais, como para a diminuição do fracasso desses programas. Sanches e Rubio (2011) apontam para a necessidade de estudos que registrem as contribuições da prática esportiva para crianças e adolescentes, reforçando a justificativa deste estudo.

Caminhando para a dimensão do esporte, este é considerado como um dos fenômenos que mais se desenvolveu nos últimos tempos, influenciando todos os demais setores da humanidade. E esta grandeza se expressa de diferentes formas e sentidos, entre eles, a dimensão do esporte educacional em ambientes não escolares, especialmente tratado em projetos e programas socioeducativos.

Galatti (2006) e Barbieri (2001) afirmam que esporte com objetivos educacionais se preocupa com a formação integral do aluno, visando ao seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo. Desta forma, o fenômeno esportivo se constitui como grande facilitador na formação humana de jovens, crianças e adolescentes (SCAGLIA e REVERDITO, 2009; GALATTI, 2006, 2010; SANCHES e RÚBIO, 2011; GÁSPARI e SCHWARTZ, 2001; BENTO, 2013; HOLT et al, 2011; TURNNIDGE, CÔTÉ, HANCOCK, 2014; SANMARTÍN, 2004; LLAMAS e SUÁREZ, 2004).

Gáspari e Schwartz (2001) apontam que é na fase da adolescência em que a pessoa se depara com grandes dilemas, pressões sociais, dilemas na sua formação enquanto sujeito, é nesse momento em que a atividade esportiva também assume papel importante, tendo em vista sua contribuição na formação de atitudes dos sujeitos, conforme os valores e significados imersos em sua prática, a capacidade de oportunizar a minimizar a pressão exercida pela sociedade.

Com relação ao ambiente socioesportivo, a prática esportiva mediada com qualidade se torna uma facilitadora na formação de cidadãos melhores, mais autônomos, capazes de refletir e transformar a sua prática esportiva. Todavia, a prática esportiva deve se balizar em uma pedagogia inovadora, que estimule um ambiente criativo e diversificado aos alunos, abrindo um leque de experimentação de diversas situações (SCAGLIA E REVERTIDO, 2009).

Feita a localização do objeto de estudo em projeto socioeducativo que atuou com o esporte educacional, passamos a conceituar outra dimensão na qual se desenvolveu, ou seja, a extensão universitária. Esta modalidade surge no século XX com o ensino superior no Brasil (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012), e junto com a pesquisa e ensino a partir da Lei 5.540/68, compõe o tripé que caracteriza a universidade pública no país.

Especificamente tratando do esporte, estudos de Squarcini, (2015), Pena et al (2014), Rufino e Martins (2011), Gomes et al (2011) apontam que, através dos projetos socioesportivos oriundos da extensão universitária, foram experimentados pela comunidade, de forma sistematizada, esportes (Rugby em cadeiras de rodas, Natação, Atletismo, Jiu-jitsu), que outrora foram negligenciados no processo formativo na escola.

Com relação à formação de crianças e adolescentes participantes, Squarcini et al (2015), Rufino e Martins (2011), Gomes et al (2011) e Queiroz e Hirma (2016) apresentam que participação nos projetos extensionistas contribuiu para a formação cidadã e moral de crianças, adolescentes e jovens participantes, assim como ganhos específicos no que se refere ao fazer procedimental das modalidades experimentadas dentro desses espaços.

Já se tratando de contribuições na formação docente dos graduandos, Queiroz e Hirma (2016), Hirma et al (2016) e Squarcini et al (2015) apontam que a extensão universitária contribuiu de forma significativa no processo formativo de graduandos em Educação Física, sobretudo na constituição da sua identidade enquanto docente.

Portanto, realizada a contextualização teórica do objeto desta pesquisa, qual seja: o esporte educacional em projetos socioeducativos no interior da extensão universitária, seguimos para a descrição da metodologia de pesquisa adotada e o detalhamento do projeto Construindo pelo Esporte.

## **METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa qualitativa, que adotou como ferramenta de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que apresenta flexibilidade em relação ao tempo de duração, permitindo maior alcance sobre determinados assuntos e ocasiona uma boa interação entre investigador e investigado, garantindo que se toque em assuntos delicados e complexos, colaborando na exploração de aspectos atitudinais e valorativos do entrevistado (BONI e QUARESMA, 2005).

Os sujeitos dessa pesquisa foram: a) alunos participantes do projeto de extensão Construindo pelo Esporte e seus respectivos pais/responsáveis; b) os monitores do projeto; c) o ex-coordenador geral dos Jogos Estudantis do Município da Secretaria Municipal de Educação de Amargosa-BA e; d) os responsáveis pelos núcleos de judô existente na cidade.

A coleta de dados foi dividida em três etapas: na primeira etapa foram entrevistados os alunos e pais/responsáveis do Núcleo Barreiros, assim como, os monitores do projeto; já na segunda etapa foram entrevistados os alunos e pais/responsáveis do Núcleo CFP e pôr fim a terceira etapa foram entrevistados o ex-Coordenador do Jogos Estudantis do Município, juntamente com os responsáveis dos núcleos de judô existentes na cidade, totalizando 70 (setenta) entrevistas.

Após a realização da coleta dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011), trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos extremamente variados e é caracterizada por quatro fases: 1-a organização dos dados para a análise, 2- codificação- criação de unidades de registro orientadas pelo tema; 3- categorização- criação de categorias conforme relevância com o tema da pesquisa; 4- interpretação dos dados coletados.

Com relação ao ambiente principal da pesquisa, o projeto Construindo pelo Esporte foi um projeto de extensão, integrante do Programa Esporte e Lazer: cidadania na cidade e no campo, do curso de Educação Física da Universidade Federal

do Recôncavo da Bahia – UFRB, que ensinou judô para crianças e adolescentes da cidade de Amargosa-BA com faixa etária entre 6 e 18 anos.

O projeto tem seu surgimento em 2010 com o Núcleo Barreiros, localizado na zona rural do município, atendeu ao todo 70 jovens. Outro núcleo foi montado, Núcleo CFP, localizado no campus da universidade, funcionando entre 2013 a 2015, e atendeu cerca de 130 alunos, em sua maioria, nos dois núcleos, crianças e jovens de classe baixa moradores da periferia do município e com raro acesso a espaços de formação fora do escolar. As aulas aconteciam duas vezes por semana, com duração de 1h30, divididas em turmas por faixa etária. Além das aulas, muitos eventos foram realizados como torneios internos e externos, aulas coletivas unindo os dois núcleos, eventos de arrecadação de verba.

As atividades práticas foram interrompidas em abril de 2015 por conta do afastamento dos docentes coordenadores para doutoramento, permanecendo as ações de pesquisa, cujos dados são destacados neste artigo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após a análise dos dados coletados, elencamos três categorias de discussões (BARDIN, 2011): a primeira categoria refere-se às contribuições do projeto Construindo pelo esporte na vida dos alunos participantes; a segunda tratamos da formação docente a partir da extensão universitária; e, finalmente, a terceira categoria que denominamos de ações multiplicadoras oriundas da extensão universitária, que são discutidas a seguir.

### **REPERCUSSÕES NAS ATITUDES DOS ALUNOS**

Nesse tópico discutimos as contribuições do projeto Construindo pelo Esporte na vida dos alunos participantes a partir das impressões dos próprios alunos, dos seus pais ou responsáveis e dos bolsistas do projeto.

Quando questionados sobre possíveis mudanças na sua vida todos apontaram que houve mudanças significativas após a participação no projeto.

Tratando-se de quais mudanças apresentaram, as respostas mais destacadas foram diminuição da agressividade; atitudes mais disciplinadas; assunção de valores morais; perspectiva de vida futura; construção de novas amizades.

Muitos depoimentos de alunos e responsáveis atribuem à participação no projeto a melhoria nas atitudes referentes à característica anterior de agressividade exacerbada.

Ao constatar tal situação foram tomadas intervenções dentro do projeto a fim de diminuir a agressividade, as propostas de intervenção foram no sentido de oferecer dilemas e refletir sobre elas, houve também a orientação dos professores e bolsistas para estarem atentos às atitudes agressivas e mediarem tais atitudes sempre, portanto, as intervenções em valores de relacionamento estavam implícitas no cotidiano do projeto, ocupando atenção especial dos responsáveis de cada turma.

Eu fiquei um pouco mais calmo, consegui me concentrar mais em algumas atividades que eu não conseguia, entre outras coisas. (Aluno 1 – Núcleo CFP).

Aprendi a ser uma pessoa melhor, saber lidar com algumas situações que requer uma situação extrema, que requer que eu tenha um bom comportamento. (Aluno – 1 Núcleo Barreiros).

E depois do judô ele mudou isso, ele aprendeu a dividir mais as coisas com os outros... hoje em dia já “tá” bem... mais tranquilo. Era muito nervoso, muito estressado hoje em dia já “tá” mais tranquilo. (Mãe de aluno – 1 – Núcleo CFP)

Outra contribuição levantada foi uma melhora na disciplina (compromissos com horários e organização das atividades diárias) dos alunos, como apontada pelas mães de alguns discentes do núcleo CFP.

Ele veio ter uma responsabilidade maior com as questões, principalmente, assim, estudo, ele aprendeu a dividir os horários dele que ele tinha que ir “pro” judô, os horários de fazer as atividades do judô, o momentos que ele tinha para os estudos da escola regular, o momento que tinha que se dedicar pra a diversão, pra o descanso, então ficou uma coisa mais detalhada na vida dele. (Mãe de aluno – 2 – Núcleo CFP)

Então ele passou a ser um a pessoa bem mais organizada. (Mãe de aluno – 3 – Núcleo CFP)

A vivência de regras e de obrigações dentro do espaço esportivo, se bem mediada pelo professor, contribui para o desenvolvimento dos envolvidos nessas práticas (QUEIROZ e HIRAMA, 2016). Scaglia e Revertido (2009) afirmam também que tais ações colaboram para que os sujeitos se tornem mais autônomos em suas ações.

A assunção de valores morais pode ser exemplificada a partir do cultivo de princípios no interior do ambiente. Por exemplo, nas atividades do projeto existia uma cultura de sempre ajudar o próximo quando este mostrava dificuldade, quer sejam relacionadas à prática do judô ou nas relações cotidianas. A este respeito, os depoimentos registram as atitudes assumidas:

Aprendi que a gente deve sempre ajudar o próximo. Se a gente ver que pode ajudar uma pessoa não ficar com as mãos atadas e ajudar. (Aluno 1 – Núcleo CFP).

É eu acho que passei até mais respeito também, é sobre as pessoas, por exemplo, se eu ganhava dela não era “pra” eu ficar me gabando por aí. (Aluno- 3 – Núcleo CFP).

Os depoimentos acima apontam que os alunos perceberam a importância do respeito, cooperação e solidariedade com o próximo. As mudanças que extrapolam os tatames também foram percebidas pelos responsáveis:

Por que ele ficou mais comportado, aprendeu a respeitar mais a gente dentro de casa, respeitar os outros fora; entender o lado dos colegas quando “tava” com um problema, ele aprendeu a ajudar os colegas. Às vezes ele via um colega até com tarefa assim, com dificuldade “pra” fazer,

ele dizia: “Oh, mãe eu vou lá ajudar”. Ele ia, ajudava a fazer a tarefa, de noite sentava “pra” conversar com os irmãos, até pra o comportamento dos irmãos ele ajudou a mudar dentro de casa. (Mãe do aluno 1 – Núcleo dos Barreiros)

Com relação às perspectivas para a vida, a proposta de continuidade nestes 5 anos de projeto contribuiu para que esses participantes fossem estimulados a perceber que eles são sujeitos atuantes na sociedade, que podem sonhar e ir além do que sua realidade imediata pode oferecer. Como indicam os depoimentos a seguir:

Me ensinou a sonhar, por exemplo, que antes o que eu não tinha era sonho, sonhar em ser alguma coisa, em ser um alguém. (Aluno 1 – Núcleo Barreiros)

Ele aprendeu mais a ser objetivo com o que ele quer, a lutar pelas coisas que ele quer. (Mãe do aluno 1 – Núcleo Barreiros)

E depois que ele conheceu o judô, mudou totalmente ele nem quis mais desistir do colégio, e começou a ir para o colégio e entrar. (Mãe de aluno – 4 – Núcleo Barreiros).

Ter sonhos, metas, objetivos, um projeto de vida torna as pessoas mais felizes em bons momentos e mais capazes de se restituírem em momentos ruins, se tratando do adolescente, a sua adolescência se torna mais motivada, evitando comportamentos perigosos e estimulando atitudes positivas, como a avidez de se abrir e conhecer o mundo (DAMON, 2009).

As ações duradouras, além de permitirem a criação de objetivos a longo prazo pelos alunos, contribuíram também para a criação de laços afetivos entre eles.

Cada dia que passava ficava mais familiarizado, ficava à vontade, conversava, brincava com eles [...] Por que agora a gente passava mais tempo, a gente conversa mais, por que antes era sábado, domingo, raramente, de vez em quando, aí a gente começava a falar, a ser mais próximos (Aluno – 5- Núcleo CFP)

Acho que com o passar do tempo foi interagindo mais, saindo fora do judô, saindo sei lá em grupo “pra” festa, coisa que não fazia antes. (Aluno – 1 – Núcleo Barreiros).

A partir dos depoimentos dos alunos e de seus responsáveis é possível afirmar que, de fato, eles atribuem ao projeto mudanças nas atitudes, indicando o avanço na personalidade moral e, portanto, indicando também que a intervenção proporcionou contribuição na formação humana de seus alunos.

## REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE DOS BOLSISTAS PARTICIPANTES

Nesse tópico será discutida a segunda categoria deste estudo que trata das repercussões das ações do projeto Construindo pelo Esporte na formação docente dos bolsistas participantes. Todos os sujeitos alegaram que a experiência no

referido projeto gerou variadas repercussões, entre as quais destacamos quatro contribuições apontadas pelos graduados, identificadas nas suas falas: 1- exercício do planejamento, aplicação e avaliação dos planos de curso e aulas paralelamente à formação; 2- estímulo da pesquisa a partir das indagações da prática; 3- aproximação professor-aluno; 4- a participação no projeto como uma das suas maiores experiências formativas, pois o espaço foi considerado como seu laboratório, no qual poderiam errar, acertar e criar.

Com relação ao exercício do planejamento, aplicação e avaliação dos planos de curso e aulas paralelamente à formação, diversos discentes relacionam a atuação no projeto ao exercício das funções docentes in loco, alegando sua importância, diante de situações próprias, mas pouco difíceis de serem confrontadas nos componentes formais da grade curricular: “Essas situações que aparecem é que faz você buscar mais, “tá” se atualizando, “tá” buscando coisas que você não teve contanto ainda [...]” (Bolsista 2).

O estímulo à realização de pesquisas e à apresentação de trabalhos em eventos científicos foi apontado também como uma contribuição no processo formativo dos participantes do projeto. O professor também pode produzir conhecimento a partir de sua vivência prática e entendendo que essa produção é reflexiva e aponta suporte para a prática de novos professores (PIMENTA, 2006).

Outra questão também foi a pesquisa né, o projeto nós tínhamos contatos com outros alunos inclusive de outros trabalhos que os próprios bolsistas desenvolviam, então essa questão do grupo de estudos do próprio projeto enfatizou bastante a necessidade que o aluno tem de ser dentro da universidade um pesquisador. (Bolsista - 6)

A disponibilidade de auxílios financeiros para a participação em eventos, nos quais os discentes iriam apresentar trabalho o contato permanente com os professores que auxiliavam na orientação dos estudos, foram fatores dentro do projeto que contribuíram para a estimulação das pesquisas pelos bolsistas envolvidos, com isso foram inúmeros estudos aprovados para apresentação em congressos regionais, estaduais, nacionais e internacionais. – Confuso, de modo que a redação deve ser melhorada.

Outra contribuição apontada pelos entrevistados refere-se à relação de aproximação entre eles e os alunos do projeto, permitindo que eles conhecessem a realidade de cada educando e se tornando também referência para estes. O professor assume papel fundamental na formação dos alunos, na sua multiplicidade e complexidade, pois ele se torna referência de ser humano para seu aluno, deixando marcas significativas no processo de formação do educando (MACHADO, 1995).

Eu tive que me moldar como pessoa também, até pela questão do exemplo. E essa era uma corrente a qual o projeto pregava bastante, a gente ser um exemplo para os alunos, a gente sempre ser uma boa influência para os alunos, e quanto a isso eu tinha esse compromisso para comigo, de ser uma boa influência para meus alunos, de sempre buscar coisas novas, sempre motivar, sempre estar ensinando de fato. (Bolsista - 5)

Os graduandos apontam também que o projeto serviu como um espaço de laboratório o qual eles podiam experimentar, errar e acertar.

Foi meu, meu, meu laboratório né? Onde eu pude iniciar os trabalhos, pude experimentar, pude errar, acertar também. Então, de certa forma dentro da minha graduação foi minha maior experiência. (Bolsista - 5)

Hirama et al (2016) apontam que a participação prolongada em atividades de ensino, como as dos projetos de extensão oferece condições dos estudantes reverem aquilo que foi feito e realizarem uma análise crítica a fim de alcançar um salto qualitativo na formação docente.

### **AÇÕES MULTIPLICADORAS: REPERCUSSÕES DO PROJETO CONSTRUINDO PELO ESPORTE PARA ALÉM DO ESPAÇO ACADÊMICO**

Neste tópico discutiremos o último objetivo deste estudo que é verificar possíveis repercussões que não tenham relação direta com o projeto estudado na cidade de Amargosa.

Estudos de Dantas (2007); Rocha (2007) e Gama (2016) apontam que as atividades desenvolvidas dentro dos projetos de extensão estudados em suas pesquisas provocaram ações multiplicadoras oriundas dessas atividades nas comunidades nas quais eram inseridos. Todavia, a literatura ainda é carente de estudos que tratam desse tema a partir da prática esportiva.

Durante o desenvolvimento do projeto, por volta de 2 anos após seu início, as primeiras ações com o judô sem ligação direta com a extensão estudada começaram a surgir, por exemplo, a inserção do judô como oficina nas escolas da rede municipal de educação do município a partir do Programa Mais Educação. Mais tarde os Jogos Estudantis do município incluíram a modalidade do judô na sua grade de competições, o trabalho com essa modalidade por professores em escolas particulares da cidade de Amargosa-BA, e logo após a interrupção das atividades do projeto, no primeiro semestre de 2015 começam a surgir novos núcleos de judô na cidade

Para compreender se as referidas ações sofreram influências das atividades do projeto, entrevistamos dois responsáveis por núcleos de judô na cidade, ambos ex-alunos do projeto, o ex-coordenador dos Jogos Estudantis do município e uma ex-professora que ministrava aulas de judô no Programa Mais Educação, em uma escola da Zona Rural do município.

O primeiro núcleo de judô surge no ano de 2015, a partir da iniciativa de dois ex-alunos do projeto, suas atividades são desenvolvidas em parceria com uma academia de judô da cidade de Simões Filhos-BA. Questionado se o surgimento do seu núcleo sofre influências das ações do Construindo pelo Esporte, ele responde:

Teve a influência, porque foi através do projeto que eu conheci o judô, que tive a oportunidade de praticar o judô. Aí como eu gostei da prática e me identifiquei com a mesma, eu voltei a treinar e dei continuidade ao judô aqui na cidade. (Responsável por núcleo - 1).

O segundo núcleo surgiu no ano de 2016, um ano após a interrupção das atividades do projeto e tem suas atividades desenvolvidas através de uma parceria com uma escola privada. Ao ser indagado se o surgimento do seu núcleo sofre influências das ações desenvolvidas pelo projeto, o responsável afirma:

Sim! Sofre influências que foi o projeto Construindo pelo Esporte, foi uma referência na cidade. Até hoje todos perguntam sobre o projeto, chegam lá (em seu núcleo) falando que: “ah, meu filho treinava na UFRB, mas acabou”. Então foi referência, um diferencial do judô na cidade, para falar a verdade. (Responsável por núcleo - 2).

Outra iniciativa que surgiu na cidade com a modalidade judô foi o surgimento de 2 turmas no programa Mais Educação. Ambas tinham como responsáveis discentes que participavam do projeto Construindo pelo Esporte. Uma delas, que foi bolsista do projeto durante 4 (quatro) anos, afirma que eram desenvolvidas aulas em duas turmas que atendiam naquela localidade 20 (vinte) crianças e que além das aulas de judô na escola na qual trabalhava, existia outra escola no município, também em uma comunidade na Zona Rural, que ofertava aulas com o judô por meio do Programa Mais Educação; tais atividades eram ministradas por ex-bolsista do projeto.

Com relação ao JERMA (Jogos Estudantis da Rede Municipal de Amargosa –BA), o ex-coordenador afirma que a inserção do Judô como parte integrante das competições do JERMA se deu a partir do ano de 2012. Tal inserção se dá a partir das oficinas de judô do Programa Mais Educação citadas anteriormente. O ex-coordenador relata que o judô era a modalidade responsável por colocar uma quantidade relevante de alunos dentro do Jogos Estudantis, e ao ser questionado sobre as possíveis influências do projeto nas ações do Jogos Estudantis, o entrevistado afirma:

Com certeza, com certeza! Por que eu digo isso? Por que se o judô chegou na escola, ele não chegou só por que ele nasceu lá, ele teve um celeiro antes, aí eu entendo esse celeiro com a estrutura da universidade dando suporte a esse projeto. (Ex-coordenador do Jogos Estudantis).

Importante destacar que nas duas últimas edições do Jogos Estudantis (2015 e 2016) estiveram presentes na equipe de coordenação geral e, em específico, na equipe de coordenação da competição do judô ex-bolsistas do projeto convidados pela própria Secretaria Municipal de Educação, assim como dois alunos, sendo um do núcleo Barreiros e outro do núcleo CFP. Eles integraram a equipe de arbitragem das lutas durante os momentos de competição:

Foi solicitado que ele nos ajudasse na questão da arbitragem, na orientação, em ter cuidado com o colega na luta, por mais que seja uma luta, existia sempre esse cuidado de se cuidar do outro que estava lutando, então tivemos alunos do Construindo pelo Esporte que contribuiu bastante nesses Jogos Escolares. (Ex-professora do Programa Mais Educação)

Desta análise percebemos que as ações do projeto Construindo pelo Esporte repercutiram na cidade, quer sejam sobre a continuidade da oferta da prática esportiva, especificamente o judô, a oferta da modalidade em diversos espaços,

como os Jogos Estudantis e o Mais Educação dentro do espaço escolar e a ampliação dos conhecimentos acerca dos elementos da cultura corporal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes grupos de entrevistados compõem um cenário de grande abrangência, em se tratando de um projeto de extensão em um pequeno município. Diante da constatação de que todos estes grupos atribuíram ao projeto contribuições positivas, é possível afirmar que uma parcela significativa da cidade, ou seja, 40 mil habitantes, de alguma forma, foi impactada, considerando alunos, suas famílias, discentes graduandos e comunidade estudantil atingida pelas ações.

No entanto, o impacto na cidade não se resume às categorias discutidas. Para além destas constatações é possível refletirmos sobre suas decorrências futuras, ao seja, esperamos que os alunos praticantes incorporem tais mudanças de atitudes em sua personalidade moral, regulando sua existência e influenciando seus próximos; que tais alunos também busquem e mantenham a prática esportiva saudável em todas as suas dimensões; que a prática docente vivenciada, refletida e aprimorada dos então discentes bolsistas reverbere nos mais variados espaços que atuam e atuarão; que ocorra a manutenção e quiçá a formação de outros núcleos esportivos na cidade e região; que ocorra também a manutenção da modalidade nos jogos escolares e, em acontecendo, conseqüentemente, seu trato no interior das escolas, na educação física escolar.

Outras repercussões poderiam ser esperadas e registradas, mas entendemos que estas já são coerentes e suficientes para confirmar e projetar a dimensão da influência que o projeto de extensão investigado pode representar na comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIERI, C. A. S. **Esporte educacional**: uma possibilidade de restauração do humano no homem. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto**: discurso e substância. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física / Unicamp – Centro de estudos avançados, 2013.
- BRASIL. **Programa Segundo Tempo**: diretrizes. Brasília. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Programa Esporte e Lazer na Cidade**: diretrizes. Brasília. 2016.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**: v. 2, n. 1, p. 68-80, Jan. 2005.
- CASTRO, S. B.; SOUZA, D. L. **Significados de um projeto social esportivo**: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimento** - Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 154-163, out./dez. 2011.
- CORREIA, M. M. **Projeto sociais em Educação Física, Esporte e Lazer**: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, janeiro/junho, 2008.
- DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** São Paulo: Summus, 2009.
- ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Universidade de Brasília. Novembro - 1987
- GALATTI, L. R. **Pedagogia do esporte**: livro didático como mediador no processo de ensino aprendizagem dos jogos esportivos coletivos. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP. 2006.
- GOMES, A. O.; MATTHIEN, S. Q.; GINCIENE, G. **Atletismo para crianças e jovens**: um projeto de extensão universitária. **Rev. Ciênc. Ext.** São Paulo. v.7, n.1, p.6, 2011.
- HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. **Algo para além de tirar as crianças das ruas**: a pedagogia do esporte em projetos socioeducativos – São Paulo: Phorte, 2012.
- HIRAMA, L. K.; JOAQUIM, C. S.; COSTA, R. R.; MONTAGNER, P. C. **Propostas interacionistas em pedagogia do esporte**: aproximações e características. **Revista Conexões**. Campinas, v. 12, n. 4, pág. 51-68, out/dez. 2014.
- HIRAMA, L. K.; MATOS, J. A. B.; JOAQUIM, C. S.; MONTAGNER, P. C. **Extensão universitária e formação do professor de educação física**: contribuições a partir da permanência prolongada. **Rev. Ciênc. Ext.** São Paulo. v.12, n.1, p.28-40, 2016.
- HOLT, N. L.; KINGSLEY, B. C.; SCHERER, T. J. **Benefits and challenges associated with sport participation by children and parents from low-income families**. **Psychology of Sport and Exercise**. Canadá – jun - 2011.

- ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A (Org.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LLAMAS, G. R. SUÁREZ, D. C. **Los valores en el deporte**. Revista de Educación. 2004,
- MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. **Pedagogia do esporte e projeto sociais**: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 405-418, abr./jun. de 2015.
- MACHADO, P. X.; BORGES, V. C.; DELL AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e educacional (ABRAPEE). v.11. n.1 janeiro/ junho 2007.
- MACHADO, A. A. Interação: problema educacional. In: DE LUCCA, E. Psicologia Educacional na sala de aula. Jundiaí: Litearte, 1995.
- MELO, V. A. **Projetos sociais de esporte e lazer**: Reflexões, inquietações, sugestões. **em <http://quadersanimacio.net>**; nº 7; enero de 2008.
- QUEIROZ, D. A. R.; HIRAMA, L. K. **A extensão universitária e suas contribuições na formação docente**. Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte. Campinas – SP – 2016.
- \_\_\_\_\_. **Regras de condutas em ambientes esportivos**: contribuições para o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes. Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte. Campinas – SP – 2016.
- PENA, L. G. S. et al. **O Rugby em cadeiras de rodas no âmbito da universidade**: relato de experiência da Universidade Estadual de Campinas. Rev Bras Educ Fís Esporte. São Paulo. Out-Dez – 2014.
- PROJETO CONSTRUINDO PELO ESPORTE: **Documentos administrativos**. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2011.
- QUEIROZ, D. A. R.; HIRAMA, L. K. **Regras de condutas em ambientes esportivos**: contribuições para o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes. Anais do Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte. Campinas/SP. 2016.
- QUEIROZ, D. A. R.; HIRAMA, L. K. **A extensão universitária e suas contribuições na formação docente**. Anais do Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte. Campinas/SP. 2016.
- REVERDITO, R. S. **Pedagogia do esporte e modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano**: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2016.
- REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. **Pedagogia do esporte**: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.
- RUFINO, L. G. B.; MARTINS, J. C. O. Jiu Jitsu brasileiro em extensão. **Rev. Ciênc. Ext.** São Paulo. v.7, n.2, p.84, 2011.

SANCHES, S. M.; RUBIO, K. **A prática esportiva como ferramenta educacional:** trabalhando valores e resiliência. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 825-842, dez. 2011.

SANMARTÍN, M. G. **El valor del deporte em la educación intregal del ser humano.** Revista de educación. 2004.

SQUARCINI, C. F. R. et al. **Natação:** reconhecimento do projeto de extensão no interior da Bahia. **Rev. Ciênc. Ext.** São Paulo. v.11, n.2, p.8-20, 2015.

TURNNIDGE, J.; COTÉ, J.; HANCOCK, D. J. **Positive Youth Development From Sport to Life: Explicit or Implicit Transfer?** Quest. Londres – Abril/2014.

VIERA, L. H. S. **Estudos sobre a gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2010.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso.** Campinas, SP: Escuta, 1994.

A close-up photograph of a person's hands shaping a clay pot on a pottery wheel. The person is wearing a blue and gold patterned sari. The background is a simple, light-colored wall. A red banner with the word "CULTURA" in white capital letters is overlaid on the right side of the image.

**CULTURA**

# TELAS DA PSIQUE: CINEMA E PSICANÁLISE

## SCREENS OF THE PSYCHE: MOVIES AND PSYCHOANALYSIS

### Suely Aires

Psicóloga, doutora em filosofia, docente do CCS/UFRB  
 suely.aires7@gmail.com

### Jamile Santos Mercês

Graduanda em Psicologia, UFRB  
 jamilemerces@outlook.com

### RESUMO

O projeto de extensão “Telas da Psique: cinema e psicanálise” é desenvolvido no Centro de Ciências da Saúde e se propõe a exibir mensalmente um filme ou documentário, visando produzir uma reflexão crítica sobre temas diversos no campo da psicanálise, subjetividade e cultura. Tem como público-alvo alunos dos cursos do CCS, sendo permitida a participação de pessoas da comunidade externa à universidade. A proposta do projeto surgiu das discussões ocorridas no Grupo de Estudos e Pesquisa “Psicanálise, Subjetividade e Cultura” e das atividades dos componentes curriculares de psicanálise que compõem o PPC do curso de Psicologia. A dificuldade de compreensão da teoria psicanalítica nos impeliu a buscar metodologias participativas e inovadoras. Considerando o caráter imagético do cinema e a curiosidade despertada pelos filmes, supomos que a articulação entre psicanálise e cinema poderia suscitar novas formas de conhecimento. Com um total de dez sessões, o projeto obteve como resultados: qualificação da discussão sobre cinema; aprofundamento de conhecimentos sobre teoria e clínica psicanalíticas; construção da prática argumentativa em debate; ampliação das discussões sobre formas de subjetivação e expressão da subjetividade; promoção de espaços de circulação de saberes, cultura e lazer ao público do CCS. O presente artigo visa relatar essa experiência extensionista.

**Palavras-chave:** Cinema. Psicanálise. Subjetividade.

### ABSTRACT

The extensionist project “Screens of the Psyche: Movies and Psychoanalysis” is developed at the Health Sciences Center (CCS) and proposes to exhibit monthly a film or documentary, with the objective of providing a critical reflection about different themes on Psychoanalysis, subjectivity and culture. Its audience is composed by students from the CCS courses, but also includes the participation of people from the outside community. The project proposal came from the discussions in the Studies and Research Group “Psychoanalysis, Subjectivity and Culture” and from the activities of the curricular components of psychoanalysis that structure the PPC of the Psychology course. The difficulty of understanding psychoanalytic theory has compelled us to seek participatory and innovative methodologies. Considering the imagery character and the curiosity aroused by the films, we presume that the articulation between psychoanalysis and movies could evoke new ways of understanding the subject. With a total of ten sessions, the project achieved the following results: film discussion qualification; increase of knowledge about psychoanalytic theory and clinical practice; construction of argumentative practice; extend of discussion about different forms and expression of subjectivity; promotion of spaces for the circulation of knowledge, culture and leisure to the members of the CCS. This article aims to report this extensionist experience.

**Keywords:** Movies. Psychoanalysis. Subjectivity

## INTRODUÇÃO

O projeto “Telas da Psique: cinema e psicanálise” surgiu das inquietações decorrentes das discussões no Grupo de Estudos “Psicanálise, Subjetividade e Cultura” (CNPq) e das atividades dos componentes curriculares de psicanálise que integram o PPC do curso de Psicologia. A dificuldade de compreensão da teoria psicanalítica impeliu à busca por metodologias participativas e inovadoras; assim, considerando o caráter imagético do cinema e a curiosidade despertada pelos filmes, supomos que a articulação entre psicanálise e cinema mostrar-se-ia promissora ao possibilitar uma aproximação mais efetiva com os conteúdos abordados em sala de aula e nas rodas de discussão. Cabe ressaltar, no entanto, que o “Telas da Psique” se inscreveu em uma dupla via de investigação: buscou não apenas utilizar o cinema para discutir conteúdos previamente definidos, mas partir do cinema para colocar em questão a teoria psicanalítica. Nesse contexto, o cinema foi pensado como campo de criação de narrativas sobre a subjetividade e de apresentação de discursos sobre assuntos que interessam a psicanalistas e estudiosos do comportamento humano.

As aproximações entre cinema e psicanálise são históricas e aparecem desde o primeiro instante em que esses dois campos entram em cena no final do século XIX. As práticas cinematográficas e psicanalíticas surgem no mesmo período, refletindo e sendo reflexos de seu espírito de época, com as exigências sociais e históricas que mobilizam ambas as produções culturais. Em seus respectivos jogos de cena e análise, o cinema e a psicanálise se aproximam e assemelham nas suas estruturas práticas, nos modos de fazer cinema, de fazer psicanálise (DUNKER; RODRIGUES, 2015).

Partir de uma concepção de cinema “como campo de criação de problemas formais sobre a subjetividade e como linguagem, narrativa e discurso sobre suas modalidades de sofrimento” (DUNKER; RODRIGUES, 2015, p. 8) supõe considerar a autonomia da sétima arte com sua linguagem própria. Nesta compreensão, a

psicanálise deixa de ser utilizada como estrutura de análise que permite desvendar os códigos cinematográficos e os efeitos destes promovidos no público. Não deve tampouco ser considerada como narrativa mestre detentora de um saber soberano. A articulação entre cinema e psicanálise transpassa a relação entre uma teoria (psicanálise) que pode falar sobre o objeto-outro (cinema); essa articulação refere-se a um processo de produção de significações em que ambos, psicanálise e cinema, se tensionam mutuamente.

É nesse ponto que o “Telas da Psique” busca se inscrever: o projeto propõe pensar a articulação entre cinema e psicanálise, questionar como se entrelaçam e se produzem as narrativas em jogo e discutir os modos de apresentação e representação da subjetividade. Tendo como espaço formal a composição de imagens e sons, os modos de encenação dos personagens e cenários, a montagem dos diferentes jogos de cena que compõem sentidos, busca-se problematizar as diferentes linguagens. Desse modo torna-se possível, a nosso ver, reconhecer e construir diversas formas de narrativa sobre as subjetividades, sem recair em uma relação de aplicação da psicanálise (TROCOLI; AIRES, 2012) sobre o cinema.

Tendo esses objetivos, o “Telas da Psique: cinema e psicanálise” se propôs a exibir mensalmente um filme e/ou documentário e possibilitar uma reflexão crítica sobre temas diversos no campo da psicanálise, subjetividade e cultura. Em uma relação de horizontalidade nas discussões, o projeto esforçou-se por proporcionar o reconhecimento de diferentes narrativas sobre a subjetividade humana em sua diversidade cultural, histórica e discursiva.

## METODOLOGIA

O projeto tem como público-alvo os alunos dos cursos do CCS, sendo facultada a participação de pessoas da comunidade externa à universidade. Sua organização gira em torno de três ações:

- 1) Exibição de filme e/ou documentário: os filmes foram selecionados pelos participantes do projeto a partir da curiosidade despertada por personagens, narrativas ou estilo de direção, considerando diferentes formas de subjetivação e expressão da subjetividade. Como consequência das discussões, optou-se pela escolha de filmes de diferentes nacionalidades, visto que a linguagem própria do cinema, com todos seus elementos estéticos, de montagem e de narrativa, se articulam de distintos modos nas diferentes culturas. Consideramos que o caráter narrativo e imagético dos filmes selecionados permite ao espectador o encontro com a diversidade da experiência humana, a variedade das fantasias e o reconhecimento dos efeitos sobre si e sobre outros.
- 2) Discussão sobre o filme e/ou documentário exibido, a cada encontro, em sua relação com a teoria e clínica psicanalíticas e com a diversidade das formas de subjetivação. Nesse espaço, procuramos fazer com que os espectadores apresentassem suas questões e associações frente ao tema, ao(s) persona-

gem(s) indicado(s) e ao modo de apresentação da narrativa. O espaço de construção permitiu, portanto, que, sob diferentes argumentos, uma prática discursiva viesse a ser estabelecida e sustentada entre pares.

- 3) Reuniões para planejamento e avaliação das ações desenvolvidas. Esse espaço tinha como proposta escutar e fazer ressoar o que se colocou nas discussões sobre cada filme e/ou documentário, de modo a produzir certa ligação entre as diferentes exposições, bem como planejar a inclusão de novos temas. Desse modo, constituía-se uma linha de continuidade que se mostrou relevante para dar consistência aos argumentos trazidos em cada discussão.

Após a escolha do filme e/ou documentário, a divulgação das sessões do “Telas da Psique” era feita por meio de cartazes espalhados pelo prédio de aulas do Centro de Ciências da Saúde e por divulgação *online* nas redes sociais utilizadas pela comunidade acadêmica. Os cartazes de divulgação contam com as seguintes informações: data e horário da exibição, nome do filme e/ou documentário, diretor, ano de filmagem e nacionalidade do filme, acompanhados de imagens extraídas do filme que pudessem provocar a curiosidade do espectador.

A inscrição para participação no evento ocorre 30 minutos antes da exibição da película e a discussão é realizada imediatamente após a exibição. Ocasionalmente, um debatedor ou mediador pode ser convidado, de acordo com o filme ou documentário escolhido, de modo a ampliar a discussão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O “Telas da Psique: cinema e psicanálise” promoveu, durante o período de atividade (2016-2017), dez encontros com exposições e discussões sobre cinema, psicanálise, subjetividade e cultura, alcançando um público mínimo de 11 pessoas e máximo de 28 participantes por encontro, incluindo membros da comunidade externa. Os temas de discussão giraram em torno de questões de gênero, suicídio, loucura, escolhas amorosas e respeito à diferença.

O primeiro encontro promovido pelo “Telas da Psique” ocorreu em janeiro de 2016 com a exibição cinematográfica e discussão do filme “A Garota Dinamarquesa”, drama estadunidense produzido em 2015 com a direção de Tom Hooper. O encontro obteve público de quatorze participantes, incluindo membros da comunidade externa à universidade.

A película foi escolhida tanto pelo seu recente lançamento à época quanto pelo enredo que consiste na cinebiografia de Lili Elbe (personagem interpretada pelo ator Eddie Redmayne), que nasceu Einar Mogens Wegener, e foi a primeira pessoa a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero. O filme tem como foco o relacionamento amoroso do pintor dinamarquês com Gerda (interpretada por Alicia Vikander) e sua descoberta como mulher.

A discussão fomentada pela exibição foi pautada em torno das questões de gênero e de como os relacionamentos amorosos eram vistos pela sociedade e cultura da década de 1920. Assumir-se mulher trans àquela época era ser tomada

pela sociedade como uma pessoa com transtorno mental, alguém que havia produzido um delírio sobre habitar outro corpo. Lili percorre uma trajetória de auto-descoberta, de se permitir ser mulher, mesmo diante de situações de sofrimento físico e mental.

A sutileza cinematográfica da película pôs em análise e discussão a noção de feminilidade e permitiu uma tomada de posicionamento, já destacada por Simone de Beauvoir: não se nasce mulher, há distintas possibilidades de tornar-se mulher (PASSOS, 2012). A discussão do filme também possibilitou pensar a posição subjetiva de Gerda que, como mulher de Lili, a apoiou até o momento de sua morte, ainda que discordasse das decisões tomadas por esta última. Esse elemento – sustentar, como mulher, o companheirismo em relação a(o) parceira(o) – levou à escolha do filme seguinte.

Em abril de 2016 ocorreu a segunda exibição do projeto, dessa vez com o filme alemão “Phoenix”, produzido em 2014, com direção de Christian Petzold e tendo como protagonista a atriz Nina Hoss, que interpretou a personagem Nelly Lenz. Participaram dessa sessão vinte e oito pessoas da comunidade interna ao CCS.

O enredo da película consiste na narrativa da história de Nelly Lenz (Nina Hoss), uma sobrevivente de um campo de concentração nazista, que ficou desfigurada enquanto esteve presa. Irreconhecível após uma cirurgia de reconstrução facial, ela vaga pelas ruínas de Berlim à procura de seu marido, Johnny (interpretado por Ronald Zehrfeld), que parece ter sido o responsável pela denúncia que a conduziu aos campos de concentração. A história desenvolve-se com o não reconhecimento de Nelly por parte de Johnny, e de como ele tenta “transformar” a desconhecida na “falecida” esposa para obter sua herança.

A discussão do filme abordou os efeitos da guerra e os modos como a violência se inscreve para além do físico, abrangendo a constituição do eu e as relações entre as pessoas. Destacou-se ainda a ligação que Nelly mantinha com esse homem e de como havia sido a expectativa de revê-lo que manteve sua esperança durante o período no campo de concentração. Esse ‘sopro de vida’ parecia vincular a personagem à Johnny e à sua posição de mulher desse homem.

Quando a protagonista (re)inicia o processo de identificação de si, e o faz adotando um posicionamento que permite que o outro a construa e constitua, Nelly parece vestir uma máscara. Esta máscara é “mais do que apenas uma máscara”, mas um modo de construção de si a partir do outro. Performar com a máscara pode ser lido como a autêntica posição subjetiva humana, aquela que se dá “de fora para dentro” (ZIZEK, 1994). É nesse jogo que a personagem Nelly percorre caminhos a ponto de fazer ruir a máscara, (re)identificando-se consigo e abandonando a posição de expectativa e dependência em relação a Johnny.

A terceira sessão do projeto foi realizada em maio de 2016, tendo um público de dezessete participantes, incluindo membros da comunidade externa ao CCS. Foi exibido o filme francês “Uma Nova Amiga”, do diretor François Ozon, produzido em 2014. O enredo apresenta a relação afetiva que se desenvolve entre Claire

(Anaïs Demoustier) e David (Romain Duris) após a morte de Laura (Isild Le Besco), mulher de David e amiga de infância de Claire. É no jogo de espelhos entre mulheres – Claire e Laura, Claire e David, agora vestido como mulher e apaixonando-se por Claire – que o desejo sexual e a afetividade transitam.

Entre os principais pontos de discussão levantados, muito foi debatido a respeito do desejo humano como algo fluido, permeável, passível de transformação. A relação que se desenvolve com o corpo foi marcante na película, seja pelas aproximações ou recusas ao outro, seja pelas cenas eróticas compartilhadas pelos efeitos de câmera. O recurso da *mise-en-scène* é bastante utilizado no filme, o que implica que o diretor, ao lançar o olhar sobre os detalhes do jogo corporal dos atores e ao recortar o plano e compor o enquadramento dos personagens, alcança o efeito desejado nos espectadores de produzir um olhar ativo nos planos da narrativa (LESSA, 2015).

No mês de junho de 2016 aconteceu a quarta exibição e discussão do projeto com o filme mexicano “Sexo por Compaixão”, produzido em 1999 e sob a direção de Laura Mañá. Essa sessão contou com onze participantes. A discussão apontada pela narrativa, e que também surgiu após a exibição da película, girou em torno da emancipação da sexualidade feminina. Através do humor se pôs em xeque as questões a respeito dos chamados “papeis femininos” na sociedade, problematizando os julgamentos morais e as relações de poder que se estabelecem entre o masculino e o feminino. Foram debatidas as possibilidades de transformação e significação, tanto do sujeito quanto do contexto em que este se insere, quando se assume um novo posicionamento frente ao que até então estava posto.

A quinta sessão do “Telas da Psique” ocorreu no mês de julho, tendo um público de doze participantes, com a exibição e discussão do drama “Incêndios”. Filme canadense, produzido em 2010 e lançado no Brasil em 2011, com a direção de Denis Villeneuve, a película apresenta diversas incursões temáticas ao longo dos seus 123 minutos de narrativa, perpassando por cenas de intolerância e violência e revelando ligações de amor e ódio entre pessoas. O filme mantém um estilo silencioso, com poucos diálogos, sendo marcado por “aquilo que não é dito” em uma reprodução trágica do destino humano.

Entre os fenômenos que o filme produziu, o público destacou a superposição de afetos e o impacto das cenas finais. Durante a discussão foi descrito como mobilizador o fato de se pensar e colocar em questão os limites e o potencial dos sujeitos para se (re)constituírem por via do desejo. É no sentido de produzir questões mais do que produzir respostas, na direção de colocar em cena a herança humana fruto do desejo do outro, que a película se encerra: desdobram-se significados, mas não há determinação de imposição sobre os mesmos, há uma suspensão do sentido (PRADO, 2015) e a necessária inclusão do espectador na cena trágica.

No mês de setembro de 2016, o projeto “Telas da Psique” foi convidado pela comissão organizadora do evento *Reencôncavo Saúde*, que aconteceu em comemoração aos dez anos do Centro de Ciências da Saúde, para realizar uma sessão especial

durante a programação do evento. Assim, a sexta sessão do projeto aconteceu em formato de roda de conversa com a exibição e discussão do filme brasileiro, lançado em 2016, “Nise, o coração da loucura”, dirigido por Roberto Berliner.

Considerando a temática do evento sobre questões relacionadas à saúde, o filme foi escolhido por abordar aspectos referentes à saúde mental e à história da psiquiatria no Brasil. A narrativa é baseada na história real da doutora Nise da Silveira, interpretada por Gloria Pires, que, ao voltar a trabalhar em um hospital psiquiátrico nos subúrbios do Rio de Janeiro em 1944, questiona o uso de eletrochoque e lobotomia no tratamento de pacientes com transtorno mental, como a esquizofrenia.

Ao propor uma nova forma de tratamento, Nise é discriminada pelos colegas de profissão e isolada no hospital, assumindo o Setor de Terapia Ocupacional, o qual era considerado um setor de menor importância. É nesse espaço que Nise começa a desenvolver seu trabalho, assumindo uma nova forma de tratamento e de relacionamento com os pacientes e com a loucura. Por meio da arte e da construção do vínculo como forma de cuidado, Nise da Silveira possibilita aos pacientes uma nova modalidade de tratamento, um novo modo de estar com a loucura e de estar consigo mesmo e com o outro.

A exibição cinematográfica contribuiu com a discussão a respeito da necessidade da contínua luta antimanicomial, causa que vai além da desconstrução dos muros do manicômio. Trata-se também, e especialmente, da desconstrução da lógica manicomial presente em nós enquanto sociedade (PELBART, 2001). Há outras formas de se relacionar com a loucura, muito distintas das que seguem por via da exclusão e da violência. O recurso artístico pode possibilitar novas formas de atribuir sentido às questões da existência, ao modo como subjetividades são construídas cotidianamente.

Em janeiro de 2017 o projeto fez sua sétima exibição e discussão com o documentário brasileiro, de Marcelo Masagão, lançado em 1999 e intitulado “Nós que aqui estamos, por vós esperamos”, alcançando um público de doze pessoas. A escolha pelo documentário partiu do recorte cênico do qual a película se constitui: na construção de uma linha temporal sobre o século XX, o documentário apresenta grandiosos acontecimentos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais em diferentes contextos espaciais em sua estranha e inquietante relação com as singulares vidas individuais que compõem essa história. Talvez por isso o diretor Marcelo Masagão possa iniciar o filme com a frase: “O historiador é o rei. Freud é a rainha”, em uma discreta e provocativa referência ao texto lacaniano “O Seminário sobre ‘A Carta Roubada’” (LACAN, 1998). A história, como o rei, nada vê do que se passa na vida de um único homem, ao mesmo tempo comum e singular.

Através de fragmentos de filmes e documentários, de cenas retiradas de outras produções e deslocadas de contexto, a narrativa construída pelo diretor abrange processos de subjetivação ao longo do século XX. A originalidade de perspectiva suscitou discussões sobre os desejos, os pensamentos, os modos de representação do humano no século passado e de como esses processos se atualizam, re-

fletindo os dispositivos atuais de produção de subjetividades e de silenciamento das singularidades.

A oitava sessão do projeto ocorreu em fevereiro de 2017 contando com a participação de quinze membros da comunidade interna do CCS, quando foi apresentado o drama independente espanhol, produzido em 2013 e dirigido por Rodrigo Sorogoyen, “Stockholm”. O filme é centrado única e exclusivamente na relação entre os protagonistas da história: “ele” e “ela”.

A temática gira em torno da trama que o casal estabelece em uma relação construída em apenas uma noite e os efeitos desse encontro na manhã seguinte. O cenário é quase todo construído em variações de branco e cinza, a temporalidade do filme é alongada, com espaços de silêncio e ampliação do foco da câmera, produzindo no espectador uma sensação de vazio e tensão.

Durante a conversa com o grupo foi discutido como algumas relações se estabelecem a partir de determinantes prévios que escapam ao conhecimento consciente e de como os sujeitos agem de maneira a produzir um ato que diferencia radicalmente o antes e o depois. Nesse sentido, ao se compreender um ato como algo que rompe um *continuum* e faz emergir uma nova tomada de posição, é possível se articular que nada segue igual após a efetivação do ato (ZIZEK, 1994). No segundo momento da película, os personagens atuam como se invertessem suas posições frente ao outro e algo se passa nesse movimento a ponto de uma das personagens não sustentar aquela nova configuração de si.

Em março foi promovida a nona sessão do “Telas da Psique”, com um público de dezessete pessoas, exibindo o filme estadunidense premiado pelo Oscar 2017, “Moonlight”. Sob a direção de Barry Jenkins, a história apresentada pelo filme apresenta três momentos diferentes da vida de Chiron, um jovem negro que reside em uma comunidade pobre da cidade de Miami.

O filme fomentou discussões a respeito do masculino, que foram para além das dimensões de cor, orientação sexual ou classe social. Pôs em análise os estereótipos socialmente construídos sobre a imagem do masculino na cultura, ao mesmo tempo em que, sutilmente, fez pensar nas trajetórias de autoconhecimento que os sujeitos empreendem e a constante busca de atribuir sentido aos acontecimentos vividos.

A última sessão do “Telas da Psique” ocorreu em julho de 2017 e atraiu um público de quatorze participantes, com um recurso metodológico distinto das demais sessões: a exibição imagética teve como tema “imagens do feminino” e foram utilizados vídeos para sua apresentação.

A escolha pela utilização dos vídeos deu-se pela originalidade de sua linguagem: a articulação entre musicalidade, teatralidade, composição de imagens e ponto focal da narrativa, bem como os modos de representação das mulheres em cena, sejam mulheres cis ou trans. Os vídeos selecionados para a exibição foram: “Triste, louca ou má”, da banda brasileira *Francisco, el hombre*; “Formation”, de Beyoncé; “P.U.T.A”, da banda Mulamba; e “Fiu Fiu”, da Filarmônica de Parságada.

Os quatro vídeos apresentam imagens próprias do feminino, apontando denúncias da violência que atravessa a constituição do feminino em sociedade, entre elas: violência a mulheres cis e trans, machismo, cultura do estupro, exclusão feminina, feminicídio, objetificação do feminino. Ao mesmo tempo, possibilitou a discussão de aspectos que conduzem ao empoderamento da mulher, à afirmação de si e à sororidade. Estes aspectos foram postos em debate, operando discussões sobre como questões de gênero são estabelecidas e quais os posicionamentos frente a esses aspectos – tanto de movimentos sociais e de figuras simbólicas, quanto da mulher como agente de transformações. Nesse contexto, reafirma-se que não há uma imagem dada do feminino, mas possibilidades e desafios que se colocam nos processos de subjetivação.

De modo geral, as apresentações fílmicas ao longo do projeto “Telas da Psique” possibilitaram discussões entre os participantes em uma relação de horizontalidade e confrontação de diferentes leituras, não havendo uma estrutura formal de ensino sobre um tema. Tratou-se da possibilidade de permitir a reflexão crítica, a argumentação embasada e o alinhamento de questões sobre as formas de subjetivação e organizações subjetivas que foram apresentadas em cada filme, documentário ou vídeo. Cabe destacar que, por vezes, a discussão de um filme durante um dos encontros remetia a apresentações e discussões anteriores, o que deu ao projeto certa consistência interna na argumentação em torno da diversidade de formas de subjetivação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período em que esteve em atividade o projeto ampliou os espaços de convivência e de trocas sociais e culturais na comunidade acadêmica do CCS. A riqueza das discussões e a originalidade do espaço construído, com contribuições significativas do público, desempenharam papel fundamental na construção de um diálogo mobilizador acerca das possíveis formas de narrativa e constituição de subjetividades. Problematizou-se assim as inúmeras (im)possibilidades de compreensão de si por meio de narrativas, sejam estas históricas ou ficcionais, de forma a explorar o imaginário e o simbólico (AIRES, no prelo).

Discussões relacionadas a questões de gênero, especialmente referidas à constituição de subjetividade feminina, foram um tema constante e que atravessou boa parte das sessões promovidas pelo “Telas da Psique”: fosse por colocar em análise as formas de constituição das imagens sobre o feminino, fosse pelo posicionamento político frente aos atos de violência aos modos de ser e tornar-se mulher. A proposta de incluir a diversidade humana permitiu que uma discussão política sobre o respeito à diferença e a consideração pelas diferentes formas de vida em sociedade se mantivesse como constante no processo.

A proposição de articulação entre cinema e psicanálise se mostrou uma atividade potente e mobilizadora para se pensar os diferentes movimentos e perspectivas culturais que inscrevem e (res)significam subjetividades. A relação que se estabelece entre filme e espectador inaugura um novo modo de atuação e

interpretação que, por meio dos jogos de cena, imagens, musicalidade, símbolos e linguagem, reafirma a possibilidade de um olhar singular e inovador para fenômenos da vida psíquica e social.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Suely. **Entre autobiografia e ficção**: a narrativa em análise (no prelo).

DUNKER, Christian Ingo Lenz; RODRIGUES, Ana Lucília (Orgs.). Fazer cinema, fazer psicanálise. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; RODRIGUES, Ana Lucília (Orgs.). **A criação do desejo**. São Paulo: nVersos, 2015. p. 127. (Coleção cinema e psicanálise; v. 1).

LACAN, Jacques. O Seminário sobre 'A Carta Roubada'. In: LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LESSA, Rafael. Mise-en-scène: câmera, luz, corpos em movimento. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; RODRIGUES, Ana Lucília (Orgs.). **A criação do desejo**. São Paulo: nVersos, 2015. p. 117-127.

PASSOS, Lucas. Tornando-se nosso gênero: as desmamas na infância. In: **Ensaaios de Gênero**. 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/03/12/tornando-se-nosso-genero-as-desmamas-da-infancia/>> Acesso em: 28 jul. 2017.

PELBART, Peter Pel. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: Lancetti A, organizador. **Saúdeloucura**. São Paulo: Hucitec; 2001. p. 131-138

PRADO, José Luiz Aidar. O objeto impossível do cinema. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; RODRIGUES, Ana Lucília (Orgs.). **A criação do desejo**. São Paulo: nVersos, 2015. p. 49-77.

TROCOLI, Flávia; AIRES, Suely. Apresentação: Literatura e Psicanálise, de uma relação que não fosse de aplicação. **Revista Terceira Margem**, Ano XVI, no. 26, 2012, p.11-16.

ZIZEK, Slavoj. **¡Goza Tu Síntoma!** Jacques Lacan dentro y fuera de Hollywood. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.

### REFERÊNCIAS FÍLMICAS E SONORAS

BERLINER, Roberto. **Nise – o coração da loucura**. [Filme-vídeo]. Direção de Roberto Berliner. Brasil: IMAGEM FILMES, 2015.

BEYONCÉ. **Formation**. [Videoclipe]. Estados Unidos da América: Álbum Lemonade, 2016. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=WDZJPJV\\_\\_bQ](https://www.youtube.com/watch?v=WDZJPJV__bQ)>.

FILARMÔNICA DE PARSÁGADA. **Fiu Fiu**. [Videoclipe]. Brasil: Álbum: Rádio Lixão, 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Bsrq8qv8Uig>>.

FRANCISCO, EL HOMBRE. **Triste, louca ou má**. [Videoclipe]. Brasil: Álbum Soltas-bruxa, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>>.

HOOPER, Tom. **A garota dinamarquesa**. [Filme-vídeo]. Direção de Tom Hooper. Estados Unidos da América: UNIVERSAL PICTURES, 2015.

JENKINS, Barry. **Moonlight**. [Filme-vídeo]. Direção de Barry Jenkins. Estados Unidos da América: Diamond Films, 2016.

MAÑÁ, Laura. **Sexo por Compaixão**. [Filme-vídeo]. Direção de Laura Mañá. México: IMOVISION, 1999.

MASAGÃO, Marcelo. **Nós que aqui estamos, por nós esperamos**. [Documentário]. Direção de Marcelo Masagão. Brasil: Riofilmes, 1999.

MULAMBA. **P.U.T.A**. [Videoclipe] Brasil: haistudio, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZdpZ-93uUnY>>.

OZON, François. **Uma Nova Amiga**. [Filme-vídeo]. Direção de François Ozon. França: IMOVISION, 2014.

PETZOLD, Christian. **Phoenix**. [Filme-vídeo]. Direção de Christian Petzold. Alemanha: IMOVISION, 2014.

SOROGOYEN, Rodrigo. **Stockholm**. [Filme-vídeo]. Direção de Rodrigo Sorogoyen. Espanha: drama independente, 2013.

VILLENEUVE, Denis. **Incêndios**. [Filme-vídeo]. Direção de Denis Villeneuve. Canadá: micro\_scope, 2010.

## CINE MANIÇOBA: UMA PONTE PARA A SOCIALIZAÇÃO DE PERCEPÇÕES

### CINE MANIÇOBA: A BRIDGE FOR THE SOCIALIZATION OF PERCEPTIONS

#### **Jesus M. Delgado-Mendez**

PhD, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / PET Socioambientais.  
jesusd@uol.com.br

#### **Helen Samara Almeida de Santana**

Estudante de Tecnologia em Agroecologia / Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia - GAIA

## RESUMO

Projeto nascido de uma iniciativa meramente estudantil e acolhido por um professor da UFRB, o Cine Maniçoba deu início ao seu desenvolvimento formal em 2010, dentro das atividades planejadas pela Pró-Reitoria de Extensão dessa instituição. Programado no intuito de permitir o debate de idéias entre os membros da comunidade acadêmica, baseadas em produções fílmicas e documentares, nacionais ou não, o projeto em questão converteu-se em mais do que uma opção de entretenimento e passou a se converter em um dos poucos momentos em que, de porta aberta, se debateriam os assuntos mais relevantes na agenda dos estudantes participantes e organizadores. Sua temática, quase sempre profunda e polêmica, levou o projeto a ser pensado para a comunidade externa, o que terminou sendo replicado em grupos sociais organizados, especialmente rurais, uma vez que uma parte significativa dos estudantes responsáveis pela implantação do projeto era das ciências agrárias, especialmente defensores da agroecologia e dos movimentos sociais da época. Utilizando meios próprios e se valendo do auxílio de uma bolsa PIBEX, periodicamente, o Cine Maniçoba manteve-se no campus de Cruz das Almas e conquistou comunidades rurais, por oito (08) anos consecutivamente. Raramente um projeto organizado totalmente por estudantes é tão longo e eficaz.

**Palavras-chave:** Cinema. Extensão. Cine debate.

## ABSTRACT

Cine Maniçoba, a project born from a purely student initiative and hosted by a UFRB professor, began its formal development in 2010, within the planned activities by the Pro Rectory of Extension of this institution. Scheduled to allow the debate of ideas among members of the academic community, based on documentary film productions, national or otherwise, the project, more than an entertainment option, became one of the few moments in which, with doors opened, it would discuss the most important subjects in the agenda of the participating students and organizers. Its theme, which was almost always profound and controversial, led the project to be thought for the external community, which ended up being replicated in organized social groups, especially rural ones, since a significant part of the students responsible for the implementation of the project were from agricultural sciences' courses, especially proponents of agroecology and social movements of the time. Using its own resources and using the periodically help of a PIBEX grant, Cine Maniçoba remained on the Cruz das Almas campus and conquered rural communities for eight (08) consecutive years. Rarely a project fully organized by students is so long-lasting and effective.

**Keywords:** Cinema. Extension. Cinema debate.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve as atividades realizadas por um grupo de estudantes de vários cursos dentro das ciências agrárias, totalmente envolvidos com as causas sociais e comprovadamente comprometidos com ações extensionistas que visam tirar do letargo e da pesada imersão de realidades sociais a todos aqueles que necessitam de uma oportunidade para manifestar seus pensamentos e, quem sabe, manter viva a chama da dialética e do debate aberto, especialmente para os grupos humanos que têm menos contato com as informações que, depois de expostos a elas, podem acender o estímulo para deixarem de ser sujeitos e passarem a ser protagonistas em causas expostas através da arte da cinematografia e o documentarismo.

Esta é uma peça que pretende dar destaque à importância da UFRB se fazer presente em lugares de difícil atenção acadêmica, demonstrando que os estudantes envolvidos e os objetivos do projeto foram de maneira contínua e efetiva, incentivados tanto pela PROEXT, como por todos os profissionais que constroem nossa comunidade universitária.

Finalmente, o artigo aqui em questão descreve um trabalho que depois de servir a centenas de estudantes e trabalhadores rurais, oferece evidências de aprovação por parte de todos os envolvidos, sejam eles os executores, todos pertencentes ao Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia, seja pelos servidores da Pró Reitoria de Extensão da UFRB que acreditaram por vários anos no papel exercido pelo projeto, ou seja, pelos estudantes da UFRB, bolsistas do Programa PET Socioambientais, ou pelos líderes comunitários que abriram as portas das suas comunidades para que os temas fossem analisados e confrontados com suas realidades e valores, rumo a um casamento perfeito entre Universidade e Sociedade.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Sob a supervisão do Tutor do PET Socioambientais e a estrita responsabilidade do Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia – GAIA, a elaboração e exe-

cução das atividades do projeto contou com a participação de uma bolsista do Programa APEx e diversos outros estudantes colaboradores que se organizaram para a exibição dos filmes, normalmente quinzenalmente. Como política do GAIA, os filmes foram selecionados nas reuniões periódicas mediante discussão entre os mesmos, no qual elementos como intencionalidade, sujeitos foco, problematização e dinâmica para discussão, também foram incluídos e pensados coletivamente. Essa organicidade é utilizada a fim de envolver toda a equipe executora na reflexão das temáticas que estão relacionadas a diversas áreas de conhecimento, porém diretamente conectadas com a realidade dos sujeitos alvo do projeto Cine Maniçoba: estudantes da UFRB e moradores das comunidades rurais assessoradas pelo GAIA, especialmente aquelas formadas no Assentamento Volta Terra e o Quilombo Vila Guaxinim.

Deve mencionar-se que o Cine Maniçoba nasce primeiro para provocar a comunidade acadêmica, no segundo período de 2010, para provocar nos estudantes e professores da UFRB, assim como o público em geral de Cruz das Almas, o embate dialético sobre temas de mais variada natureza, definidos como relevantes para trazer o debate de tópicos de alguma atualidade. Já para o “Cine rural” nas comunidades fora do âmbito acadêmico, as temáticas priorizadas na escolha dos filmes ou documentários giraram em torno da Identidade camponesa e quilombola; cultura; arte; política; Agroecologia; gênero; juventude; Universidade; etc. Outros elementos como nacionalidade, conteúdos impróprios para menores ou que contenham caráter discriminatório, também foram observados a fim de serem evitados.

A divulgação das exposições foi realizada via digital, usando as redes existem na época (Facebook; Blog do GAIA; Whatsapp, etc). Foi aproveitado igualmente o mural da UFRB e a programação divulgada nas reuniões das Associações tanto do Assentamento Volta Terra, quanto da Vila Guaxinim. Além disso, antes da realização das exposições, a equipe mobilizava as famílias, passando de casa em casa, a fim de reforçar o convite para o Cine Maniçoba e dialogando com as famílias.

As dinâmicas para discussão no final da exposição, Tanto para a comunidade acadêmica, como para a externa, foram estimuladas pela equipe executora e tiveram como orientação em seu formato pedagógico as metodologias e princípios da Educação Popular. Com esse ponto de partida foram pensadas formas mais participativas de debater os principais aspectos dos filmes, buscando provocar a reflexão de forma crítica entre as pessoas, resgatando elementos que dialogassem com a vida e realidade dos sujeitos presentes.

Enquanto a exposição dos filmes contou com transporte e equipamento técnico fornecido pela Universidade, a exemplo do Datashow, outros elementos como caixa de som, pipoca para distribuição aos presentes em cada sessão, foram conseguidos autonomamente pela equipe. Somente foi necessário solicitar transporte para as idas ao Assentamento Volta Terra, o qual se localiza na zona rural da Pumba, dentro de Cruz das Almas.

## RESULTADOS

O Cine Maniçoba deve entender-se como uma ferramenta potencial para a intervenção na realidade do pensamento acadêmico e, porque não, da intervenção na percepção da realidade nessas comunidades. Mas isso foi possível porque os responsáveis pelo projeto possuíam a convicção de que essa intervenção só é possível devido ao trabalho de acompanhamento continuado, ou assessoria, realizado anteriormente junto a tais comunidades.

A imersão na realidade desse grupo humano aponta para os problemas cotidianos que os envolve e muitas vezes impedem ou dificultam seu processo de organização. Através das sessões de cinema foi possível provocar debates amplos que poucos espaços coletivos entre eles proporcionariam, além de ser um momento de lazer e distração para as crianças e jovens que participaram em maior número das exposições. Partindo desses pressupostos, o projeto e o Grupo GAIA concluía cada sessão com o apoio dos que participaram e aumentou assim o grau de responsabilidade sobre a execução de todas as etapas de realização.

No Quadro 1 são apresentadas as diferentes temáticas abordadas ao longo do último ano de vigência do projeto, em 2016-2017, como uma amostra da natureza dos filmes e documentários apresentados desde seu início.

Título do filme / documentário/ curtas metragem	Temas tratados	Comunidade
Kiriku e as Mulheres	Identidade quilombola; organização popular; importância da coletividade	Quilombo Vila Guaxinim
Zarafa	Identidade com as crianças; o processo de escravização africana	UFRB Quilombo Vila Guaxinim
A fuga das Galinhas	Organização popular; a importância da coletividade	UFRB Quilombo Vila Guaxinim
Tapete Vermelho	Identidade rural	Assentamento Volta Terra
O Bem-Amado	Conflitos sociais; conjuntura política; eleições e governança	UFRB Assentamento Volta Terra
O Retorno da Terra Tupinambá	Demarcação do território Indígena; Luta de classe; Experiência Agroecológica; Organização Popular; Marcha Tupinambá	Quilombo Vila Guaxinim
Saneamento Básico	Organização coletiva; cinema	Assentamento Volta Terra

**Quadro 1.** Filmes exibidos e principais temáticas debatidas nas edições do Cine Maniçoba.

Mas, além das exposições ocorridas no Auditório Central e nas comunidades, foi realizado um intercâmbio entre projetos de Cineclubes durante o período do projeto. A equipe do Cine Maniçoba, todos membros do GAIA, foi convidada para

participar da 1ª exibição do Cine Cultura, realizado na Casa da Cultura Galeno d’Avelírio, em Cruz das Almas. A equipe atuou como debatedores após a exibição do filme: “O Veneno Está na Mesa - 2”, no qual as discussões giraram em torno do uso cada vez maior de agrotóxicos e insumos químicos na agricultura como consequência do avanço do agronegócio no Brasil. Esse convite oportunizou também à equipe do Cine Maniçoba compartilhar sua experiência acumulada na construção do Cine e incentivar a continuidade e multiplicação de iniciativas de construção de ferramentas de lazer e educação que tem o cinema como ponto foco.

Uma exibição especial também ocorreu durante o evento II Encontro do Quilombo Vila Guaxinim, que aconteceu entre 2 e 4 de dezembro de 2016, junto à Associação do quilombo. O Cine foi o espaço central da programação do evento no qual foi exibido o documentário “Sertão Cerrado”, que integra a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado “*Cerrado, berço das águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida*” O mesmo retratou o Cerrado brasileiro e a resistência dos povos tradicionais e originários, além dos conflitos agrários, o avanço da monocultura intensiva de grãos, a pecuária extensiva e os grandes empreendimentos hidrográficos e minerais, diante do intenso processo de degradação dos bens naturais do Cerrado. A equipe do Cine Maniçoba foi mediadora do debate junto a convidados especiais do evento.

## DISCUSSÃO

*Alguns fatores que vão desde o planejamento da equipe, a paralização das aulas pelos estudantes e da greve dos docentes e técnicos administrativos, até a evasão do corpo acadêmico, limitou as exibições previstas do Cine Maniçoba no campus da UFRB – Cruz das Almas, especialmente nos últimos dois ou 3 anos. Concomitantemente, as exibições nas comunidades demandaram maior desprendimento da equipe (aliado ao trabalho de acompanhamento permanente), uma vez que os Cines no Quilombo Vila Guaxinim e no Assentamento Volta Terra foram intensificados. As comunidades, mesmo passando por diferentes processos de desmobilização, “abraçaram” o projeto como uma atividade parte de suas rotinas.*

Com esses adventos, o plano de trabalho foi reorganizado diversas vezes para alcançarmos um bom número de exibições, garantindo a qualidade e o comprometimento com os métodos pedagógicos utilizados, aproximando e envolvendo cada vez mais sujeitos. No entanto no ano de 2017, o projeto atendeu 30 pessoas entre funcionários, professores e estudantes da UFRB e 150 membros comunitários dos grupos mencionados.

Mesmo sofrendo os percalços provocados pelo adiamento ou suspensão das atividades acadêmicas internas que impediram algumas exibições no campus da UFRB, houve, como citadas anteriormente, atividades extras no qual a equipe se envolveu. O intercâmbio com outro Cine e a exibição no evento do Quilombo proporcionou a equipe trocas, no qual foi possível fortalecer os princípios do qual se norteia o Cine Maniçoba e contribuir para formação do pensamento crítico das pessoas presentes, a partir da ferramenta audiovisual.

Insistindo na experiência externa e verdadeiramente extensionista do projeto, foi registrado que durante a realização das exibições, a variação no número de participantes tinha relação com o grau de intensidade da mobilização; com o tipo de filme e com o dia da semana em que a exibição era realizada, tendo este último como um fator determinante.

Um exemplo disto foi que a participação de pessoas da Comunidade Volta a Terra nas exibições logisticamente programadas, competia com atividades religiosas que os adultos organizavam durante dois dias da semana, trazendo conflito de programação. Outro fator é a menor frequência de adultos naquelas sessões onde os temas tratados com técnicas de animação não conseguiam atrair tanto essa faixa etária das comunidades, talo caso da exibição do filme Kiriku, entre outros.

A implantação do projeto “Cine Maniçoba”, desde suas origens apontou para se entender como uma ferramenta pedagógica que demonstra a potencialidade transformadora da comunicação Freireana, seja na Educação Superior, seja na Educação Popular, quando utilizada como concepção, método e prática em intervenção na realidade concreta dos seus componentes sociais. Assim como Freire apontou nos seus trabalhos todos, a promoção do diálogo horizontal entre os diferentes saberes foi fundamental em todos os momentos do processo educativo em questão, evidenciando o papel importante dos momentos de debate, da socialização e trocas entre os participantes durante os debates, alguns anteriores e outros posteriores às exibições.

Assim, chamamos atenção para os diversos equívocos que historicamente são cometidos pela prática extensionista, desde a forma como se aproximam aos possíveis beneficiados, até a execução de projetos e programas que em nada tem a ver com a dinâmica das comunidades, sendo o/a extensionista, nesse caso, um mero transmissor, ou o que segundo Freire (1983) descreve como “aquele que estende os seus conhecimentos a algo, ou a alguém”.

Concordamos com a interpretação Freireana que afirma esse tipo de atividade como insuficiente para se converter em uma extensão com função transformadora. Portanto, só os que participaram como organizadores ou como plateia, poderiam transcrever a estas páginas, a qualidade da experiência e os resultados na vida de cada um dos participantes.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO

O Cine Maniçoba possui um importante papel de provocar a reflexão em torno de temas ou problemáticas vivenciadas por expectadores que mais do que pessoas submersas nas suas respectivas realidades, possam atuar como sujeitos; pelo menos, o projeto foi construído para reduzir o número de seres passivos ou expectadores da realidade social. Porém, sem esquecer a premissa de que ninguém muda a realidade de ninguém, entende-se que o nível de intervenção na realidade dessas pessoas através de um esforço programado como um projeto de extensão, não produz resultados imediatos e que por isso mesmo só pode ser

percebida com o tempo, especialmente quando os promotores dessas atividades estão aliados a outros tipos de atividades com o mesmo propósito.

Mesmo assim, importantes evoluções foram observadas, como o envolvimento cada vez maior das crianças e jovens que parecem enxergar no Cine uma atividade na qual podem participar, em um primeiro momento, mas, posteriormente, contribuir na construção coletiva de novos projetos. O “Cine Maniçoba” e sua equipe apenas tentou auxiliar esses sujeitos na sua aproximação com as ferramentas audiovisuais, envolvendo-os nas mobilizações e na organização dos equipamentos de exibição.

Entendemos que em toda a sua existência o projeto visou, através do plano de trabalho, desenvolver as atividades de forma construtiva, pedagógica, responsável e com horizontes transformadores. A consolidação dos aspectos qualitativos é inerente ao processo de construção e execução, processo este onde os membros da equipe aprendem com a prática, pensando-a antecipadamente, procurando ser coerente, tanto com o público que demonstra reciprocidade na reflexão, como no debate e envolvimento com a ferramenta.

Compreenda-se o “Cine Maniçoba” como uma afirmação do conceito de comunicação, onde fundamentados pelos princípios teórico-práticos da Educação Popular, constrói-se uma relação horizontal e sincera com os sujeitos participantes.

Abrindo espaço para considerações específicas de quem serviu de orientador oficial do projeto desde os seus primórdios, pode-se destacar que a longevidade do projeto deve-se não somente ao completo cumprimento das atividades programadas, ano após ano, mas ao importante esforço dos bolsistas e colaboradores em manter viva a chama da dialética e do debate aberto, especialmente para aqueles que menos contato tem com as informações que se expõem aos participantes.

Além disso, merece destaque a importância da UFRB em se fazer presente em lugares de difícil atenção acadêmica, demonstrando que os estudantes envolvidos e os objetivos do projeto devem ser sempre incentivados, tanto pela PROEXT como por todos os profissionais que constroem a comunidade universitária. Todos devem agradecer especial a todos os membros do Grupo GAIA, que com a convicção necessária, ajudam a construir a ponte entre a UFRB e a Sociedade, uma ponte de percepções convergentes, na complexidade das divergências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SILVA, V.A.S. Cinema e cineclubismo como processos de significação social. **Revista Domínios da Imagem**, Londrina, V. II, n. 4, p. 137-148, maio 2009.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CINECLUBISMO: A EXPERIÊNCIA DO CINECLUBE MÁRIO GUSMÃO E OS LAMPEJOS DA HISTÓRIA

## UNIVERSITY EXTENSION AND CINECLUBISM: THE EXPERIENCE OF CINECLUB MÁRIO GUSMÃO AND THE GLIMPSES OF HISTORY

### **Cyntia Nogueira**

Mestre, docente do CAHL/UFRB  
cyntianogueira@gmail.com

### **Danilo Scaldaferrri**

Doutor, docente do CAHL/UFRB  
dscaldaferrri@uol.com.br

### **Marcelo Matos de Oliveira**

Mestre, docente do CAHL/UFRB  
celo.matos@gmail.com

### **RESUMO**

Na cena final do filme *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969), de Glauber Rocha, o negro Antão, personagem encarnado pelo ator cachoeirano Mário Gusmão, crava uma lança no peito do opressor, o coronel vivido por Jofre Soares. É diante dessa imagem, repetida oito vezes pela montagem de Eduardo Scorel, que buscamos refletir sobre os oito anos do projeto de extensão Cineclubes Mário Gusmão, criado em agosto de 2010, no Curso de Cinema e Audiovisual da UFRB. Considerando-a como uma imagem dialética (BENJAMIN, 2012), que articula uma temporalidade dupla, sendo capaz de criar um clarão no curso da história, buscamos construir passados-presentes do cineclubes a partir de dois eixos: 1) sua trajetória como espaço de formação e interação com o território; 2) o compromisso com a memória de Mário Gusmão e a constituição de um espaço de acolhimento, formação e atuação de jovens críticos e cineastas negros (as), que vem disputando protagonismo na construção de um cinema negro (a) brasileiro a partir do Recôncavo.

**Palavras-chaves:** Cineclubismo. Mário Gusmão. Cinema Negro.

### **ABSTRACT**

In the final scene of Glauber Rocha's *Antonio das Mortes* (1969), Antão, a black male character embodied by the actor Mário Gusmão, born in the city of Cachoeira, drives a spear through the chest of the oppressor, the colonel lived by Jofre Soares. Facing this image, repeated eight times by the editing of Eduardo Scorel, we sought to reflect on eight years of the extension project Cineclubes Mário Gusmão, created in August 2010, at the Cinema and Audiovisual Course at UFRB. Considering this scene as a dialectical image (BENJAMIN, 2012), which articulates a dual temporality, being able to create a glimpse in the course of history, we seek to construct past-presents of the cineclubes from two axes: 1) its path as a space of training and interaction with the territory; 2) the commitment to the memory of Mário Gusmão and the composition of a space for the reception, training and professional performance of black young critics and filmmakers, who have been playing a leading role in the construction of a Brazilian black cinema from the Recôncavo region.

**Keywords:** Cineclubism. Mário Gusmão. Black Cinema

Começamos pela imagem do “anjo negro”, montado em seu cavalo branco, de lança na mão. É a cena final do *Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969), de Glauber Rocha. Antão, o personagem “encarnado” por Mário Gusmão, mata o coronel interpretado por Jofre Soares. A montagem, assinada por Eduardo Scorel, repete, 8 vezes, o instante em que a lança crava o peito do opressor. O ato, empreendido por Antão, é único e certo, no entanto, cobra a repetição, e continua demandando sua reiteração. Mário Gusmão, nascido em 1928, em Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, ator, homossexual, dançarino, primeiro negro<sup>1</sup> formado pela Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, morto em 1996, em 20 de novembro, dia da Consciência Negra, aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, mais do que dar nome ao cineclube, é uma lança que nos atravessa.

É essa imagem, com sua temporalidade heterogênea, múltipla, que irrompe em nosso presente histórico quando criamos o Cineclube Mário Gusmão, em agosto de 2010, atendendo a um conjunto de necessidades que se colocavam a professores, alunos (as) e técnicos (as) empenhados na construção do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, o primeiro em universidade pública do Norte e Nordeste do país, numa cidade do interior,

<sup>1</sup> Embora Mário Gusmão seja comumente considerado o primeiro ator negro a se formar pela Escola de Teatro da UFBA, em 1960, é importante ressaltar que, antes dele, já havia uma atriz negra inscrita no curso, Antonieta Bispo dos Santos, além de outras estudantes mestiças, como Nevolanda Amorim, protagonista da peça *O tesouro de Chica da Silva* (1958). Antes de entrar para a Escola de Teatro, Antonieta foi responsável por um grupo de teatro amador, o Grupo Dramático Familiar da Bahia (BACELAR, 2006, p. 67).

não por acaso Cachoeira<sup>2</sup>. Portanto, numa universidade criada em um contexto de reparação social e racial, que assume como missão articular o saber científico à complexa realidade da região: um dos principais destinos da diáspora africana no mundo, um lugar de impressionante densidade histórica e cultural, mas também de enormes contradições, que refletem processos históricos de exclusão. Nesse artigo, propomos pensar a imagem de Antão, Mário Gusmão, cravando sua lança no peito do opressor, como uma imagem dialética, que articula, segundo Benjamin (2012), uma temporalidade dupla e, por isso mesmo, é capaz de abrir um clarão no curso da história:

A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade (...). Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Esse olhar do “anjo da história”, que “avança em direção ao futuro, tendo os olhos fixos no passado” indica um “método arqueológico” de investigação histórica (BENJAMIN, 2012; DIDI-HUBERMAN, 2011) que, de certa forma, tem pautado as incursões do cineclube pela história e crítica do cinema no Brasil e na Bahia, mas especialmente, dos negros e negras no cinema brasileiro. Podemos dizer que, ao longo desses oito anos de trajetória do Cineclube Mário Gusmão, é por essa imagem que nos sentimos visados, numa universidade com a presença de 83,4% de estudantes auto-declarados pretos, pardos ou indígenas e de 82% de estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo<sup>3</sup>. Ou seja, uma universidade em que a maioria dos estudantes é preta e pobre, e somos desafiados, cotidianamente, na constituição de nossas práticas de ensino, pesquisa e extensão, a reinventarmos a nossa forma de produzir conhecimento.

Desse modo, como interpelar, a partir das questões que nos são colocadas no

<sup>2</sup> Cachoeira tem uma história de exibição que remete ao cinema silencioso. O Cine-Theatro Cachoeirano é inaugurado em 1923 (tombado em 1937, passa a ser chamado de Cine Teatro Glória em 1952 e, após diversas mudanças de nomes e proprietários, encerra suas atividades em 1993, sendo reaberto em 2014, após restauração do IPHAN). Desde esse período, Cachoeira também é uma cidade filmada. Um exemplo é o espaço dedicado à cidade no famoso *travelogue Brasil Pitoresco* de Cornélio Pires (1925). No início dos anos 1960, o cineasta português Armando de Miranda dirige, em Cachoeira, *A Montanha dos Sete Ecos* (1963), co-produção Brasil-Portugal, com história situada no período colonial. As filmagens de *Jubiabá* (1986), de Nelson Pereira dos Santos, por sua vez, reúnem uma geração de atores e atrizes negros (as) brasileiros, incluindo Mário Gusmão, Grande Otelo, Ruth de Souza e Zezé Motta. Apesar do papel pequeno, Mário traz para Cachoeira sua trupe de atores e atrizes de Ilhéus, onde criou e coordenou grupos de teatro, para atuar na figuração do filme. O movimento de realização cinematográfica na cidade formou alguns cineastas locais, a exemplo de Arnol Conceição (*Campo de Cultura*, 1985). Entre outros longas-metragens e dezenas de curtas documentários e de ficção filmados em Cachoeira, podemos citar: *O Mágico e o Delegado* (1983), de Fernando Coni Campos, *Yaô* (1976), de Geraldo Sarno, *Besouro* (2009), de João Daniel Tikhomiroff, e *Cidade Baixa* (2005), de Sérgio Machado.

<sup>3</sup> Ver: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>>. Para conferir o Portfólio UFRB – Perfil dos Estudantes – Julho de 2017: <<https://issuu.com/ufrb/docs/issuu>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

presente, a história trágica do ator Mário Gusmão<sup>4</sup> e, ao mesmo tempo, a temporalidade múltipla contida nessa imagem de Antão, Mário Gusmão, Oxossi, Zumbi dos Palmares, com sua lança, cravada no peito do opressor?

## MÁRIO GUSMÃO E O CINEMA NEGRO NO CURSO DE CINEMA E AUDIOVISUAL

Em sua igual luta por existir e, em especial, existir fora de centros consolidados, a universidade e o cinema encontram nas cidades históricas de Cachoeira e São Félix um espaço vivo para encontros e trocas de diversas culturas, mas também de disputas, com e através das imagens. Assim, no entrecruzamento de histórias marcadas pela invisibilidade e pela opressão, o cinema e o cineclube emergem como espaços de construção de novas narrativas e visibilidades para jovens estudantes negros e negras, que passaram a reconhecer em Mário Gusmão um ancestral, de origem pobre, gay, que acreditou profundamente na expressão artística como forma de existência, resistência e luta política. Ele tinha o costume de transformar sua casa em escola e fez de sua existência um ato de generosidade, sendo responsável, a partir dos anos 1970, pela formação de muitos (as) jovens negros (as) e não negros (as)<sup>5</sup>.

Com Mário, o cineclube participa da construção de passados-presentes para a inserção de sujeitos negros e negras no campo cinematográfico brasileiro. Pela sua lança, somos atravessados por questões que, ao longo desse período, não pararam de nos interpelar e confrontar, enquanto nos constituíamos como um coletivo e íamos afirmando a presença do cineclube no Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, mas também nas ruas, praças, terreiros e espaços culturais de Cachoeira e São Félix, com a realização de 26 mostras, 132 sessões gratuitas e a exibição de 233 filmes brasileiros e de cinematografias não-hegemônicas, de

<sup>4</sup> Mário Gusmão alcançou, como afirma seu biógrafo, Jeferson Bacelar (2006), o “céu estrelado” do teatro na Bahia durante o período em que atuou como único ator negro na primeira companhia de teatro profissional da Bahia, o Grupo de Teatro dos Novos, dirigido por João Augusto, no Teatro Vila Velha, reconhecido pelo espírito libertário, comunitário e pela valorização do teatro moderno e popular, voltado para a realidade brasileira. Assim como Milton Gonçalves no Teatro de Arena, em São Paulo, Mário foi reconhecido por “suas qualidades interpretativas, e não somente nas peças em que a presença de um preto se tornava obrigatória” (PRADO apud BACELAR, 2006, p. 65). No entanto, morreu pobre e dependendo dos amigos para a sobrevivência mais básica, tendo sua trajetória artística e de vida duramente golpeada após o episódio de racismo institucional vivido em 1973, quando passa 56 dias na prisão, acusado injustamente de tráfico de drogas.

<sup>5</sup> Mário Gusmão aprofunda sua relação com a dança e com os movimentos políticos e culturais de afirmação da negritude em Salvador a partir de 1975, quando conhece o coreógrafo norte-americano Clyde Morgan, com quem viaja à África em 1977, para apresentar um espetáculo durante o II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras em Lagos, Nigéria. Em 1979, compra sua casa na Avenida Peixe, na Liberdade, que transforma num espaço de formação de jovens envolvidos com a organização dos blocos afro e interessados em teatro e dança, a exemplo do ator Jorge Washington, do Bando de Teatro Olodum. Em Ilhéus e Itabuna, onde morou entre 1981 e 1987, formou atores e atrizes como Alba Cristina, Jackson Costa, Carlos Betão.

curta, média e longa duração<sup>6</sup>, com dezenas de convidados recebidos.

Pensar esse percurso é tentar visualizar, em dois tempos: 1) como o cineclube se constitui como um espaço de formação e interação com a comunidade; 2) como a trajetória artística e de vida de Mário Gusmão atravessa esse percurso, em especial, no que se refere à emancipação dos estudantes quanto aos seus mecanismos de auto-organização e busca de inserção e autorrepresentação no cinema brasileiro, que passa a incluir, através do Curso de Cinema e Audiovisual e suas múltiplas ações extensionistas, o Recôncavo da Bahia.

## UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO E DE ENGAJAMENTOS NO PRESENTE

Em seu primeiro ano de existência, integram o Cineclube Mário Gusmão os (as) estudantes Izadora Chagas (PIBEX/2010.2), André Araújo, Daniela Fernandes (PIBEX/2011.1), Evandro de Freitas (PROPAAE 2010-2014), Emerson Santos (1989-2014), Gleydson Publio e Larissa Brujin, com a coordenação da professora Cyntia Nogueira<sup>7</sup>. Inicialmente, o cineclube realizou duas sessões por semana, às quartas e quintas, sem qualquer financiamento, apenas com recursos da universidade e parcerias, num esforço que, hoje, parece difícil compreender como foi, efetivamente, levado a cabo<sup>8</sup>. É possível que houvesse uma certa *urgência* em firmar um compromisso com o cinema, em torno do qual deveríamos nos reunir com frequência; e com o lugar, com o qual passaríamos a nos relacionar, de forma cotidiana e intensiva, na realização de nossas sessões, pesquisas, curadorias.

O Cineclube Mário Gusmão afirma-se, assim, como espaço vivo de interação com a comunidade acadêmica e local, contando com o apoio do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL no que se refere à infraestrutura de equipamentos, auditório, transporte, impressos, entre outros; e da Prefeitura Municipal de Ca-

<sup>6</sup> Foram consideradas as mostras e sessões realizadas até março de 2018. A estimativa de público, de acordo com os relatórios apresentados ao PIBEX, ao Fundo de Cultura e a parceiros, além das listas de presença mais recentes, é de 7.251 participantes. Os números não incluem as sessões realizadas em parceria com o CachoeiraDoc, em 2015 e 2016, e com o Panorama Internacional Coisa de Cinema, de 2012 a 2015.

<sup>7</sup> Izadora, da primeira turma, de 2008, vinha da experiência do Casa – Cine Arte Santo Amaro e queria estudar a história das salas de cinema no Recôncavo, uma das linhas de pesquisa que se estabelece dentro do grupo e vai resultar nos filmes Procurando Rita (2013) e A morte do cinema (2015), ambos com direção de Evandro de Freitas. André e Daniela, da segunda e terceira turmas, tentavam criar o Cine Paraguaçu Itinerante nas orlas de Cachoeira e São Félix. Gleydson Publio, da segunda turma, já atuava como técnico projetorista do CineCaos, que surge em 2009 no curso de História e, um ano depois, passa a ser coordenado pela professora Angelita Bogado, de Cinema e Audiovisual.

<sup>8</sup> Após um ano, o cineclube passa a realizar uma sessão por semana e, com o tempo, adota a periodicidade quinzenal. Mais recentemente, optou por privilegiar a dinâmica de cada mostra, em detrimento da manutenção de uma periodicidade específica. Inicialmente, as exposições foram realizadas no auditório da Fundação Hansen-Bahia e na Praça da Aclamação. Depois, migraram para espaços como Auditório do CAHL, Cine Teatro Cachoeirano (reinaugurado em 2014), Praça Teixeira de Freitas, Praça do Faquir, entre outros.

choeira, na seção dos espaços públicos e na divulgação em rádios locais<sup>9</sup>. Ao longo do tempo, um sem-número de outras relações foram se estabelecendo em torno das demandas que envolvem a prática cineclubista. A saber, a empresa local que lucra com o aluguel de cadeira para as sessões de rua (cujo funcionário, volta e meia, participa dos debates); os passantes que tropeçam, em seus caminhos, com o cinema nacional; os ambulantes, que mantêm um olho nas vendas e outro na tela; o bar que “cede” a energia para os equipamentos e a cerveja gelada que anima os debates. Em cidades pequenas, essas trocas são muito potentes.

Nesse sentido, fazer acontecer uma sessão é criar um espaço de conhecimento e de vivência, no qual é possível estar junto, compartilhando a experiência dos filmes, produzindo uma reflexão a partir deles, o que se desdobra através da crítica e dos debates. Exibido na sessão inaugural<sup>10</sup> do cineclube, em 20 de outubro de 2010, no Centro Cultural Danemann, em São Félix, o filme *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* foi objeto da primeira crítica escrita por Emerson Dias, cursando então o segundo semestre. No texto “Dragão da Maldade e uma construção brechtiana”, distribuído antes da sessão, ele afirma:

Dentre todos os pontos de intersecção entre Glauber e Brecht, que passam desde a linguagem até a construção dramática, o mais instigante é a utilização da arte como chamamento à praxis, levando o espectador não somente à contemplação, mas também à transformação. Sob o signo do São Jorge e o Dragão (ou de Oxossi), a alegoria glauberiana analisa historicamente o processo de modernização do país e suas consequências. (...) O negro Antão, interpretado por Mário Gusmão, embora tenha poucas falas, tem um papel de destaque dentro da obra. Compondo uma das cenas mais belas do cinema brasileiro. O personagem de Gusmão surge no meio do tiroteio de Mata-Vaca e Antonio das Mortes, em cima de seu cavalo branco e com uma lança na mão. Anunciando o grito de liberdade do povo oprimido, Antão encrava a sua arma no peito do coronel, representando assim o Avatar do São Jorge (DIAS, 2013, p.13-14)

Em seus chamamentos à transformação, Glauber e Brecht encontram Mário Gusmão e, aqui, mais uma vez, somos atravessados por sua lança. Emerson, que nos deixou precocemente, aguardava agenda do serviço público de saúde para fazer procedimentos que poderiam ter lhe guardado a vida. Morreu com 25 anos, poucos dias após finalizar sua graduação, deixando, em tão pouco tempo de vida, uma

9 É preciso dizer que esses apoios foram fundamentais, mas também sempre deficitários no que se refere à disponibilização de equipamentos de exibição, manutenção, suporte técnico ou, ainda, de transporte para equipe de produção e convidados, hospedagem, impressão de peças de comunicação, etc. Trata-se de um projeto grande e que envolveu, desde o início, o número mínimo de sete estudantes, contando com apenas duas bolsas (PIBEX e Permanência). Daí a necessidade de captação de recursos externos para garantir a sua continuidade.

10 Antes, houve uma pré-inauguração com a exibição do documentário *Mário Gusmão: o anjo negro da Bahia*, de Elson Rosário, na Praça da Aclamação, com a presença do diretor do filme e de Márcio Meirelles, diretor do Teatro Vila Velha e um dos criadores do Bando de Teatro Olodum. Os dois filmes integraram a mostra *Mário Gusmão: o anjo negro da Bahia*, realizada de 16 a 28 de outubro de 2010.

obra formada por críticas, artigos acadêmicos<sup>11</sup>, além dos filmes *Como um passe de claves* (2012), *Poetas de Aço – Eô Xangô* (2013), *Exculturas* (2014) e o póstumo *Osum* (2015). Perdemos Emerson em pleno voo, mas o seu grito de liberdade ainda nos chega, assim como a sua enorme potência de vida e de pensamento para fazer falar, de dentro do cinema brasileiro, a voz de cineastas e críticos negros (as).

É o que transborda da fala da cineasta e ativista do cinema negro (a), Larissa Fulana de Tal, bolsista PIBEX do Cineclube Mário Gusmão entre 2011 e 2013, no contexto de lançamento de seu primeiro curta-metragem de ficção, *Cinzas* (2015), realizado com o Coletivo Tela Preta, criado em 2012:

O Tela Preta surge na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Eu fazia parte do Núcleo Akofena, que propunha uma série de discussões sociais, raciais. Mesmo assim eu e Davi, meu companheiro de trabalho, sentíamos falta de um olhar para o cinema. Dentro do cinema eu me sentia sozinha. Quando você é um negro consciente, cara, dentro do cinema você é literalmente um ponto preto”. (grifo nosso) (...) Então, fuck you. É você por você. É um processo de resistência muito louco. O estar junto é fundamental (FULANA DE TAL, 2015).

A lança, outra vez, nos atravessa. Mário Gusmão havia entrado na cena teatral baiana quando desenvolvia-se, junto às vanguardas intelectuais e artísticas da Universidade Federal da Bahia, uma perspectiva anti-racialista, de valorização das culturas populares e das manifestações afro-brasileiras, com a abertura da recém criada Escola de Teatro para o ingresso de estudantes negros (as), tendo como inspiração a Universidade de Howard, fundada em 1861, em Washington, a grande universidade negra dos EUA<sup>12</sup>. Mais de cinco décadas depois, a sua imagem como único negro numa companhia de teatro branca, a Companhia de Teatro dos Novos, onde consagra-se como ator entre 1964 e 1971, no Teatro Vila Velha, continuava a nos olhar e a nos interpelar.

Quando chega ao Mário Gusmão, Larissa Fulana de Tal já traz uma proposta de ação, além da parceria do Akofena, que resultará na mostra *5 x Cinema (Negro) Brasileiro* (2012), com uma homenagem ao ator e cineasta Zózimo Bulbul. Na crítica escrita por ela sobre o curta-metragem *Alma no Olho* (1973), afirma:

“O cinema é uma AR-15 e nós negros brasileiros sabemos atirar”, afirmava Zózimo Bulbul, que destaca a passagem do negro, enquanto temática para a direção dos filmes. Deixando de estar à frente das câmeras para olhar de atrás delas, ao assumir a perspectiva da auto representação, Zózimo, Waldir Onofre e Antônio Pitanga, são atores que passam a realizar filmes na década de 70, tendo a temática racial em foco. Porém, Bulbul é o único a compor uma filmografia, e dentre suas obras destaca-se a pri-

11 Emerson publicou, entre outros, o artigo “Les symphonies urbaines – une brève introduction à propos de ses origines et de ses inventeurs”, fruto de sua pesquisa de final de curso, em parceria com sua orientadora, Fernanda Martins, no livro *Voix et Images de la Diversité - Que Peut la Littérature?* (2013), lançado pela editora L Harmattan, em Paris.

12 Ver: BACELAR (2006, p. 67) e SANTANA (2011, p. 113).

meira: *Alma no olho* (1973), realizada com restos de película de um filme que ele havia atuado. (...) Por fim, quebrar a corrente branca é um ato emblemático no qual o ator/personagem/diretor rasga as telas do cinema ocupando “lugar de onde se fala”, assumindo a direção estabelecendo a luta para a auto representação, na qual, “nós estamos por nós mesmos” (Steve Biko), assim como nós falamos por nós. A luta simbólica no processo da construção da auto representação é colocado tão problemático quanto a representação, pois essa construção se dá pela desconstrução de parâmetros estabelecidos baseado nos estereótipos, é a busca de novos referenciais para nos vê mais humanos, aliás demasiadamente humanos, apenas. (FULANA DE TAL, 2011, 2014).

Assim como Emerson, que atuaria como seu assistente de direção em *Cinzas*, Larissa percebia a importância da reflexão crítica<sup>13</sup>, incluída aí a curadoria, como uma arena na disputa por espaço de representação e autorrepresentação no cinema brasileiro. Como nos aponta Ismail Xavier, diferentemente da teoria, “a crítica nos envolve inteiramente, é uma relação viva em que cada um de nós se expõe na relação com os objetos”, e por isso pode ser vista como “uma forma radical de atuação num determinado tempo e lugar” (XAVIER, 2009, p. 277).

Dentro dessa perspectiva, Larissa parece compreender o sentido de *urgência* atribuído pelo crítico e teórico Jean-Louis Comolli não apenas à crítica, mas ao próprio cinema. Afinal, o que dizem os filmes e como falar deles? Quais filmes exibir e por que exibir? Como a crítica responde (ou corresponde) ao que, nos filmes, nos provoca os sentidos e o pensamento? Ao refletir sobre sua trajetória crítica na célebre revista *Cahiers do Cinema*, Comolli afirma que o prazer do cinema já não basta, e o que deve estar em jogo é, justamente, o que chama de *urgência*:

Urgência quanto à escolha dos filmes (procedimentos, experiências) que, de onde estou, constituem para mim um acontecimento e me chamam, me forcem a responder-lhes (...) Urgência, também, em outra dimensão, a da própria maneira de abordar esses filmes ou essas investidas, e de escrever a seu respeito. Tantas coisas podem ser ditas de um filme que (nos) importa, mas qual delas em primeiro lugar? (...) Como alhures, as formas do cinema dobram e desdobram operações de sentido. Os modos de fazer são formas de pensamento. As opções de escritura acarretam consequências, em última análise políticas. O que me diz um filme senão que é necessário reconhecer as urgências de suas urgências?” (COMOLLI, 2008, p. 22-23)

A crítica e o cinema são vistos, assim, como uma forma de engajamento no presente, indissociáveis de um sentido político. Ou, como sugere Fulana de Tal, a partir de suas próprias escolhas críticas, como uma arma. Uma arma, poderíamos dizer, de reinvenção do corpo e da imagem dos negros e negras no cinema brasileiro. Ou, ainda: uma arma de reescrita da história.

<sup>13</sup> A escrita, impressão e distribuição das críticas dos filmes em cada sessão sempre foi uma prática do cineclube. Durante os dois primeiros anos, uma parceria com a revista eletrônica de crítica cinematográfica CineCachoeira, coordenada pelo professor Guilherme Sarmiento, possibilitou a realização conjunta de mostras e dossiês temáticos, como os dedicados ao cinema na Bahia e ao curta-metragem brasileiro, entre outros.

Essa verve crítica em defesa de uma guinada ao cinema negro dentro do Cineclube Mário Gusmão é retomada com ênfase a partir de 2016, quando passa a ser coordenado por um estudante de Comunicação, Fabio Rodrigues, que se aproxima do grupo a partir da exibição do documentário *Odu* (2013), sobre a trajetória de Mário Gusmão no teatro e no cinema. O filme, realizado pelo cineclube, integra os extras da *Caixa Anjo Negro: Cineclube Mário Gusmão 2010-2011*<sup>14</sup>, com linha do tempo, galeria de imagens, filmes de curta-metragem sobre Mário ou em que atuou. Mais um gesto de salvaguarda e difusão de sua memória, o projeto, que teve financiamento do Fundo de Cultura da Bahia, condensou a nossa pesquisa sobre o ator cachoeirano<sup>15</sup>. Com o lançamento da *Caixa Anjo Negro*, pela primeira vez, muitos jovens negros e negras, cachoeiranos e/ou estudantes do CAHL, ouviam falar de Mário Gusmão e, por essa razão, aproximavam-se do cineclube.

## O CINECLUBE ENTRE PASSADOS- PRESENTES DO CINEMA NEGRO NO BRASIL

A partir do final de 2014, sob a coordenação dos professores Cyntia Nogueira e Danilo Scaldaferrri, o grupo passa a contar, pela primeira vez, com financiamento para suas atividades, o que possibilitou oferecer bolsas de extensão para todos os alunos cineclubistas, com o fortalecimento das ações dos núcleos de produção, comunicação, técnico e, especialmente, de pesquisa e curadoria. Com recursos, ainda que modestos, foi possível a publicação de pequenos catálogos com as críticas escritas a cada mostra<sup>16</sup>, bem como ampliar as ações com foco em

<sup>14</sup> A *Caixa Anjo Negro – Cineclube Mário Gusmão 2010-2011* traz 4 DVDS com 43 filmes exibidos durante a mostra *Curtas Baianos – um panorama 1953-2010*; extras sobre Mário Gusmão; encarte para educadores/as produzido em parceria com projeto Quadro a Quadro (2010-2014), coordenado pela professora Ana Paula Nunes; e catálogo com 27 críticas cinematográficas escritas por alunos (as) e professores do curso de Cinema e Audiovisual. A exibição do documentário *Odu* (2013), dirigido por Cyntia Nogueira e Evandro de Freitas, marcou o lançamento do box em Salvador, na Sala Walter da Silveira (em parceria com o projeto Cinema Expandido), e em Cachoeira, na Praça Teixeira de Freitas (em parceria com a Quarta dos Tambores). O documentário, com pesquisa de Evandro de Freitas, Izadora Chagas, Daniela Fernandes, André Araújo e Manuela Muniz, fotografia e montagem de Evandro de Freitas, som de Mateus Ribeiro, e produção de Manuela Muniz, é resultado de uma série de entrevistas com atores, atrizes, diretores e pessoas que trabalharam e conviveram com Mário Gusmão. Entre os extras, está o raro *O Menino e o Velho*, programa de TV dirigido por Miguel Silveira.

<sup>15</sup> A realização da *Caixa Anjo Negro*, com coordenação da professora Cyntia Nogueira e produção de André Araújo, representa um momento de enorme aprendizado técnico para o cineclube, com a ampliação de sua ação para o campo da autoria e distribuição de filmes, além da editoração de produtos impressos. Isso foi possível através de parceria com o grupo de pesquisa em design gráfico Duas Quadras, coordenado pela professora Carolina Fialho, do curso de Artes Visuais, responsável pela elaboração das peças gráficas do cineclube entre 2012 e 2014, até então assinadas pelos cineclubistas Evandro de Freitas e André Araújo.

<sup>16</sup> Com a mostra *Transáfrica*, coordenada por Manuela Muniz, o cineclube aprofunda o intercâmbio acadêmico com outras áreas de conhecimento do CAHL, atuando em parceria com alunos e professores do Mestrado Profissional em História da África do CAHL e da Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em São Francisco do Conde. É publicado, pela primeira vez, um catálogo com críticas, distribuído no início da mostra.

cinema e educação<sup>17</sup>.

O cineclube consolida-se, assim, como um espaço de formação que inclui diversas dimensões do fazer cinema: 1) a relação com os filmes, produtoras, acervos, direitos autorais e patrimônios; 2) a curadoria, escrita de textos críticos, troca e debate com o público, realizadores e outros convidados; 3) a técnica de exibição, o que envolve o aprendizado e a prática de um conjunto de conhecimentos específicos para dispor, montar, conectar e configurar tela, projetor, caixas de som, cabos, microfones, etc; 4) o registro e as estratégias de comunicação; 4) o diálogo com os demais cursos do centro e com a cidade; 5) as parcerias institucionais e não-institucionais; 6) as ações voltadas para distribuição, preservação e difusão da memória do cinema na Bahia e de Mário Gusmão; 7) os projetos de cinema e educação nas escolas, envolvendo alunos e professores da rede básica e fundamental de ensino, além de licenciandos da UFRB.

Se, num primeiro momento, o principal desafio do cineclube foi consolidar esses conhecimentos e práticas, com o tempo, os estudantes passaram a incorporar uma tecnologia social para realização de mostras e exibições de filmes em qualquer contexto, com a reprodução de novos quadros em todos os seus núcleos de atuação<sup>18</sup>. O projeto faz atravessar, dessa maneira, pesquisa, ensino e extensão, na construção de saberes multidisciplinares, técnicos-profissionais, acadêmicos e cidadãos. Tendo em vista a indissociabilidade entre teoria e prática, pensamento e intervenção no real, atua fomentando desejos, subjetividades, projetos e redes de atuação. Devido à amplitude do espaço que ocupa em relação ao cinema, um importante saber técnico é desenvolvido e apropriado ao longo do percurso, entendendo a técnica no sentido que lhe dá Milton Santos: “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2002, p. 29).

O engajamento de Fabio Rodrigues no Cineclube Mário Gusmão se dá nesse mo-

<sup>17</sup> Com coordenação pedagógica de Danilo Scaldaferrri, foram oferecidas oficinas para professores do ensino básico e graduandos de licenciaturas da UFRB, em Cachoeira, São Félix e Amargosa. As oficinas foram realizadas por ele e Evandro de Freitas.

<sup>18</sup> Em 2012, integram-se ao cineclube: Beatriz Vierah e Larissa Fulana de Tal, na produção e curadoria; Mateus Ribeiro, na projeção; e Carina Rosa, na fotografia. Em 2013, chegam Rwolf Kindle, Wesley Pro e Wendell Coelho. Wesley assume a fotografia e Wendell, a comunicação, passando com o tempo para a projeção. Rwolf colabora em diversas frentes. Em 2014, entram: Thamires Duarte, no design gráfico; Thamires Vieira, na produção; Manuela Muniz, na coordenação de produção e curadoria; Gabriela Palha e Bruna Maria, como assistentes de produção; Larissa Leão, na curadoria. Em 2015, há outra renovação importante, e o grupo passa a contar com os seguintes integrantes: Fabio Rodrigues e Thayná Dayube, na comunicação; Aline Portela, na fotografia; Filipe Oliveira, em breve passagem pela curadoria; Camila Gregório, primeiro na produção, depois na curadoria; e Maria Clara Arbex, no projeto Rede Cineclubista nas Escolas, articulado por Bruna Maria. Em 2016, ingressam Reifra Pimenta, na produção; Mari Pontes, a primeira mulher a assumir a projeção do cineclube; e Pedro Maia, no registro fotográfico. Em 2017, chegam Augusto Daltro, Alex Antonio e Lane Silva, na curadoria; e Carla Caroline, como assistente de projeção. Atualmente, o grupo é formado por Marcelo Matos, Fabio Rodrigues, Reifra Pimenta, Mari Pontes, Alex Antonio, Lane Silva, Carla Caroline, Felipe da Silva Borges, Vinny Nepomuceno e Giovane Alcântara.

mento, tendo sido o único integrante do grupo a entrar por um processo seletivo, a partir do apoio financeiro do Fundo de Cultura da Bahia. O objetivo foi oferecer uma bolsa de estágio para um aluno do curso de Comunicação, visando a consolidação da página no facebook como plataforma de comunicação e uma maior divulgação das ações do projeto em redes sociais e outros meios<sup>19</sup>. Designer auto-didata de talento incomum, Fabio envolve-se não apenas na comunicação e reformulação da identidade visual do projeto, mas também nos debates, escrita de críticas, organização dos catálogos das mostras e, especialmente, na pesquisa sobre a memória de Mário Gusmão.

Aqui, ainda uma vez, a lança nos atravessa. A partir de sua entrada no projeto, há um questionamento mais direto sobre a presença e o lugar ocupado pelos estudantes negros (as) dentro do grupo, bem como do papel do cineclube na construção de espaços de visibilidade para jovens realizadores negros (as). Por outro lado, o cineclube passa, nesse período, por uma reformulação em direção à autonomia dos estudantes na sua coordenação, o que vai ocorrer não sem crises e resulta de um processo de sucessivas renovações de seus integrantes e de diversas reavaliações internas. Um evento importante foi o debate sobre racismo a partir do filme *Tropykaos*, do cineasta Daniel Lisboa, exibido durante uma das sessões de 2015 do Panorama Internacional Coisa de Cinema em Cachoeira<sup>20</sup>. No Verão seguinte, logo após o Carnaval, Fabio publica a crítica “Não há salvação, nem Salvador”<sup>21</sup>, no site Caderno de Cinema.

Antes, em 7 de janeiro de 2016, o cineclube realiza, em parceria com o coletivo Tela Preta e o Fórum Itinerante de Cinema Negro - FICINE, a mostra *Por um cinema negro no feminino*, curada por Janaína Oliveira para o Festival Plateau, em Cabo Verde. Dos três filmes de curta-metragem exibidos, dois são de realizadoras negras vindas do curso de Cinema e Audiovisual da UFRB e do Coletivo Tela Preta, mas também, do Cineclube Mário Gusmão. Além de *Cinzas* (2015), de Larissa Fulana de Tal, integram a mostra *Kbela* (2015), da cineasta e crítica carioca Yasmin Thayná, e o documentário *O dia que ele decidiu sair* (2015), da produtora e cineasta Thamires Vieira, que, como muitos outros estudantes do CAHL e, especialmente, do curso de Cinema e Audiovisual, teve sua graduação atravessada pelas

<sup>19</sup> Ver: <[facebook.com/CineclubeMarioGusmao](https://facebook.com/CineclubeMarioGusmao)> e <[flickr.com/photos/cinemariogusmao](https://flickr.com/photos/cinemariogusmao/)>.

<sup>20</sup> Entre 2012 e 2015, o cineclube conduziu as oficinas, exibições e debates do Panorama Internacional Coisa de Cinema em Cachoeira, com apoio do CAHL. Através dessa parceria, foi possível dialogar e acompanhar a trajetória de jovens diretores e diretoras brasileiros (as), de diversos estados do país, no campo da ficção, desde seus primeiros curtas até o longa-metragem, incluindo produtoras e coletivos como Filmes de Plástico, Filmes do Caixote, Alumbramento, CUAL – Coletivo Urgente de Audiovisual, entre outros. Foram realizadas oficinas gratuitas e abertas de Direção (Juliana Rojas), Assistência de Direção (Marcelo Caetano) e Desenho de Som (Edson Secco). Em 2015 e 2016, o cineclube produziu as sessões de rua do Festival CachoeiraDoc. Em 2016, fez a curadoria e realizou as oficinas de audiovisual da Mostra Itinerante de Culturas Populares, em Salvador.

<sup>21</sup> Ver: <<http://cadernodecinema.com.br/blog/nao-ha-salvacao-nem-salvador/>>.

sessões do cineclube, integrando formalmente o grupo de 2014 a 2018<sup>22</sup>.

Em Julho de 2016, o Mário Gusmão apoia a realização do *II Seminário Cinema Negro Brasileiro*, que reúne cineastas e produtoras negras como Adélia Sampaio, considerada a primeira mulher negra a realizar um filme de longa-metragem no Brasil, Edileuza Penha de Souza e Viviane Ferreira. Daniela Fernandes, uma das fundadoras do Mário Gusmão, atualmente Diretora de Audiovisual da Fundação Cultural do Estado, participa como convidada, como uma das idealizadoras e organizadoras da plataforma de negócios e articulação audiovisual NordesteLab, ao lado de André Araújo<sup>23</sup>, outro ex-integrante do cineclube, assim como Beatriz Vieirah<sup>24</sup>, organizadora do seminário, que realiza, no mesmo ano, o documentário *Em busca de Lélia* (2016), sobre a professora, antropológa e militante do movimento negro de mulheres, Lélia Gonzalez.

No final de 2016, Fabio Rodrigues assume formalmente a coordenação do grupo, com orientação pedagógica do professor Marcelo Matos, e aprova no edital do Fundo de Cultura da Bahia, em seu nome, o plano de atividades que possibilitará

<sup>22</sup> Realizadora e produtora audiovisual, membro do coletivo Tela Preta e sócia da produtora Rebento, Thamires Vieira atuou como produtora executiva do curta-metragem *As melhores noites de Veroni* (2017), de Ulisses Arthur, e assistente de direção do longa *Café com Canela* (2017), de Ary Rosa e Glenda Nicácio, ambos realizados por cineastas egressos do curso de Cinema e Audiovisual da UFRB e selecionados para as mostras competitivas do 50 Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Com equipe técnica formada quase integralmente por alunos, ex-alunos e professores do curso, *Café com Canela* foi vencedor dos prêmios e Melhor Roteiro, Melhor Atriz para Valdinéia Soriano e Melhor Filme pelo Público, o que garantiu sua exibição comercial em diversas salas de cinema do país. É produtora do segundo longa-metragem de Ary Rosa e Glenda Nicácio, *Ilha* (2018), mais uma vez na competição de Brasília. Em 2018, também dirigiu, em parceria com Larissa Fulana de Tal, com a Rebento Filmes, a série *Diz aí!*, exibida pelo canal Futura. É integrante da APAN - Associação dxs Profissionais do Audiovisual Negro e coordena a Rede de Cinema Negra, realizada em parceria com o Cineclube Mário Gusmão.

<sup>23</sup> Quando entram no Cineclube Mário Gusmão, André Araújo e Daniela Fernandes já eram parceiros. Recém chegados ao curso de Cinema, ele tinha graduação em Produção Cultural, e ela, em Direito; ambos com interesse em ações de formação de público, cinema e educação e nos político-econômicos do cinema brasileiro. Em 2013, André Araújo produz a *Caixa Anjo Negro*, que tem distribuição coordenada por Daniela Fernandes, já atuando na União dos Cineclubes da Bahia, defendendo no ano seguinte a dissertação de Mestrado "Cinema e Indústria: A experiência dos polos cinematográficos no Brasil". Em 2015, em parceria com Gabriel Pires, André e Daniela criam a plataforma de articulação audiovisual regional NordesteLab, com foco na distribuição e formação de redes de negócios para os produtos audiovisuais baianos. Em 2017, Daniela assume a Diretoria de Audiovisual da Fundação Cultural da Bahia – Funceb. Em 2018, os três sócios na plataforma NordesteLab criam a primeira distribuidora baiana de filmes, a Arco Audiovisual, tendo como filme de lançamento o longa-metragem *Café com Canela* (2017), de Ary Rosa e Glenda Nicácio.

<sup>24</sup> Daniela Fernandes e Beatriz Vieirah produziram juntas, no Cineclube Mário Gusmão, o seminário *O Negro no Cinema Brasileiro* e a mostra *Antonio Pitanga e o Ciclo Baiano*, em 2011. Já atuando na União dos Cineclubes da Bahia, Daniela estabeleceu parceria com o Mário Gusmão para realização da mostra *Cinema Yemanjá* (2014), durante a II Bienal da Bahia, e das sessões do projeto Rede Cineclubista nas Escolas (2016), na Escola Padre Alexandre de Gusmão, no distrito de Belém, e no Colégio Estadual de Cachoeira. As exposições foram coordenadas pela aluna Bruna Maria, com apoio de Maria Clara Arbex, ambas com bolsa do projeto. Beatriz Vierah fez parte do cineclube até 2013, integrando-se depois ao Cineclube Kilombos, coordenado pela professora Suzana Maia, do Curso de Ciências Sociais.

a realização das mostras *Permanente de Resistências*, *Rede Cinema Negra* e *Performance Negra*. Tendo Thamires Vieira como principal parceira na condição de produtora executiva, além de Reifra Pimenta (Bosista PIBEX 2017-2018) na produção, implementa uma política de convite a estudantes negros e negras do curso de Cinema e Audiovisual. Aos poucos, entram no cineclube Álex Antonio, Lane Silva e Carla Caroline, que passam a integrar o grupo, juntamente com Augusto Daltro e os remanescentes da formação anterior, Bruna Maria, Maria Clara Arbex, Mari Pontes, Camila Gregório, Larissa Leão, Pedro Maia.

Ao assumir a coordenação do Cineclube Mário Gusmão logo após as ocupações estudantis de 2016, que mobilizam mais de mil escolas e universidades em todo o país<sup>25</sup>, é através de um chamamento à resistência que Fabio conduz sua atuação no projeto. Aqui, o sentido de *urgência* atribuído por Jean-Louis Comolli à crítica e ao cinema é retomado a partir da formulação da professora, curadora e idealizadora do Festival de Documentários de Cachoeira – CachoeiraDoc, Amaranta Cesar. "O que pode o cinema diante das urgências do presente?", é a pergunta elaborada e reelaborada por ela em diferentes momentos de construção do festival<sup>26</sup> e que pautará uma oficina<sup>27</sup> com o professor Danilo Scaldaferrri, durante a Ocupação do CAHL pelos estudantes.

Com a mostra *Permanente de Resistências*, o cineclube propõe construir o que Fabio chama de "fábula do fogo", através da exibição de "programas-fogueiras". A realização de uma curadoria coletiva, a partir de vivências coordenadas pelos cineclubistas Augusto Daltro, Camila Gregório e Larissa Leão, e o desejo de ocupar a cidade com gestos de resistência foram dois eixos importantes na construção da mostra e do projeto gráfico, produzido por ele, a partir de caixas de fósforo que incendiaram, simbolicamente, diferentes espaços do Centro de Cachoeira, como a Praça Teixeira de Freitas, o Centro de Artes e Humanidades da UFRB e a varanda do Iphan, assim como os bairros periféricos Caquende e Morumbi. Aqui, faz-se necessário citá-lo longamente:

Unir a partir das urgências significa ter as diferenças que nos trazem aqui e que nos formam reivindicadas. Imergir na premissa de que não somos iguais e que qualquer junção que asfixie nossas diferenças históricas será, por conseguinte, mal sucedida e totalitária. A história urge a todo instante para as minorias políticas das quais tratamos e dedicamos essa

<sup>25</sup> Fabio Rodrigues, Maria Clara Arbex e Marina Pontes, integrantes do cineclube, participaram da Ocupação do CAHL, em apoio aos estudantes secundaristas que resistiram à reforma autoritária do ensino médio e contra à PEC que instituiu o Teto de Gastos, retirando recursos da educação e saúde públicas, ambas aprovadas pelo governo Temer após o golpe de 2016.

<sup>26</sup> No catálogo do VIII CachoeiraDoc, de 2017, ela responde: "Em suas oito edições, o CachoeiraDoc testemunhou a emergência desses novos sujeitos de cinema e de novas práticas cinematográficas vinculadas aos segmentos sociais que se constituem como principais alvos das opressões (pobres, negros, índios, mulheres, minorias sexuais e periféricos)" (CESAR, 2017).

<sup>27</sup> Um resultado dessa oficina foi o vídeo *Tempo de Guerra* (1'50), com mais de 15 mil visualizações, produzido pelo coletivo Midia Livre do CAHL, durante o movimento Ocupa UFRB 2016. Ver: <<https://www.facebook.com/MidiaLivre.CAHL1/videos/589117767938744/>>.

mostra. Das quais também fazemos parte. Os filmes que escolhemos, os chamados filmes de resistência, precipitam uma outra forma de estar junto e de viver em sociedade. São filmes que agem politicamente e nos fazem agir; filmes que se manifestam com personagens que reagem, que protestam em suas contra-narrativas, que insurgem em seus contextos de censura e fascismo. Para escolher os filmes, lançamos olhar aos corpos que os produzem. Mais do que dar a ver formas de vida, esses filmes resistem junto com essas existências, co-existem, se aliam frente às sucessivas ameaças e investidas das armas e ações dos discursos hegemônicos e das formas normativas. Organizados em programas-fogueiras, estes filmes são pontos de partilha e partida para mais ações.

(...) O imperativo Registrar e Resistir atravessa a feitura dessa mostra. Das vivências em curadoria às sessões, foram 11 debatedores/as convidados/as. Todos os debates foram gravados e após a necessária e faiscante publicação deste catálogo, será a vez do Cineclube Mário Gusmão lançar uma plataforma digital com esses arquivos e a memória dos sete anos do projeto. A questão “o que pode um cineclube?” se alastra...

Ainda durante a realização dessa mostra, Fabio, Marcelo Matos e os demais integrantes do grupo articulam diferentes respostas a essa pergunta, entre elas, em uma ação de *urgência*, a vinda de um dos maiores nomes do cinema mundial contemporâneo, o cineasta mauritano Abderrahmane Sissako, para uma *masterclass* no Cine-Theatro Cachoeirano. Em Salvador a convite da terceira edição do NordesteLab, realizada em 2017, Sissako atendeu ao chamado do cineclube, de Mário Gusmão e de Cachoeira. Em poucos dias, o grupo organizou a Mostra Sissako para recebê-lo, exibindo sua obra em diferentes espaços da cidade, em um acontecimento histórico para o cineclube, para Cachoeira e para o curso de Cinema e Audiovisual<sup>28</sup>.

Com a mostra *Rede Cinema Negra*, inicia-se uma parceria entre o Mário Gusmão e a Rebento Filmes, produtora criada por Thamires Vieira, Larissa Fulana de Tal, Clarissa Brandão<sup>29</sup> e Daiane Silva, com o objetivo dar visibilidade e fomentar uma rede de realizadoras negras em Salvador e Cachoeira. Por fim, o cineclube reencontra Mário Gusmão para repensar, com a mostra *Performance Negra*, a presença de atores e atrizes negros (as) no cinema brasileiro.

Após a sessão do filme *O Anjo Negro* (1973), de José Umberto, único em que Mário atuou como protagonista, é realizada a mesa *Ecos, Rastros e Movimentos de Mário Gusmão*, com a participação da atriz Alba Cristina, que, segundo seu emocionante depoimento, “tornou-se negra” fazendo teatro com Mário em Ilhéus, nos anos 1980; do coreógrafo norte-americano Clyde Morgan, com quem Mário aprofundou sua pesquisa em dança de matriz africana e viajou por países da África; de Laís Morgan, uma das primeiras dançarinas com quem atuou; do diretor de teatro e

<sup>28</sup> A *masterclass* foi realizada no Cine-Theatro Cachoeirano, no dia 06 de junho de 2017. Em seguida, foi lançada uma chamada pública de artigos para o Dossiê Sissako, em fase de edição.

<sup>29</sup> Clarissa Brandão colaborou com o cineclube na realização do Panorama Internacional Coisa de Cinema de 2015, como produtora local do evento.

TV Miguel Silveira, seu amigo pessoal, com quem realizou, entre outros trabalhos, o curta-metragem *O Velho e o Novo*, no qual Mário faz o velho, contracenando com Lázaro Ramos, ainda uma criança, em seu primeiro papel como ator; além da professora Cyntia Nogueira, com mediação de Fabio Rodrigues.

Podemos afirmar, invocando o “anjo da história” de Benjamin, que uma bola de fogo risca o horizonte do passado para atualizá-lo em nosso presente histórico quando o cineclube reencontra a memória de Mário Gusmão. Retomando o conceito de *imagem dialética*, o filósofo Giorgio Agamben propõe pensá-la à luz do que chama de *os dois transcendentais da montagem cinematográfica: a repetição e a paragem*. Para Agamben, assim como a memória restitui ao passado a sua possibilidade, a *repetição* da imagem, no ato da montagem, não é o retorno do idêntico, mas “o retorno em possibilidade daquilo que foi”, daí a aproximação entre *memória* e *repetição*. Por outro lado, a *paragem* é o que possibilita a interrupção do fluxo narrativo para fazer vibrar a imagem em sua própria potência. Ora, são essas duas operações que marcam a reiteração do ato, do gesto compreendido por Antão, Mário Gusmão, Oxossi, Zumbi dos Palmares, quando este crava sua lança no peito do opressor.

É nesse sentido, portanto, que o Cineclube Mário Gusmão afirma-se, ao longo desses oito anos de existência, como um espaço de acolhimento, formação e atuação de jovens críticos e cineastas que vem disputando protagonismo na construção de um cinema negro brasileiro – e, também, no feminino, gay, trans, cis, sapatão, indígena, periférico – a partir do Recôncavo. Isso foi possível a partir da convergência de políticas que visaram, a um só tempo, a descentralização do ensino superior e dos investimentos em Cinema e Audiovisual, vistos ambos como fatores de desenvolvimento socio-cultural, mas, sobretudo, a consolidação de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giogio. O cinema de Guy Debord. Disponível em: <<http://www.intermidias.blogspot.com.br/2007/07/o-cinema-de-guy-debord-de-giorgio.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BACELAR, Jeferson. *Mário Gusmão: um príncipe negro na terra dos dragões da maldade*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas v.I)*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CESAR, Amaranta. Cachoeira e a pedagogia do tempo: construção e ruína. In: Catálogo CachoeiraDoc – VIII Festival de Documentários de Cachoeira. Cachoeira: Ritos Produções, 2017.

COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e poder. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DIAS, Emerson. Dragão da Maldade e uma construção brechiana. In: Catálogo de críticas – Caixa Anjo Negro: Cineclube Mário Gusmão 2010-2011, p.13,14. Cachoeira: Cineclube Mário Gusmão, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do Tempo. História da Arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

FULANA DE TAL, Larissa. “A cineasta baiana Larissa Fulana de Tal fala sobre o cinema negro atual”. In: Afreaka. Alma Preta. FICINI. 2015. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/a-cineasta-baiana-larissa-fulana-de-tal-fala-sobre-o-cinema-negro-atual>>. Acesso em: 30 out. 2017.

RODRIGUES, Fabio. Tecendo uma fábula do fogo. In: Catálogo Mostra Permanente de Resistências. Cachoeira: Cineclube Mário Gusmão, 2017.

SANTANA, Jussilene. *Martim Gonçalves: uma escola de teatro contra a província*. Tese (doutorado). Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

MENDES, Adilson (Org.). Teoria e história no estudo de cinema no Brasil. In: *Entrevistas: Ismail Xavier*. Entrevista. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

## PROJETO ENVOLVER: ESPORTE, ARTE E CULTURA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

### PROJECT TO INVOLVE: SPORT, ART AND CULTURE AS TOOL OF SOCIAL TRANSFORMATION

#### Sivanildo da Silva Borges

Doutor em Química, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cruz das Almas – Bahia  
ssborges@ufrb.edu.br

#### Edilson da Hora dos Santos

Graduando em Gestão de Cooperativas, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cruz das Almas – Bahia  
dico\_terry@hotmail.com

#### Jaylson Araujo dos Santos

Graduado Licenciatura em Educação Física, Faculdades Maria Milza – Governador Mangabeira – Bahia. Graduado em Agronomia, Aluno Especial do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social - Mestrado Profissional, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cruz das Almas – Bahia  
negojaycapoeira@gmail.com

## RESUMO

O envolvimento no esporte, arte ou cultura também pode figurar como uma ferramenta para a transformação social resgatando/revelando talentos e, também, ser ferramenta para integração. Propostas que envolvam o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, sociais e/ou artísticas tais como capoeira, dança, teatro, música, educação ambiental, educação emocional, literatura e artes podem revelar indivíduos que possuam ou adquiram predicados para uma interação social amigável ou realização pessoal. O Projeto ENVOLVER conduziu atividades relacionadas ao esporte, cultura e profissionalização para contribuir com o desenvolvimento social na cidade de Sapeaçu com profissionais de diferentes competências. Desde outubro de 2014 foram assistidas mais de 100 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** Interação coletiva. Integração social. Enriquecimento social.

## ABSTRACT

The involvement in the sport, art or culture can also represent as a tool for the social transformation rescuing/revealing talents and, also, to be tool for integration. Proposals that involve the development of sporting, cultural, social and/or artistic activities such as capoeira, dance, theater, music, environmental education, emotional education, literature and arts can reveal individuals that possess or acquire predicates for a friendly social interaction or personal achievement. The Project TO INVOLVE promoted activities related to the sport, culture and professionalization to contribute with the social development in the city of Sapeaçu with professionals of different competences. Since October of 2014 were assisted more than 100 children and adolescents in situation of social vulnerability.

**Keywords:** Collective interaction. Social integration. Social enrichment.

## INTRODUÇÃO

As possibilidades de ascensão e inclusão social atualmente permeiam as classes menos favorecidas devido ao maior acesso à informação em todos os níveis. Desde um jornal impresso até as investidas em diferentes endereços da rede mundial de computadores. Neste ponto, a rede é uma tônica que está na moda e tem regido as inter-relações estando ao alcance de todos no mundo contemporâneo.

A inclusão social, muitas vezes, depara-se com a falta de interesse quase que intransponível e inexplicável de grupos ou classes dominantes. Muitas políticas públicas interessantes que fazem parte de programas de governo vencedores perduram em reeleições e perdem sua continuidade nas sucessões de mandatos. Isso porque acabam se tornando projetos de campanhas partidárias com início na vitória e fim na derrota de uma legenda/aliança política. Quem ascende ao poder tem como prioridade angariar capital político para a reeleição. Assim, a descaracterização das propostas da legenda/aliança política que não conseguiu (re)eleição é uma prática comum.

Estamos vivendo um cenário de profundas reflexões políticas. Superfaturamentos, propinas, desvios, delações, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, etc. Esses são temas das diversas manchetes atualmente. O contribuinte tem sido bombardeado com vários indícios e se convencido cada vez mais que uma parcela significativa dos recursos públicos não está sendo revertida em serviços para a população. Enquanto isso, a escalada da violência é uma realidade e não tem escolhido região. Corriqueiramente se tem notícia de ocorrências policiais cada vez mais perto: assaltos, furtos, roubos, tentativas de assassinatos, assassinatos, entre outras.

A falta de educação formal e doméstica que se reflete no prejuízo em consolidar boas referências e valores para uma parte da população está dando origem a cidadãos que não respeitam os seus professores, os seus pais, que tomam as

vagas de prioridade, se relacionam sem precauções contraceptivas e dão origem a indivíduos em situação de vulnerabilidade social com referências ainda piores.

Assim, a educação precisa ser considerada como a principal força eletromotriz para mudanças a médio e longo prazos, alavancando ações norteadoras da sociedade na concepção/adoção de valores morais e éticos. Os professores, principalmente da formação básica, precisam ser mais valorizados, melhor remunerados e as escolas devem ser adaptadas às demandas estudantis.

Em meio a tantas tempestades sociais, programas ou projetos de iniciativa popular ou acadêmica podem mitigar esse cenário desolador, trazendo boas perspectivas para as trajetórias de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. As propostas contemplam ações relacionadas à profissionalização, à vivência, à prática de esportes e à expressão cultural.

Nesse contexto, o *Projeto ENVOLVER: Esporte, Arte e Cultura como Ferramenta de Transformação Social* tem desenvolvido várias atividades destinadas à prática de esportes, à valorização da cultura local, à capacitação de jovens e adultos bem como proporcionar momentos de lazer.

O Projeto ENVOLVER está sediado à Rua da Vitória, número 438, no Centro Social Borges (CSB) na cidade de Sapeaçu e é coordenado pelo Prof. Dr. Sivanildo da Silva Borges do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) do Campus de Cruz das Almas.

Este trabalho apresenta o relato das atividades realizadas no âmbito do *Projeto ENVOLVER: Esporte, Arte e Cultura como Ferramenta de Transformação Social*. Estão sendo desenvolvidas atividades relacionadas ao esporte, à cultura, às artes, à profissionalização e às vivências que possam contribuir para o desenvolvimento social da comunidade local. Os participantes estão comprometidos na execução das atividades profissionais de diferentes competências que envolveram crianças e adolescentes da cidade de Sapeaçu em situação de vulnerabilidade social.

## A IDEALIZAÇÃO DO PROJETO ENVOLVER

Em novembro de 2006 o Prof. Sivanildo juntamente com o artista plástico sapeaçense José Isaías Costa Peixoto iniciaram os primeiros passos para a implantação do Projeto ENVOLVER na cidade de Sapeaçu. Uma vez que o Prof. Sivanildo foi praticante de capoeira em Salvador com os Mestres Franklin do grupo Luanda1 e Alabama do Grupo Nação Capoeira2, as primeiras atividades oferecidas estavam relacionadas com a prática da Capoeira no Ginásio de Esportes local aliada à apresentação de vídeos educativos e à promoção de momentos de lazer (Figura 1).

O uso do ginásio de esportes estava condicionado à liberação pela Secretaria de Esportes de Sapeaçu o que foi feito sem maiores burocracias. As atividades foram iniciadas em novembro de 2006 com aulas nas segundas, quartas e sextas-feiras das 19:00 às 20:00 horas. Porém, depois de algumas aulas percebeu-se que o espaço era bastante concorrido, uma vez que vários grupos de futebol usavam o ginásio e não respeitavam os horários. Desta forma, as atividades foram sus-



**Figura 1.** Atividades iniciais do Projeto ENVOLVER no Ginásio de Esportes de Sapeaçu (2006-2007).

pensas e transferidas para um colégio local. Entretanto, as instalações não eram adequadas para a realização das atividades. Uma nova tentativa de continuidade das atividades foi a utilização do Clube Recreativo de Sapeaçu, mas também sem sucesso, sendo as atividades interrompidas.

## A SEDE PERMANENTE DO PROJETO ENVOLVER

Após todas as tentativas com pouco ou nenhum sucesso em busca de um espaço adequado, o professor Sivanildo decidiu que não valia à pena tanto desgaste sem resultados. Desta forma, propôs que as atividades apenas fossem retomadas em um local apropriado e definitivo. Então, se comprometeu na construção de um centro capaz de comportar as atividades proposta pelo Projeto ENVOLVER.



**Figura 2.** Início das atividades do Projeto Vivência no Campus (2007)

Com as atividades comprometidas em Sapeaçu, o Professor Sivanildo juntamente com o discente do curso de Agronomia Jaylson Araujo – Nego-Jay (então Professor de capoeira pelo grupo Libertação liderado pelo Mestre Edmilson Conceição – Ninja) submeteram um Projeto de Vivência Universitária no Campus de Cruz das Almas para a capoeira junto à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia o qual foi aprovado. Assim, Jaylson passou a ser bolsista responsável pelas atividades da capoeira no campus (Figura 2).

No ano de 2007 foi criado o “Grupo Artístico e Cultural 20 de Novembro”. No período de 2007 a 2014 o Professor Sivanildo, integrando este grupo, realizou atividades no campus de Cruz das Almas com apresentações de capoeira, de teatro, samba de roda e maculelê (Figura 3). Nesse período o mesmo foi graduado Monitor e Professor de capoeira, com o apelido de *Nativo*, pelo então Contra-mestre Nego-Jay e sob a supervisão do Mestre Ninja.

**Figura 3.**  
Atividades desenvolvidas pelo Grupo Artístico e Cultural 20 de Novembro – capoeira, samba de roda, teatro e maculelê (2009-2012)



Em Sapeaçu, no período de junho de 2009 a junho de 2010 o Professor Sivanildo mobilizou com sucesso a comunidade local para evitar a implantação de termelétricas no Recôncavo da Bahia no movimento denominado “*Termoelétricas Jamais*”. Após este acontecimento, em agosto de 2010 foi fundado em Sapeaçu o MOVA-SE (Movimento Verde de Ação Social e Ecológica) que, sob a presidência do Professor Sivanildo, tem conduzido várias ações na região<sup>3</sup>.

Em 28 de outubro de 2014, após a construção de um salão com 100 m<sup>2</sup> chamado de Centro Social Borges (CSB), com recursos próprios do Professor Sivanildo,

as atividades em Sapeaçu foram retomadas e o *Projeto ENVOLVER: Esporte, Arte e Cultura como Ferramenta de Transformação Social* foi registrado na PROEXT/UFRB sob número 37102/2014.

As instalações do CSB dispõem de dois banheiros, copa, mesas, cadeiras, som, microfones, baralhos, Internet de qualidade com WI-FI, Datashow, computadores, impressoras, TV a cabo, tatame, luvas e sacos de boxe e alguns instrumentos musicais.

Os parceiros do Projeto ENVOLVER e do CSB são: Grupo Artístico e Cultural 20 de Novembro (Capoeira), Boxe Skyva, Karatê Shotokan, Grupo de dança Ritmos Fitness, Grupo Forróxote, Grupo de Teatro Vida e MOVA-SE (Movimento Verde de Ação Social e Ecológica).

## IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NA INTEGRAÇÃO SOCIAL

O homem tem pautado sua postura seguindo um sistema de símbolos e padrões culturais. O comportamento dos pais, professores, instrutores e líderes religiosos podem ser entendidos como exemplos que influenciam diretamente na definição do caráter e da personalidade de um indivíduo. Por outro lado, a forma de vestir, alimentar e falar podem ser entendidas como padrões culturais que influenciam na aparência física do indivíduo. Referências e padrões, então, se somam para dar identidade ao ser humano<sup>4</sup>.

Atribuir sentido social para algo que se idealiza não é uma tarefa fácil. O envolvimento no esporte, arte ou cultura também pode figurar como uma ferramenta para a transformação social resgatando e revelando talentos. Adicionalmente, também pode ser ferramenta para a integração em uma comunidade tais como universidades, associações de bairros, etc.

Desta forma, propostas que envolvam o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais, sociais e/ou artísticas tais como capoeira, samba de roda, maculelê, teatro, música, educação ambiental, educação emocional, literatura e artes plásticas podem revelar indivíduos que possuam ou adquiram predicados para o convívio social amigável além de realização pessoal. Estes ganhos podem ter impactos muito positivos a médio e longo prazo, uma vez que estes mesmos indivíduos podem ser agentes multiplicadores dessas propostas e, consequentemente, desse novo modo de se posicionar em sociedade.

Constitui-se de uma grande relevância proporcionar situações e momentos em que as pessoas possam viver e adquirir experiências, nas quais estão presentes valores estabelecidos pela sociedade para que os mesmos sejam incorporados ao seu caráter e sirvam de base ao relacionamento social. A honestidade, a lealdade, o equilíbrio emocional, a confiança, o respeito ao semelhante, a alegria e o amor ao próximo são patrimônios éticos que devem reger o relacionamento social para que o homem se sinta feliz e se realize em toda a plenitude. A atividade física deve permitir a dupla ação sobre o corpo e sobre a mente.

O teatro e a capoeira são ferramentas formidáveis para concretizações de ações educativas, formadoras do indivíduo e de concepção de valores éticos e morais.

Tendo em vista o teatro como uma arma de caráter excepcional e eficaz em diversas aplicações, usá-lo como ferramenta pra resgatar indivíduo em situação de vulnerabilidade social, que só precisa de uma oportunidade para fazer re-ender/dar a motivação, sem meios invasivos, é ponto de partida para provocar, questionar e mostrar o seu papel como cidadão do mundo.

Compreendendo a arte como uma ferramenta transformadora e pensando numa nova possibilidade de construção social que provoque um pensamento de massa revolucionário, atingindo, a princípio, as classes sociais mais ignoradas, é possível conhecer e trabalhar as deficiências que levam à falta de motivação.

A oportunidade de uma nova perspectiva de vida ou o encontro com uma atividade nova ocasiona geralmente disposição, medos, desejos, reflexões, sentimentos negativos ou positivos que em suma o teatro discute e aplica de maneira estimulante, educativa, prazerosa e saudável. Isto certamente repercute na sociedade e a transforma, pois os artistas também são agentes no caminho de mudança na sociedade.

Trazendo, portanto, esta perspectiva para o contexto da capoeira, é possível promover transformações sociais relevantes e interessantes. A capoeira é fruto de um processo histórico em nossa cultura e seu jogo oferece várias oportunidades para a criação e o desenvolvimento de situações educacionais. O educador (mestre/professor) deverá passar valores morais como honestidade, lealdade, perseverança, cooperação, amor ao próximo, pontualidade, disciplina, humildade e liderança.

O corpo sendo trabalhado com senso de disciplina proporcionado pela prática do esporte em conjunto com as informações e posturas dos líderes compõem um conjunto de ferramentas que podem ser usadas para garantir o direcionamento ético, moral e profissional aos indivíduos praticantes da capoeira.

O exercício do trabalho com interação coletiva é uma prática constante dentro da capoeira. Desta forma, a inclusão social caminha junto com os ambientes das rodas para exposição das habilidades dos alunos e professores do esporte. O controle físico do corpo traz sentimento de segurança para a relação interpessoal dos praticantes e para a tomada de decisões em várias situações cotidianas.

## RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO ENVOLVER

O projeto ENVOLVER já atendeu mais de 100 pessoas em suas diversas ações (Figura 4). Estão sendo realizadas atividades relacionadas à prática de esportes - capoeira, Karatê e boxe; à cultura - teatro e dança; à profissionalização de jovens e adultos além de atividades de lazer.

## ATIVIDADES ESPORTIVAS

As atividades esportivas atendem mais de 50 praticantes e são ferramentas importantes para condicionamento físico e, principalmente, por proporcionar disciplina às crianças e adolescentes. Adicionalmente, tem sido feito acompanhamento do rendimento escolar e do comportamento de alguns participantes. Essas ações são importantes, visto que a realidade local é de muitas crianças que às vezes apresentavam desatenção, agressividade inesperada, inibição, hiperatividade entre outras posturas indesejáveis. O projeto tem possibilitado melhora sensível no comportamento dessas crianças.

## DANÇA E TEATRO

As aulas de dança e teatro atendem a cerca de 30 participantes e possibilitam a expressão corporal e a desinibição por exigirem interação social direta que dão segurança, melhoram autoestima e possibilitam a integração social do indivíduo.



**Figura 4.** Atividades oferecidas pelo Projeto ENVOLVER - teatro, boxe, capoeira e dança (2014 – 2017)

## CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Foram oferecidos dois cursos profissionalizantes com 20 vagas cada um em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. O primeiro curso foi para formação de cabeleireiro, manicure, maquiagem ministrado em 2016 e o segundo para formação de eletricista predial ministrado em 2017 (Figura 5). Esses cursos profissionalizantes foram uma excelente oportunidade de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Os alunos receberam certificação da SETRE e muitos já estão exercendo a profissão recém conquistada. Novos cursos estão sendo demandados (tais como mestre de obras, corte e costura e manutenção de máquinas e motores) e brevemente deverão ser ofertados.

## ATIVIDADES DE LAZER

Durante a noite e aos domingos é possível assistir a canais de filmes, jogos e lutas além de jogar baralho como forma de lazer (Figura 5). Alguns participantes declararam que as opções oferecidas pelo Projeto ENVOLVER são muito interessantes já que falta outras opções de lazer na cidade.

**Figura 5.** Cursos profissionalizantes e de momentos de lazer oferecidos pelo Projeto ENVOLVER (2014-2017)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação deve partir do indivíduo pelo uso de ferramentas que estejam ao seu alcance e suficientes para a geração de informação útil e, ao mesmo tempo, possa ser aliada à realidade deste indivíduo. A capoeira, o teatro, a dança e o karatê são ferramentas que estão ao alcance de todos, uma vez que muitas organizações não governamentais, associações, etc. têm estas modalidades como principais elos com as iniciativas para a transformação social.

O Projeto ENVOLVER ainda tem muito a oferecer à comunidade de Sapeaçu, pois é uma proposta permanente com sede própria que conta com a colaboração dos voluntários: Sivanildo Borges (coordenador geral e professor de capoeira), Luciano Silva (instrutor de boxe e capoeira), Jaylson Santos (Educador físico e Mestre de Capoeira), Edilson dos Santos (professor de karatê), Daniela Silva (professora de teatro), Jozilene Rodrigues (professora de teatro), Simão Borges (interlocutor para oferta de cursos profissionalizantes), Marcelo Carvalho (secretário para cursos profissionalizantes), José Isaías Peixoto (artista plástico), Lailson Almeida (instrutor de dança), Edyraka Souza (instrutora de dança), Tiago Pimentel (instrutor de dança) e Gerson da Silva (professor de boxe).

As perspectivas futuras são de submissão de projetos a empresas e órgãos de fomento para obtenção de recursos e ampliação do atendimento com a oferta de mais vagas e implantação de outras competências tais como consultórios de nutrição, odontológico e de psicologia.

## DEDICATÓRIA

Os autores dedicam este trabalho a dois jovens que integravam o grupo no início das atividades em 2006, mas os dois foram assassinados. Eles adotaram práticas condenáveis nas suas trajetórias de vida pela falta de outras oportunidades quando as atividades do Projeto ENVOLVER foram interrompidas em 2007. Este trabalho também é dedicado aos vários jovens em situação de vulnerabilidade social que também foram assassinados na cidade. Isto prova que é preciso um olhar diferenciado para a educação, para as instituições sociais sérias e para a adoção de medidas norteadoras a médio e longo prazos. Adversários políticos devem sentar após definição do vencedor no pleito eleitoral e traçarem conjuntamente as diretrizes de governo.

*Um mau governo pode matar mais do que uma guerra.*

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CETEC pela aprovação do Projeto ENVOLVER.

## REFERÊNCIAS

BORGES, S. S., Capoeira Ra, Ra, Ra...Uma Ferramenta de Transformação Social. In: Rita de Cássia Dias P de Jesus; Cláudio Orlando Costa do Nascimento; Palmira Magaly dos Passos Gusmão (Org.). **Diálogos entre a UFRB, as escolas de ensino médio e as comunidades populares do Recôncavo** - Caderno Pedagógico. 1a ed., Cruz das Almas: UFRB, 2008, v. 01, p. 49-52.

DALTRO, E. F. M. A. *et al.* A Articulação Social e o Poder Político Legitimado: uma Contribuição para a Análise das Transformações do Contexto Social Contemporâneo. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, set. / dez. 2015, v.4 n.3, p. 247-259.

GRUPO LUANDA. **Educação com base na capoeira**. Disponível em: <<http://g-landu.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

GRUPO NAÇÃO CAPOEIRA. **Alabama**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/academiaalabamafitness/>>. Acesso em: 12 set. 2017.



**SAÚDE**

# METODOLOGIA EMANCIPATÓRIAS PARA BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO: ALTERNATIVAS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

## EMANCIPATORY METHODOLOGIES IN GOOD MANUFACTURING PRACTICES: ALTERNATIVE FOR SOCIAL TRANSFORMATION IN SOLIDARITY ENTERPRISES

### **Fernanda Freitas**

Doutora em Ciência Animal Tropical e professora do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) fernandafvn@ufrb.edu.br

### **Isabella de Matos Mendes da Silva**

Doutora em Ciência Veterinária e professora do CCS/UFRB isabellamatos@ufrb.edu.br

### **Valéria Macedo Almeida Camilo**

Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e professora do CCS/UFRB vcamilo@ufrb.edu.br

### **Gabrielly Sobral Neiva**

Mestre em Microbiologia Agrícola e professora da Mestre em Microbiologia Agrícola e professora da Universidade Salvador neiva.gs@hotmail.com

## RESUMO

Foram descritas as metodologias emancipatórias para implementação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) em empreendimentos solidários na área de alimentos, visando à formação de manipuladores autônomos e protagonistas, voltados para a melhoria da qualidade de vida, a partir da geração de trabalho, renda e cidadania, com enfoque no desenvolvimento sustentável de base coletiva e solidária. O percurso metodológico foi constituído por descrição da realidade, diagnóstico participativo, diagnóstico higiênico-sanitário e atividades formativas. Foram utilizadas ferramentas e técnicas do planejamento estratégico e participativo, facilitadoras da construção do conhecimento, a partir das trocas de saberes entre atores e a equipe interdisciplinar. A execução seguiu o princípio de interação entre o saber sistematizado das comunidades e empreendimentos e a comunidade acadêmica, propiciando ressignificação de conhecimentos para a melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais da população beneficiária. O processo formativo em BPF se constitui como uma das estratégias e base para a consolidação dos grupos produtivos como uma forma de fortalecimento das práticas organizacionais. Por conseguinte, as metodologias se constituíram alternativas coletivas de transformação social, na qual a melhoria do processo produtivo foi feita a partir das experiências dos atores aliadas ao saber científico na área de segurança alimentar e nutricional construído por estes sujeitos.

**Palavras-chave:** Economia solidária, Segurança alimentar e nutricional, extensão universitária.

## ABSTRACT

The emancipatory methodologies for the implementation of Good Manufacturing Practices (GMP) in solidarity enterprises in food were described for the formation of manipulators autonomous and protagonists, aimed at improving the quality of life, from the generation of work, income and citizenship with a focus on the sustainable development of collective and solidarity basis. The methodological course was constituted by description of the reality, participatory diagnosis, hygienic-sanitary diagnosis and formative actions. Tools and techniques of strategic and participatory planning were used, facilitating the construction of knowledge, based on the knowledge exchanges between the actors and the interdisciplinary group. The execution follows the principle of interaction between the systematized knowledge of communities and enterprises and the university, providing an accumulation of knowledge to improve the social, economic and environmental conditions of the beneficiary population. The training process in GMP was one of the strategies and basis for consolidation of productive groups as a way of strengthening organizational practices. Therefore, the methodologies were constituted collective alternative of social transformation, in which the improvement of the productive process was made from the experiences of the actors allied to the scientific knowledge in area of food and nutritional security built by these subjects.

**Keywords:** Solidarity economy, Food and nutritional security, university extension.

## INTRODUÇÃO

As incubadoras universitárias têm como missão contribuir para a promoção e o fortalecimento de empreendimentos solidários, valorizando a diversificação da produção, o resgate do conhecimento tradicional, as relações de gênero equitativas e o fomento de políticas públicas territoriais sustentáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida a partir de atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, seguindo a lógica da indissociabilidade de ensino, extensão e pesquisa universitária.

Os Empreendimentos Solidários (ES) permanecem vinculados às incubadoras por um determinado tempo, pretendendo-se que os ES conquistem sua autonomia para atuarem no mercado (EID et al., 2002).

As metodologias utilizadas no processo de incubação devem ter a clareza da educação unitária, tendo como objetivo superar a fragmentação do conhecimento por um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos. Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. O conceito de interdisciplinaridade perpassa a economia solidária, e quando pensado em sua complexidade, exige que se superem os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência transdisciplinar, e exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas (EID, 2004).

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas pelos ES, destacam-se a agropecuária, o extrativismo e a pesca, desenvolvidas por 41% dos ES, seguidos de alimentos e bebidas e atividade de artefatos artesanais, ambas com 17% (RODRIGUES et al, 2011).

As falhas no processo produtivo, tais como manipulação inadequada, má utilização da temperatura de preparo e conservação dos alimentos, contaminação cruzada, higiene pessoal deficiente, limpeza inadequada dos equipamentos e

utensílios e contato de manipuladores infectados acarretam contaminação dos produtos alimentícios e, conseqüentemente, Doenças Transmitidas por Alimentos - DTA (SOARES et al, 2006).

A qualidade sanitária como fator de segurança alimentar tem sido amplamente estudada e discutida, uma vez que as DTA são um dos principais fatores que contribuem para os índices de morbidade nos países da América Latina e do Caribe. O Comitê WHO/FAO admite que doenças oriundas de alimentos contaminados representam, provavelmente, o maior problema de saúde no mundo contemporâneo (AKUTSU; BOTELHO; CAMARGO, 2005). O que causa maior espanto é que, estatisticamente, 85% dos casos poderiam ser evitados, se as pessoas manipulassem corretamente os alimentos (MARLON; BORTOLOZO, 2004).

As Boas Práticas de Fabricação (BPF) são procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação, a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária (BRASIL, 2004). O objetivo das BPF é evitar a ocorrência de doenças causadas pelo consumo de alimentos contaminados. Somam-se a isso menores perdas econômicas devido à deterioração de alimentos.

Por conseguinte, considera-se cada vez mais necessário que os trabalhadores ligados à produção de alimentos incorporem à sua prática diária um conjunto de ações voltadas para o controle de qualidade, desde a escolha da matéria-prima até a obtenção do produto final (GÓES et al, 2001).

Diversas pesquisas apontam que os resultados na produtividade não dependem apenas dos investimentos em equipamentos, mas também em recursos humanos. A compreensão das práticas higiênicas por parte dos manipuladores favorece a apropriação e autonomia no processo de resolução dos problemas, garantindo a manipulação segura como imprescindível para a promoção da saúde dos sujeitos que preparam e consomem os alimentos. Assim, torna-se evidente a necessidade de fortalecer e formar cada vez mais as equipes de trabalho (BOMFIM et al., 2013).

Por outro lado, os hábitos higiênicos são práticas herdadas da tradição e cursam em conformidade com os contextos relacionais e simbólicos que permeiam a experiência dos sujeitos ao longo da vida, portanto, ultrapassam o conhecimento técnico e racional das recomendações científicas. As práticas higiênicas entendidas por essa perspectiva solicitam não só o conhecimento dos fatores críticos do ponto de vista físico e microbiológico, mas também a compreensão das práticas pela lente de quem as realiza, animada por percepções que são influenciadas por uma série de fatores que se inscrevem numa abordagem socioantropológica do fenômeno.

O entendimento de qualidade não é somente a melhoria da apresentação e do processo produtivo, pois envolve outros aspectos, como a preocupação ambiental desde a extração da matéria-prima ao destino dos resíduos, a preocupação com a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes, garantindo um ambiente físico ergonomicamente adequado e o bem-estar dos trabalhadores em todo processo produtivo, trazendo a satisfação e a motivação diária.

A utilização de metodologias ativas nas ações para e com os ES promove uma educação reflexiva nos sujeitos envolvidos, desenvolvendo habilidades para compreenderem o sentido das próprias ações, contextualizá-las dentro do objetivo da comunidade, com capacidade de influírem no rumo do pensamento, construindo conhecimento e desenvolvendo competências.

A metodologia merece um destaque porque é um dos pontos mais fracos na educação não-formal em comparação com as outras modalidades educativas. A educação não-formal tem como método básico a vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência, segundo os modos e as formas como foram apreendidas e codificadas. Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir da problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas (GOHN, 2006).

A educação crítica e transformadora exige um tratamento mais vivo e dinâmico dos conhecimentos, que não podem ser transmitidos de um polo a outro do processo, mas apropriados, construídos, de forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, pois somente assim pode contribuir para o processo de conscientização dos sujeitos para uma prática social emancipatória, condição para a construção de sociedades sustentáveis (TOZONI-REIS, 2006).

Segundo Costa et al (2012), as metodologias desenvolvidas nas comunidades devem ser baseadas nos princípios de promoção da autogestão, fortalecendo a formação de cidadãos no processo de autonomia e decisão, como a construção do conhecimento a partir da valorização e resgate da experiência de vida e de trabalho;

realização de exercícios práticos cotidianos com linguagem acessível e busca de um processo contínuo de educação e trabalho, voltado para a preservação e conservação do meio ambiente, práticas agroecológicas, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento territorial.

Desta maneira, a participação ativa da comunidade na construção das metodologias contribui para a educação emancipatória, na medida em que desenvolve determinados conceitos e atitudes revelados nas vozes dos atores investigados. Assim, as histórias de vida dos atores relatadas em experiências são analisadas à luz de teorias e discussões sobre o seu papel na Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo Santos e Nagashima (2017), o saber popular é fruto da produção de significados da sociedade, o qual diz respeito às informações acumuladas ao longo do tempo por uma determinada comunidade em relação às suas práticas, seus valores, sua cultura, suas vivências e experiências. Tais conhecimentos não são permanentes nem inabaláveis, pois são gerados, modificados e reformulados pela comunidade.

Realizar práticas educativas a partir dos interesses e necessidades percebidos pela comunidade não significa abrir mão de sugerir algum tema ou atividade, no entanto, qualquer proposta sugerida só será incorporada como atividade, se for

priorizada pelo grupo. Destarte, facilitadores e participantes são sujeitos do processo educativo. Isso pressupõe um planejamento flexível, não definido apenas pela equipe do projeto. O planejamento de atividades educativas com a participação dos ES não é uma tarefa fácil, pois implica em que exista um determinado grupo motivado a planejar coletivamente e, principalmente, implica no reconhecimento por parte da equipe de que é possível o desenvolvimento de um produto coletivo criado a partir de interesses e saberes diferentes (ACIOLI, 2008).

As metodologias desenvolvidas pelos extensionistas que integram a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da UFRB se constituem em alternativa coletiva de transformação social, na qual a melhoria do processo produtivo foi feita a partir das experiências dos ES aliadas ao saber científico na área de segurança alimentar e nutricional, solucionando problemas locais, como deterioração do produto, modificação organoléptica do alimento, padronização de produtos e processos, diminuição do consumo pela falta de aceitação do produto e renda insuficiente. São alternativas eficientes e criativas, de fácil execução e baixo custo, em Boas Práticas de Produção na cadeia produtiva, sendo possível a reaplicação dessa tecnologia em outras comunidades.

O percurso metodológico utilizado nas experiências da INCUBA/UFRB possui quatro etapas: descrição da realidade, diagnóstico participativo, diagnóstico higiênico-sanitário e atividades formativas.

## DESCRIÇÃO DA REALIDADE

A apropriação da realidade foi realizada por meio da observação do trabalho dos manipuladores, da participação ativa na rotina dos mesmos, da percepção dos hábitos e atitudes durante o desenvolvimento das atividades diárias e do processo de escuta dos relatos espontâneos das experiências.

Segundo Freire (2000), se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com ele é falar impositivamente.

Como estratégia para imersão na realidade da rotina dos sujeitos, os educadores acompanharam as atividades de forma ativa, sem interferirem na dinâmica do trabalho, interagindo com os sujeitos e apropriando-se da realidade local.

De acordo com Freire (1983), para fazer extensão é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura. A partir destes princípios, são estabelecidas relações horizontais de conhecimento e respeito à cultura do local na qual se desenvolve e assume um compromisso com as mudanças.

Nesta atividade foi importante estar atento aos relatos e às ações praticadas, bem como, às dificuldades observadas para o desenvolvimento do trabalho.

A manutenção do diálogo e a execução da atividade com demonstração de interesse pelo trabalho desenvolvido nos ES permitiram a aproximação dos educadores com os atores sociais e com o conhecimento tradicional, e ainda a formação do vínculo com a comunidade, de forma a facilitar ações futuras para e com os ES.

A escuta ativa é uma técnica de comunicação que requer que o receptor interprete e compreenda a mensagem que o emissor lhe transmite. É importante que compreenda totalmente o significado da mensagem que recebe, que se tenha atenção constante e total e uma sensibilidade e percepção apuradas para que se consiga ouvir o que o sujeito diz (ROSÁRIO, 2009).

Deste modo, aprender a escutar é essencial para desenvolver uma comunicação apropriada, para uma comunicação eficaz. Escutar não é sinônimo de ouvir. Escutar é constatar e também aceitar, deixar-se impregnar pelo conjunto das suas percepções tanto exteriores como interiores, compreendendo a perspectiva do outro. Um ato que exige uma vigilância sensorial, intelectual e emocional constante (LAZURE, 1994).

Para selecionar o interlocutor foram identificadas pessoas-chave na comunidade, observando atores que desempenham a atividade há mais tempo e as lideranças no trabalho.

A técnica da observação foi realizada por conversas informais, gravadas e/ou transcritas. No caso de conversas transcritas foi mais eficaz ouvir se limitando a anotações, a pontos de interesse, a tópicos ou a expressões chave.

## DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

O diagnóstico participativo foi realizado ao longo das atividades, no qual os participantes foram estimulados, por meio de perguntas geradoras, a diagnosticarem os problemas relacionados à produção dos alimentos, as dificuldades encontradas ao longo do processo produtivo, os problemas ambientais, possibilitando assim um estreitamento dos laços entre a equipe executora e as comunidades.

O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade. Seus objetivos específicos variam de acordo com a abordagem de pesquisa. Em pesquisas exploratórias, seu propósito é gerar novas ideias ou hipóteses e estimular o pensamento do pesquisador, enquanto que, em pesquisas fenomenológicas ou de orientação, é aprender como os participantes interpretam a realidade, seus conhecimentos e experiências (DIAS, 2000).

De acordo com Johnson (1994), os usuários dessa técnica partem do pressuposto de que a energia gerada pelo grupo resulta em maior diversidade e profundidade de respostas, isto é, o esforço combinado do grupo produz mais informações e com maior riqueza de detalhes do que o somatório das respostas individuais. Resumindo, a sinergia entre os participantes leva a resultados que ultrapassam a soma das partes individuais.

A técnica processo/realidade/desejo é importante para levantar o ponto de vista dos trabalhadores dos ES com relação a temas previamente estabelecidos,

levantando expectativas, formas e processos de como realizá-las (TERRA, 1997). Nesse momento, são levantadas as expectativas de cada grupo com relação a cada tema. No entanto, a reflexão sobre a realidade é primordial para o sucesso do planejamento. O papel do facilitador é fomentar a discussão acerca de cada tema, ajudando os participantes a levantarem as principais dificuldades de cada área e suas possíveis soluções. Nas comunidades esta técnica foi utilizada no momento de planejamento das atividades para o desenvolvimento dos ES. Estabeleceu-se, de forma democrática, assim, a atual situação dos ES (realidade) e propuseram-se possíveis alternativas para solucioná-los (desejo).

A entrevista semiestruturada foi outra técnica utilizada, baseada em um roteiro, contendo lista de questões e tópicos que precisavam ser abordados em uma ordem particular e o registro foi feito por meio de anotações, para o levantamento de conceitos e atitudes voltados para a produção segura de alimentos, no intuito de diagnosticar o conhecimento prévio dos participantes sobre segurança alimentar. Questões referentes à idade, escolaridade, às características socioeconômicas e sobre BPF foram abordadas para identificação e caracterização do grupo de trabalho. As entrevistas foram realizadas por equipe previamente capacitada.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza informal. No entanto, entende-se que este tipo de entrevista também deve considerar certa informalidade, intercalando questões mais objetivas e direcionadas com argumentações mais subjetivas.

Na fase de imersão em campo, a arte do escutar e do enxergar o cotidiano parece ser uma boa estratégia. Para tanto, torna-se imprescindível aguçar a sensibilidade para perceber as falas, os gestos, olhares, o modo como se fazem as divagações a fim de apreender para além do que é dito.

Outro instrumento importante utilizado foi o diário de campo, o qual exige que o pesquisador se dedique a produzir relatos acerca da comunidade dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que consiste numa investigação singular que se caracteriza pela presença de longa duração de um pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda (DELSAUT, 1988).

Segundo Falkembac (2004), o diário de campo facilita o hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho. Desse modo, deve ser usado diariamente para garantir a maior sistematização e detalhamento possível de todas as situações ocorridas no dia e das entrelinhas nas falas dos sujeitos durante a intervenção.

## DIAGNÓSTICO HIGIÊNICO-SANITÁRIO

Segundo a Food and Agriculture Organization (1998), a higiene dos alimentos compreende o conjunto de medidas necessárias para garantir a segurança, a salubridade e a sanidade do alimento.

A característica da matéria-prima e dos processos empregados na produção de alimentos reflete na qualidade do produto final e a condição sanitária destes produtos é considerada um indicativo da execução adequada ou não destes processos iniciais (PINHO, 2008).

A seguir serão elencados instrumentos utilizados para a realização do diagnóstico higiênico-sanitário dos produtos e processos desenvolvidos nas comunidades.

### CRÍTICA DA REALIDADE

A análise dos dados visuais proporcionou informações importantes sobre o contexto, os acontecimentos, as características dos sujeitos. Utiliza-se a técnica da observação, filmagem de condutas e registros fotográficos, na qual há leitura externa dos hábitos higiênico-sanitários, das condições físico-estruturais dos locais de processamento do alimento e da forma de beneficiamento, dos movimentos e percepções de higiene e limpeza.

### APLICAÇÃO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO

Foi aplicada uma lista de verificação (*check-list*), que se constitui uma das ferramentas para se atingir as Boas Práticas, a qual permite avaliar as condições higiênico-sanitárias de um estabelecimento produtor de alimentos e, em seguida, sugerir modificações para melhoria do processo produtivo.

A Resolução RDC nº. 275/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) preconiza os parâmetros a serem observados nos estabelecimentos produtores de alimentos, como edificação e instalações, equipamentos, móveis e utensílios, manipuladores e produção de alimentos (BRASIL, 2002), os quais serão avaliados com base na Resolução RDC 266/2004 da ANVISA (BRASIL, 2004).

### ANÁLISE MICROBIOLÓGICA

Os micro-organismos presentes nos alimentos podem representar um risco à saúde e o desenvolvimento de micro-organismos deteriorantes nos alimentos pode levar a alterações em sua composição química, em suas propriedades organolépticas ou ainda na sua estrutura acarretando em prejuízo para os ES.

Foi utilizada a coleta de amostras de água, matéria-prima, superfícies de contato, mãos dos manipuladores e produtos prontos para o consumo com vista à identificação dos pontos de contaminação dos produtos alimentícios produzidos nos ES.

Ressalta-se a determinação da população de micro-organismos indicadores que podem ser utilizados para refletir a qualidade microbiológica dos alimentos em relação à vida de prateleira ou à segurança, neste último caso devido à possível presença de patógenos alimentares como os indicadores de contaminação de origem fecal, denominados coliformes termotolerantes, e os indicadores de manipulação, como *Staphylococcus aureus*, tendo como base os parâmetros microbiológicos da legislação nacional e/ou internacional vigentes.

## ATIVIDADES FORMATIVAS

A formação é uma das estratégias e base para a consolidação dos grupos como uma forma de fortalecimento das práticas organizacionais com a preocupação na temática de segurança alimentar e nutricional, que precisa ter respostas ao processo histórico de exclusão que vive a maioria dos trabalhadores desses empreendimentos, em que a solidariedade vem como perspectiva de transformação social que assegure os seus direitos básicos. Entre esses direitos está o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o qual é indispensável para a sobrevivência. As normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome, como pré-requisitos para a realização de outros direitos humanos (BURITY et al., 2010).

Para o momento de confecção e exercício das atividades, devem ser consideradas que as práticas e percepções de higiene são constituídas pelas experiências dos atores, pretendendo-se desenvolver ações educativas dialógicas e sensíveis, e mais efetivas, levando em conta tanto os modos de interpretação das recomendações dos órgãos fiscalizadores, quanto à construção sociocultural de saberes e práticas locais. Esta relação deve ser bilateral, integrando conhecimentos e experiências acumulados na academia (pelos educadores) com o saber popular (manipuladores de alimentos, consumidores) dos ambientes pesquisados. Parte-se do pressuposto de que as noções de higiene e limpeza são culturalizadas, construídas e partilhadas por sujeitos sociais que atribuem significados às suas práticas cotidianas. Tais práticas apresentam um significado público que pode ser interpretado à luz de uma determinada dinâmica cultural.

De acordo com Fernández et al. (1998), a prática educativa deve ser realizada em local agradável, de forma que não haja interrupções, o que facilita a integração do conhecimento e sua aplicação no cotidiano e ainda deve-se considerar os desejos e as necessidades dos participantes, assim como o nível de escolaridade e conhecimento sobre o tema a ser tratado.

Nas ações educativas deve-se adotar a educação não normatizada, não autoritária, problematizadora e dialógica. A utilização de tal abordagem é imprescindível para a ampliação e troca de saberes entre os manipuladores e os educadores que realizarão a sensibilização sanitária (SANTOS et al., 2012).

Em nossas experiências a atividade formativa foi distribuída em módulos com conceitos básicos de BPF, higiene pessoal, de alimentos, ambiente, utensílios e equipamentos, DTA e processamento de alimentos.

Foram utilizados recursos didáticos para representação da realidade, como fotos dos manipuladores da comunidade, dos alimentos produzidos e do local de trabalho, visando a transposição do conteúdo para as práticas do cotidiano.

Durante as atividades formativas, utilizaram-se dinâmicas que aliviava as tensões do grupo, incentivavam a integração dos sujeitos, tornando o momento prazeroso e de máximo aproveitamento. Além disso, essas estratégias permitiram a

avaliação do aprendizado como o varal de ideias no qual eram expostas as percepções dos sujeitos acerca do conhecimento construído ao longo das oficinas.

Considerando que a educação valoriza a teoria e a prática e os envolvidos como atores, a dinâmica de grupo foi um valioso instrumento utilizado no processo de ensino-aprendizagem, de modo que o saber foi construído em grupo.

Foram realizadas também atividades experimentais, com o objetivo de promover interações sociais que tornaram as explicações mais acessíveis, além de promoverem a reflexão. Os procedimentos de higienização foram demonstrados como estratégia para facilitar o aprendizado das Boas Práticas de Manipulação. A realização do exercício pelos participantes possibilitou a observação da adequação da técnica, a correção de possíveis falhas e o desenvolvimento de habilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram utilizadas ferramentas e técnicas do planejamento estratégico e participativo, facilitadores da construção do conhecimento, a partir das trocas de saberes entre os sujeitos, que possibilitou a sistematização desta proposta. A execução segue o princípio de interação entre o saber sistematizado dos empreendimentos e comunidade acadêmica, propiciando um acúmulo de conhecimentos para a melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais da população beneficiária.

O processo formativo em BPF se constituiu como uma das estratégias e base para consolidação dos grupos produtivos como uma forma de fortalecimento das práticas organizacionais.

Por conseguinte, as metodologias se constituíram alternativas coletivas de transformação social, na qual a melhoria do processo produtivo foi feita a partir das experiências dos atores do empreendimento solidário aliadas ao saber científico na área de segurança alimentar e nutricional construído por estes sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v.61, n.1, p.117-21.2008.

AKUTSU, R.C, BOTELHO, R.A, CAMARGO, E.B. Adequação das boas práticas de fabricação em serviços de alimentação. **Rev. Nutri.**, Campinas, 18, n. 3, p. 419-427, maio/jun., 2005.

BOMFIM, R. S.; SILVA, I. M. M.; CAMILO, V. M. A.; FREITAS, F. Implementação das Boas Práticas de Fabricação em uma cantina universitária. In: VI Congresso Latino Americano e XII Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos, 2013, Gramado. **Anais...** XII Higienistas de Alimentos, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 out. 2002, Seção 1, p. 126.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 2004, Seção 1, p. 25-28.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

COSTA, T. S.; NEIVA, G. S.; CAMILO, V. M. A.; FREITAS, F.; SILVA, I. M. M. Oficinas de boas práticas de fabricação: construindo estratégias para garantir a segurança alimentar. **Braz. J. Food Technol.**, IV SSA, maio 2012, p. 64-68.

DELSAUT, Y. Cahiers de socio-analyse 2: une photo de classe. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n. 75, p. 83-96, nov. 1988.

DIAS, C.A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisa qualitativa. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.10, n.2, 2000.

EID, F. MAZZEU, F.; MARTINS, B. H. K.; GAIGER, L. I.; LORENZETTI, J.; NICOLETTI, S. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação**. In: 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária da REDE UNITRABALHO, 2002, São Paulo.

EID, F.; Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: PICANÇO, I.; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e Educação - Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária**. 1ª Ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2004, v.1, p. 167-188.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto/Educação**, Ijuí, Unijuí, v. 7, 2004.

FERNÁNDEZ, M. E. L.; TORRES, A. C.; SELVA, M. C.; RODRÍGUEZ, F. S. Cómo educar en higiene de los alimentos. **Revista Cubana de Alimentación y Nutrición**, La Habana, v. 12, n. 1, p. 51-54, 1998. Disponível em: <[http://bvs.sld.cu/revistas/ali/vol12\\_1\\_98/ali10198.pdf](http://bvs.sld.cu/revistas/ali/vol12_1_98/ali10198.pdf)>. Acesso em: 20 de Novembro de 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Food Quality and Safety Systems: a training manual on food hygiene and the hazard analysis and critical control point (HACCP) system**. Rome: FAO, 1998. 232p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GÓES, J. A. W.; FORTUNATO, D. M.; VELOSO, I. S.; SANTOS, J. M. Capacitação dos Manipuladores de alimentos e a qualidade da alimentação servida. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 15, n. 82, p. 20-22, mar. 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social.. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 25 fev 2014.

JOHNSON, D. Focus groups. In: ZWEIZIG, D. et al. **Tell it! Evaluation sourcebook & training manual**. Madison: SLIS, 1994.

LAZURE, H. **Viver a relação de ajuda**. Lisboa: Lusodidacta, 1994, 215 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARLON, C.; BORTOLOZO, E. A. F. Q. Alimentos comercializados por ambulantes: uma questão de segurança alimentar. **Publ. UEPG Biol. Health Science**, Ponta Grossa, v. 10, n. 3/ 4, p. 65-76, set./dez. 2004.

PINHO, L. I. A. **Diagnóstico das condições higiênico-sanitárias de padarias na cidade do Recife-PE**. 2008. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Recife, 2008.

RODRIGUES, T. P.; VELLOSO, T.R.; COSTA, A. E. D. V.; SOUZA, A. C. Boas práticas para empreendimentos solidários: a experiência de construção de referenciais no território do recôncavo da Bahia. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: XICONLAB, 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307737608\\_ARQUIVO\\_ArtigoCONLAB10-06-11.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307737608_ARQUIVO_ArtigoCONLAB10-06-11.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2013.

ROSÁRIO, E. M. O. C. **Comunicação e cuidados de saúde: comunicar com o doente ventilado em cuidados intensivos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação em Saúde) – Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

SANTOS, M. P.; FREITAS, F.; SILVA, R. M.; SANTOS, V. A.; LÔBO, L. N.; MATOS, V. S. R.; SILVA, I. M. M. Características higiênico-sanitárias da comida de rua e proposta de intervenção educativa. **Revista Baiana da Saúde Pública**, Salvador, v. 36, n. 4, p. 885-898, out./dez. 2012.

SANTOS, D. M.; NAGASHIMA, L. A. Saber popular e o conhecimento científico: relato de experiência envolvendo a fabricação de sabão caseiro. **REnCiMa**, v.8, n.2, p.127-142, 2017.

SOARES, A. G.; OLIVEIRA, G. M.; FONSECA, M. J. O.; FREIRE JÚNIOR, M. **Boas práticas de manipulação em bancos de alimentos**. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2006.

TERRA. **Relatório de diagnóstico e planejamento participativo do meio rural do município de Cabo Verde – MG**. Cabo Verde, 1997.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 27, p. 93-110, jun. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000100007-&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000100007-&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 nov. 2013.



# MEIO AMBIENTE

# O PROJETO MAIS MERCADO: UMA PROPOSTA INOVADORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**Philippe Jean Louis Sablayrolles**  
Organizador<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este trabalho sistematiza e propõe reflexões a partir de um trabalho de equipe, composta por: Philippe J.L. Sablayrolles (CCAAB/UFRB), Eliene G. dos Anjos (CCAAB/UFRB), Maria Lúcia da Silva Sodré (CCAAB/UFRB), Tatiana Ribeiro Velloso (CETENS/UFRB), Ana Georgina Peixoto (CCAAB/UFRB), Ivanice Cerruci (PMM), Zenivaldo Almeida (PMM), Ferlando Lima Santos (CCS/UFRB), Sheila Monteiro Brito (CCS/UFRB), Bárbara E. Panelli Martins (CCS/UFRB), Michele Dantas Soares (CCS/UFRB), Ludmylla Valverde (PMM), Larissa Rebouças (CCS/UFRB), Amélia Borba Costa Reis (CCS/UFRB), Ludmila Meira (CCAAB/UFRB). Este projeto é financiado pela Secretaria Especial de Políticas da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD e faz parte do Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PAFAF da Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT/UFRB.

## RESUMO

O Projeto Mais Mercado, implementado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, visa ampliar as compras dos produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em escala municipal. Constitui uma proposta inovadora de extensão universitária, combinando a definição de planos de ação com os atores locais, da agricultura familiar e das gestões municipais, o levantamento de informações de produção, de organização e de mercados em escala municipal, com atuação de uma equipe interdisciplinar de professores e de profissionais, a elaboração de métodos de intervenção. Associa de forma estreita estudantes de graduação de cinco cursos ao conjunto das atividades, na Universidade como no campo. O texto é um balanço das realizações da primeira etapa do projeto, onde adequações nas metodologias de levantamento tiveram que ser adotadas. Mostra as especificidades do PNAE enquanto alternativa de comercialização para os agricultores familiares, e discute as condições de sucesso desta comercialização.

**Palavras-Chave:** Agricultura familiar; Organizações econômicas; PNAE; Bahia

## ABSTRACT

The Mais Mercado Project, implemented by the Federal University of the Recôncavo da Bahia, aims to expand the purchases of family agriculture products within the framework of the National School Feeding Program (PNAE), at municipal level. It is an innovative proposal for university extension, combining the definition of action plans with local actors, family agriculture and municipal management, the inquiry of information on production, organization and markets at municipal level, with the performance of an interdisciplinary team teachers and professionals, and the development of intervention methods. It closely associates undergraduate students from five courses to the whole of the activities, in the University and in the field. The text is a balance of the achievements of the first stage of the project, where adjustments in the survey methodologies had to be adopted. It shows the specificities of PNAE as a marketing alternative for family farmers, and discusses the success conditions of this commercialization.

**Keywords:** Family Farming; Economic Organizations; PNAE; Bahia

## INTRODUÇÃO

O Projeto Mais Mercado (PMM), implementado pela UFRB, se propõe ampliar a compra de produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) em 3 Territórios de Identidade da Bahia: Recôncavo, Sisal e Portal do Sertão. O trabalho visa formular a problemática de intervenção do PMM, o contexto e o desenho do projeto, e apresentar resultados preliminares.

Para compreender este projeto, começaremos caracterizando a problemática de comercialização da agricultura familiar. Neste sentido, o último estágio do processo de globalização, descrito por Van der Ploeg (2008, 2009, 2014), é caracterizado no mundo rural por duas dinâmicas antagônicas. De um lado, a constituição de impérios alimentares, formados por indústrias de processamento, grandes empresas de comercialização e cadeias de supermercados, capazes de instituir um novo e global regime alimentar. Do outro, as várias formas de resistência camponesa, fundamentadas na pluriatividade, e numa agricultura menos agressiva para o meio ambiente, na implementação de sistemas intensivos em mão de obra orientada pela competência técnica, na comercialização de produtos in natura, de qualidade e de proximidade, promovendo a transparência na relação com o consumidor final.

Para a agricultura familiar e os camponeses, o acesso aos mercados e o tamanho da esfera monetária da economia familiar, condicionam de forma parcial a reprodução social. Grisa et al (2010) mostram, por exemplo, que, para agricultores entrevistados em 4 municípios representativos da geografia agrária do Rio Grande do Sul, a produção para o autoconsumo representa em média 27,24 % da renda anual total das famílias.

Os agricultores familiares e camponeses implementam uma estratégia orientada pela busca e consolidação da sua autonomia em relação à mercados. Os custos e benefícios, relacionados à determinada modalidade de beneficiamento e co-

mercialização, condicionam a renda proporcionada pela atividade agrícola em questão, portanto, na decisão do agricultor de implementá-la ou não. Procuram otimizar as diferentes modalidades de inserção nos mercados, conforme as condições de produção e de comercialização vigentes num determinado local (Van der Ploeg, 2006). Variações nas condições locais de acesso à mercados induzem mudanças relativamente rápidas na esfera da produção.

Numa síntese, Maluf (2004) identifica a nível nacional dois conjuntos de cadeia agroalimentar, com as quais se relacionam os agricultores familiares: de um lado, as cadeias integradas nacionais-internacionais, compostas pelas grandes e médias cooperativas, empresas agroindustriais, o atacado e as redes de supermercado; e do outro lado, os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo, compostas pelas pequenas cooperativas, associações e empresas agroalimentares, o varejo tradicional, os mercados locais e regionais.

## O PNAE COMO UMA DAS OPORTUNIDADES DE MERCADO E SUA VIABILIZAÇÃO

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para acessar o mercado do PNAE são apontadas, em síntese recente, que

(...) remetem a questões operacionais, estruturais e políticas como a organização dos agricultores, a dificuldade de logística, os preços pagos pelos produtos, a falta de formação dos atores envolvidos, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, estruturas inadequadas nas escolas, falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas (Triches, 2015).

Os levantamentos realizados até agora apontam ensinamentos importantes para as políticas públicas. A ideia que preexiste uma oferta de produtos alimentares na agricultura familiar disponível para o PNAE é amplamente equivocada.

Os mercados institucionais constituem uma entre diferentes alternativas de comercialização. Do ponto de vista do agricultor familiar na Bahia, podemos indicar 4 formas de comercialização principais para a agricultura familiar: a comercialização direta (nas feiras municipais, ou as entregas diretas para os consumidores finais); a venda para os intermediários de diferentes cadeias (atravessadores); a venda em mercados institucionais (diferentes modalidades de Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e PNAE); e a venda para empresas privadas.

Analisado do ponto de vista do agricultor familiar, em comparação com as demais oportunidades de comercialização, o PNAE apresenta características diferenciadas. Regida por contratos anuais ou semestrais, com condições de preço de fato rígidas, apesar da flexibilidade autorizada na legislação, geralmente abrangendo uma grande diversidade de produtos. Estes produtos devem ser entregues pelos agricultores familiares com frequência no mínimo semanal, parte *in natura*, a

comercialização dos produtos da agricultura familiar no PNAE mostra um grau de complexidade maior do das feiras livres.

A rigidez dos preços, a logística complexa relacionada à diversidade de produtos, a insegurança contratual observada na prática (mudanças nos volumes de produtos em relação ao contrato, atrasos de pagamento), constituem os elementos de maior complexidade.

Por sua vez, as modalidades de comercialização podem ser implementadas de forma individual ou coletiva, através de cooperativas ou associações de agricultores familiares, dependendo das condições de preço, de custos, da organização do trabalho e dos riscos envolvidos.

Portanto, uma questão importante é identificar quais práticas coletivas de comercialização este tipo de mercado tende a promover entre os agricultores familiares. Um levantamento efetuado na fase de elaboração do PMM, em 2015 pelo MDA, referente às DAPJ registradas no Nordeste, mostra dados interessantes deste ponto de vista (Quadro 1).

**Quadro 1.** Situação das DAPs jurídicas na Região Nordeste (2015)

UF	Total de DAP Jurídicas	Associações	%	Cooperativas	%	Outros	Total agricultores familiares associados
AL	139	114	82	23	17	5	7.461
BA	658	511	78	132	20	18	42.725
CE	51	29	57	23	45	2	4.339
MA	157	130	83	20	13	7	5.003
PB	124	91	73	32	26	1	6.223
PE	146	95	65	44	30	9	10.077
PI	126	116	92	9	7	1	4.229
RN	75	48	64	20	27	7	3.015
SE	41	19	46	19	46	3	2.996
<b>Total</b>	<b>1.517</b>	<b>1.153</b>	<b>76</b>	<b>322</b>	<b>21</b>	<b>53</b>	<b>86.068</b>

Fonte: MDA (2015)

Um dado significativo é o total de agricultores familiares associados às organizações com DAPs Jurídicas ativas. Na Bahia, este total é de 42.725 sócios, representando 6,4% dos 665.767 estabelecimentos familiares contabilizados pelo IBGE (2006), ou menos, se consideramos que cada estabelecimento pode associar mais de uma pessoa nas organizações com DAP. Na medida onde o PNAE e o PAA estão abertos para agricultores familiares individuais, estes dados simplesmente indicam que a comercialização via organizações nestes mercados institucionais envolvia uma pequena minoria de agricultores familiares na Bahia em 2015.

Outra informação interessante se refere à natureza dessas organizações. A Bahia apresenta uma situação próxima do Nordeste: 78 % das organizações com DAP

Jurídicas ativas eram associações; e 20 % eram cooperativas. No Nordeste, 76% e 21%, respectivamente. Na medida onde o registro ativo da DAP Jurídica indica a participação da organização em mercados institucionais, podemos observar que a opção por uma formalização, mas adequada à atividade de comercialização, do tipo cooperativa, é marginal no contexto nordestino e baiano.

Diferentes fatores podem explicar esta situação, como o histórico desfavorável das cooperativas no Nordeste (Sabourin, 1999). Os custos da formalização jurídica e os custos administrativos de associações e cooperativas, e o simples fato que em determinados municípios, a organização coletiva da comercialização para o PNAE não apresentam reais vantagens do ponto de vista dos agricultores familiares (Triches, 2015).

Diferentes mecanismos podem facilitar a participação dos agricultores familiares no PNAE. Em primeiro lugar, a adequação da gestão municipal, em termos de: orçamento destinado à alimentação escolar; elaboração de uma demanda de alimentos coerente com a oferta da agricultura familiar local; presença nas escolas de infraestruturas de armazenamento e preparo dos alimentos; modalidades de concepção e publicação de chamadas públicas coerentes em termos de produtos, preços, volumes e sazonalidade com as condições da agricultura familiar local; funcionamento do Conselho municipal de Alimentação Escolar (CAE) para uma boa governança do programa PNAE.

Nas primeiras observações de campo do PMM, verifica-se que a ampliação da comercialização de produtos da agricultura familiar no PNAE municipal é um processo gradativo. A Secretaria de Educação do município, centraliza a gestão do PNAE e formula a demanda de alimentos, estabelece relações de trabalho, e a Secretaria de Agricultura, para manter atualizado o mapeamento da produção familiar local de alimentos e dos preços, apoia a formalização jurídica das organizações, e o setor de compra da Prefeitura, que elabora as chamadas públicas.

Do lado dos agricultores familiares, nem todos os municípios apresentam um potencial de produtos para o PNAE, e quando apresentam, o volume e a diversidade dos produtos podem variar muito. Este potencial depende em primeiro lugar, da presença no município de pelo menos um grupo de agricultores familiares propensos a comercializar localmente seus produtos. Isto não ocorre em todos os contextos.

Em situações agrárias dominadas pelo minifúndio, os agricultores familiares podem direcionar sua produção agrícola para o autoconsumo, e satisfazer suas necessidades monetárias pela venda de trabalho ou o acesso aos empregos extra-agrícolas. Em outros contextos, prevalecem relações de mercado dificultando alternativas como o PNAE (contratos de integração, ou predominância de cadeias lucrativas externas ao município). Em qualquer caso, a identificação do potencial de oferta de produtos da agricultura familiar para o PNAE deve analisar o interesse do PNAE como uma entre as alternativas existentes de comercialização.

Em todos os casos, a comercialização para o PNAE necessita um esforço de adequação dos agricultores: formalização; administração e gestão das organizações;

emissão de DAP Jurídica (para organizações) ou Física (para agricultores individuais); qualidade dos produtos e regras e certificados sanitários; planejamento da produção; e logística das entregas.

Observamos que em muitos casos de sucesso da compra de produtos dos agricultores familiares pelo PNAE, existia um entendimento operacional entre a Secretaria de Educação e a organização contratado, para a logística de entrega dos produtos. Nestes casos, os produtos são entregues num armazém da Prefeitura, a gestão municipal se encarrega da distribuição dos produtos nas escolas.

## **A LÓGICA DE INTERVENÇÃO DO PMM: A EXPERIÊNCIA DA UFRB NO TEMA E O CONTEXTO TERRITORIAL**

Desde a sua criação, a UFRB implementa uma política consistente de extensão universitária junto à comunidade regional, proporcionando cursos, com destaque para os cursos de Educação do Campo e de Gestão de Cooperativas, e atividades em parceria, de pesquisa e extensão, voltados para as temáticas locais.

Em 2006, a UFRB assumiu a animação do Território do Recôncavo da Bahia, e constituiu em 2010 uma estrutura física permanente para o Colegiado Territorial do Recôncavo da Bahia no Campus de Cruz das Almas. De 2015 a 2017, coordenou três Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), respectivamente nos Territórios do Portal do Sertão, do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá, em diálogo estreito com os colegiados territoriais (CODETERs). No seu último período, os NEDETs, em parceria com o Governo do Estado, contribuíram na elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), onde o tema dos mercados institucionais (PAA e PNAE) aparece como prioritário.

Em 2007, foi criada a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA, da Rede Interuniversitária UNITRABALHO, que tem como missão de contribuir na promoção e no fortalecimento de empreendimentos solidários, valorizando a diversificação da produção, o resgate do conhecimento tradicional, as relações de gênero equitativas e a construção de políticas públicas territoriais sustentáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, a partir da indissociabilidade de ensino, extensão e pesquisa universitária.

A atuação da INCUBA/UFRB é marcada por ações especialmente na área de inclusão produtiva, principalmente para mulheres rurais. A INCUBA, através do ambiente territorial, contribuiu com a aprovação do Programa de Centro Público de Economia Solidária (CESOL) do Território do Recôncavo da Bahia, sob gestão da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER).

De 2014 a 2016, a UFRB integrou a Rede Universidades Mais Gestão, através dos docentes do Curso de Gestão de Cooperativas, desenvolvendo no Estado da Bahia e Sergipe a avaliação do Programa de ATER Mais Gestão – PMG, destinado às cooperativas e implementado pelo MDA. A UFRB é uma das Universidades da

Rede que implementou o Programa de capacitação dos Jovens Cooperativistas (10 bolsas para graduandos do Curso de Cooperativas para interagir nas organizações da agricultura familiar atendidas no PMG).

Atualmente, o Curso de Gestão de Cooperativa reforça sua política de estágios profissionais para os graduandos, em convênio com associações e cooperativas, redes de organizações e entidades de apoio, como o CESOL, de forma a promover a interação dos formandos com o meio profissional, e a viabilizar sua contribuição nas problemáticas enfrentadas pelas organizações.

Em 2016, a equipe de Nutrição do Centro de Ciência da Saúde –CCS/UFRB de Santo Antônio de Jesus - BA, obteve liberação do financiamento do seu projeto Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar- CECANE, e começou uma atuação junto aos municípios da região. Este trabalho, permitiu clarificar a problemática das gestões municipais para a implementação do PNAE, e a compra dos produtos da agricultura familiar, e constituir relacionamento e parcerias de trabalho com algumas equipes municipais.

Em 2016, foi constituído o Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PAFAF) na Pró-Reitoria de Extensão para agregar os projetos voltados para a agricultura familiar. A atuação da PROEXT foi de fomentar e apoiar a captação de recursos, mas a execução destes projetos é realizada por equipes dos Centros de Ensino, e entre estes projetos está o Mais Mercado na relação com o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB e o Centro de Ciências da Saúde – CCS, com ações direcionadas ao PNAE. Além dos projetos, este Programa abrange na relação com outras Pró-Reitorias, o PAA Compras Institucionais para o Restaurante Universitário da UFRB.

No final de 2016, as eleições municipais se traduziram frequentemente pela substituição dos grupos políticos nas gestões municipais e dos responsáveis nas secretarias. As novas gestões municipais, após o momento de transição, estão em fase de aprendizado, e demandam assessoria sobre o PNAE. As mudanças de gestão municipais também se traduziram por mudanças nos colegiados territoriais, e um período de transição.

Na Bahia, o cenário das políticas públicas evoluiu significativamente no período 2016-2017. De um lado, a extinção da empresa pública de ATER, a EBDA, se traduziu no curto prazo por uma diminuição da oferta de assistência técnica para os agricultores familiares. Do outro, o Programa Bahia Produtivo, conduzido pela Companhia de Ação Regional – CAR da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural - SDR, ampliou a oferta de financiamento para a agroindústria familiar, procurando financiar assistência técnica especializada para as organizações beneficiárias, e organizar redes territoriais inter-organizações de comercialização.

Assim, os mercados institucionais estão em desenvolvimento nas suas diferentes modalidades, apesar do desmonte do programa PAA à nível federal (PNAE Estadual, com as chamadas públicas da Secretaria estadual de Educação, PAA Institucionais, PAA municipal).

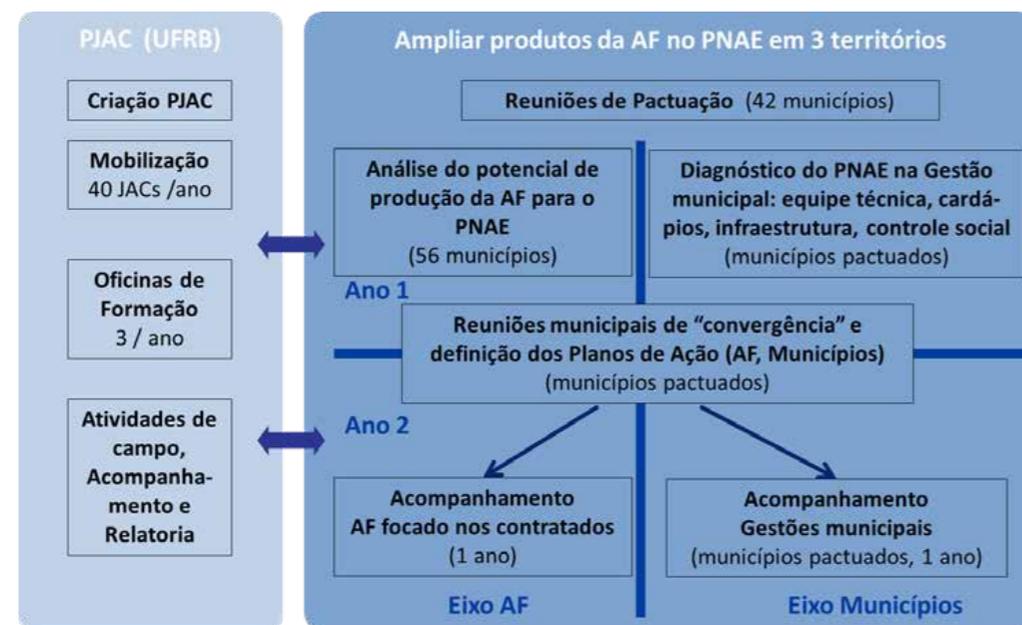
## A LÓGICA DE INTERVENÇÃO NO MAIS MERCADO

Adotado como enfoque global do Projeto Mais Mercado, a pesquisa-ação visa a produção de conhecimentos e métodos, ao longo de intervenções no campo social. Constitui uma das principais metodologias para conhecer processos sociais complexos, associando os benefícios epistêmicos do “aprender-fazendo” com os dos métodos científicos de validação dos resultados. Além do mais, a sistematização e disponibilização de informações técnicas e científicas pelos pesquisadores, permitem contribuir em processos de concertação social entre atores com interesses e representações parcialmente antagônicas, como é o caso do PNAE municipal (Tripp, 2005).

O papel da Universidade, neste enfoque, não se limita na realização de estudos e na discussão de resultados, e muito menos na realização de assistência técnica. A universidade acompanha e organiza o monitoramento da intervenção dos atores principais, de forma a contribuir na identificação dos limites e problemas a serem superados nos diferentes contextos municipais, de forma a poder subsidiar a reflexão coletiva nos espaços de tomada de decisão. O mecanismo de acompanhamento-avaliação, incluindo a discussão regular dos seus resultados internamente e com os parceiros do projeto, torna-se parte fundamental do processo.

Em três territórios do Recôncavo, Portal do Sertão, Sisal, o Projeto Mais Mercado adota uma estrutura lógica com dois eixos paralelos (ver Figura 1): o primeiro, voltado à agricultura familiar com potencial para o PNAE; o segundo voltado às gestões municipais.

**Figura 1.**  
Dispositivo operacional do projeto Mais Mercado



Nos dois eixos, uma sequência análoga de atividades é conduzida em cada município: um diagnóstico do potencial e das fragilidades para a implementação do PNAE; a elaboração de um Plano de Ação; a implementação do Plano de Ação, com acompanhamento da Universidade, do lado dos agricultores familiares e da gestão municipal. Duas fases se sucedem: no seu primeiro ano, o projeto realiza os levantamentos nos municípios; no segundo, elabora e acompanha os Planos de Ação.

Os Planos de Ação são elaborados na presença dos atores principais, agricultores familiares e responsáveis municipais, em reuniões de convergência entre a problemática dos agricultores e dos gestores, onde são discutidos conjuntamente os diagnósticos e as perspectivas a curto / médio prazo para ampliar a venda de produtos da agricultura familiar para o PNAE.

As limitações identificadas na interface entre as organizações da agricultura familiar e os executores do PNAE municipal, são de diferente natureza e exigem da Universidade uma atuação articulada entre várias disciplinas. A UFRB mobiliza uma equipe de cerca de 15 professores e monitores com competências nas áreas de análise social e econômica, em metodologia de desenvolvimento, na área de nutrição, tanto no seu vertente técnico e científico (análise e elaboração de cardápios), como nas questões administrativas e de governança (elaboração das chamadas públicas, funcionamento do CAE).

O PMM, na sua concepção, se apoia significativamente no trabalho e na vivência dos estudantes de graduação. Na fase inicial do projeto, um programa específico de 40 bolsas para graduandos foi elaborado e discutido com os responsáveis da extensão na Universidade, o Programa de Jovens Agentes de Comercialização (PJAC).

Desenhado a partir da experiência anterior dos estágios no Projeto Mais Gestão, o PJAC amplia a oferta de bolsas para os cursos com afinidades com o tema do PNAE (Nutrição, Gestão de Cooperativas, Agroecologia, Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e Educação do Campo), selecionando os bolsistas com base sua experiência com a agricultura familiar, a pesquisa e a produção escrita.

O PJAC propicia um acompanhamento técnico e científico atencioso via oficinas de formação e planejamento, e um acompanhamento direto a campo pelos professores e monitores. A permanência, após o término do projeto, de programas de bolsas de extensão com este investimento diferenciado dos professores está em discussão na Universidade.

## O POTENCIAL DO PMM PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A RELAÇÃO COM A GESTÃO MUNICIPAL

O PMM foi apresentado em diferentes Centros de Ensino da Universidade se inscreveram 217 graduandos dos cursos de Gestão de Cooperativas, Agroecologia, Agronomia, Educação do Campo, Nutrição e Bacharelado Interdisciplinar em

Saúde, envolvendo 4 Centros de Ensino. Foram selecionados 40 estudantes com perfil para trabalho de extensão junto à agricultura familiar e aos gestores municipais, através de entrevistas individuais.

Foram realizados momentos de formação para os estudantes ao longo do ano de 2017 (março, abril, junho, setembro), em sessões de 1 a 3 dias. Além dos conteúdos de formação, ocasião de socializar e discutir resultados de pesquisas em andamento, e orientações metodológicas práticas, estes momentos visavam o monitoramento dos resultados e o planejamento das atividades.

De fato, os 40 bolsistas formam um grupo com unidade de planejamento, porém com divisão dos trabalhos em função das habilidades: um primeiro grupo de sistematização dos dados secundários (agricultura familiar e contexto do desenvolvimento rural no município) e digitação dos dados; um segundo para contribuir no mapeamento do potencial de produção familiar para o PNAE; e um terceiro para atuar na mobilização das Prefeituras Municipais e no diagnóstico do PNAE na gestão municipal.

A coordenação do projeto iniciou um diálogo com a Reitoria da Universidade e os responsáveis de extensão nos Centros, visando tornar permanente o PJAC. Há perspectivas positivas se for mobilizada parte das bolsas dos programas de permanência da UFRB, notadamente o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), com possibilidade de abranger outros temas de trabalho em torno do desenvolvimento da agricultura familiar.

A discussão deve resolver as questões de: qualidade de orientação pelos professores; seleção de estudantes com perfil; financiamento das oficinas de formação e da logística para as atividades de campo. O curso de Gestão de Cooperativas trabalha no mesmo sentido, reforçando o envolvimento dos professores no acompanhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, e negociando diretamente conteúdos e financiamento com as entidades para a realização dos estágios.

Como foco de atuação do projeto, foram selecionados, entre os 56 municípios compondo os 3 territórios de atuação do PMM, os municípios que não conseguiram atingir a média de 30 % do valor do repasse do FNDE em compras de produtos da agricultura familiar, na prestação de conta do FNDE nos 3 últimos anos (2013-2015), ou seja 42 municípios (ver Quadro 2). Após a realização de diversas apresentações do projeto e visitas em loco da equipe, 39 municípios pactuaram formalmente a parceria, exceto 3 (Teofilândia, Conceição do Almeida, Saubara) que não assinaram os termos de compromisso com o PMM.

Território Portal do Sertão			Território do Recôncavo			Território do Sisal		
Nº	Município	Média 2013-5	Nº	Município	Média 2013-5	Nº	Município	Média 2013-5
1	Feira de Santana	30%	1	Castro Alves	45%	1	Valente	45%
2	C. do Jacuípe	28%	2	Cruz das Almas	38%	2	Lamarão	40%
3	Água Fria	23%	3	Muniz Ferreira	36%	3	C. do Coité	36%
4	T. Sampaio	22%	4	Nazaré	33%	4	Araci	34%
5	C. da Feira	22%	5	Varzedo	32%	5	Santaluz	33%
6	Irará	17%	6	Sapeaçu	30%	6	S. Domingos	30%
7	S. G. dos Campos	16%	7	São Felix	28%	7	Retirolândia	30%
8	Tanquinho	13%	8	Salinas da M.	25%	8	Nordestina	29%
9	Coração de M.	13%	9	C. do Almeida	22%	9	Serrinha	28%
10	Santa Bárbara	11%	10	Cabaceiras do P.	21%	10	Itiúba	28%
11	Antônio Cardoso	10%	11	S. Antônio de J.	21%	11	Quijingue	21%
12	Anguera	6%	12	D. Macedo Costa	17%	12	Monte santo	20%
13	Santanópolis	4%	13	São Felipe	13%	13	Cansanção	19%
14	Amélia Rodrigues	1%	14	Maragogipe	11%	14	Barrocas	19%
15	Santo Estêvão	0%	15	G. Manga-beira	9%	15	Biringinga	19%
16	Ipecaetá	0%	16	Muritiba	4%	16	Tucano	19%
17	Terra Nova	0%	17	Cachoeira	4%	17	Queimadas	16%
			18	Santo Amaro	0%	18	Teofilândia	13%
			19	Saubara	0%	19	Ichu	13%
						20	Candéal	5%

Fonte: PMM (2017)

**Quadro 2.** Municípios pactuados do PMM por Território de Identidade - 2017

A equipe do PMM está realizando o levantamento do potencial de produção da agricultura familiar para o PNAE nos 56 municípios dos 3 territórios, visando organizar a informação para os 39 municípios pactuados do projeto, de forma a preparar planos de ação nestes municípios.

Foi definido o potencial de produção municipal para o PNAE como a estimativa de produção dos atores da agricultura familiar, com capacidade para intervir nos mercados institucionais, do município considerado e dos municípios vizinhos. Verificamos nos primeiros momentos do levantamento a fragilidade da hipótese inicial do projeto, identificando os atores com capacidade às organizações do município com DAPJ válidas: a lista das OEAFs com DAPJ válida muda ao longo dos meses, OEAFs com experiência de comercialização não se encontram com DAPJ válidas no momento do levantamento, e o potencial de oferta deve ser acrescido da produção de agricultores individuais com experiência de comercialização.

Foi ampliada, então, a amostra para as OEAFs com potencial, mas sem DAPJ válidas no momento do levantamento, e para agricultores individuais. Os temas estruturantes levantamento são: identificação e documentação das organizações; organização da comercialização; tipos de mercados acessados; volumes de produtos, globais e do PNAE, preços, épocas do ano. Para qualificar a avaliação do potencial estimado, foram coletados dados qualitativos adicionais, como: tipos de mercados no município; oferta de assistência técnica para a agricultura familiar e suas organizações; histórico de execução do PNAE.

Em termos de execução da atividade nos municípios, a equipe enfrentou uma série de dificuldades, principalmente:

- A lista de 125 entrevistas de OEAFs com DAP Jurídicas válidas previstas no projeto inicial, foi atualizada no início de 2017 para 213 DAP Jurídicas válidas nos 3 territórios (outubro de 2016). Além desse aumento, tivemos a necessidade de entrevistar além das DAPJ válidas nos municípios, pelas razões colocadas anteriormente.
- A própria dificuldade de coleta de dados com a agricultura familiar, considerando a fragilidade das organizações. Verificou-se que parte importante das organizações não comercializa de forma coletiva, atuando como simples mediadoras jurídicas da comercialização. Nessa realidade, inexistente um acompanhamento pelos agricultores dos seus processos de produção e comercialização, especialmente quando a comercialização é individual.
- O fato que as novas gestões municipais, resultantes das eleições de 2016, não eram operacionais e ativas em meados de 2017 para contribuir na identificação do potencial (OEAFs e agricultores individuais com capacidade de comercialização, mercados, preços, informações qualitativas), nos obrigou a fazer um trabalho de identificação redobrado. As equipes do projeto tiveram que constituir seus contatos, definir suas amostras, progressivamente, a partir de contatos individuais nos municípios. Em quase todas as situações, as equipes tiveram que realizar duas ou mais visitas nos municípios.

Do ponto de vista do levantamento nas Prefeituras Municipais, a equipe do PMM considera que a qualidade de execução do PNAE depende da existência de um dispositivo coerente e completo, onde o pessoal nas escolas, os nutricionistas, os gestores e a sociedade civil representada no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dialogam e colaboram para efetivar: uma educação sobre qualidade nutricional dos estudantes nas escolas; o fornecimento de alimentação de qualidade; a adequação dos cardápios à produção local respeitando sua sazonalidade; a publicação de chamadas públicas favorecendo a participação efetiva dos agricultores; uma gestão orçamentária adequada.

As decisões metodológicas da equipe do PMM foram no sentido de complementar o levantamento inicialmente previsto no projeto, exclusivamente focado nos cardápios implementados nas escolas para abranger as questões de:

- Gestão do PNAE: foram coletados os dados orçamentários municipais (repasso FNDE e contrapartidas do município) e estrutura das equipes técnicas e administrativas, através de um questionário específico para os gestores (geralmente, os secretários municipais de educação) e o setor de compra da Prefeitura Municipal.
- Infraestruturas nas escolas para recebimento, armazenamento, preparo dos alimentos comprados da agricultura familiar: um questionário específico foi direcionado para esses temas. Foi definido um número estatisticamente representativo de escolas por município, em função do total de escolas existente, e estão sendo realizadas visitas in loco na amostra correspondente de escolas.
- Governança do PNAE: foi elaborado um questionário específico para os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Estas informações são necessárias para definir os Planos de Ação das equipes municipais para o PNAE. A equipe teve que se organizar para enfrentar um volume superior de trabalho em relação ao previsto, devido à desorganização das gestões municipais, e ao acréscimo dos levantamentos de campo. Para não afetar a duração prevista da atividade no projeto, as equipes nas visitas foram duplicadas (4-5 pessoas em vez das 2 previstas). Em certos casos, o levantamento de demanda necessitou 2 visitas por município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Mais Mercado constitui uma experiência de importância sob três pontos de vista:

- Do ponto de vista universitário, é uma aproximação das funções de ensino, extensão e pesquisa de maneira indissociável, e implicada para a transformação social, política cultural e econômica territorialmente. O fato que a lógica que predomina no projeto é a lógica de extensão, permite esta maior coerência e articulação: para atender as necessidades dos agricultores e das gestões municipais, os pesquisadores devem sair da sua zona de conforto e adotar práticas constantes de interdisciplinaridade e adequação das suas metodologias; para qualificar a atuação dos graduandos bolsistas, a equipe do projeto

efetiva diversas modalidades de formação (trabalho conjunto a campo, oficinas de formação, seleção de bibliografia, participação em eventos); a dinâmica compartilhada e continuada de trabalho permite focar nas necessidades dos estudantes, e valoriza suas contribuições operacionais, metodológicas e científicas. A experiência orienta sobre melhores modalidades de interação ensino, extensão e pesquisa, a serem discutidas na Universidade como um todo, com contribuições para os currículos dos cursos de graduação e de construção de propostas de pós-graduação.

Do ponto de vista do aprimoramento da participação da agricultura familiar no PNAE, o PMM se vale das modalidades de intervenção da Universidade nos processos de desenvolvimento. A comercialização dos produtos da agricultura familiar no PNAE municipal gera regularmente tensões locais entre atores: entre contratados e não contratados; nas relações prefeitura – agricultores em torno da gestão do contrato; ocorrência de oferta direcionada de assistência técnica, etc.

A Universidade tem legitimidade para, de um lado, apresentar dados objetivos para qualificar as negociações entre atores, e do outro, em certos casos, permitir reequilibrar a relação entre agricultores e prefeituras. A relativa autonomia em termos de metodologia desfrutada pela equipe universitária permite renovar a visão das problemáticas.

Diferentes temas aparecem centrais e são pouco discutidos entre os gestores das políticas de mercados institucionais, entre outros: a natureza das organizações da agricultura familiar observada a campo renova a discussão sobre a formalização jurídica dessas organizações; a dificuldade de coleta das informações de quantidades e preços mostra a fragilidade do método de definição dos preços; a parca oferta de assistência técnica para organizações trava as dinâmicas de inserção comercial da agricultura familiar; a fragmentação das práticas administrativas municipais entre Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, a última geralmente pouco aparelhada, e o setor de compra, fragiliza políticas integradoras como a do PNAE; a importância da educação para uma alimentação de qualidade, e a luta contra os modelos dominantes de consumo alimentar de produtos industrializados aparecem prioritários.

Enfim, o PMM deve sistematizar esses elementos e resultados, para que sua experiência sirva de referência para a Universidade e os formuladores de políticas públicas: diretamente, para as gestões municipais, e de forma continuada, para os Colegiados Territoriais onde atuamos; através dos contatos e colaborações regulares que existem entre a UFRB e o Governo do Estado da Bahia. Em várias ocasiões, a UFRB, valendo-se da sua experiência em curso no PMM, contribuiu para a Câmara Estadual de Comercialização do CEDRS, e em Seminários organizados pelo Governo do Estado. O acompanhamento do PMM pelos técnicos do SEAD e do FNDE em Brasília é também importante, quando visa qualificar as decisões sobre a formulação das políticas federais.

## REFERÊNCIAS

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65–79, jul. 2010.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299–322, 2004.

SABOURIN, E. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido**. XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: o agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial. **Anais**. Brasília-DF: SOBER, 1999.

TRICHES, R.M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181–200.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443–466, 2005.

VAN DER PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SÉRGIO SCHNEIDER (Ed.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. p. 13–54.

VAN DER PLOEG, J.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008. p. 372.

VAN DER PLOEG, J.D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PAULO PETERSEN (Ed.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, 2009. p. 17–31.

VAN DER PLOEG, J.D. **Les paysans du XXI<sup>e</sup> siècle mouvements de repaysanisation dans l’Europe d’aujourd’hui**. Tradução Agnès El Kaïm. Paris: C. L. Mayer, 2014.

# COOPERAR PARA DESENVOLVER - ASSOCIAÇÃO CATA RENDA - GESTÃO COLETIVA DAS AÇÕES DE COLETA DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS, BAHIA - RESSOCIALIZAÇÃO DO GRUPO MARGINALIZADO

TO COOPERATE IN ORDER TO DEVELOP -  
CATA RENDA ASSOCIATION - COLLECTIVE  
MANAGEMENT OF RECYCLABLE WASTE  
COLLECTION ACTIONS IN THE CITY OF CRUZ  
DAS ALMAS, BAHIA - RESSALIZATION OF THE  
MARGINALIZED GROUP

## **Maria da Conceição de Menezes Soglia**

Doutora, docente do CCAAB/UFRB  
mcsoglia@ufrb.edu.br

## **Tatiana Ribeiro Velloso**

Doutora, docente do CETENS/UFRB  
tatiana@ufrb.edu.br

## **Lidiane Mendes Kruschewsky Lordelo**

Doutora, docente do CETEC/UFRB  
lidiane@ufrb.edu.br

## **Anaxsandra da Costa Lima Duarte**

Mestre, docente do CETEC/UFRB  
anaxsandra@ufrb.edu.br

## RESUMO

O projeto abrange grupos produtivos situados no Território do Recôncavo da Bahia, com atividades de incubação a partir de processo sistematizado de organização social e produtivo, com o objetivo de estruturação para geração de trabalho e renda de forma sustentável. Os catadores do município de Cruz das Almas, vinculados a Associação de Coleta e Triagem de Materiais Recicláveis - Cata Renda, buscam parcerias a fim de problematizar a questão e propor estratégias e alternativas à realidade de miséria e exclusão que permeia suas vidas, como a organização em empreendimentos solidários de produção e o estímulo ao comércio justo, integrando os saberes com o ambiente universitário do território do recôncavo. Intentando dirimir os problemas enfrentados no âmbito da produção e da geração de renda, os catadores de resíduos vêm participando de atividades territoriais com a busca de trabalhos de inter-relação com outros empreendimentos e organizações, com propósito de construção de estratégias sustentáveis. Para isso, foram desenvolvidas como estratégia central ações que visaram conduzir à formação, estruturação e formalização do grupo incubado, de forma articulada com ações de educação ambiental em escolas e bairros do município de Cruz das Almas, contando com o apoio de parcerias estratégicas, para efetivação das ações propostas.

**Palavras-Chave:** Incubação. Catadores. Sustentabilidade. Educação ambiental.

## ABSTRACT

This project covers productive groups located in the Recôncavo Territory of Bahia, with incubation activities based on a systematized process of social and productive organization, with the objective of structuring for the generation of work and income, in a sustainable way. The pickers of the municipality of Cruz das Almas, belongs to Association of Waste Collection and Sorting of Recyclable Materials - Cata Renda, seek partnerships in order to problematize the issue and propose strategies and alternatives to the reality of misery and exclusion that permeates their lives, such as the organization in solidarity based economy of production and the stimulation to the fair trade, integrating the knowledge with the academic environment of the territory of the Recôncavo. In order to solve the problems faced in the area of production and income generation, waste pickers have been participating in territorial activities search for inter-related works with other enterprises and organizations, with the purpose of building sustainable strategies. In order to achieve this goal, a central strategy was developed to guide the formation, structuring and formalization of the incubated group, in an articulated way with environmental education actions in schools and neighborhoods of the municipality of Cruz das Almas, counting on the support of strategic partnerships to effectiveness of the proposed actions.

**Keywords:** Incubation. Pickers. Sustainability. Environmental education.

## INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos são uma das maiores preocupações da atualidade e um desafio para os gestores públicos. Essa preocupação advém da constante ampliação da geração de resíduos, conseqüência do atual modelo capitalista de produção e consumo, que vem se acelerando no decorrer dos anos, tomando dimensões preocupantes com o crescimento demográfico. Existe uma tendência mundial para diminuir o descarte de resíduos sólidos no meio ambiente, decorrente da consciência do esgotamento dos sistemas naturais que sustentam a vida, pois, nem todos são renováveis (PEREIRA, 2007). É preciso conscientizar a humanidade levando-a a repensar o problema do lixo, através da redução do consumo, reutilização e reciclagem de materiais. Para compreendermos a reciclagem é preciso que o conceito de lixo seja reciclado, deixando de considerá-lo como algo inútil, sujo e sem valor comercial. Quando reciclamos o conceito de lixo, passamos ao mesmo tempo a reciclar a figura do catador, pois é ele o agente econômico dos insumos para a cadeia produtiva da reciclagem. O caminho escolhido para modelar o comportamento desses catadores passa pela economia solidária. Nesse modelo de desenvolvimento, os catadores aprendem não só a partilha dos ganhos obtidos pelo trabalho coletivo e a importância da reciclagem no gerenciamento dos recursos naturais, mas também a cooperar para avançar social e economicamente.

O Projeto surge na perspectiva de organização e estruturação dos catadores/as individuais de materiais recicláveis e reutilizáveis do município de Cruz das Almas, através de um processo sistematizado de assessoria, desenvolvimento de produtos e acesso a mercados justo e solidário, a fim de transformá-los em alternativa de empreendimento concreto, sustentável e solidário, capaz não só de proporcionar geração de renda, mas de transformar a realidade local a partir da formação de cidadãos e de contribuir na construção de políticas de desenvolvimento territorial. Isso só é possível a partir da crença, da luta e da persistência dos trabalhadores organizados em empreendimentos solidários com a possibilidade de qualificar as suas condições e técnicas de trabalho.

A Associação Cata Renda situada no município de Cruz das Almas é um empreendimento da economia solidária que realiza a coleta seletiva e a triagem de matérias recicláveis, e busca viabilizar de forma organizada a vida de trabalhadores/as que trabalham individualmente na coleta de materiais recicláveis. A formação deste grupo inicialmente denominado de “Grupo Cata Renda” foi iniciada em meados de 2007, com o trabalho de mobilização da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB/INCUBA e as ações viabilizadas via projetos aprovados e vinculados a INCUBA. A partir de 2010 com o apoio da FAPESB/SECTI/SETRE inicia-se a atividade de pré-incubação e estruturação física (aquisição de equipamentos). Esta etapa de pré-incubação mostra-se primordial para a consolidação do grupo, pois uma associação de catadores/as, além da sua importância política (a. na prestação da coleta seletiva, que é um serviço de suma importância para a cadeia da reciclagem e, b. na melhoria das condições ambientais do município), deve ser encarada como uma atividade que só se viabiliza economicamente quando há mobilização coletiva, seja pela necessidade de contingentes de matéria-prima de forma regular e em grande escala (dezenas a centenas de toneladas mensais), como também na busca da qualidade de vida desses trabalhadores e trabalhadoras.

## A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO UTILIZADA

O processo de incubação é considerado inovador como projeto de geração de trabalho e renda, buscando construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, combatendo a exclusão social, integrando a universidade como um dos atores que pode contribuir e ter contribuição no sentido de promover a extensão universitária integrada com o ensino e a pesquisa, com o envolvimento direto de docentes e de discentes de graduação e de pós-graduação. Segundo Culti (2007), o envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários.

A metodologia planejada para o desenvolvimento dos trabalhos com a Associação baseou-se nos princípios de promoção da autogestão, fortalecendo a formação de sujeitos no processo de decisão. Para isso, a proposta de trabalho foi construída com os atores sociais protagonistas, em que os princípios metodológicos obedeceram à participação social em todas as fases: a) na construção do projeto; b) no planejamento, organização e controle do projeto; c) na execução das atividades do projeto; e d) no acompanhamento e avaliação. Para tal algumas atividades foram realizadas e propostas ao grupo, como oficinas de construção de plano de viabilidade articulando com a gestão democrática; reuniões para a

construção de estatuto, regimento interno e controles administrativos e financeiros; acompanhamento técnico pedagógico aos catadores; realização de oficinas temáticas de formação básica e de qualificação na área produtiva e comercial, além da troca de saberes em visitas a empreendimentos solidários.

Os elementos metodológicos que orientam as ações propostas pelo Projeto buscam a ampliação do exercício da cidadania e da organização social, a ampliação e a democratização do poder local, o desenvolvimento econômico endógeno, a sustentabilidade ambiental e potencialização dos recursos locais, a geração de trabalho e a distribuição da riqueza.

Inicialmente o projeto teve como foco o momento de pré-incubação de catadores que trabalhavam individualmente, bem como de pessoas vulneráveis que buscaram alternativas de geração de renda. Durante o ano de 2010 iniciou-se o processo de incubação, um momento conquistado pela equipe da INCUBA/UFRB composta por docentes e discentes bolsistas e voluntários, vinculados a vários cursos da UFRB, uma equipe multidisciplinar, e com o apoio da FAPESB/SECTI/SETRE e da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas.

As ações de incubação iniciadas contaram com articulações de políticas sociais, mas ainda não suficientes pelas condições subumanas submetidas aos trabalhadores/as. Essas famílias são público-alvo dos programas governamentais de transferência de recursos (Bolsa Família). Esse grupo enfrentou dificuldades como ausência de espaços adequadamente amplos para triagem e armazenagem do material coletado, entretanto, a partir de 2010 com o apoio da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas ocorre a cessão de um galpão para realização das atividades. Apesar do espaço físico conquistado o grupo ainda enfrenta dificuldades. Houve ainda dificuldades nas etapas de aquisição de materiais recicláveis e transporte, tanto dos pontos de coleta para o galpão quanto para o envio da produção para os compradores. Na etapa de aquisição (coleta) o desafio inicial foi arrecadar material em quantidade suficiente e regular para que houvesse pelo menos uma venda mensal que resultasse em uma renda mínima para cada trabalhador/a. Este cenário gera ainda, dificuldades de relacionamento comercial com a indústria e favorecem a ação dos intermediários/atravessadores. Esta situação acarreta a precarização do trabalho dos trabalhadores/as e a não consecução de rendimentos suficientes para garantir às suas famílias alimentação, moradia digna, lazer, mobilidade, etc. Além disso, os trabalhadores/as enfrentam dificuldades nas condições adequadas de salubridade para o exercício da atividade laboral por conta das condições de transporte dos resíduos sólidos.

Para a atividade de coleta e de triagem de resíduos sólidos, a cooperação consciente é o elemento central para acesso aos mercados que permitem expandir suas atividades e gerar novas oportunidades de trabalho e renda.

É importante contextualizar que a incubação de empreendimentos econômicos solidários que trabalham diretamente com a questão ambiental, busca construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica de combate a

exclusão social e a degradação ambiental, com o envolvimento da universidade na promoção da extensão, do ensino e da pesquisa universitária. Esse processo tem como princípio norteador a interação entre os saberes dos trabalhadores, dos parceiros e da equipe técnica da universidade, com o desenvolvimento de conhecimentos adequados a realidade e capaz de contribuir na constituição de estruturas democráticas e participativas. Para isso, as oficinas e os acompanhamentos propostos no projeto foram adaptados ao estágio em que se encontrava o Grupo Cata Renda, seu nível de organização, escolaridade e motivação. Essas atividades formativas e de acompanhamento que são parte do processo de incubação, integraram ações na área de educação ambiental como estratégia de visibilidade do grupo para garantia de aquisição de resíduos sólidos recicláveis bem como da coleta de óleos e gorduras residuais a partir da viabilização da coleta seja em parceria com empresas privadas e instituições públicas, como também na implantação da coleta seletiva em dois bairros e escolas da rede pública e privada no município de Cruz das Almas.

A ausência de escala e de regularidade dos resíduos sólidos para a triagem pode inviabilizar a sustentabilidade do grupo Cata Renda. Nesse sentido a necessidade de construir um programa de Educação Ambiental para estruturar e difundir a informação, garantindo a participação e o envolvimento da população para a segregação e doação dos resíduos recicláveis gerados em suas residências e ambientes de trabalho foi estratégico. A importância da educação ambiental nesse processo de formação de comprometimento da população através das ações ambientais construídas se materializa a partir do sucesso da coleta seletiva, tanto na quantidade quanto na qualidade do material doado.

Nessa construção, a metodologia planejada para o desenvolvimento dos trabalhos baseou-se nos princípios de promoção da autogestão, fortalecendo a formação de sujeitos no processo de decisão que busque a construção do conhecimento a partir da valorização das experiências de vida, do respeito ao saber e aos anseios dos trabalhadores e na busca de um processo contínuo de educação e trabalho, voltado para a preservação e conservação do meio ambiente.

Sabe-se que no ambiente territorial existem grupos em formação em Santo Antônio de Jesus, São Félix, Santo Amaro e Saubara, e no processo de incubação do Grupo Cata Renda, buscou-se a interação com esses grupos com o objetivo de constituir uma articulação territorial a ser construída no ambiente do Território do Recôncavo da Bahia e com outros empreendimentos da reciclagem. A articulação territorial é importante como princípio norteador na formação de uma rede solidária porque a viabilização do negócio depende de múltiplos fatores: são fundamentais os fatores internos como o grau de solidarismo e a capacidade de gestão do negócio, mas também são fundamentais os fatores externos, como articulações com outros empreendimentos solidários, centros de tecnologia, assessoria e qualificação profissional, articulação com mercados, e principalmente contar com políticas públicas de fortalecimento de empreendimentos solidários e de ações de sustentabilidade ambiental.

Para tanto, a busca de instrumentos necessários para a sobrevivência e o desenvolvimento de empreendimentos solidários tem uma dinâmica a partir de uma concepção de eficiência e eficácia não apenas no aspecto econômico, mas também social, político, ambiental e cultural, entendendo-se, portanto, que envolvem não apenas os trabalhadores associados, mas a comunidade e a família que gravitam no seu entorno. Dessa forma, a organização de empreendimentos solidários tem a perspectiva de alavancar a organização das comunidades em outros campos, como o da gestão participativa dos espaços públicos, incluindo os recursos naturais locais, as políticas de saúde e educação, enfim, outras interfaces de um programa de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário (VELLOSO, VALADARES e SOUZA, 2007).

Nesse sentido, a metodologia de trabalho também envolveu ações voltadas para a implantação de um programa de educação ambiental junto a comunidade local desenvolvidas em escolas e bairros do município de Cruz das Almas, que contou com a participação efetiva dos catadores/as e a equipe técnica do Projeto constituída por docentes e discentes vinculados a Incubadora da UFRB e aos cursos de graduação do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB dentre eles: Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária e Ambiental e Gestão de Cooperativas.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM BAIROS E ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS**

O Programa de Educação Ambiental (PEA) foi uma estratégia de divulgação da associação e da atividade que esta desenvolve, e atua até o momento como alicerce de funcionamento e sustentabilidade, tendo em vista a necessidade de um maior aporte de material para garantir as vendas mensais.

Foram realizadas visitas para apresentação do Projeto, e a partir da compreensão e das contribuições proposta pelos envolvidos (escolas e comunidade), buscaram-se às contribuições no sentido de fortalecer as necessidades dos envolvidos e a partir desse ponto foram formulados os cronogramas de atividades específicos.

O projeto na sua proposta estabeleceu um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e popular e proporcionou aos acadêmicos e aos alunos, a formação de uma consciência crítica sobre a questão ambiental gerada pelo descarte incorreto dos resíduos sólidos, e vem sendo executado desde 2011 em cinco Escolas do Município de Cruz das Almas - BA, entre elas: Hamilton Cerqueira, Maria Peixoto Barbosa, Dr. Lauro Passos, Joaquim de Medeiros e Monsenhor Neiva, cujo público alvo são estudantes da 4ª e 6ª ano, professores e funcionários das escolas e as comunidades adjacentes. Nessa construção, a metodologia planejada para o desenvolvimento dos trabalhos baseou-se na informação do que são empreendimentos solidários, no que esta se sustenta, e como seriam as formas de ação das escolas e comunidade. Para tanto as medidas de ação iniciais foram:

- Identificação de todas as escolas que atendiam ao público-alvo do projeto. Foi dada prioridade às escolas localizadas nos bairros em que já havia coleta seletiva.

- Visitas às escolas pré-selecionadas, para a apresentação do projeto. O objetivo das visitas era: descrever o funcionamento do projeto, bem como seu plano de ação; discutir as possíveis adequações do cronograma de conteúdo do projeto, segundo o calendário escolar; e obter a anuência de escola para a participação no projeto, além da determinação da sala participante.
- Cadastramento de todas as escolas públicas existentes, com a identificação do público-alvo, visita as escolas, para apresentação do Projeto, seu funcionamento e formas de ação, apresentação do material com potencial reciclado, e identificação dos materiais que são gerados nas escolas, dinâmicas de grupo, com apresentação de possíveis produtos a serem materializados a partir do material reciclado, identificação na escola, junto com os professores e alunos, a melhor forma de desenvolver a coleta seletiva dos materiais.

### **AÇÕES PARA A COLETA SELETIVA**

A implementação da coleta seletiva foi iniciada a partir da seleção dos bairros. Um fator limitador foi o tempo do motorista do caminhão designado pela prefeitura para a coleta (apenas por dois dias na semana). Esse aspecto limitou a ação a apenas dois bairros do município: Cooplan e Inocoop. Coplan, por ser o local de residência da maioria dos trabalhadores (catadores), e o Inocoop, por ser um bairro onde a maioria de seus moradores pertencem a comunidade acadêmica da UFRB (o que, intuitivamente, leva a uma maior adesão à coleta). Para a mobilização nestes bairros foram realizadas ações de educação ambiental, com distribuição junto a comunidade de panfletos elaborados pela equipe técnica do projeto com a participação dos catadores, circulação de carro de som, visita as igrejas dos bairros, associações presente, e a rádio AM e FM local com a proposta de informar a comunidade a respeito da existência da Associação no município, bem como divulgação dos tipos de materiais recicláveis. O desdobramento dessa ação foi a estruturação da coleta seletiva, com identificação dos percursos, horários, e instalação de PEV's (Pontos de Entrega Voluntária) por bairros e forma de transporte para o galpão.

A ação da educação ambiental com foco no sucesso da coleta seletiva busca um processo contínuo de educação e trabalho, voltado para a preservação e conservação do meio ambiente e desenvolvimento territorial.

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Ao longo desses anos de incubação, alguns resultados já foram alcançados como: a conquista da força do trabalho que consiste no resgate e estruturação do grupo de catadores, pela participação das atividades propostas. Os meios de trabalho, que consiste na infra-estrutura para a organização da produção e comercialização visando a geração de renda para o grupo. A infra-estrutura como equipamentos (computadores, prensa, carrinhos de coleta, balança, caminhão baú, etc.) obtida por projetos aprovados pela equipe técnica da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Em 2007, cerca de 30 catadores/as individuais de materiais recicláveis e reutilizáveis do município de Cruz das Almas (Figura 1) foram convidados a participar de um encontro no sindicato dos trabalhadores rurais, organizado pela Prefeitura Municipal de Cruz das Almas e pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB/INCUBA, com o objetivo de identificar e iniciar o processo de organização dos catadores. Grande parte dos envolvidos no primeiro momento, mesmo após as formações realizadas pela equipe técnica da INCUBA/UFRB além das trocas de experiências em visitas a associações e cooperativas de catadores já consolidadas, optaram por continuar na atividade laboral de catação individual dos resíduos. A partir desse momento um novo grupo é formado, com a inserção de novos membros particularmente de mulheres.

**Figura 1.** Reunião com os catadores/as de materiais recicláveis do município de Cruz das Almas.



A partir das atividades de pré-incubação iniciadas em 2007, passou-se a discutir a formalização do grupo a partir da sua organização. Foram realizados estudos com o grupo para definir qual o tipo de organização seria mais adequado as suas necessidades, bem como a preocupação para que se estruturam processos de gestão participativa e democrática. O acompanhamento ao grupo no processo de pré-incubação foi quase diário, com reuniões de planejamento e de formação, bem como de acompanhamento nas atividades de coleta, de triagem e de comercialização.

Essas formações proporcionaram subsídios para atividades que foram relevantes no processo de formalização do Grupo Cata Renda como a elaboração do Estatuto Social e Formalização da Associação Cata Renda Ambiental. Em 2010 o grupo Cata Renda constituído na sua totalidade por mulheres, passa então a ser reconhecido como um grupo formalizado. A formalização da Associação foi fundamental para que novas parcerias fossem estabelecidas, além do fortalecimento das parcerias entre o poder público local e outros órgãos como: CAR/MDS, Secretarias de Meio Ambiente, Educação e Ação Social do município de Cruz das Almas, além de convênios e parcerias com empresa públicas e estabelecimentos comerciais.

Convênios de Cooperação Técnica foram firmados entre a Associação Cata Renda e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Empresa Brasileira de Mandioca e Fruticultura – EMBRAPA. Esses órgãos a partir da implantação de ações de gerenciamento de resíduos sólidos e logística sustentável vêm destinando a Associação os resíduos gerados.

Em julho de 2011 a Associação passou a integrar o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, o que possibilitou a participação dos seus membros nos fóruns de discussão sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos em nível municipal, estadual e nacional, além de possibilitar o acesso a editais e políticas públicas. Em julho de 2011 ocorreu a formalização do grupo constituindo-se a Associação Cata Renda Ambiental, nesse mesmo ano a Associação passa a integrar o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia composto por 09 empreendimentos solidários. Essa parceria tem possibilitado a Associação à ampliação da viabilização econômica além de acessos a programas e políticas públicas como o Projeto Cata Forte uma parceria da Fundação Banco do Brasil, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, da Petrobrás e BNDES. Esse Projeto possibilitou para os empreendimentos da Rede incluindo a Associação Cata Renda a aquisição de um caminhão baú voltado para a coleta seletiva.

A forte presença feminina também é característica da maioria dos empreendimentos da economia solidária com destaque para as cooperativas e associações de catadores. Ramos (2011) relata que nos últimos anos a forte presença feminina no mercado de trabalho tem crescido consideravelmente. Nota-se que as mulheres têm conquistado cada vez mais a independência seja através do alto grau de escolaridade ou pelo próprio ganho da autonomia. Por outro lado, ainda existem as mulheres trabalhadoras pobres, isto é, sem qualificação profissional, com baixa expectativa em relação ao mercado de trabalho e que, ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas. É neste sentido, contra o desemprego e a exclusão, que tem crescido a participação de mulheres em empreendimentos da economia solidária. Este movimento busca principalmente, a inserção social e a geração de emprego e renda por meio de atividades ligadas a produção, a comercialização, ao consumo e outras ações que visem melhores condições de vida para os envolvidos.

Essas observações corroboram com os resultados obtidos por Cunha (2014) em estudos realizado sobre o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis: o caso de uma associação situada no município de Cruz das Almas – Ba. constatou que em sua pesquisa que a mão de obra de uma associação de catadores de matérias recicláveis no município de Cruz das Almas é na sua totalidade do gênero feminino, com faixa etária, variando de 30 a 60 anos, com um maior número na faixa etária dos 41-50 anos.

Outro aspecto relevante, refere-se à participação efetiva dos discentes da UFRB na elaboração e implantação dos projetos de Educação Ambiental. O desdobramento dessa ação possibilitou a criação de um espaço formativo para os discen-

tes da UFRB envolvidos no projeto, além de possibilitar a implantação da coleta seletiva em escolas e em dois bairros do município de Cruz das Almas, Cooplan e Inocoop. Estabelecendo-se um diálogo contínuo, formativo, com intervenções junto à comunidade escolar e moradores dos bairros (Figura 2).

**Figura 2.**  
Implantação da coleta seletiva em escolas de Cruz das Almas, Bahia.



A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (Ruscheinsky e Costa, 2002). Aliar a questão ambiental a programas ou projetos de extensão universitária é ampliar as possibilidades de fortalecimento do processo de busca pela sustentabilidade ambiental junto a organizações da sociedade civil.

Como desdobramento dessas ações vinculadas ao projeto foi possível perceber a redução do impacto gerado ao meio ambiente pelos resíduos descartados de forma incorreta; Através da coleta seletiva solidária implantada nos bairros e nas escolas.

No que se refere as atividades especificamente desenvolvidas pelo Cata Renda, percebe-se avanços em todas as vertentes propostas, podendo ser destacado:

### **AÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COLETA SELETIVA**

Na implantação e avaliação dos projetos de educação ambiental nas escolas foi possível perceber que mesmo sendo uma temática que vem sendo abordada sistematicamente em sala de aula, alguns alunos desconheciam os impactos

causados pela destinação incorreta dos resíduos sólidos no meio ambiente e seu processo de reciclagem. Esse fato foi revelado durante a apresentação das palestras após os questionamentos e discussão do tema abordado, evidenciando a importância de se trabalhar a temática “Resíduos Sólidos” no ambiente escolar, constituindo-se num processo pedagógico participativo e permanente. A execução do projeto tem permitido aos atores envolvidos identificar a produção e destino dos resíduos sólidos gerados na escola e na cidade de Cruz das Almas, despertando o interesse na busca de alternativas para a solução deste problema, através de ações de Educação Ambiental como: coleta seletiva, compostagem, redução e reciclagem do lixo, entre outros.

É preciso sensibilizar toda a escola sobre a ocorrência de debates que envolvam a questão ambiental, criando assim, condições para que no ambiente escolar bem como junto a comunidade seja vivenciada a Educação Ambiental como proposta de mudanças sustentáveis. De acordo com Jolibert (1994, a e b), ao participar de um projeto dentro desta perspectiva, o aluno passa a se envolver em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento está integrado às práticas vividas.

A parceria com a prefeitura municipal foi crucial para a realização da ação de coleta dos recicláveis gerados na escola e trazidos pelos alunos de suas residências. Esses resíduos eram armazenados em Bag's (sacos grandes de coleta) e uma vez por semana o caminhão da prefeitura realizava a coleta sendo levado para o galpão da Associação onde era pesado, prensado e posteriormente comercializado para a indústria de reciclagem. Com a aquisição do caminhão a partir de 2013 a Associação vem realizando a coleta dos resíduos nas escolas e nos bairros. No ano de 2014 novas parcerias foram estabelecidas na perspectiva de ampliação via Secretária de Educação Municipal de Cruz das Almas do número de escolas envolvidas. Essa ação vem colaborando para a geração de trabalho e incremento da renda do grupo e reconhecimento da Associação no município. Moradores de outros bairros vem solicitando a ampliação pelo poder público da coleta seletiva solidária no município. A inquietação da comunidade tem provocado a discussão pelo poder público da criação do plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos como preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei 12 305/10. Além desse aspecto, resultados do estudo gravimétrico realizado por Macedo, (2013) nos municípios de Sapeaçu e Cruz das Almas indicaram a produção de 478.566,4 kg de resíduos de recicláveis por mês no município de Cruz das Almas. Esses resíduos são descartados mensalmente no aterro sanitário.

A Associação Cata Renda, segrega em média por mês 2.945 Kg de resíduos sólidos recicláveis o que corresponde a 0,6% dos resíduos sólidos descartados pelo município de Cruz das Almas, com base nos estudos de Macedo, 2013.

Nessa perspectiva, a ampliação da coleta seletiva solidária poderá favorecer um aumento de 99,4% do total recebido atualmente na Associação. Essa ação contribuirá para o aumento do trabalho, ampliando o número de catadores no trabalho cooperado junto a associação, o aumento da renda para os associados, além de

ampliar a vida útil do aterro sanitário e redução dos custos pelo serviço de coleta e manejo do resíduo pelo poder público local.

De acordo com Cunha, (2014) em relação a pesquisa realizada nos bairros onde a Associação Cata Renda faz a coleta seletiva, verificou-se que 45% e 70% dos moradores da Cooplan e Inocoop respectivamente, participam da coleta. Dentre os materiais mais segregados pelos moradores desses bairros destaca-se o plástico. Segundo os moradores dos bairros pesquisados, a Associação cumpre um importante papel na conscientização e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas residências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação Cata Renda desde 2010 vem ampliando suas ações com a coleta seletiva. Os interesses administrativos da gestão pública não vêm ainda na coleta seletiva uma importância que garanta a ampliação dos serviços, o reconhecimento e resignificação do papel do catador, mesmo a temática sendo respaldada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Durante esses anos várias parcerias foram firmadas, que resultaram no empedramento dos participantes no que se refere as demandas tanto da administração e gestão, como também na execução das atividades. Como resultado desse processo foi possível perceber ao longo da trajetória a existência de um grupo consolidado e autônomo, com capacidade para a auto-gestão do empreendimento. Aspecto relevante dentro do processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários.

É fato que os catadores de materiais recicláveis prestam serviços de limpeza urbana sem nenhum tipo de remuneração pelo poder público, atuando diretamente no processo de coleta e recuperação dos resíduos sólidos gerados pela sociedade, o que conseqüentemente, contribui na redução dos impactos ambientais gerados.

As ações do projeto ainda que pontuais, vem subsidiando a valorização e reconhecimento das atividades desenvolvidas pelos catadores junto a sociedade. Além do desenvolvimento de processos educativos participativos que vem contribuindo na formação, organização e na elevação da autoestima, desses atores sociais.

## REFERÊNCIAS

- CULTI, M. N. **Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo educativo.** PROPOSTA - Revista Trimestral de Debate da Fase, Rio de Janeiro, p. 17 - 22. 2007.
- CUNHA, F. C. **Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis: o caso de uma associação situada no município de Cruz das Almas – BA.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas. 2014.
- PEREIRA, S. **Perfil socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis organizados em Manaus.** Trabalho de conclusão do curso de Economia, UFAM, 2007.
- JOLIBERT, J. **Formando crianças leitoras de texto.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (a)
- \_\_\_\_\_. **Formando crianças produtoras de textos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (b)
- MACÊDO, E. P. **Caracterização física dos resíduos sólidos domésticos produzidos nos municípios de Cruz das Almas e Sapeaçu-Bahia.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheira Sanitarista e Ambiental. 2013.
- RAMOS, A. T. A. A organização feminina em empreendimentos solidários: uma alternativa de inclusão ao mercado de trabalho. **Anais II simpósio gênero e políticas públicas ISSN2177-8248.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. 12 p.
- RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental: Abordagens múltiplas.** Porto Alegre. Artimed. 2002. p.183.
- VELLOSO, T. R., VALADARES, J. H e SOUZA, J. R. Mulheres de fibra: a experiência do artesanato tradicional no território do sisal da Bahia. In: **V Encontro Nacional de Economia Solidária.** São Paulo: NESOL/USP, 28 e 29 julho de 2007.



**TRABALHO**

# ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE CONSUMO DO RECÔNCAVO

## MARKETING STRATEGIES FOR FAMILY FARMING: THE EXPERIENCE OF THE RECÔNCAVO CONSUMPTION GROUP

### Ana Georgina Peixoto Rocha

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
anageorgina@ufrb.edu.br

### Maria de Fátima Santiago Aranha

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
fatima.aranha93@gmail.com

### Mayara Santiago do Carmo

Tecnóloga em Agroecologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
maysantiago91@gmail.com

### RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir uma experiência de circuitos curtos de comercialização no Território do Recôncavo, no estado da Bahia, a partir dos resultados de um projeto de extensão desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A venda direta de um grupo de produtores para consumidores é analisada enquanto uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e de novas relações entre o rural e o urbano. As atividades de extensão foram realizadas através de oficinas e encontros para mobilizar os agricultores para a participação em um grupo de consumo. Considerando que a comercialização é atualmente um dos principais entraves para a agricultura familiar, a formação de um grupo de consumo responsável – aproximando produtores e consumidores – surgiu como uma proposta diferenciada de mercado, promovendo a inserção socioeconômica dos agricultores e a valorização dos seus produtos. Propõe-se uma reflexão sobre os potenciais e desafios dos circuitos curtos de comercialização para a agricultura familiar e a sua capacidade de gerar novas dinâmicas nos territórios rurais.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Circuitos Curtos. Grupos de Consumo.

### ABSTRACT

The objective of this article is to discuss an experience of short commercialization circuits in the Recôncavo Territory, in the state of Bahia, based on the results of an extension project developed at the Federal University of Recôncavo da Bahia – UFRB. The direct sale from a group of producers to consumers is analyzed as a strategy to strengthen family farming and to develop new relations between rural and urban. The extension activities were conducted through workshops and meetings to mobilize farmers for participation in a consumption group. Considering that commercialization is currently one of the main obstacles to family farming, the formation of a responsible consumption group – bringing together producers and consumers – emerged as a differentiated market proposal, promoting the socioeconomic insertion of farmers and the valorization of their products. It is proposed to reflect on the potentials and challenges of the short commercialization circuits for family farming and their capacity to generate new dynamics in the rural territories.

**Keywords:** Family Farming. Short Circuits. Consumption Groups.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema da agricultura familiar ganhou centralidade no debate sobre os espaços rurais no Brasil em uma perspectiva de desenvolvimento territorial. Uma das características da agricultura familiar brasileira é a sua diversidade, marcada por formas familiares de produção e estratégias diferenciadas para a sua reprodução socioeconômica. Essas estratégias refletem, por um lado, uma série de transformações no próprio espaço rural e na sua interação com o meio urbano. E, por outro lado, revelam também a existência ainda de formas de produção e comercialização tradicionais, que envolvem relações de cooperação e reciprocidade. Um dos principais desafios da agricultura familiar no Brasil é a inserção nos mercados.

Em contraponto ao sistema agroalimentar dominante, novos espaços não convencionais de comercialização têm surgido, orientados por uma dinâmica diferenciada de produção e consumo, que valoriza processos locais/territoriais, com destaque para os chamados circuitos curtos. Esses canais de comercialização buscam repensar o padrão predominante de produção e consumo, criando novas formas de interação entre produtores e consumidores. São experiências pautadas em princípios como a segurança alimentar, a dinamização das economias locais e a autonomia dos agricultores.

Esse artigo tem como objetivo discutir uma experiência de circuitos curtos de comercialização no Território do Recôncavo, no estado da Bahia<sup>1</sup>, a partir dos resultados de um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A venda direta de um grupo de produtores para consumidores é analisada enquanto uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e de construção de novas relações entre o rural e o urbano.

<sup>1</sup> O Território do Recôncavo compreende 19 municípios e é um dos 27 territórios de identidade da Bahia. É formado, em grande parte, por pequenos municípios, pouco populosos (menos de 50 mil habitantes) e com uma densidade populacional de menos de 100 habitantes/km<sup>2</sup>. É um Território com características predominantemente rurais.

O projeto de extensão teve início em 2015, tendo como objetivo principal a mobilização de produtores e consumidores para a criação de um grupo de consumo responsável. As atividades de extensão, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX,<sup>2</sup> da Pró-Reitoria de Extensão da UFRB, foram desenvolvidas buscando organizar um grupo de agricultores familiares de uma comunidade rural para a venda direta de seus produtos aos consumidores. O artigo relata essa experiência, apresentando o histórico da criação do Grupo e as estratégias atuais para o seu fortalecimento. A partir desse relato, propõe-se uma reflexão sobre os potenciais e desafios dos circuitos curtos de comercialização para a agricultura familiar e a sua capacidade de gerar novas dinâmicas nos territórios rurais.

## A AGRICULTURA FAMILIAR E A QUESTÃO DOS MERCADOS

Nas últimas décadas, o tema da agricultura familiar ganhou centralidade no debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Em 2006, foi promulgada a Lei 11.326 (de 24 de julho de 2006) que define o agricultor familiar, representando um reconhecimento político da categoria, fundamental também para a operacionalização das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

No meio acadêmico, por sua vez, evidencia-se um amplo e crescente debate sobre a agricultura familiar. Para Wanderley (2001), a natureza “familiar” não é determinada pela sua dimensão, e sim pelas suas relações internas e externas. A família é proprietária dos meios de produção, e, ao mesmo tempo, assume o trabalho no estabelecimento. Trabalho, gestão e propriedade estão intrinsecamente relacionados. Wanderley (2001) salienta ainda que esse caráter “familiar” não é um detalhe: “[...] o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (p. 23).

Para Ploeg (2014), a agricultura familiar “[...] é difícil de ser compreendida por ser, em essência, um fenômeno complexo e multidimensional” (p. 7). Schneider e Niederle (2008) destacam a diversidade das formas familiares de produção, “[...] que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras” (p. 990).

A questão dos mercados para a agricultura familiar é um tema que ganha relevância nos últimos anos no debate sobre desenvolvimento territorial. Embora exista uma diversidade de agricultores familiares, com formas de inserção nos mercados (convencionais ou os chamados “alternativos”) também diversas, considera-se que é crucial discutir a criação de mercados locais pautados em uma lógica diferente de produção/comercialização e de consumo, como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar.

<sup>2</sup> As atividades tiveram início em março de 2015 no âmbito do projeto de extensão “Grupos de consumo: articulando produtores e consumidores no Território do Recôncavo”.

O sistema hegemônico de produção e consumo impõe uma série de barreiras para a participação da agricultura familiar nos mercados. Schmitt (2011) observa que a ideia de um mundo globalizado, “[...] controlado pelas grandes corporações e onde os alimentos se tornaram objeto de especulação nos mercados de futuros é apenas uma das faces de uma realidade heterogênea e multifacetada” (p. 05). Ou seja, apesar do avanço desse processo, existem iniciativas e movimentos que buscam outros caminhos, cujo crescimento é pautado pelo próprio questionamento ao caráter concentrador e excludente do modelo hegemônico.

Em muitos casos, são os próprios consumidores que estimulam novas práticas de comercialização, em busca de uma melhor qualidade dos produtos consumidos. Uma iniciativa interessante no sentido de aproximar agricultores e consumidores é a Agricultura Apoiada pela Comunidade ou pelo Consumidor, conhecida como CSA (*Community Supported Agriculture* é o termo mais utilizado nos países de língua inglesa, como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Canadá). Segundo Darolt (2013), a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO), situada em Fortaleza (Ceará), foi a pioneira no Brasil nesse sistema.

A ideia que sustenta essas experiências é repensar o padrão predominante de produção e consumo, criando novas formas de interação entre produtores e consumidores. Essa interação possibilita a configuração de um mercado diferenciado, gerando novos valores. Como afirma Schmitt (2011, p. 05), “em vez da comida de nenhum lugar, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações, ganham visibilidade outras práticas, antigas, novas ou renovadas, sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir o alimento”.

Esses canais de comercialização, criados a partir dos chamados circuitos curtos, têm como fundamentos a maior proximidade entre produtores e consumidores, a dinamização das economias locais e a garantia da segurança alimentar e nutricional. Segundo Darolt (2013), não existe ainda no Brasil uma definição sobre “circuitos curtos”. Na França, são considerados circuitos curtos aqueles que, no máximo, envolvem um intermediário entre produtor e consumidor. O autor destaca que existem múltiplas alternativas, desde feiras especializadas até vendas pela internet, além dos mercados institucionais.

Os grupos de consumo são iniciativas que articulam produtores e consumidores em uma forma diferenciada de comercialização, cujo princípio básico é o consumo responsável, entendido como “[...] a intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza” (INSTITUTO KAIRÓS, 2011, p. 5).

Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014) destacam o papel político desses grupos, em que a compra coletiva incorpora aspectos que ultrapassam a dimensão das relações estritamente comerciais, sendo uma forma de resistência às práticas tradicionais de produção e consumo. Nesse sentido, essas experiências “[...] reconhecem e afirmam, através de suas práticas, que aspectos sociais e ambien-

tais são essenciais para a sociedade e não apenas econômicos, como propõe a visão de mercado dominante.” (p. 17).

O debate sobre os circuitos curtos de comercialização está inserido no próprio questionamento do padrão dominante de produção e consumo, que estimula o surgimento de “alternativas” pautadas em novas relações entre produtores e consumidores. São iniciativas que incorporam valores relacionados aos espaços locais/territoriais, ultrapassando os aspectos meramente econômicos.

## UMA EXPERIÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO: DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

As Normas que orientam as atividades de extensão da UFRB consideram que a extensão universitária é “[...] um processo educativo, artístico, cultural e científico, que articula as atividades de ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e os diversos setores da sociedade.”<sup>3</sup> Nesse sentido, os projetos de extensão que visam o desenvolvimento das comunidades são particularmente importantes em contextos em que parcela significativa da população rural vive em situação de vulnerabilidade social. Esse foi o objetivo principal do projeto de extensão iniciado em 2015: mobilizar produtores e consumidores para a criação de um grupo de consumo responsável, estimulando a criação de um espaço diferenciado de comercialização para os produtos da agricultura familiar no Território do Recôncavo.

As atividades foram iniciadas em março de 2015, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX. O trabalho foi desenvolvido inicialmente com um grupo de agricultores em uma comunidade rural do município de Muritiba. Nessa localidade, estava sendo também realizado um projeto de pesquisa, que identificou como uma das principais dificuldades dos agricultores familiares a comercialização dos seus produtos.

As atividades de pesquisa<sup>4</sup> permitiram o levantamento de dados e informações junto aos agricultores, contribuindo para o conhecimento da comunidade e a identificação de aspectos importantes para pensar o fortalecimento da comunidade. A articulação entre a pesquisa e a extensão permitiu associar problemas identificados no levantamento da pesquisa na comunidade com algumas atividades de extensão específicas.

A pesquisa de campo realizada na comunidade com os agricultores identificou dificuldades no processo de comercialização, com a desvalorização dos produtos. A forma predominante de comercialização era a venda para atravessadores, garantia de escoamento dos produtos da comunidade. Além dos atravessadores,

<sup>3</sup> Resolução no 003/2014 do Conselho Acadêmico da UFRB.

<sup>4</sup> As atividades de pesquisa foram realizadas no âmbito do projeto “Dinâmicas recentes nos espaços rurais do Território do Recôncavo: uma análise dos atores do desenvolvimento rural”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013).

alguns agricultores vendiam nas feiras locais, embora considerassem o custo elevado em função do transporte e do tempo demandado. (ARANHA, 2015).

Nesse contexto, a ideia era organizar os agricultores para a venda direta dos seus produtos para consumidores no município de Cruz das Almas. Do lado dos consumidores, o projeto pensava na sensibilização de potenciais consumidores em Cruz das Almas, em especial professores e técnicos da UFRB. Assim, foram realizadas atividades de mobilização para criar um grupo de consumo e, posteriormente, organizar a entrega de produtos em conjunto com os agricultores. Com o desenvolvimento das atividades, foi criado o Grupo de Consumo do Recôncavo, predominantemente formado por mulheres agricultoras. Os consumidores podiam fazer os pedidos dos produtos através de um e-mail do Grupo e as entregas eram feitas quinzenalmente em domicílio. Paralelo às entregas, era realizado um processo formativo, através de oficinas direcionadas para as dificuldades dos agricultores, como perdas na agricultura, problema de pragas e uso de agrotóxicos.

A criação do grupo de consumo buscou aproximar produtores e consumidores, através de um canal de comercialização diferenciado, incentivando a economia solidária e o consumo responsável. Com o Grupo, houve uma menor dependência dos intermediários. As atividades realizadas através das oficinas estimularam a transformação dos produtos pelos agricultores, diversificando a oferta e agregando valor. Produtos como sorvete de aipim, bolos e sobremesas típicas do Território foram incluídos, promovendo também o conhecimento dos consumidores de novos produtos locais. A entrega dos produtos nos domicílios pelos próprios agricultores possibilitou a proximidade destes com os consumidores, tendo um papel importante para a valorização da atividade dos agricultores familiares envolvidos. Posteriormente, os agricultores tiveram a oportunidade de participar de outros espaços de comercialização, como feiras específicas para a agricultura familiar. Foram realizadas entregas em domicílio até meados de 2016.

As ações de extensão e pesquisa realizadas nesse período possibilitaram um conhecimento mais detalhado dos processos de produção e comercialização dos agricultores familiares dessa comunidade. A criação do Grupo possibilitou uma menor dependência dos intermediários com um canal de comercialização diferenciado. Os agricultores reconheceram uma melhoria na renda, através da valorização dos seus produtos com a venda direta.

A metodologia do trabalho com a comunidade foi participativa para assegurar o envolvimento dos agricultores em todo o processo. A ideia era que o processo de discussão e de mobilização dos agricultores estimulasse a reflexão sobre um conjunto de aspectos em diferentes dimensões (econômicas, técnicas, organizativas etc.). As atividades desenvolvidas com os agricultores eram pautadas em um processo dialógico, buscando a troca de conhecimentos, em uma perspectiva freiriana. Paulo Freire ressalta a importância de compreender e valorizar a cultura do outro ao estabelecer um diálogo, pois é apresentando sua visão de mundo e buscando interagir com a visão de mundo do outro que efetivamente acontece a comunicação, no sentido aqui de extensão. (FREIRE, 1985).

Freire defende uma concepção educativa da extensão em torno da “problematização do homem-mundo” (FREIRE, 1985, p. 83). Esse processo permite a conscientização do indivíduo, estimulando um olhar crítico e problematizador sobre si mesmo e a sua realidade. Permite, na perspectiva freiriana, “ad-mirar” a realidade, o que significa “[...] objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos.” (FREIRE, 1985, p. 31).

Em 2017, o Grupo de Consumo ganha um novo formato, a partir das atividades do projeto de extensão “Grupos de consumo no Território do Recôncavo: estratégias de comercialização para a agricultura familiar”. Nessa nova etapa, a ideia era envolver no Grupo de Consumo novos agricultores do Território do Recôncavo, não se limitando apenas ao grupo de mulheres da comunidade. Com a inclusão de novos agricultores, buscou-se o fortalecimento do próprio Grupo, com maior diversidade de produtos. Um dos motivos é que o grupo inicial de mulheres estava com uma produção pequena de frutas e verduras, tendo muito mais produtos beneficiados como bolos e doces, o que limitava a oferta de produtos. Era necessário envolver agricultores com produção de frutas e hortaliças, possibilitando uma oferta mais regular. O envolvimento de novos agricultores viabiliza uma maior e mais diversificada oferta, possibilitando a regularidade nas entregas e, também, a ampliação do número de consumidores.

Dessa forma, a partir de outubro de 2017, foi feito um trabalho de identificação de novos agricultores interessados na venda direta. Foram realizadas reuniões com agricultores para apresentação e discussão da proposta. Assim, o Grupo agora envolve agricultores de outras comunidades rurais, abrangendo também os municípios de Cruz das Almas e Maragogipe, totalizando seis agricultores. As entregas em domicílio foram retomadas em junho de 2018. Desde então, foram realizadas sete entregas com uma média de dez consumidores por entrega.

A proposta é envolver ainda mais agricultores. E, nessa nova proposta, tem se trabalhado na articulação desses agricultores e na organização do Grupo para a realização das entregas. Os principais produtos comercializados são: aipim, andu, batata doce, quiabo, ovo caipira, mangalô, mel silvestre, hortaliças, pão integral, geleias e tofu.

Cada agricultor é responsável pela colheita na sua propriedade rural e/ou beneficiamento do seu produto, pesagem, etiquetagem e separação dos produtos por pedido. No dia da entrega, todos os agricultores levam os produtos para o Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia – NAF, localizado na UFRB, para fazer a organização coletiva dos produtos e, posteriormente, realizar as entregas.

A forma de funcionamento do Grupo é discutida coletivamente em reuniões regulares para o acompanhamento e a avaliação das entregas. Os diálogos, as trocas de saberes e o trabalho coletivo são meios que têm proporcionado ao Grupo de Consumo conhecer outras formas de circuitos curtos de comercialização, a exemplo das feiras. Em agosto de 2018, o Grupo participou da Feira de Economia

Solidária na UFRB, o que possibilitou maior divulgação dos produtos e um maior entrosamento entre os próprios produtores.

Para além de uma alternativa de comercialização, o Grupo de Consumo tem sido um espaço de aprendizado e de novas interações entre produtores e consumidores. Os produtores do Grupo são os chamados “prosumidores”, estabelecendo novas redes de relações a partir da interação entre a oferta e a demanda de seus produtos. Ressalta-se a visão de um dos produtores: “[...] é muito enriquecedora a experiência do Grupo de Consumo, pois somos produtores e temos a oportunidade de comprar entre nós e de vender produtos de qualidade.” Isso garante maior sustentabilidade e estabelece relações de confiança entre os próprios membros do Grupo.

## ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

A partir da apresentação dessa experiência, propõem-se alguns elementos para reflexão sobre a importância dos circuitos curtos de comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar e sua capacidade de gerar novas dinâmicas nos territórios rurais.

O primeiro elemento a ser destacado está relacionado com os mercados para a agricultura familiar. Busca-se destacar aqui a diversidade de agricultores familiares e, também, a diversidade dos mercados agroalimentares (sejam convencionais ou os chamados “alternativos”). No debate sobre desenvolvimento territorial rural, é crucial discutir sobre a criação de mercados locais pautados em uma lógica diferente de produção/comercialização e de consumo, como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar.

Wilkinson (2008) chama a atenção que se formou um consenso, a partir dos anos 1990, da necessidade da agricultura familiar em criar alternativas de acesso aos mercados, “[...] não apenas contra as ameaças de exclusão, mas, sobretudo, para gerar um ‘valor agregado’ suficiente para enfrentar as novas condições de cidadania” (p. 142). Esses espaços são criados levando em consideração as características próprias da agricultura familiar, relacionadas com aspectos geográficos, culturais, ambientais etc.

Os mercados institucionais, considerados também como circuitos curtos, têm ocupado um espaço nas estratégias de comercialização dos agricultores familiares, através de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Contudo, são inúmeros os estudos que têm mostrado as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para o acesso a essas políticas.<sup>5</sup>

O segundo elemento diz respeito ao questionamento do modelo dominante de produção e consumo. O questionamento desse modelo excludente tem estimulado a criação de novas experiências que buscam formas alternativas de produção

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Triches (2015).

e consumo. Como afirma Schmitt (2011, p. 04), esses espaços têm contribuído para “[...] a politização das relações entre produtores e consumidores, conferindo também novos significados aos chamados mercados locais”.

Chiffolleau (2012) discute o papel dos circuitos curtos na luta contra a exclusão na agricultura. A autora apresenta três trajetórias diferentes de integração pelos circuitos curtos, a partir de histórias de vida de pessoas marginalizadas. O engajamento nos circuitos curtos possibilitou a esses atores, inicialmente em uma posição de exclusão, uma integração ao mesmo tempo social e profissional ou, pelo menos, uma dinâmica nesse sentido. Cada trajetória destaca uma dinâmica relacional específica, baseada na construção ou na reconstrução de relações que permitem uma reconexão com uma das áreas com a qual a ruptura ou a falta de relações é a fonte de dificuldades.

Considera-se que experiências como a do Grupo de Consumo do Recôncavo incorporam dimensões para além da questão econômica, essenciais em uma realidade marcada pela exclusão social da agricultura familiar. Ao aproximar produtores e consumidores, esse espaço de comercialização estimula a interação social no Território e cria a possibilidade de estabelecer novos sentidos para o mercado, pautados em valores diferenciados.

O terceiro elemento para reflexão tem relação com as mudanças na noção de “rural” e na sua interação com o espaço urbano. Ou seja, o questionamento de uma visão tradicional do rural, considerado como um mero “resíduo” e como um espaço de produção de alimentos; uma visão tradicional que pensa o rural em oposição ao espaço urbano. Nesse sentido, o debate sobre desenvolvimento territorial incorpora outra noção sobre a relação entre o rural e o urbano. Como afirma Wanderley (2000, p. 118), “[...] o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas”. Os chamados circuitos curtos, ao aproximarem o campo (produtores) e a cidade (consumidores), contribuem para estimular novas dinâmicas nas relações rural/urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou trazer elementos de reflexão sobre a importância dos circuitos curtos de comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar no Território do Recôncavo, a partir da experiência de um projeto de extensão. A venda direta de um grupo de produtores para consumidores representou uma alternativa de inserção no mercado. A criação de um canal de comercialização diferenciado diminuiu a dependência dos intermediários, proporcionando a melhoria da renda dos agricultores, com a valorização dos seus produtos. Além disso, a experiência tem promovido o surgimento de novos espaços de comercialização para o grupo de agricultores.

Os resultados e os elementos para reflexão aqui apresentados indicam a importância de canais diferenciados de comercialização para os agricultores familia-

res. Frente aos desafios enfrentados pelos agricultores familiares do Território do Recôncavo no acesso aos mercados, a criação de um canal de comercialização de venda direta – aproximando produtores e consumidores – teve efeitos que ultrapassam a dimensão econômica, contribuindo para pensar em estratégias que possam incorporar novas dinâmicas socioeconômicas no Território do Recôncavo e fortalecer a agricultura familiar.

Estes resultados reforçam também o papel da extensão universitária no Território do Recôncavo da Bahia, com ações capazes de contribuir com o fortalecimento dos grupos sociais historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento, além da sua importância para a ampliação do conhecimento dessa realidade e para a formação de futuros profissionais mais engajados com as questões sociais.

O Grupo de Consumo do Recôncavo incentiva modos alternativos de produção e comercialização, buscando fortalecer a agricultura familiar e estimular novas relações de produção e consumo. Essa iniciativa propõe uma aproximação entre produtores e consumidores, reconfigurando as relações dicotômicas entre o rural e o urbano (e entre a oferta e a demanda de produtos), através de uma abordagem coletiva e participativa.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria de Fátima Santiago. **A agricultura familiar no Território do Recôncavo: o caso de uma comunidade rural no município de Muritiba - BA.** 2015. (Monografia de Graduação). 43f. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, 2015.

BARRAL, Stéphanie **et al.** Contribuer aux dynamiques territoriales. In: SOURISSEAU, Jean-Michel (Ed.). **Agricultures familiales et mondes à venir.** France: Éditions Quae, 2014. p. 111-128.

BRASIL, LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CHIFFOLEAU, Yuna. Circuits courts alimentaires, dynamiques relationnelles et lutte contre l'exclusion en agriculture. *Économie Rurale*, n. 332, nov./dec. 2012, p. 88-101.

DAROLT, Moacir R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconnectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo A.; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** 2. ed. Curitiba: Kairós, p. 104-139. 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 65p.

INSTITUTO KAIRÓS. **Organização de grupos de consumo responsável.** São Paulo: O Instituto, 2011. (Caminhos para práticas de consumo responsável; 1).

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSANDON, Ligia Scarpa. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo. **Anais...** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der Ploeg. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, AS-PTA, número extra, fev. 2014. (Cadernos de Debate, n. 1).

SCHMITT, Cláudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**, AS-PTA, v. 8, n. 3, p. 4-8, set. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Eds.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.** Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas

institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

## O PROCESSO DE FORTALECIMENTO DO GRUPO DE MULHERES COSTURANDO SONHOS: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

THE PROCESS OF STRENGTHENING THE WOMEN GROUP SEWING DREAMS: AN EXTENSIONIST ACTION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY IN CRUZ DAS ALMAS - BAHIA

### **Eliene Gomes dos Anjos**

Doutora em Ciências Sociais, docente da UFRB  
elieneanjos@ufrb.edu.br

### **Cibele Cristina Oliveira**

Mestre em Energia na Agricultura pela UNESP, Técnica do SASOP  
ccbolive@hotmail.com

### **Edyraka Batista dos Anjos Souza**

Graduanda em Gestão de Cooperativas da UFRB  
edyrakasouza19@gmail.com

### **Jailson Borges Aranha Leone**

Graduando em Gestão de Cooperativas da UFRB  
jailsonleone@gmail.com

## RESUMO

Este artigo apresenta as ações do projeto de extensão que contribui com a consolidação de um grupo produtivo, formado pelas mulheres quilombolas da Comunidade da Baixa da Linha, em Cruz das Almas, no Território do Recôncavo da Bahia. Essas mulheres estão adquirindo formação técnica no Curso de Corte e Costura, em parceria com a INCUBA/UFRB e a Associação Comunitária. Ainda que o grupo tenha sido formado para responder às necessidades de geração de trabalho e renda das cursistas, almeja-se, ao final do processo, que a participação nas atividades de formação política tenha fomentado o empoderamento das mulheres para que possam ser protagonistas da sua história pessoal e coletiva no que tange aos rumos da comunidade.

**Palavras-chave:** Geração de Trabalho e Renda. Mulheres. Comunidade Quilombola.

## ABSTRACT

This article presents the actions of the extension project that contributes to the consolidation of a productive group formed by the quilombola women of the Baixa da Linha Community, in Cruz das Almas. These women are acquiring technical training in the Course of Cutting and Sewing, in partnership with INCUBA/UFRB and the Community Association. Although the group has been formed to respond to the needs of job creation and income of the trainees, it is hoped, at the end of the process, that participation in the activities of political formation has fomented the empowerment of women so that they can be protagonist of their personal and collective history regarding the direction of the community.

**Keywords:** Generation of Work and Income. Women. Quilombola Community.

## INTRODUÇÃO

A superação das profundas desigualdades que caracterizam as comunidades rurais quilombolas no país é um dos grandes desafios colocados para a sociedade civil e as políticas públicas em curso (GERMANI; OLIVEIRA, 2006). Nesta perspectiva, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, através da Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA, reafirma seu papel institucional para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual, possibilitando a emergência de atores que estiveram à margem do protagonismo socioeconômico no século passado, como é o caso dos remanescentes dos quilombos. Assim, em 2011 foi realizada pelos docentes e discentes da UFRB uma pesquisa para diagnosticar os problemas enfrentados pelos moradores da Comunidade Quilombola da Linha. O estudo revelou que o desemprego era à época a maior dificuldade enfrentada, principalmente para os jovens e as mulheres daquela comunidade.

A falta de oportunidade no mercado de trabalho era atribuída à baixa escolarização e falta de capacitação profissional, demandando, portanto, ações que viessem alterar um quadro marcado pelos processos de subempregos que caracteriza a trajetória profissional dos depoentes na pesquisa realizada. Neste contexto, docentes do curso Tecnológico em Gestão de Cooperativas concorreram nos anos subsequentes em editais públicos de apoio a projetos de extensão para viabilizar a qualificação profissional para os segmentos mais vulneráveis da Comunidade da Linha. Como entre esses segmentos se destacavam as mulheres pela trajetória em ocupações precárias, a manifestação da população local foi pela realização de um curso de capacitação, sobressaindo-se o de corte e costura.

Capacitar as mulheres da comunidade iria contribuir, em certa medida, com a inserção no mundo do trabalho, promovendo a geração de trabalho e renda, beneficiando por extensão a própria comunidade. No entanto, ressalta-se que no diagnóstico realizado, apenas 5,8% dessa população possui o ensino médio completo, o que se transforma em uma grande barreira à inserção no mercado formal

de trabalho, quer seja no comércio ou serviços que se constituem na maior oportunidade de trabalho em Cruz das Almas. Dessa forma, com a capacitação técnica no curso de corte e costura espera-se que as mulheres qualificadas possam superar, paulatinamente, a situação de vulnerabilidade na qual estão inseridas. Além disso, espera-se que as oficinas formativas com temáticas no campo do empoderamento feminino promovam o protagonismo das mulheres no que tange à geração de trabalho e renda, bem como na atuação política na luta pela melhoria das condições socioeconômicas da comunidade.

É no contexto narrado no qual se desenrola as ações de extensão da UFRB, juntamente com a Associação de Moradores da Comunidade da Linha - ASCOL, que a partir de 2016 é criada a Escola Profissionalizante de Corte e Costura e, como resultado da formação da primeira turma de cursistas, forma-se um empreendimento de mulheres com o desafio de aprimorar a formação técnica e política para consolidar o grupo produtivo visando gerar trabalho e renda. Este artigo consiste no relato dessa experiência e os desafios vivenciados pelas cursistas que persistiram no curso para assegurar a viabilidade econômica do Grupo de Mulheres Quilombolas Costurando Sonhos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DO GRUPO PRODUTIVO

Para entender a criação do Grupo de Mulheres Costurando Sonhos faz-se necessário recorrer ao histórico da comunidade da Baixa da Linha. Ela está localizada no município de Cruz das Almas, no Território do Recôncavo da Bahia, na periferia da área da UFRB, e foi certificada como Remanescente de Quilombola em 27 de setembro de 2010. Esta comunidade teve origem na década de 1930, antes mesmo da implantação da Escola de Agronomia. A população local conta com cerca de 130 casas, muitas delas de “taipas” (casas de varas e barro batido), em situação de extrema carência, com precaríssima infraestrutura de saneamento básico e alto índice de desemprego.

Após a certificação da comunidade como descendente de quilombola, a expectativa da população local cresceu no sentido de ter maior atenção dos poderes públicos – principalmente o municipal - para melhoria das condições de vida local, o que acabou em frustração pela falta de intervenções ou incentivos que se concretizassem nas melhorias desejadas.

Nesta conjuntura, por iniciativa de diversos docentes e discentes da UFRB, em 2016, foi implementado na Comunidade o *Projeto Escola profissionalizante de corte e costura dos remanescentes quilombolas da comunidade da Baixa da Linha* via recursos do programa MEC SESu - PROEXT 2014. *Buscou-se* oferecer qualificação profissional como uma alternativa viável para minimizar o alto risco de vulnerabilidade socioeconômica, notadamente para os jovens e as mulheres ali residentes. Esta ação impulsionou a necessidade da organização coletiva para a geração de trabalho e renda, fortalecendo as potencialidades e talentos locais e contribuindo para o resgate da autoestima das moradoras da comunidade.

É neste contexto que o projeto “Transformando sonhos em realidade: o processo de fortalecimento do Grupo de Mulheres Quilombolas Costurando Sonhos” é implantado, constituindo-se na continuidade das ações desenvolvidas em 2016 que visavam fundamentalmente à qualificação das cursistas para o estímulo à ação coletiva com a criação do grupo produtivo.

Os objetivos definidos no projeto são: contribuir com o fortalecimento do Grupo de Mulheres Quilombolas Costurando Sonhos a partir da continuidade da capacitação técnica no curso de corte e costura; realizar oficinas sobre gênero, etnia, economia solidária, dentre outras temáticas para o empoderamento das mulheres tanto no âmbito público quanto no privado; realizar intercâmbios com os empreendimentos econômicos solidários do Recôncavo para favorecer a troca de saberes entre eles; estimular o processo de comercialização em Rede e, por fim, assegurar um espaço de formação para os graduandos do Curso Tecnológico em Gestão de Cooperativas no qual poderão colocar em prática os conteúdos apreendidos no processo de ensino-aprendizagem.

## A METODOLOGIA UTILIZADA

O projeto de extensão focalizado neste artigo teve como embasamento metodológico a pesquisa-ação. Segundo Araújo Filho e Thiollent (2008, p. 55)

[...] a ação pode estimular e unificar a participação na extensão, no ensino e na pesquisa da universidade. A participação no trabalho social se concretiza no respeito à cultura e à partilha do saber entre povos, na administração em parceria das terras ou, ainda, nos programas que consideram as famílias como especialistas.

A atuação dos professores e graduandos para fomentar a organização coletiva na Comunidade da Baixa da Linha depende da pesquisa-ação expressa por meio da colaboração ou da união dos saberes dos atores sociais envolvidos. Os Docentes e discentes, juntamente com as mulheres quilombolas que participam do curso de corte e costura, desenvolveram inúmeras atividades formativas (oficinas e minicursos) sobre empoderamento feminino, associativismo, cooperativismo, relações de gênero, economia solidária e viabilidade econômica. Ao final dessa etapa prevista para dezembro de 2017, espera-se que as mulheres quilombolas tenham consolidada a proposta de criação de um empreendimento econômico baseado na cooperação para coletivamente construírem uma alternativa de superação da situação de vulnerabilidade social que vivenciam, gerando trabalho e renda de forma associada.

Ao promover um diálogo com as mulheres quilombolas da Baixa da Linha, efetiva-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este projeto promove uma relação dialógica entre a Universidade e as organizações da sociedade civil, representada pela Associação da comunidade. Assim, fortalece as ações de extensão da UFRB e, concomitantemente, traz para o curso Tecnológico de Gestão de Cooperativas a vivência e a aproximação com as necessidades das comunidades, garantindo a interface entre teoria e prática na formação discente. Além disso, no processo de desenvolvimento do projeto, o diagnóstico da realidade dos moradores do Quilombo da Linha consistirá em novas questões e demandas

para serem aprofundadas, gerando uma agenda de pesquisa mais diversificada. Dessa forma, a Universidade cumpre sua função social por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, tornando a indissociabilidade uma realidade factível.

## POSSIBILIDADES E LIMITES PARA TRANSFORMAR O SONHO EM REALIDADE

As práticas de assistência a associados decorrentes de situações de dificuldades (por doenças, problemas familiares ou outro motivo) são costumeiras entre as comunidades mais carentes de serviços públicos de qualidade. Essas práticas espontâneas de reciprocidade e ajuda mútua entre os trabalhadores tornam-se *habitus* entre empreendimentos associativos, como é o caso das associações e cooperativas. Não obstante, são perceptíveis os limites e dificuldades presentes nas organizações associativas que buscam superar os entraves do cotidiano para se firmarem como *locus* de trabalho e politização.

Algumas pesquisas realizadas nos empreendimentos solidários e conhecem que todos os esforços são ainda insuficientes para fortalecer as iniciativas associativas solidárias. Muitas são as debilidades e os problemas constantes nos pequenos empreendimentos, tais como: carência de capital de giro, acesso ao crédito, design, controle de qualidade, comercialização e tecnologia, ambigüidade da propriedade dos meios de produção, além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade destas atividades (ANJOS, 2015).

O Programa Brasil Quilombola, voltado para o desenvolvimento sustentável e a ampliação dos direitos de cidadania negados historicamente aos remanescentes dos quilombos, não conseguiu, para Arruti (2009), transformar efetivamente o quadro desfavorável que caracteriza a realidade dessas comunidades. As políticas públicas transversais implementadas por diversos órgãos do governo, ainda segundo o autor, trouxeram algum grau de reconhecimento das suas demandas e certa redistribuição, porém não elevaram o nível de qualidade de vida.

É com este contexto que as ações propostas para fortalecer o Grupo Costurando Sonhos se inscrevem. Os cursos que já foram realizados tinham como foco a capacitação em corte e costura sem, contudo, uma orientação para a organização coletiva. Na etapa que está sendo proposta agora, continua a capacitação em corte e costura com o viés de aperfeiçoamento, mas, sobretudo, impulsiona a organização do grupo produtivo e a formação política que busca o empoderamento das mulheres.

Nesta direção, realizamos uma oficina sobre a viabilidade econômica organizada em duas etapas. A primeira versou sobre a formação do preço de venda dos produtos e, de posse desse conteúdo, na segunda etapa, as cursistas compreenderam como operacionalizar a capacidade de sustentabilidade financeira do empreendimento. Os conteúdos principais trabalhados nessa oficina foram: a ne-

cessidade de capital de giro; controle de fluxo de caixa; precificação dos produtos e despesas fixas e variáveis. Com essa atividade, espera-se que as cursistas tenham conhecimentos em precificação e contabilização dos valores dos materiais a serem utilizados para confeccionar as peças, visando a viabilidade econômica do grupo produtivo.

Os intercâmbios têm sido de extrema relevância no fortalecimento do Costurando Sonhos. Receber e fazer visitas a outros empreendimentos associativos do Recôncavo, baseando-se na metodologia da troca de saberes, estimulando a troca de conhecimentos e experiências dos grupos mais consolidados com os que estão em processo de criação tem sido um elemento motivador para as mulheres. O primeiro intercâmbio foi realizado ainda em 2016 com o grupo de produção da Comunidade quilombola do Kaongê, localizado em Cachoeira, que tem um grupo de mulheres artesãs que já produzem e comercializam coletivamente.

Através do intercâmbio com o Grupo de produção do Kaongê, além de promover a troca de conhecimentos, buscou-se principalmente o desenvolvimento de laços entre as mulheres das duas comunidades que teriam ali a oportunidade de trocarem experiências relativas à condição de mulher quilombola, fortalecendo-se mutuamente e gerando novas perspectivas para além do ambiente comunitário. Estimula-se a criação de vínculos que promovam a emancipação das mulheres envolvidas, que, tendo o desafio de trabalharem juntas, encontram oportunidades de desenvolvimento de potencialidades que vão além da questão econômica. O outro intercâmbio realizado aconteceu com dois grupos de artesanatos de Cruz das Almas que foram até a sede da ASCOL e contaram suas experiências e desafios para continuarem produzindo em um contexto de dificuldades de comercialização dos produtos.

A temática racial está no cotidiano das cursistas, pois se busca uma formação técnica que valorize os elementos que resgatem a ancestralidade e a identidade quilombola. As questões raciais são tão importantes que nas oficinas problematizamos o “lugar” social atribuído à mulher negra e tratamos da invisibilidade dela na formação cultural e política da Bahia e do Brasil. Quanto à identidade quilombola, realizamos uma roda de conversa sobre o pertencimento das mulheres à comunidade remanescentes dos quilombos, seu significado e ressignificado visando potencializar a inserção política na luta pelos direitos quilombolas e melhorias nas condições de vida. Nesta direção, vale ressaltar as lutas travadas pelos quilombolas no país não somente pela valorização cultural, mas também pelo direito inalienável da terra assegurado pela Constituição brasileira (PAULA; HERINGER, 2009). Nesta direção, vale ressaltar as ponderações de Silva (2012, p. 2):

as comunidades quilombolas (negras) no Brasil enfrentam diversos obstáculos na garantia de direitos aos seus territórios ancestrais e neste contexto de lutas identidades político/culturais são criadas, recriadas ou inventadas. [...] A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombo-

las, a terra. [...] É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico, pois o processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas.

Os processos de ressignificação vivenciados pelas comunidades quilombolas em torno da luta pelos direitos territoriais expressam-se na parceria estabelecida entre a comunidade da Linha com a sua vizinha congênere, a comunidade da Vila Guaxinim. Ambas vivenciam situações historicamente determinadas pelo passado escravocrata da sociedade brasileira e se organizam aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis para não enfraquecer as lutas dos quilombolas. Neste sentido, vale registrar que a comunidade da Linha participa do Núcleo Quilombola do Território do Recôncavo que representa as demandas de todas as comunidades quilombolas do território. Esse Núcleo discute as reivindicações comuns dos quilombolas e dialoga com o poder público. Cada comunidade elege seu representante para compor o Núcleo, a secretária da Associação, que também é membro do grupo Costurando Sonhos, é a representante nesta modalidade de organização.

No que tange aos aspectos de reconhecimento, no final de 2016, as cursistas realizaram um desfile para apresentar as peças produzidas na primeira etapa do curso na sede da ASCOL. A experiência do desfile e sua divulgação no site da PROEXT/UFRB aumentaram a autoestima das mulheres e despertou o espírito empreendedor porque receberam diversos elogios na qualidade do material produzido, instigando-as a se organizarem coletivamente para gerar trabalho e renda. A aceitação das peças produzidas motivou as mulheres a proporem uma Mostra das peças produzidas em 2017 que objetiva visibilizar o trabalho delas para a sociedade civil e os órgãos públicos que estimulam a geração de trabalho e renda no município.

Para que o grupo seja consolidado buscam-se parcerias com instituições públicas e não governamentais a fim de estabelecer uma assessoria contínua ao grupo produtivo e possibilitar novos canais de comercialização. Vale destacar que o grupo tem carência de equipamentos, pois os adquiridos à época do edital do MEC SESu/2014 não são suficientes para o volume de produção planejado.

Outro grande limitador enfrentado pelas mulheres refere-se a sua própria situação socioeconômica. As cursistas estão desempregadas, inseridas em ocupações pontuais e programas sociais, o que resulta em uma instabilidade na renda mensal. Essa vulnerabilidade econômica impede que o Costurando Sonhos tenha capital de giro para iniciar suas atividades com origem nos recursos das próprias associadas. Por isto, são desafiadas a buscar financiamento com organizações que apóiem estas iniciativas sem gerar empréstimos, pois o fato do grupo ser informal impede o acesso ao crédito das entidades públicas e privadas.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a parceria com o curso de Tecnologia de Gestão de Cooperativas contribui para um horizonte alvissareiro para o Grupo de Mulheres Costurando Sonhos. O projeto de extensão assegurou a continuidade

do curso de corte e costura para o aperfeiçoamento técnico e está contribuindo para o empoderamento das mulheres. Além disso, mobilizou recursos que estão assegurando as ações de 2017 e um planejamento estratégico para financiar as ações previstas para 2018. Enfim, os desafios são inúmeros, mas a motivação e a compreensão que a organização coletiva contribuirá para a situação de vulnerabilidade instigam as mulheres quilombolas a continuarem costurando seus sonhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o projeto *Transformando sonhos em realidade: O processo de fortalecimento do Grupo de Mulheres Quilombolas Costurando Sonhos* contribua para gerar trabalho e renda no grupo produtivo. Além disso, almeja-se que as cursistas ampliem suas perspectivas em relação à situação de desvantagem socioeconômica que enfrentam, assumindo, paulatinamente, o papel de protagonistas na luta pela melhoria das condições de vida da Comunidade da Baixa da Linha.

Enfim, ao final das ações planejadas, pretende-se que as mulheres quilombolas tenham consolidado a proposta de criação de um empreendimento econômico baseado na cooperação para coletivamente construírem uma alternativa de superação da situação de vulnerabilidade social que vivenciam. No entanto, para solucionar os problemas advindos da fragilidade das iniciativas comunitárias como a narrada, urge a construção de uma estratégia que articule politicamente redes constitutivas da economia solidária para ampliar as possibilidades de comercialização da produção. Somente assim haverá possibilidade efetiva de gerar trabalho e renda de forma associada.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Eliene. Renovación de las utopías: las prácticas asociativistas y cooperativistas como alternativas para la reducción de las desigualdades en la sociedad brasileña. **I Congreso Internacional de Administración pública, desarrollo local y turismo. I Taller Internacional de Economía Social y Solidaria**. Universidad de Pinar Del Rio/Cuba, 2015.

ARAÚJO FILHO, Targino de; THIOLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para projetos de extensão**: apresentação e discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFCar): Cubo Multimídia, 2008.

ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, HBS, 2009, p. 75-111.

GERMANI, G. I.; OLIVEIRA, G. G. Reconhecimento de territórios quilombolas: A experiência do convênio de cooperação técnica na Bahia. **O Incra e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas**. Algumas experiências. Brasília: NEAD, 2006, v. único, p. 86-115.

PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, HBS, 2009.

SILVA, Simone R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, 2012.

## CANTINAS SOLIDÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

**SOLIDARITY CANTEENS: THE EXPERIENCE OF  
SOLIDARITY ECONOMICS ENTERPRISES IN THE  
ENVIRONMENT OF THE FEDERAL UNIVERSITY  
OF THE RECONCAVO DA BAHIA**

### **Tatiana Pacheco Rodrigues**

Profa. Dra. CCAAB/UFRB  
tatiana\_pacheco@ufrb.edu.br

### **Maria da Conceição de Menezes Soglia**

Profa. Dra. CCAAB/UFRB  
mcsoglia@ufrb.edu.br

### **Yuji Nascimento Watanabe**

Prof. Dr. CFP/UFRB  
yuji@ufrb.edu.br

### **Luzani dos santos Santana**

Pedagoga formada pela UFRB  
luzanesantana@hotmail.com

**RESUMO**

Desde 2007 a INCUBA/UFRB promove ações articuladas no Território do Recôncavo da Bahia, com a integração entre empreendimentos econômicos solidários, formados por agricultores familiares e mulheres urbanas, e a universidade pública. Com o intuito de propiciar geração de trabalho, renda e cidadania dos grupos de trabalhadoras e geração de conhecimento a partir da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária foram realizadas formações na área de higiene e manipulação de alimentos, estudo de viabilidade econômica e gestão associativa; além do acompanhamento e de assessoria técnica aos empreendimentos.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. BPF. Cantina Universitária.

**ABSTRACT**

Since 2007, INCUBA/UFRB has promoted actions in the Recôncavo of Bahia, with the integration of solidarity-based economic enterprises, formed by family farmers and urban women, and the public university. In order to provide job generation, income and citizenship of the groups of workers and generation of knowledge from the indissociability of teaching, research and university extension, training was carried out in the area of hygiene and food handling, economic feasibility study and associative management; besides the accompaniment and technical advice to the enterprises.

**Keywords:** Solidary Economy. GMP. University Canteen.

**INTRODUÇÃO**

A economia solidária é um modo de organização que privilegia o trabalho coletivo na produção, no consumo, na comercialização e nas finanças, com princípios fundados na autogestão, na cooperação e na democracia, que se expressa em milhares de organizações sob a forma de associações, cooperativas, grupos não formalizados, empresas recuperadas, redes de intercooperação, uniões e centrais nacionais. Segundo a SENAES (2009), empreendimentos econômicos solidários são organizações coletivas, suprafamiliares, simples ou complexas, permanentes, formalizadas ou não, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades comuns, que foi uma resposta importante da classe trabalhadora em relação às transformações do mundo do trabalho.

Segundo Velloso et al (2009), a busca de instrumentos necessários para a sobrevivência e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários se dá em uma concepção de eficiência e eficácia não apenas no aspecto econômico, mas também social, político, ambiental e cultural. Entende-se, portanto, que os empreendimentos envolvem não apenas trabalhadores associados, mas a comunidade e a família que gravitam no seu entorno. Desta forma, a organização dos empreendimentos solidários alavanca a organização das comunidades em outros campos, como o da gestão participativa dos espaços públicos, incluindo os recursos naturais locais, as políticas de saúde e educação, enfim, outras interfaces de um programa de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário.

Portanto, há necessidade de trabalhar a incubação de empreendimentos econômicos solidários articulados na base territorial, evidenciando temas vitais como cooperação, parcerias e redes; mobilização produtiva do território e cadeias produtivas; sustentabilidade e aprendizagem, com foco no protagonismo local e desenvolvimento sustentável. Sabe-se que a abordagem territorial tem como principal foco de ação a população mais susceptível ao empobrecimento.

O processo de incubação é considerado inovador como projeto de geração de trabalho e renda, buscando construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, combatendo a exclusão social, integrando a universidade como um dos sujeitos que podem contribuir e ter contribuição no sentido de promover a extensão universitária integrada com o ensino e a pesquisa, com o envolvimento direto de docentes e de discentes de graduação e de pós-graduação (VELLOSO et al, 2009). Segundo Culti (2007, p.1), “o envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários”.

De acordo com Farid (2010), a metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos. Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas.

O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa a economia solidária, quando pensado em sua complexidade, exige que se superem os limites entre as disciplinas e que seja formulado como interdisciplinaridade. No entanto, é recente a associação da incubação como um trabalho de extensão universitária e como uma experiência interdisciplinar, o que exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas.

A metodologia tem componentes, aqui apenas apontados, que precisam continuar com aprofundamento nos seus conteúdos: a) Implantação e avaliação do trabalho das incubadoras; b) Incubação nas suas etapas (pré-incubação, incubação e desincubação) e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados (fatores de desenvolvimento, crise, sucesso, insucesso, redefinição de estratégias); c) Intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas incubadoras; d) Intercâmbio entre EES no sentido da construção de Redes de Economia Solidária.

O Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES foi uma iniciativa pioneira desenvolvida pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, para a identificação e a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. A partir deste sistema constatou-se, em 2007, através dos 21.859 empreendimentos econômicos solidários mapeados, que a constituição dos empreendimentos tem as seguintes motivações como principais: alternativa ao desemprego (46%), complemento de renda (44%), melhores ganhos com ação associativa (36%), possibilidade de gestão coletiva (27%) e condição para acesso a crédito (25%).

As principais atividades produtivas destes empreendimentos econômicos solidários são a agropecuária, extrativismo e pesca, as quais são desenvolvidas por 41% dos empreendimentos; seguidas do campo de alimentos e bebidas com 17%, e da mesma forma, ou seja, também com 17%, encontra-se o domínio dos artefatos artesanais. Percebe-se, portanto, que há um destaque para a atividade na área de manipulação dos alimentos, seja in natura ou na produção de matéria-prima, e principalmente no processamento de alimentos e de bebidas.

Entre as temáticas importantes para os empreendimentos solidários na área de manipulação de alimentos estão as Boas Práticas de Fabricação (BPF). No processo de qualificação do trabalho dos grupos, a formação em BPF é essencial para garantir a segurança alimentar dos produtos e, conseqüentemente, a manutenção da atividade como oportunidade de geração de renda. Isso porque a maioria dos surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) se desenvolve por falhas no processo produtivo, tais como manipulação inadequada, má utilização da temperatura de preparo, má conservação dos alimentos, contaminação cruzada, higiene pessoal deficiente, limpeza inadequada dos equipamentos e utensílios e contato de manipuladores infectados com o alimento pronto para o consumo (SESC, 2003). O objetivo das Boas Práticas é evitar a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados, seja de origem biológica, física ou química (BRASIL, 2005). Somam-se a isso menores perdas econômicas devido à deterioração de alimentos.

No Brasil, as Boas Práticas em Fabricação (BPF) tornaram-se obrigatórias para a produção industrial de alimentos em 1997, quando foram publicadas as portarias 326/97, do Ministério da Saúde, e 368/97, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 1997a; BRASIL, 1997b). Além destas portarias, o Ministério da Saúde instituiu as Resoluções-RDC nº 275/2002 e 216/2004 que dispõem, respectivamente, sobre Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (BRASIL, 2002; 2004).

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou às relações econômicas e sociais, e ainda alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural (CONSEA, 2004).

Para a superação deste problema entende-se que as políticas públicas devam ser periodicamente avaliadas e realinhadas, para que seus objetivos sejam realmente alcançados e os seus titulares de direitos possam efetivamente ter aces-

so a estas. No caso da temática de Boas Práticas de Fabricação no contexto da incubação dos empreendimentos solidários o desafio está no desenvolvimento de ações interdisciplinares no ambiente acadêmico alinhadas com o saber apropriado e vivenciado pelos trabalhadores, assim como articular esse conjunto de saberes e de práticas com as políticas territoriais e desta forma contribuir com a estruturação dos empreendimentos na área de processamento e de manipulação de alimentos (RODRIGUES et al., 2011).

Neste sentido, observa-se a necessidade de intervenções nos grupos de economia solidária da área de alimentação, nas áreas de viabilidade econômica, gestão, Boas Práticas de Fabricação e noções de legislação sanitária, entre outras.

## **BREVE HISTÓRICO DA INCUBADORA DE EMPREENDIEMTOS SOLIDÁRIOS DA UFRB – INCUBA/UFRB**

A INCUBA/UFRB – Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB - desenvolve ações de assessoria e de acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários de diversos setores produtivos no estado da Bahia, entre esses, tem o destaque para os empreendimentos cujo trabalho está diretamente ligado à área de manipulação e produção de alimentos. Os projetos desenvolvidos na INCUBA tiveram financiamento de várias instituições de fomento e de programas de apoio à economia solidária, como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq, MEC (PROEXT MEC SEsu), CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), PRODETES (Programa de Desenvolvimento Territorial Solidário).

Para se entender como se deu a criação da INCUBA/UFRB é necessário voltar a 20 anos quando da criação da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bom Gosto foi constituída em 1998, com o objetivo de fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores e das agricultoras familiares, utilizando de forma racional as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudassem na produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, em especial derivados da mandioca, a exemplo do beiju e da farinha. A organização da Associação permitiu a estruturação, discussão e formação do grupo de Mulheres da Comunidade do Bom Gosto - São Felipe – BA, que desde o ano 2000, luta por melhores condições de vida no campo. No início a participação das mulheres era tímida, e foi crescendo através de reuniões, encontros, capacitações, entre outros, com envolvimento direto de parcerias na realização de atividades.

Muitas das mulheres integrantes do grupo trabalhavam na fabricação de fogos de artifícios em suas residências nos meses de março a junho. Passado esse período, muitas delas esperavam o ano seguinte para terem uma remuneração. A atividade de fogos de artifícios não é uma atividade inerente à identidade das

mulheres da localidade, mas surgiu como única fonte complementar de renda na região. O processo de fabricação de fogos é arriscado porque na maioria dos casos são fabricos ilegais, em ambientes inadequados, sem licença das forças armadas da União (exército brasileiro). Essa situação favoreceu o acidente conhecido mundialmente no município de Santo Antônio de Jesus, no dia 11 de dezembro de 1997, que teve 64 vítimas fatais. No Território do Recôncavo os fogos deixam marcas, haja vista que foram várias mortes e isso porque não existem alternativas de geração de ocupação e renda, e que o acidente em Santo Antônio de Jesus, por conta da dimensão, foi veiculado mundialmente, mas vale dizer que estes acidentes são frequentes, não apenas em Santo Antônio de Jesus, mas na região como um todo.

Em 2007 o grupo de mulheres participou do Seminário Territorial em Santo Antônio de Jesus – BA, o qual foi promovido por diversos órgãos do Governo do Estado da Bahia e organizações sociais como medida mitigadora, a partir do tema “Alternativas de Geração de Renda para Populações envolvidas diretamente com os fogos de artifícios”. Participaram do seminário sociedade civil e poder público, e a partir desse seminário foi possível construir propostas de alternativas de geração de renda para submissão em editais. No ano de 2008 foi possível construir uma proposta de geração de renda e o projeto foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário intitulado “ATER - MULHERES BENEFICIAMENTO DE FRUTAS E RAIZES DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO”, tendo como proponente a Sociedade dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável – SEEDS. As mulheres da Comunidade do Bom Gosto participaram de atividades de capacitação de aperfeiçoamento nas técnicas e tecnologias de processamento de alimento de origem vegetal, com a integração com outro grupo de mulheres da comunidade de Batatan – Maragojipe.

Em 2008 foi submetido a edital público um projeto de Incubadora Territorial envolvendo os grupos do Movimento 11 de Dezembro, de Santo Antônio de Jesus, do Bom Gosto e do Batatan, e aprovado para execução a partir de julho de 2009. Intitulado “TRANSFORMANDO VIDAS”, o projeto teve apoio para assessoria, acompanhamento técnico e aquisição de equipamentos e de materiais de consumo, pela FAPESB/ SECTI/ SETRE do Governo do Estado da Bahia. Esse projeto foi executado pela CEDITER – Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra, em parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da UNISOL BRASIL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil.

As mulheres que fazem parte do grupo de mulheres do Bom Gosto, em sua maioria, são beneficiadas do programa do Governo Federal - Bolsa Família e buscam, a partir de acesso aos programas governamentais e políticas públicas, condições estruturantes para a melhoria da sua qualidade de vida. No final do diagnóstico, as mulheres refletiram sobre a problemática delas, mulheres trabalhadoras rurais, diaristas e que, teoricamente, são consideradas mulheres sem terra, e que de forma organizada, buscaram alternativas para a geração de renda com a va-

lorização da agricultura familiar local, buscando sair das condições precárias e desumanas do fabrico de fogos de artifícios.

Foi discutida a necessidade de valorização dos produtos da agricultura familiar, em condição de equidade de gênero e de segurança alimentar. Com isso então, o grupo ficou sensibilizado e motivado a buscar soluções para esse problema, sendo uma questão fortalecer o que já existe na comunidade, ou seja, o processamento da mandioca e ampliar o processamento de produtos da agricultura familiar para diversificação da sua produção com agregação de valor e acesso ao mercado institucional, contribuindo para as temáticas de segurança alimentar e de equidade de gênero.

Dentro deste contexto, em 2007, foi constituída a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, integrada à Rede UNITRABALHO. Essa rede foi importante na discussão e na implantação dessa incubadora, em virtude da experiência na temática e por incorporar uma rede de incubadoras, não só no estado da Bahia, mas no Brasil. Ainda neste ano foram realizadas atividades formativas com a equipe da incubadora, bem como articulação com outras incubadoras do estado da Bahia, a exemplo da INCUBA/UNEB – Universidade do Estado da Bahia. Internamente a INCUBA/UFRB foi concebida e registrada inicialmente como projeto do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB). Posteriormente, foi registrada no mesmo centro como programa, e assim permanece até hoje.

Em 2008, a INCUBA/UFRB junto com a INCUBA/UNEB desenvolveu atividades formativas com as incubadoras do estado da Bahia, de Sergipe e de Alagoas - as incubadoras da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, UFS – Universidade Federal de Sergipe e UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Entre as atividades desenvolvidas estavam as oficinas de metodologia de incubação e de estudo de viabilidade de empreendimentos associativos e gestão democrática, em parceria com a incubadora da Universidade Católica de Salvador – UCSal e com a CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. Inicialmente, a INCUBA/UFRB começou os trabalhos de incubação com cinco empreendimentos a partir da aprovação do projeto do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - PRONINC – 2007. Esse projeto foi apoiado financeiramente pelo MEC (materiais de consumo) e pelo MDS (bolsas, custeio e equipamentos).

O PRONINC foi criado em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, como programa de apoio às incubadoras universitárias, gerido por um Comitê Gestor coordenado pela SENAES/MTE e composto pelos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, Banco do Brasil, as Redes das Incubadoras Universitárias – UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária. O PRONINC se tornou política pública em

2010, e é acessado pelas incubadoras universitárias em diversas modalidades por meio de editais públicos, com mais de 40 incubadoras universitárias apoiadas pelo Governo Federal no Brasil.

A partir da constituição de projetos novos e das discussões promovidas no âmbito da Universidade, professores de outros Centros de Ensino, além do CCAAB e do CETEC, se inseriram na equipe, estimulando a discussão sobre a necessidade de desenvolver unidades da INCUBA em outros *campi* da UFRB, como em Cachoeira, Amargosa e em Santo Antônio de Jesus.

A INCUBA, a partir de suas atividades, foi constituída enquanto Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (INCUBA/UFRB), e legitima a participação de toda a equipe e a importância da equidade de todos os tipos de saberes no âmbito da universidade e seus Centros de Ensino. Apesar das distâncias, a INCUBA/UFRB tem exercitado a multicampia com reuniões ordinárias e oficinas sistemáticas de formação da equipe e dos empreendimentos econômicos solidários, buscando trabalhar com os empreendimentos solidários na formação de redes solidárias e no contexto de integração com os Territórios de Identidade.

O Núcleo da INCUBA está vinculado ao Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, denominado INCUBA, com as seguintes linhas de pesquisa: a) Aspectos Jurídicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários; b) Educação Popular; c) Finanças dos Empreendimentos Econômicos Solidários; d) Marketing e Comercialização Solidária; e) Meio Ambiente; f) Movimentos e Organizações Sociais; g) Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial; h) Saúde Pública e Alimentação Coletiva.

## A EXPERIÊNCIA DA INCUBA/UFRB COM AS CANTINAS SOLIDÁRIAS

No ano de 2010 as mulheres da comunidade de Bom Gosto (São Felipe) e Batantan (Maragogipe), e no ano de 2012 as mulheres da comunidade de Corta Mão (Amargosa) conseguiram a concessão – via Chamada Pública da UFRB – para comercializar produtos alimentícios nos espaços das cantinas dos pavilhões de aula dos *campi* de Cruz das Almas (Figura 1) e Amargosa, respectivamente.



**Figura 1.** Funcionamento da cantina localizada no Pavilhão de Aulas II, em Cruz das Almas.

A partir de mais esta conquista foi necessário realizar atividades formativas para que os grupos pudessem manter os serviços nas cantinas atendendo à comunidade acadêmica da UFRB. Esses grupos produzem dois cardápios: um tradicional, a partir das exigências da Chamada Pública, e outro a partir do beneficiamento e da comercialização de produtos da agricultura familiar dos próprios grupos e de outros empreendimentos, a exemplo da polpa de frutas do Projeto Rede da Terra e de produtos dos grupos de mulheres da agricultura familiar dos municípios de Valença e de Presidente Tancredo Neves, que são comercializados nas cantinas de Cruz das Almas.

As trabalhadoras tiveram acesso a formações em Boas Práticas de Fabricação de Alimentos (Figura 2), Viabilidade Econômica e Gestão Associativa. As atividades do projeto na formação em BPF compreenderam: construção de diagnóstico e de plano de intervenção; elaboração e execução de oficinas; elaboração e distribuição de materiais didáticos; realização de acompanhamentos aos empreendimentos, com trocas de saberes e de conhecimentos. As oficinas ofereceram formação teórico-prático com o propósito de proporcionar e construir noções básicas sobre as BPF, com o ponto de partida a partir das práticas dos trabalhadores dos empreendimentos. As atividades ocorreram nas comunidades de Bom Gosto (São Felipe), Batatan (Maragogipe) e Corta Mão (Amargosa). De 2010 a 2014 foram realizadas atividades formativas mais intensificadas e, atualmente, as capacitações são de acordo com as necessidades dos grupos.

**Figura 2.** Capacitação em Boas Práticas de Fabricação: **A.** mulheres da comunidade de Bom Gosto (São Felipe) e discentes da UFRB; **B. e C.** oficinas em BPF, realizadas na comunidade de Bom Gosto em agosto e setembro de 2014.



As oficinas sempre foram organizadas de maneira a não sobrecarregar os grupos, e desta forma estas foram oferecidas em sábados alternados, num período máximo de duas horas por dia. As temáticas desenvolvidas foram: BPF - concei-

tos básicos, contaminantes, fontes de contaminação; higiene pessoal e dos alimentos; higiene do ambiente, de utensílios e equipamentos; DTA; Processamento (qualidade da matéria-prima, recepção, pré-preparo, preparo, armazenamento, distribuição). Mesmo com as dificuldades, devido à rotina de trabalho das comunidades, houve a participação de quase todas as trabalhadoras dos grupos. Isto demonstra que a maior parte das manipuladoras já compreende a importância das Boas Práticas na segurança alimentar e na geração de renda. No contato com as comunidades foi verificado que além das formações propostas, há o interesse em realizar formações para o desenvolvimento de novos produtos a fim de atender às necessidades da comunidade acadêmica.

As aulas práticas foram sobre higienização das mãos e preparação de soluções sanitizantes (solução clorada). As trabalhadoras receberam material didático constando, além da formulação para preparação das soluções, outras informações sobre a utilização de solução clorada, incluindo a higienização de frutas e hortaliças.

No acompanhamento mensal da produção de alimentos foi utilizada a aplicação da lista do Anexo II da Resolução - RDC no 275 de 2002, que enumera a verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores / industrializadores de alimentos; checando as não conformidades e empregando ações corretivas necessárias.

A partir das práticas das trabalhadoras e das atividades formativas desenvolvidas, foram realizadas reuniões para constatar dificuldades e destacar os pontos positivos, e assim observar as características de cada comunidade e verificar suas reais necessidades em relação às Boas Práticas de Fabricação, com adequação a partir dos estágios de organização dos empreendimentos econômicos solidários e dos saberes (re)apropriados e construídos no período.

No desenvolvimento dessas atividades houve participação de docentes e discentes da UFRB. Discentes de cursos como Nutrição, Medicina Veterinária, Gestão de Cooperativas, Pedagogia, entre outros participaram de vários projetos, como voluntários ou bolsistas (MEC, CNPq, FAPESB, PRONINC). Com isso fortalecendo a multicampia e a formação destes discentes. A execução dos projetos contribuiu para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Foram realizadas atividades de campo com os alunos envolvidos diretamente ou em componentes curriculares, como forma de ação de ensino; com projetos de extensão, a partir de cursos de formação para os alunos e os professores, e o público participante da proposta, os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, que contribuíram para a formação acadêmica baseada na metodologia de trocas de saberes e de experiências. Foram possíveis com os projetos sistematizar e viabilizar ações de pesquisa, com publicações de dissertações, artigos, trabalhos de conclusão de cursos, resumos, entrevistas, entre outros.

Neste período, houve o acompanhamento da construção da unidade de beneficiamento na comunidade de Bom Gosto, no município de São Felipe, como uma estrutura permanente para a produção não apenas para as cantinas do Campus

de Cruz das Almas, mas para acesso ao mercado institucional a partir do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esta obra faz parte das ações oriundas do Edital da CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, no qual a comunidade foi contemplada.

Após o período das greves de diferentes categorias ocorridas na UFRB, foi necessária a intervenção da INCUBA/UFRB para organizar formas de recuperar as perdas em razão do tempo que as cantinas ficaram sem atividades. A INCUBA facilitou um plano de recuperação, em que foi vista e reforçada a necessidade de ampliação do mercado.

A cooperativa ampliou o mercado de eventos, principalmente acadêmicos, e isso facilitou a recuperação financeira. As atividades desenvolvidas foram visitas de acompanhamento do funcionamento das cantinas; levantamento da situação atual; análise dos procedimentos de atendimento ao público, reunião com grupo de produção, levantamento das principais demandas e produtos, entre outras.

A partir de projetos foram adquiridos expositores para os espaços das cantinas, e produtos da economia solidária e da agricultura familiar estão em exposição, como os da Rede da Terra da APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana, e contatos realizados com outras redes, como a rede Nosso Ponto do Território do Sisal, assim como grupos do Recôncavo da Bahia.

Na cantina do campus de Amargosa, para o funcionamento, a Associação Corta Mão conta com o acompanhamento da INCUBA/UFRB e o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Prefeitura Municipal de Amargosa. Essa comunidade tem trajetória na área de produção de alimentos por conta de sua estrutura produtiva existente na comunidade de Corta Mão, tendo exercitado parceria com o mercado institucional (PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar). Houve aprovação de um projeto a partir de edital público do Governo do Estado, com a assessoria da INCUBA/UFRB, para estruturação da unidade na comunidade rural.

Atualmente, pode-se considerar que os empreendimentos econômicos solidários (cantinas solidárias), acompanhados pela INCUBA/UFRB, encontram-se na fase de desincubação, conforme Farid (2010), pois se verifica a inserção dos produtos e serviços dos grupos no mercado. Neste caso, as cantinas universitárias e outras atividades como fornecimento de alimentos para o PNAE, a articulação e integração com outros empreendimentos de economia solidária com a formação de redes de cooperação, a capacidade de autogestão e autonomia do grupo. Desta forma, a INCUBA/UFRB continuará contribuindo com a formação continuada e capacitação dos grupos a partir das demandas dos próprios grupos, que demonstraram uma independência em suas decisões e manutenção das atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia trabalhada com os grupos buscou promover a melhoria da qualidade de vida, de forma a valorizar a diversificação da produção, reapropriar

o conhecimento tradicional, com respeito às relações de gênero equitativas e na perspectiva de contribuir na construção de políticas públicas territoriais sustentáveis. Durante este período houve contribuição para divulgação do conhecimento científico, assim como atuação próxima às comunidades, observando as características de cada uma e verificando suas reais necessidades. Percebe-se que há necessidade de implantação de políticas públicas de fortalecimento de empreendimentos solidários, principalmente para ações estruturantes de adequação de marco legal e de metodologias baseadas nas trocas de saberes e de experiências, pois nem todos os grupos e/ou comunidades têm acesso a projetos, seja pelas Universidades, Instituições de Fomento ou do próprio Governo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. **Portaria nº 368 de 04/09/97**. Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de elaboração para estabelecimentos. Elaboradores/ industrializadores de alimentos. Brasília – DF, 1997a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 326, de 30/07/97**. Aprova o Regulamento Técnico sobre condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos. Brasília – DF, 1997b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília – DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 216, de 15/09/04**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília – DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Eletrônico Epidemiológico**. Doenças Transmitidas Por Alimentos (DTA). ANO 05, nº 6, 28/12/2005. Disponível em <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bol\\_epi\\_6\\_2005\\_corrigido.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bol_epi_6_2005_corrigido.pdf)>. Acesso em 24 de mai. de 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, Julho de 2004. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>>. Acesso em: 24 de mai. de 2011.

CULTI, M. N. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo**. 2007. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em: 10 ago. de 2009.

FARID, E. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação**. Disponível em <<http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/sobre-concepcao-de-incubadora-universitaria-de-empresendimentos.pdf>>. Acesso em 21 de set. De 2010.

RODRIGUES, T.P. et al. Boas práticas para empreendimentos solidários: a experiência de construção de referenciais no território do recôncavo da Bahia. In XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Diversidades e (Des)Igualdades, nos dias 07 a 10 de agosto de 2011 na Universidade Federal da Bahia) – Sal-

vador-BA. **Anais...** XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Diversidades e (Des)Igualdades.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema de Informação em Economia Solidária**. Brasília: SENAES/MTE, 2009. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em 10 ago. de 2009.

SESC - Serviço Social do Comércio. **Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Manipulador de Alimentos I - Perigos, DTA, Higiene Ambiental e de Utensílios**. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 2003. 25 pág. (Mesa Brasil SESC - Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE. <Disponível em [www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br)>. Acesso em 11 de nov. De 2009.

VELLOSO, T. R. et al. **Programa de Desenvolvimento Territorial Solidário – PRODETES: estruturação e fortalecimento de empreendimentos da economia solidária do Recôncavo da Bahia**. Brasília: Edital PROEXT/MEC, 2009.

“Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos.”

*Paulo Freire*

